



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

PAULA BRITO PEREIRA FERRAZ

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA À LUZ DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Salvador

2023

PAULA BRITO PEREIRA FERRAZ

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA À LUZ DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de mestra em Administração.


Orientadora: Andréa Cardoso Ventura

Salvador

2023

ATA Nº 06


Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (NPGA), realizada em 02/06/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO no. 6, área de concentração ADMINISTRAÇÃO, do(a) candidato(a) PAULA BRITO PEREIRA FERRAZ, de matrícula 2020104919, intitulada MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA À LUZ DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Às 10:00 do citado dia, Ambiente virtual Zoom, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Profª. Dra. ANDREA CARDOSO VENTURA que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. SONIA MARIA DA SILVA GOMES, Prof. Dr. ISABELA ESTEVES CURY COUTINHO e Profª. Dra. MARIA ELISA HUBER PESSINA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora APROVADO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente
 ISABELA ESTEVES CURY COUTINHO
Data: 09/06/2023 18:25:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. ISABELA ESTEVES CURY COUTINHO, UNIR
Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente
Dra. MARIA ELISA HUBER PESSINA, UNIFACS  MARIA ELISA HUBER PESSINA
Data: 13/06/2023 10:03:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Examinadora Externa à Instituição

Dra. SONIA MARIA DA SILVA GOMES, UFBA
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 ANDREA CARDOSO VENTURA
Data: 13/06/2023 10:14:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. ANDREA CARDOSO VENTURA, UFBA
Presidente


PAULA BRITO PEREIRA FERRAZ
Mestrando(a)

FERRAZ, Paula Brito Pereira. **Mapeamento da produção acadêmica da Universidade Federal da Bahia à luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Orientadora: Andréa Cardoso Ventura. 2023. 256 f. il. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

Em 2015, as Nações Unidas lançaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no documento intitulado *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Ao contextualizar a Universidade como um dos atores sociais para a efetiva implementação dos ODS, a presente dissertação tem como foco trazer a Universidade Federal da Bahia (UFBA) como estudo de caso para destacar, em especial, o papel da pesquisa acadêmica como ferramenta em potencial para o alcance dos ODS. Para isso, foi realizado um mapeamento das produções acadêmicas depositadas no Repositório Institucional da UFBA entre os anos de 2016 e 2020, possibilitando, através da busca por palavras-chave justificadas e aprovadas por 15 especialistas, uma vinculação direta dos resultados obtidos aos objetivos da Agenda. Ao final, além de mapear como a produção acadêmica da UFBA tem potencialmente incorporado os ODS propostos, tanto em números absolutos quanto através da existência de programas de pós-graduação e linhas de pesquisa específicas, foi elaborado um levantamento dos pontos fortes e das lacunas da produção acadêmica da instituição, além de uma agenda com propostas de pesquisas futuras. A partir dos resultados obtidos, espera-se que esta dissertação possa subsidiar novas ações de implementação dos ODS tanto na UFBA quanto em outras Instituições de Ensino Superior.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Agenda 2030*. Organização das Nações Unidas. Pesquisa Acadêmica. Universidade Federal da Bahia.

FERRAZ, Paula Brito Pereira. **Mapping the academic production at the Federal University of Bahia in the light of the sustainable development objectives**. Thesis Advisor: Andréa Cardoso Ventura. 2023. 256 s. ill. Dissertation (Master in Administration) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

In 2015, the United Nations presented the Sustainable Development Goals (SDGs) in the document entitled Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. By contextualizing the University as one of the social actors for the realization of the SDGs, this dissertation focuses on bringing the Federal University of Bahia (UFBA) as a case study to highlight, in particular, the role of academic research as a potential tool for the achievement of the SDGs. For that, a mapping of the academic productions deposited in the UFBA Institutional Repository between the years 2016 and 2020 was carried out, allowing, through the search for keywords justified and approved by 15 specialists, a direct link of the results obtained to the objectives of the Agenda. In the end, in addition to mapping how UFBA's academic production has potentially incorporated the proposed SDGs, both in absolute numbers and through the existence of graduate programs and specific lines of research, a survey of the strengths and gaps of the academic production of the institution, in addition to an agenda with future research projects. Based on the results obtained, it is expected that this dissertation can support new actions to implement the SDGs both at UFBA and at other Higher Education Institutions.

Keywords: Sustainable Development Goals. 2030 Agenda. United Nations. Academic research. Federal University of Bahia.

LISTA DE SIGLAS

10YFP	Quadro de Programas de 10 Anos para Consumo e Produção Sustentáveis
AAAA	Agenda de Ação de Adis Abeba
ASCB	American Society for Cell Biology
BISC	Benchmark do Investimento Social Corporativo
CAC	Caçadores e Colecionadores
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CGODS	Comitê Gestor dos ODS
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
DORA	San Francisco Declaration on Research Assessment
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESDGs	Educação para os ODS
ESSSR	Escola Europeia de Ciência e Pesquisa para a Sustentabilidade
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FRU	Fórum de Reflexão Universitária
GEE	Gases do Efeito Estufa
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GPS	Governança para Sustentabilidade e Gestão de Baixo Carbono
GRI	Global Reporting Initiative
GTA-ODS	Grupo de Trabalho Aberto para elaboração dos ODS
GTSC A2030	Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a <i>Agenda 2030</i>
Guni	Global University Network for Innovation
HESD	Ensino Superior e Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável
HefSD	Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUSDRP	Programa Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável
MME	Ministério de Minas e Energia
NDC	Contribuições Nacionalmente Determinadas
NUA	Nova Agenda Urbana
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
ORSIES	Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PDE	Plano Decenal de Expansão de Energia
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RI-UFBA	Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia
RSU	Responsabilidade Social Universitária
SCID	Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
SDSN	Sustainable Development Solutions Network
Segov/PR	Secretaria de Governo da Presidência da República
THE	The Times Higher Education
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UP	Universidade Positivo
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WWAP	Programa Mundial de Avaliação da Água da UNESCO

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – A CONSTRUÇÃO DA <i>AGENDA 2030</i>	26
FIGURA 2 – PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA <i>AGENDA</i>	29
FIGURA 3 – OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	30
FIGURA 4 – CONDIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	41
FIGURA 5 – CLASSIFICAÇÃO DOS DESEMPENHOS ANUAIS DAS METAS CONFORME O RELATÓRIO LUZ.	63
FIGURA 6 – DESEMPENHO DAS METAS DO ODS 17 CONFORME <i>RELATÓRIO LUZ 2022</i> .	64
FIGURA 7 – ODS E UNIVERSIDADES	77
FIGURA 8 – CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE PARA OS ODS	79
FIGURA 9 – RECOMENDAÇÕES DE COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS COM OS ODS	87
FIGURA 10 – PESQUISA AUSTRIACA DE MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA LIGADA AOS ODS	91
FIGURA 11 – MAPEAMENTO DAS UNIVERSIDADES DO PARANÁ POR ODS	95
FIGURA 12 – RESULTADO DA BUSCA POR TERMOS DIRETOS SOBRE A <i>AGENDA 2030</i> E OS ODS NO RI DA UFBA	101
FIGURA 13 – RECOMENDAÇÃO DE REFORÇO AOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	104
FIGURA 14 –METODOLOGIA DE BUSCA ATRAVÉS DAS PALAVRAS-CHAVES	114

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EXISTÊNCIA DE PROCESSO DE ASSOCIAÇÃO ENTRE PESQUISAS E ODS	90
GRÁFICO 2 – MAPEAMENTO DA UNIVERSIDADE DE LEICESTER	93
GRÁFICO 3 – PUBLICAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO POR ODS (2015 – 2020)	95
GRÁFICO 4 – PESQUISAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES POR ODS (2016-2020)	95
GRÁFICO 5 – EXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO DIRETA ENTRE PESQUISAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS E ODS	97
GRÁFICO 6 – MAPEAMENTO DOS PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF PELA FERRAMENTA ODS MAPEADOS	98
GRÁFICO 7 – VINCULAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES AOS TERMOS LIGADOS AOS ODS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	100
GRÁFICO 8 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 1	118
GRÁFICO 9 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 1	118
GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 1	119
GRÁFICO 11 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 2	121
GRÁFICO 12 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 2	121
GRÁFICO 13 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 2	122
GRÁFICO 14 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 3	124
GRÁFICO 15 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 3	125
GRÁFICO 16 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 3	125
GRÁFICO 17 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 4	128
GRÁFICO 18 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 4	128
GRÁFICO 19 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 4	129
GRÁFICO 20 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 5	132
GRÁFICO 21 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 5	133
GRÁFICO 22 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 5	133
GRÁFICO 23 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 5	136
GRÁFICO 24 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 6	136
GRÁFICO 25 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 6	137
GRÁFICO 26 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 7	140
GRÁFICO 27 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 7	140

GRÁFICO 28 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 7	141
GRÁFICO 29 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 8	143
GRÁFICO 30 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 8	146
GRÁFICO 31 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 8	144
GRÁFICO 32 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 9	147
GRÁFICO 33 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 9	148
GRÁFICO 34 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 9	148
GRÁFICO 35 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 10	151
GRÁFICO 36 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 10	151
GRÁFICO 37 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 10	152
GRÁFICO 38 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 11	154
GRÁFICO 39 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 11	154
GRÁFICO 40 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 11	155
GRÁFICO 41 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 12	157
GRÁFICO 42 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 12	158
GRÁFICO 43 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 12	158
GRÁFICO 44 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 13	160
GRÁFICO 45 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 13	161
GRÁFICO 46 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 13	161
GRÁFICO 47 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 14	163
GRÁFICO 48 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 14	163
GRÁFICO 49 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 14	165
GRÁFICO 50 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 15	166
GRÁFICO 51 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 15	167
GRÁFICO 52 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 15	168
GRÁFICO 53 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 16	170
GRÁFICO 54 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 16	171
GRÁFICO 55 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 16	171
GRÁFICO 56 – NATUREZA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS PARA O ODS 17	173
GRÁFICO 57 – PRODUÇÃO ANUAL REFERENTE AO ODS 17	174
GRÁFICO 58 – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO TEMÁTICO – ODS 17	175
GRÁFICO 59 – MAPEAMENTO GERAL UFBA	185
GRÁFICO 60 – NATUREZA DAS PESQUISAS – MAPEAMENTO GERAL DA UFBA	188
GRÁFICO 61 – DISTRIBUIÇÃO ANUAL – MAPEAMENTO GERAL DA UFBA	189

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PRINCIPAIS IMPASSES E PROBLEMAS ASSOCIADOS AOS ODS DIRETAMENTE RELACIONADOS À ESFERA ECONÔMICA	36
QUADRO 2 – QUANTITATIVO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DA UFBA – 2016 A 2020	106
QUADRO 3 – PALAVRAS-CHAVE DA META 3.1	108
QUADRO 4 – AGRUPAMENTO DAS METAS DO ODS 3 FORMANDO 5 GRUPOS TEMÁTICOS	109
QUADRO 5 – PERFIL DOS ESPECIALISTAS E ODS ABORDADOS	110
QUADRO 6 – GRUPOS TEMÁTICOS E QUANTITATIVO DE TERMOS DE BUSCA	111
QUADRO 7 – TOTAL DE TÍTULOS NÃO CONTABILIZANDO AS REPETIÇÕES	115
QUADRO 8 – RESUMO DE DESTAQUES E ATENÇÃO POR CRITÉRIO NUMÉRICO	176
QUADRO 9 – RESUMO DE DESTAQUES POR CRITÉRIO TEMÁTICO	180
QUADRO 10 – PRODUÇÃO ACADÊMICA DA UFBA ENTRE 2016 E 2020	184
QUADRO 11 – QUANTITATIVO DE TERMOS DE BUSCA POR ODS	184
QUADRO 12 – PERCENTUAL DE VINCULAÇÕES POR NATUREZA	188
QUADRO 13 – PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO COM MENORES QUANTIDADES DE ASSOCIAÇÕES	190
QUADRO 14 – PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO COM MAIOR QUANTIDADE DE ASSOCIAÇÕES	192

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1. PANORAMA HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA AGENDA 2030 E DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS	24
2.2. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS CRÍTICAS RELACIONADAS	29
2.2.1. ODS 1 – Erradicação da pobreza	35
2.2.2. ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável.....	36
2.2.3. ODS 3 – Saúde e bem-estar.....	37
2.2.4. ODS 4 – Educação de qualidade.....	39
2.2.5. ODS 5 – Igualdade de gênero.....	41
2.2.6. ODS 6 – Água potável e saneamento.....	42
2.2.7. ODS 7 – Energia limpa e acessível.....	43
2.2.8. ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico	45
2.2.9. ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	46
2.2.10. ODS 10 – Redução das desigualdades.....	47
2.2.11. ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis.....	48
2.2.12. ODS 12 – Consumo e produções sustentáveis.....	50
2.2.13. ODS 13 – Ação contra mudança global do clima	52
2.2.14. ODS 14 - Vida na água	54
2.2.15. ODS 15 - Vida terrestre.....	56
2.2.16. ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	59
2.2.17. ODS 17 -Parcerias e meios de implementação.....	58
2.3. OS AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	64
2.3.1. Nações Unidas.....	66
2.3.2. Governos e parlamentos	66
2.3.3. Setor privado	69
2.3.4. Sociedade civil.....	70
2.3.5. Comunidade científica e acadêmica.....	72
2.4. A UNIVERSIDADE COMO AGENTE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS.....	73
2.4.1. A pesquisa acadêmica como ferramenta para implementação dos ODS	80
2.5. INICIATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS QUE RELACIONAM A PESQUISA E OS ODS NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO	87
2.6 – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA UFBA AO CENÁRIO DA PESQUISA.....	97
3. METODOLOGIA	100
3.1. ESCOLHA DA BASE DE DADOS	101
3.2. CRITÉRIOS DE BUSCA – PALAVRAS-CHAVE.....	104
3.3. CONFEÇÃO DOS MAPEAMENTOS POR ODS E DO MAPEAMENTO GERAL DA UFBA	112
4. DISCUSSÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS	115
4.1. ANÁLISE INDIVIDUAL DOS ODS	115
4.1.1. ODS 1 – Erradicação da pobreza	115
4.1.2. ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável.....	118
4.1.3. ODS 3 – Saúde e bem-estar.....	122
4.1.4. ODS 4 – Educação de qualidade.....	125

4.1.5. ODS 5 – Igualdade de gênero.....	130
4.1.6. ODS 6 – Água potável e saneamento.....	133
4.1.7. ODS 7 – Energia limpa e acessível.....	137
4.1.9. ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	144
4.1.10. ODS 10 – Redução das desigualdades.....	148
4.1.11. ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis.....	151
4.1.12. ODS 12 – Consumo e produções sustentáveis.....	155
4.1.13. ODS 13 – Ação contra mudança global do clima	158
4.1.14. ODS 14 – Vida na água.....	160
4.1.15. ODS 15 – Vida terrestre.....	164
4.1.16. ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	168
4.1.17. ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.....	171
4.2. QUADROS-RESUMO, PONTOS DE DESTAQUE E DE ATENÇÃO.....	174
4.3. PANORAMA GERAL DA UFBA	181
4.3.1. Pontos de atenção e destaques por programa de pós-graduação da UFBA.....	187
4.4. ANÁLISES SOBRE LIMITAÇÕES DA UFBA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA MINORAÇÃO DE RISCOS.	191
4.4.1. Vinculação temática.....	191
4.4.2. Repositório Institucional e data de depósito.....	192
4.4.3. Especializações.....	193
4.4.4. Falta de padronização.....	194
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
5.1 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	200
5.1.1. Aprofundamento e análise individualizada dos resultados.....	200
5.1.2. Utilização da metodologia para levantamento das ações de extensão.....	201
5.1.3. Utilização da metodologia em outras instituições de ensino superior.....	201
5.1.4. Contribuição das universidades aos agentes de implementação dos ODS	202
REFERÊNCIAS.....	203
APÊNDICES	219
APÊNDICE A – Tabela de palavras chave para o ODS 1 – Erradicação Da pobreza.....	219
APÊNDICE A.1 – Continuação da Tabela de palavras chave para o ODS 1 – Erradicação Da pobreza.....	220
APÊNDICE B –Tabela de palavras chave para o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	221
APÊNDICE B.1 –Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	222
APÊNDICE C – Tabela de palavras chave para o ODS 3 – Saúde e Bem estar.....	223
APÊNDICE C.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 3 – Saúde e Bem estar.....	224
APÊNDICE C.2 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 3 – Saúde e Bem estar.....	225
APÊNDICE D – Tabela de palavras chave para o ODS 4 – Educação de Qualidade.....	226
APÊNDICE D.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 4 – Educação de Qualidade.....	227
APÊNDICE E – Tabela de palavras chave para o ODS 5 – Igualdade de Gênero.....	228
APÊNDICE E.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 5 – Igualdade de Gênero.....	229
APÊNDICE F – Tabela de palavras chave para o ODS 6 – Água Potável e Saneamento.....	230
APÊNDICE F.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 6 – Água Potável e Saneamento.....	231
APÊNDICE G – Tabela de palavras chave para o ODS 7 – Energia Limpa e Acessível.....	232

APÊNDICE H – Tabela de palavras chave para o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico.....	233
APÊNDICE H.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico.....	234
APÊNDICE H.2 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico.....	235
APÊNDICE I – Tabela de palavras chave para o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	236
APÊNDICE I.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	237
APÊNDICE J – Tabela de palavras chave para o ODS 10 – Redução das Desigualdades.....	238
APÊNDICE J.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 10 – Redução das Desigualdades.....	239
APÊNDICE K – Tabela de palavras chave para o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	240
APÊNDICE K.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	241
APÊNDICE L – Tabela de palavras chave para o ODS 12 – Consumo e Produções Sustentáveis.....	242
APÊNDICE L.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 12 – Consumo e Produções Sustentáveis.....	243
APÊNDICE M – Tabela de palavras chave para o ODS 13 – Ação Contra Mudança Global do Clima.....	244
APÊNDICE M.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 13 – Ação Contra Mudança Global do Clima.....	245
APÊNDICE N – Tabela de palavras chave para o ODS 14 – Vida na água.....	246
APÊNDICE N.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 14 – Vida na água.....	247
APÊNDICE O – Tabela de palavras chave para o ODS 15 – Vida Terrestre.....	248
APÊNDICE O.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 15 – Vida Terrestre.....	249
APÊNDICE P – Tabela de palavras chave para o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	250
APÊNDICE P.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	251
APÊNDICE Q – Tabela de palavras chave para o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	252
APÊNDICE Q.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	253
APÊNDICE Q.2 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	254

1. INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) que ocorrera em Nova York, com amparo dos 193 países membros da ONU e como a agenda substituta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), foram adotados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no documento intitulado *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (IPEA; PNUD, 2016).

Essa agenda tem como propósito “guiar os esforços globais direcionados ao desenvolvimento sustentável sem deixar ninguém para trás” (ONU, 2015, p. 1). Trata-se de um plano global composto por 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integra 169 metas para que os países membros alcancem o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até o ano de 2030 (ONU, 2015). Mais abrangente que a proposta antecessora, essa agenda não somente aborda temas negligenciados pelos ODM, como se caracteriza também por ser universal e fortemente interligada, possibilitando a formulação de respostas mais eficientes e perduráveis aos desafios de implementação do novo plano de ação (JANNUZZI; CARLO, 2018).

Ao adotarem as premissas propostas, os países membros se comprometeram a tomar medidas transformadoras que promovessem o desenvolvimento sustentável nos quinze anos seguintes. Cabe ressaltar que foram definidos objetivos e metas claros para que todos os países os pudessem empregar, em conformidade com suas possibilidades e prioridades, de modo a contribuir para que esta parceria alcançasse o propósito de melhorar a vida da população global (MENEZES, 2019).

A partir da leitura da *Agenda 2030* por esta autora, entende-se que, para o alcance das metas, serão necessárias ações e participações das mais diversas áreas que formam as sociedades nacionais e globais. Tal entendimento implica observar que essa pauta não indica a existência de um único meio e nem uma fórmula pré-estabelecida para o alcance dos objetivos elencados no documento. Em seu texto, a *Agenda* ressalta que não somente governos ou chefes de Estado são os responsáveis pela implementação de ações que visam conduzir o mundo a um futuro mais sustentável, e sim que a participação efetiva de atores como o setor privado, setor terciário, sociedade civil, academia, entre outros que detenham o potencial de contribuir com a implementação da agenda, será essencial.

Cabe dizer que, no contexto dos temas abordados pela *Agenda*, a educação, a pesquisa científica e a inovação são tópicos lembrados em diversas de suas metas. De acordo com guia publicado pelo SDSN Australia/Pacific, 2017 (2017), considerando a abordagem a esses tópicos, as universidades têm um papel importante a desempenhar na execução dos ODS. Essas instituições são espaços de criação, disseminação de conhecimento e impulsionadoras de inovação global, desenvolvimento econômico e bem-estar social. Para Alves (2019), a produção de conhecimento científico e tecnológico voltado para inovação está centrada nas universidades, e essas instituições têm a capacidade de fornecer, além do conhecimento, soluções para as adversidades diante da implementação da *Agenda*. Neste sentido, Smaniotto *et al.* (2020) entendem que são elas, as universidades, entidades qualificadas para desempenhar o papel de aceleração no cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instigando e estimulando a comunidade e o seu entorno à resolução dos desafios propostos pela *Agenda*. Considerando, portanto, este contexto, a presente dissertação tem como foco a análise do papel específico da universidade como ator na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Santos e Almeida Filho (2008) discutem e expõe a sua visão da universidade enquanto instituição social que efetivamente incorpora uma missão civilizatória, com responsabilidade perante a sociedade. A universidade absorve, portanto, uma função transformadora no cumprimento do seu papel social. No contexto da *Agenda 2030*, este papel transformador das universidades constitui uma poderosa ferramenta no que se refere ao cumprimento dos ODS.

De acordo com o guia elaborado pela *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017), para integrar a educação para os ODS, a universidade precisa expandir as atividades institucionais, organizacionais e administrativas existentes de modo a implementar novos tipos de práticas que façam avançar os parâmetros que já desenvolvem. O primeiro passo para alcançar essa transformação é realizar o dimensionamento dos processos existentes e identificar quais mudanças são necessárias para adequar a estrutura e as estratégias de gestão e governança para auxiliar o processo de implementação da educação para os ODS. O guia apresenta algumas etapas a serem seguidas pelas organizações contemporâneas para alcançar as referidas metas.

A primeira fase propõe, justamente, a realização de um mapeamento das atividades já existentes, estimulando o levantamento e a difusão do que há desenvolvido para contribuir com os ODS. Esta sugestão é considerada uma ferramenta poderosa na proposta de comunicação interna e externa sobre o impacto das ações instituídas na organização convergentes com essa agenda, assim como pode representar um forte impulso para as ações futuras. Essa prerrogativa também é reforçada por Sanabria-Suárez *et al.* (2020), que destacam que o mapeamento da abordagem aos ODS no contexto universitário permite realizar uma análise de capacidade e monitorar o progresso da instituição em relação à *Agenda 2030*, seja em todas as áreas do conhecimento ou em áreas específicas, identificando, dessa forma, avanços, prioridades, fragilidades, oportunidades, reconhecimento de grupos de interesse, bem como de líderes em potencial – gerando, a partir daí, sinergia e fortalecimento de processos que contribuam para o desenvolvimento sustentável

Em conformidade com a perspectiva já apresentada, que realça a importância das Instituições de Ensino Superior no comprometimento com as questões sociais, econômicas e ambientais, e o seu papel como agente transformador nas sociedades, Nunes, Pereira e Pinho (2017) reconhecem o papel da universidade como produtora de conhecimento para o desenvolvimento de recursos e habilidades que contribuam para o alcance dos objetivos propostos. Neste sentido, este trabalho assume como premissa que a universidade possui papel central como agente de implementação no que se refere à efetivação da *Agenda 2030*, e que a pesquisa acadêmica constitui uma poderosa ferramenta para produção de conhecimentos e possíveis soluções relativas ao que fora preconizado pelos ODS.

Embora se verifiquem recentes esforços nesse sentido, conforme será exposto ao longo dessa dissertação, Körfgen *et al.* (2018) relatam que, na maioria dos países signatários da *Agenda 2030*, ainda não existe uma visão geral de até que ponto as universidades já abordaram os ODS no âmbito de suas pesquisas. Os autores, então, corroboram com o entendimento proposto pela SDSN (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017) no que diz respeito ao fato de que o primeiro passo a ser dado neste sentido é o mapeamento dos trabalhos e pesquisas que abordam tópicos de sustentabilidade definidos pelos ODS, tendo como resultado uma análise de projetos e publicações científicas que mostram as áreas de foco atuais da pesquisa relacionada aos ODS. Concluem ainda que o apoio científico é necessário para delinear as opções que

podem ser tomadas para a realização dos ODS e para refletir criticamente sobre as metas globais.

Através das pesquisas, a universidade tem papel estratégico para atuar diretamente na solução de problemas técnicos e sociais condizentes com as demandas e especificidades do contexto em que estão inseridas. A produção de conhecimento acadêmico-científico útil e de alta qualidade é capaz de propor soluções e produzir inovações que originem novos instrumentos para avançar na superação de problemas estruturais (MENEZES; MINILLO, 2017). No cenário nacional brasileiro – em que as universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica –, a produção acadêmica é responsável por inovação, solução de problemas complexos da sociedade, cura de doenças, dentre outros. Portanto, à medida que a ciência evolui, é possível que venha acompanhada do desenvolvimento, social, econômico e tecnológico (AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2019). Considerando ainda a natureza interdisciplinar das metas presentes nos ODS, é possível entender o papel da dimensão da pesquisa acadêmica na atuação do desenvolvimento de soluções e estudos nas mais diversas áreas. A pesquisa acadêmica, portanto, pode ser vista como campo fértil no qual os pesquisadores descobrem respostas e propõem saídas para superar os desafios contemplados na *Agenda 2030* em todas as suas esferas de atuação: social, econômica ou ambiental. (ROMILDO, 2016).

Assim, com o objetivo de aprofundar em como as Universidades têm se relacionado com as diretrizes propostas pela *Agenda 2030*, e considerando a dimensão da pesquisa dessas instituições – sendo a pesquisa, para fins didáticos deste trabalho, sendo tratada como sinônimo de “produção acadêmica” e representada por: a) teses de doutorado, b) dissertações de mestrado e c) trabalhos de conclusão de cursos de especializações –, a elaboração deste trabalho se propõe a responder à seguinte pergunta: **de que forma a produção acadêmica da UFBA incorporou os ODS propostos pela *Agenda 2030* entre os anos de 2016 e 2020?**

A presente dissertação, adota como pressuposto o fato de que, apesar de praticamente não serem abordados de forma direta na pesquisa da UFBA, os ODS, por englobarem questões globais de âmbitos multirreferenciais e de natureza interdisciplinar (LE BLANC, 2015) já são, de certa forma, indiretamente abordados por praticamente toda pesquisa acadêmica que envolva qualquer um dos seus objetivos ou metas e que trate de problemas reais da sociedade. Ou seja, mesmo quando não é alinhada – intencionalmente – aos ODS, a produção acadêmica, por sua própria

natureza, é propícia para a construção de inúmeras contribuições para a execução dos ODS.

Considerando essa problematização, definiu-se como objetivo geral deste trabalho analisar como a produção acadêmica da UFBA incorporou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela *Agenda 2030*, no período de 2016 a 2020. Ressalta-se que, não existindo uma vinculação direta prévia aos ODS realizada pelos autores de cada pesquisa, a intenção da presente dissertação é apontar as potenciais vinculações da produção acadêmica da UFBA aos ODS, partindo da análise de uma pesquisadora externa. Este fato implica em algumas limitações aos resultados, a serem retratadas posteriormente.

Parte-se, assim, dos seguintes objetivos específicos:

- identificar quais palavras-chave representam pesquisas potencialmente ligadas a cada um dos dezessete ODS;
- identificar os temas de desenvolvimento mais investigados no contexto da pesquisa acadêmica da instituição;
- analisar a potencial contribuição de cada programa de pós-graduação ao auxílio das resoluções de questões levantadas pelos ODS;
- fornecer base para auxiliar o reconhecimento de grupos de interesse e líderes em potencial através da identificação de alinhamento das linhas de pesquisas de cada programa aos ODS;
- analisar a conjuntura das universidades em âmbito internacional no que se refere às contribuições para os ODS e contextualizar a pesquisa da UFBA no cenário nacional;
- identificar as lacunas na produção científica da UFBA, no que tange ao cumprimento da *Agenda 2030*.

Para responder à pergunta basilar desta dissertação, foi realizada uma análise bibliométrica a partir da busca por palavras-chave das teses e dissertações dos programas de pós-graduação da UFBA depositadas no *Repositório Institucional* da universidade (*RI-UFBA*) e publicadas entre os anos de 2016 e 2020. As palavras-chave utilizadas para as buscas derivam dos textos das metas, das adaptações das metas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea, 2019) e das sugestões de um grupo formado por quinze especialistas. A busca por palavras-chave com objetivo de mapear a produção acadêmica de uma Universidade e vinculá-la aos ODS já foi e

continua sendo utilizada por outras instituições ao redor do Brasil e do mundo. Entretanto, optou-se pela criação de uma lista de palavras-chave própria, ao invés da utilização de listas pré-estabelecidas. Esta escolha justifica-se pelo fato de considerar a distinta realidade do contexto social e cultural ao qual as universidades que já se propuseram a desenvolver essa lista estão inseridas, à provável não aplicabilidade de alguns termos ora levantados por estas e, principalmente, pela falta de termos que reflitam a realidade de uma instituição brasileira de ensino superior.

A própria *Agenda 2030* destaca a importância de estudos direcionados a cada realidade:

Todos nós trabalharemos para implementar a Agenda dentro de nossos próprios países e em nível regional e global, tendo em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, e respeitando as políticas e prioridades nacionais. Respeitaremos a autonomia de cada país no desenvolvimento de políticas nacionais para um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, em particular para os países em desenvolvimento, mantendo-se consistência com as regras e os compromissos internacionais relevantes. Também reconhecemos a importância das dimensões regionais e sub-regionais, a integração econômica regional e a interconectividade do desenvolvimento sustentável. Marcos regionais e sub-regionais podem facilitar a tradução eficaz de políticas de desenvolvimento sustentável em ações concretas em nível nacional (ONU, 2015, p. 6).

Justificando este entendimento, Katrin Muff *et al.* (2013, p. 97) discorrem sobre o fato de que a maior parte das pesquisas acadêmicas vem da Europa e da América do Norte. Os autores defendem que, por isso, tais pesquisas têm falhado em abraçar o novo contexto global, ao ignorar as realidades dos países emergentes e em desenvolvimento. Menezes e Minillo (2017, p. 6) também já tinham apontado que apenas 0,5% dos pesquisadores encontram-se no mundo em desenvolvimento, enquanto mais de 40% encontram-se apenas na Europa e na América do Norte. Por isso, e em busca de uma metodologia que abarcasse pesquisas que refletissem a realidade social local do nosso país, a lista de palavras-chave desenvolvida neste trabalho reproduziu os termos extraídos das 169 metas distribuídas nos 17 objetivos da ONU e também das adaptações e explicações das metas para realidade brasileira no trabalho realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nas publicações dos Cadernos ODS.

Com base no exposto e considerando essa tendência de alinhamento das pesquisas acadêmicas aos ODS que vem sendo realizado por diversas instituições de ensino superior, justifica-se o atual esforço de sistematização da produção acadêmica da UFBA objetivando estimular a investigação sobre como a pesquisa dessa universidade têm atuado na produção do conhecimento relativo aos ODS, reforçando, dessa forma, seu protagonismo no processo de aceleração e incorporação da *Agenda 2030*.

Acredita-se que essa pesquisa trará também grande contribuição à universidade ao identificar os pontos fortes da produção científica da UFBA, ou seja, os temas de desenvolvimento mais investigados no contexto da pesquisa acadêmica da instituição, analisando também a contribuição de cada programa, será possível reconhecer: potenciais de resoluções de questões levantadas pelos ODS, oportunidades de estudos e de aprofundamentos futuros, além de grupos de interesse e líderes em potencial, a partir da identificação das linhas de pesquisa e programas com maiores alinhamentos aos ODS.

Ademais, ao realizar o também o levantamento das lacunas na produção científica da UFBA no que tange ao cumprimento da *Agenda 2030*, será possível visualizar quais pontos são pouco abordados pela universidade, de forma a servir de alerta e estimular o desenvolvimento de pesquisas nesta área, assim como identificar quais programas de pós-graduação da UFBA têm pesquisas pouco alinhadas às questões trazidas pelos ODS. A partir deste ponto, poderão ser desenvolvidas ações de forma a entender se de fato estes programas estão desalinhados às questões levantadas pelos objetivos globais e fomentar iniciativas que estimulem o reconhecimento do papel de cada área na implementação das questões trazidas pela *Agenda*.

Cabe ressaltar que a metodologia desenvolvida nesta pesquisa poderá ser replicada em quaisquer instituições de ensino superior que contenham uma base de dados com as suas produções acadêmicas permitindo um mapeamento e um aprofundamento das contribuições de cada Instituição. Após a aplicação dessa mesma metodologia em outras instituições de ensino superior poderão ser desenvolvidos estudos comparativos entre universidades e de mapeamentos de proporções maiores (municipal, regional ou federal), de forma a servir de instrumento para pleitos e comprometimentos em esferas políticas e administrativas externas à universidade.

Assim, os capítulos deste trabalho estão divididos da seguinte forma. O primeiro capítulo traz um panorama da construção histórica da *Agenda 2030* e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, apresentando cada um deles e enfatizando os principais contextos e desafios inerentes às suas implementações. Depois de apresentados os ODS, o segundo capítulo tem como finalidade identificar quem são os agentes de implementação dos objetivos e metas que compõem a agenda, levantando, neste tocante, o papel da comunidade científica e acadêmica como ator social e sujeito ativo no que se refere ao cumprimento da *Agenda*. O capítulo seguinte se propõe a, justamente, explorar a figura da universidade como agente de implementação dos ODS, contextualizando o poder e a importância dessa instituição no que tange à construção de uma plataforma de colaboração para o enfrentamento dessas problemáticas. Já partindo do entendimento da universidade como protagonista na implementação dos ODS, o próximo capítulo busca certificar a potencialidade da pesquisa acadêmica como ferramenta eficaz para implementação dos ODS. Em seguida, é apresentada a metodologia desenvolvida especificamente para realizar o mapeamento das pesquisas da UFBA à luz dos ODS, descrevendo desde a escolha da sua base de dados até as etapas para desenvolvimento dos procedimentos de busca. Ao final, serão apresentados os resultados finais e sua análise, além das limitações de pesquisa, e serão propostos temas para eventuais estudos que podem derivar dos resultados aqui obtidos; por fim, será apresentada a conclusão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. PANORAMA HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA AGENDA 2030 E DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS

Em 1944, em um contexto mundial pós segunda guerra, com objetivo de recuperar a economia capitalista foram criadas as duas instituições do Acordo de Bretton Woods: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), que viria a compor o Grupo Banco Mundial. (ZANCHETTA, 2011). O sistema de Bretton Woods foi o primeiro exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre estados-nações independentes. Também no sentido de promover a cooperação internacional sobre uma base consensual e estável, em 1945 na Conferência de São Francisco surge a Organização das Nações Unidas – ONU (GASPAR, 2015). A Carta das Nações Unidas, que instituiu formalmente a ONU, já elencava o objetivo de “[...] empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos” (ONU, 1945, capítulo IX).

Na ótica do modelo econômico desenvolvimentista, que deu o tom das políticas de expansão econômica do pós-guerra, a superação da pobreza extrema, da fome e da marginalização social das maiorias viria naturalmente como resultado dos investimentos. (ZANCHETTA, 2011). Foi neste contexto que surgiu o Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SCID) entendida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como ações internacionais que possuem o objetivo de ajudar outros países nos seus esforços de progresso social e econômico. (PESSINA, 2017).

Em 1948, tendo como base a Carta da ONU de 1945, surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos como resultado de um processo de proteção global dos direitos dos Homens que representa, até hoje, um marco da consciência histórica da humanidade acerca dos próprios valores fundamentais e da sua defesa nas mais variadas dimensões.(CNJ, [s.d])

Ao longo das décadas de 60 e 70, foram criadas as principais agências oficiais bilaterais dos países desenvolvidos, assim como seus bancos de financiamento internacional para o desenvolvimento (PESSINA, 2017). De acordo com Gaspar (2015), em regra geral, essas duas ou três décadas do pós-guerra foram um período

de mudanças generalizadas e de duradouro crescimento econômico com a ideia de um verdadeiro desenvolvimento com distribuição de renda que significasse melhorias concretas no padrão de vida das populações. Nos diferentes contextos mundiais, um denominador comum podia ser identificado: o protagonismo estatal, o controle público sobre as decisões de investimento, a noção – tornada prática – de que a economia de mercado poderia e deveria ser domada em prol do bem comum.

Entendida como ações internacionais que possuem o objetivo de ajudar outros países nos seus esforços de progresso social e econômico a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é marcada por seu caráter histórico e possui discursos e tendências a respeito do desenvolvimento em cada época, possíveis de observar acompanhando seus fóruns e consensos (AYLLÓN, 2007). Tanto as organizações bilaterais quanto as multilaterais adotam as agendas estabelecidas por meio de consensos sobre o sentido do desenvolvimento, as quais se modificam ao longo do tempo. (PESSINA, 2022).

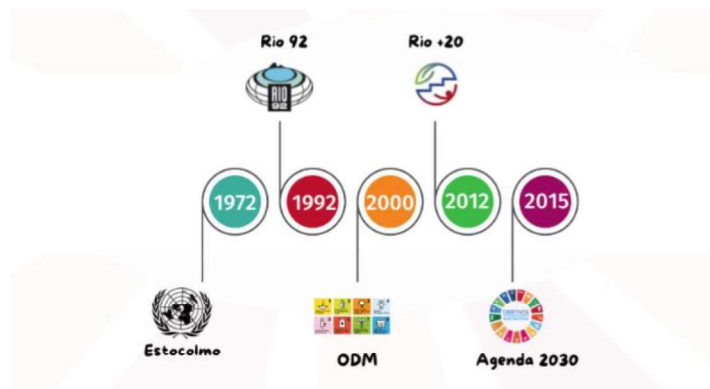
Foi, portanto, neste contexto de cooperação internacional, da instrução de direitos sociais e humanos e da adoção de agendas de desenvolvimento que, em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), válidos até 2030.

A *Agenda 2030* pode ser, resumidamente definida como um plano de ação global que indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas para promover vida digna e sustentável para todos. Entretanto, é importante entender que a sua existência hoje não se resume ao resultado de um único encontro em uma conferência específica e sim de uma construção histórica que, ao longo das últimas décadas, desencadeou o atual acordo global (MENEZES, 2019).

Neste capítulo, serão apresentados os relevantes marcos que corroboraram com essa concepção, conforme demonstrado na Figura 1, baseada na linha temporal apresentada pela Plataforma *Agenda 2030*¹ que ilustra as principais etapas de construção da *Agenda 2030*.

¹ A Plataforma Agenda 2030 consiste em uma iniciativa de ação para acompanhamento da implementação da Agenda 2030 no Brasil realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Figura 1 – A construção da *Agenda 2030*



Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma *Agenda 2030* (IPEA; PNUD, 2016).

O primeiro grande marco para a construção da *Agenda 2030* foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, também conhecida como Conferência de Estocolmo, ocorrida no ano de 1972. Essa foi a primeira reunião global promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir questões relacionadas ao meio ambiente (IPEA; PNUD, 2016). De acordo com Steil (2013, p.290) a importância dessa conferência “está menos em seus resultados concretos, que se traduziram no cumprimento dos termos dos acordos oficiais assinados, e mais na emergência de uma consciência ecológica que mobilizou governos, intelectuais e organizações sociais em defesa do planeta”. Isso porque, pela primeira vez, representantes de diversas nações se reuniam para introduzir a temática ambiental como assunto de interesse global e para traçar um paralelo entre ambiente e desenvolvimento. Sobre isso, Steil e Toniol (2013, p. 291) dizem que:

A Conferência de Estocolmo se apresenta como um divisor de águas na concepção política e sociológica do desenvolvimento. Ou seja, ela acrescenta a condicionalidade ambiental ao imperativo incontornável que o desenvolvimento representava para os países pobres.

Vinte anos depois, o Rio de Janeiro foi sede de um novo marco nas agendas de desenvolvimento global: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, que se tornou a segunda grande reunião das Nações Unidas realizada para tratar de temas ambientais (IPEA; PNUD, 2016). De acordo com Dias (2017), este evento marcou a forma como a humanidade, até então, encarava a sua relação com o planeta, reconhecendo internacionalmente o

conceito de *desenvolvimento sustentável* apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) – também conhecida como Comissão Brundtland, através do seu relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado no ano de 1983 e apresentado em 1987.

Este documento apresentou e divulgou a mais conhecida definição de desenvolvimento sustentável, entendendo-o como “o desenvolvimento que atende as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras gerações em suprir as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991). Isso, ainda de acordo com o Relatório, só seria possível com um modelo econômico que conciliasse o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais disponíveis. Ressalta-se, entretanto, que essa definição tem sido criticada por sua visão antropocêntrica, em que a preservação da natureza se justificaria para garantir o bem-estar das gerações presentes e futuras, não expressando uma preocupação com o ambiente (BREUER; JANETSCHEK; MALERBA, 2019).

Dessa conferência, destaca-se também um dos seus documentos resultantes de maior impacto global: a *Agenda 21*, que teve como principal característica gerar compromissos dos signatários (IPEA; PNUD, 2016). Ou seja, a *Agenda 21* gerou, pela primeira vez, um comprometimento ambiental, assinado e registrado pelos países membros. Justamente sobre as características e a importância do comprometimento dos países com agendas internacionais, Becker (1995, p. 60) declarou que “entendidas como planos de ação, agendas são instrumentos de poder pelo fato de incluírem ou excluírem o que será discutido”. As agendas exercem, portanto, influência nos debates internacionais por parte das partes interessadas, como governos, sociedade, instituições, ONGs, movimentos sociais e universidades.

Após a Rio-92 e ao longo da década de 1990, uma série de cúpulas e conferências foram realizadas pelas diversas agências das nações com o objetivo de “preparar o mundo para o século XXI” (IPEA; PNUD, 2016). Dessas conferências procederam, no ano 2000, a Cúpula do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Foi então, neste contexto, que 191 nações e 23 organizações internacionais se comprometeram, conjuntamente, com uma série de objetivos e metas para a melhoria das condições de vida das populações mais pobres do planeta (MÜLLER, 2001).

Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Roma (2019, p.34) explica:

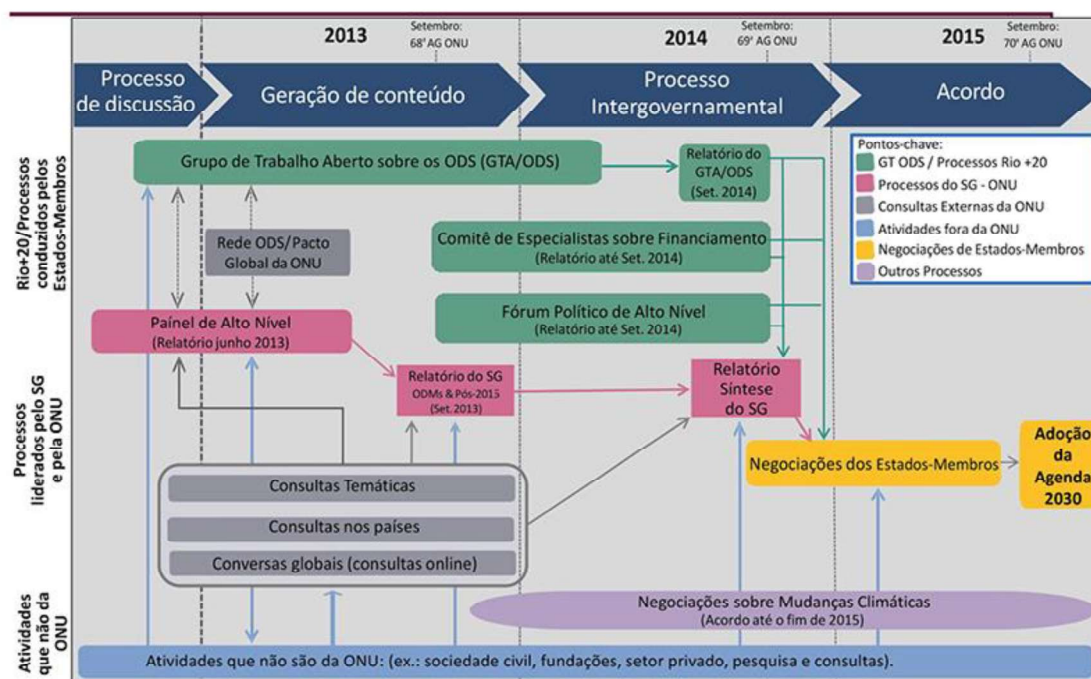
Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram oito grandes objetivos globais assumidos pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), os quais, em seu conjunto, almejaram fazer com que o mundo progredisse rapidamente rumo à eliminação da extrema pobreza e da fome do planeta, fatores que afetavam especialmente as populações mais pobres, dos países menos desenvolvidos [...] o principal desafio a ser enfrentado àquela época era garantir que a globalização se tornasse uma força positiva para todos os povos do mundo, uma vez que, embora fosse reconhecido que esta oferecesse grandes oportunidades, seus benefícios eram compartilhados de maneira desigual pelas nações.

Em junho de 2012, em vista da proximidade do vencimento do período de execução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e como parte do processo de criação de uma agenda que viria então a substituir os ODM, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) que resultou em um documento intitulado *O Futuro que Queremos* (IPEA; PNUD, 2016). Este documento lançou a base para que fosse construída, a partir da experiência dos ODM, um novo conjunto de objetivos e metas voltadas para o desenvolvimento sustentável que passariam a vigorar no período pós-2015 (ROMA, 2019).

No período que precedeu a Rio+20, um amplo sistema de consulta envolvendo questões de interesse global foi iniciado com o objetivo de construir a composição do que seria uma nova agenda global, com novos objetivos. Pela primeira vez, a construção do documento contou com o envolvimento de diversas partes interessadas (tais quais a sociedade civil, o setor privado e organizações não governamentais), encabeçadas pelo GTA-ODS (Grupo de Trabalho Aberto para elaboração dos ODS)², que se encarregou de compilar as propostas e submeter os objetivos e metas associadas à apreciação da Assembleia Geral da ONU em 2015 (IPEA; PNUD, 2016). A Figura 2, a seguir, apresenta um panorama com os atores e processos envolvidos na construção da *Agenda*.

² O GTA-ODS foi estabelecido em 22 de janeiro de 2013 e é composto por 70 países, com o envolvimento das mais diversas partes interessadas.

Figura 2 – Processo de construção da Agenda



Fonte: Ipea; PNUD, 2016.

Destarte, em setembro de 2015, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Nova York, foi apresentado o documento intitulado *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* como um guia e um plano de ação coletivamente criado para orientar o planeta para um caminho mais sustentável e resiliente até 2030. A *Agenda 2030* consiste em: uma declaração, um quadro de resultados – os 17 ODS e suas 169 metas –, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, bem como um roteiro para acompanhamento e revisão. Os ODS são, então, o núcleo da *Agenda* que deverão ser alcançados até o ano 2030 (IPEA; PNUD, 2016). Embora a *Agenda 2030* tenha um escopo mais amplo do que os ODS propriamente ditos, nesta dissertação serão tratados como sinônimos.

Especificamente sobre os ODS, o documento diz que:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas são integrados e indivisíveis, globais por natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são definidas como ideais e globais, com cada governo definindo suas próprias metas nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais. Cada governo também vai decidir como essas metas ideais e globais devem ser incorporadas aos processos, nas

políticas e estratégias nacionais de planejamento. É importante reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos econômico, social e ambiental. (ONU, 2015)

Os 17 objetivos, apresentados na Figura 3, a seguir, e as 169 metas anunciadas pela *Agenda 2030* são, desse modo, o resultado de mais de dois anos de consulta pública e do engajamento da sociedade civil e de outros grupos interessados em todo o mundo, o que demonstra a escala e a ambição das pretensões dessa agenda universal na busca pelo avanço nas metas e nos aspectos que não foram atingidos pelas agendas anteriores (ONU, 2015; JANNUZZI, 2018).

Figura 3 – Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2015).

O próximo tópico se desenvolverá abordando os ODS, suas características e alguns de seus principais desafios.

2.2. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS CRÍTICAS RELACIONADAS

De acordo com o exposto por Alves e De Almeida Lopes Fernandes (2020), embora os ODS e a *Agenda 2030* possam ser considerados os principais marcos

político-institucionais de caráter global na temática do desenvolvimento, seu estabelecimento parece representar uma mudança no debate científico sobre desenvolvimento, superando uma compreensão unidimensional e técnica para uma visão processual, multidimensional e transversal, envolvendo as esferas social e ambiental e gerando uma série de críticas que questionam se esses objetivos representam uma agenda legítima e implementável.

Algumas das críticas observadas obedecem a uma lógica que considera o discurso de natureza ambientalista, de forma geral, como uma espécie de força antidesenvolvimento. Sob essa perspectiva, mais sistêmica, o discurso ambientalista seria uma versão moderna do colonialismo, com a pretensão de manter a sua condição de dependência, e os ODS seriam mais uma ferramenta de atuação. De acordo com De Oliveira (2012), as ações propostas, em sua maioria, significam uma maior rigidez nas relações entre países em diferentes níveis de desenvolvimento. Elas representariam um “esmagamento” das pretensões de crescimento dos países periféricos, uma vez que estimulam a interrupção das ações humanas, e alicerçariam, dessa forma, a ideia de manutenção da dependência entre países. Sobre este aspecto, Esteva (2000) alerta que o desenvolvimento que se qualifica como sustentável deve ser pensado em novos termos, sob o risco de continuar a ser cooptado pelas estruturas de poder que estão postas.

Outras críticas se baseiam justamente no efeito de uma das mais proeminentes características dos ODS: a transversalidade. Observa-se que a transversalidade, em si, como característica dos ODS, não consiste em uma crítica, e sim em uma consequência da natureza interdisciplinar e integrada das metas e objetivos. Sobre esta característica, Le Blanc (2015) realizou um estudo a partir do qual foi possível se certificar de que algumas áreas temáticas cobertas pelos ODS apresentam uma forte conexão entre si. Declarou ainda que “os objetivos e metas propostos podem ser vistos como uma rede, na qual existem ligações entre os objetivos por meio de metas que se referem explicitamente a múltiplos propósitos” (LE BLANC, 2015, p. 2).

Ainda discorrendo sobre a transversalidade como característica dos ODS, Oselieri Raeder e Miranda Menezes (2019, p. 9) afirmam que, por conta da natureza transversal e indivisível dos ODS e das suas ambições no que se refere à resolução de problemas concretos e complexos que precisam ser solucionados de uma forma

que envolva toda sociedade global, os dezessete ODS devem ser abordados de forma sistêmica e interdisciplinar. Assim, destaca-se:

Por causa dessas conexões, a estrutura do conjunto de ODS, conforme apresentado pelo Grupo de Trabalho Aberto, tem implicações para a integração e coerência de políticas entre as áreas. [...] para muitas das áreas temáticas cobertas pelos ODS, as metas relacionadas a essas áreas são encontradas não apenas sob sua meta homônima (quando existe), mas também em uma série de outras metas. Ao projetar e monitorar seu trabalho, as agências preocupadas com um objetivo específico (por exemplo, educação, saúde, crescimento econômico) terão que levar em consideração metas que se referem a outros objetivos, que, devido à influência normativa dos ODS para o trabalho de desenvolvimento que se aproxima, pode fornecer incentivos mais fortes do que no passado para o trabalho intersetorial e integrado. Da mesma forma, para as instituições preocupadas com o monitoramento e avaliação do progresso das metas, será necessário olhar para múltiplas metas – na verdade, todas aquelas que incluem metas referentes à área de interesse de uma instituição. Isso pode permitir uma maior integração entre os objetivos. (LE BLANC, 2015, p. 3)

Entretanto, sobre essas interconexões, Breuer, Janetschek e Malerba (2019) afirmam que, considerando que os objetivos de desenvolvimento formulados pelos ODS e suas metas são fundamentalmente interdependentes e interligados, a implementação dos ODS exigirá maior coerência política. As autoras alertam para o fato de que essa natureza indivisível da *Agenda 2030* pode ser também um fator obstativo, uma vez que cada um dos ODS resultou de um processo prolongado de vários anos de consultas multissetoriais e negociações intergovernamentais e que, como consequência, as metas de um ODS podem agora se sobrepor, reforçar ou contradizer as metas de um ou vários outros ODS.

A problemática trazida por essas autoras em relação à transversalidade dos ODS implica na probabilidade de que a implementação da *Agenda 2030*, embora possa trazer sinergias – ou seja, situações em que as conquistas em um objetivo contribuam para o progresso em outros objetivos –, também colabora para a criação dos chamados *trade-offs*, ou seja, situações em que o progresso alcançado em um objetivo produzirá efeitos prejudiciais a outros objetivos (ou partes deles) (BREUER; JANETSCHEK; MALERBA, 2019).

Ao considerar os *trade-offs* como uma das possíveis consequências da transversalidade dos ODS, e entendendo que estes constituem obstáculos para alcançar o desenvolvimento sustentável, precisando ser identificados e avaliados

entre os diversos ODS, Pradhan *et al.* (2017) realizaram um estudo que teve por objetivo avaliar as principais correlações negativas que dizem respeito aos objetivos elencados na *Agenda*, propondo estratégias para sua mitigação. Conforme os autores:

Os trade-offs observados retratam incompatibilidades históricas e atuais entre os ODS. A continuação destes pode resultar em efeitos de bloqueio onde o progresso em um dos objetivos pode limitar o cumprimento de outros. Para alcançar os ODS, esse trade-offs precisam ser negociados e feitos estruturalmente não obstrutivos, sempre que possível. Em alguns casos, será necessária uma mudança estrutural mais profunda. Por exemplo, os ODS associados a padrões socioeconômicos e de desenvolvimento humano mais elevados eram tradicionalmente conflitantes com as metas de proteção ambiental. Aprendendo com esses desenvolvimentos passados, as políticas devem visar a transformação sustentável, rompendo com essas relações de aprisionamento e criando novas sinergias. (PRADHAN *et al.*, 2017, p. 8)

Alguns autores são enfáticos ao apontar “incongruências” na atuação das metas. É o caso de Alves (2015, p. 2) ao afirmar que “os ODS apresentam uma boa intenção, mas vendem uma grande ilusão”. O autor sustenta sua crítica principalmente sobre o fato de que, aparentemente, a *Agenda 2030* recorre ao apelo do crescimento econômico (através da meta de número 8) como solução aos problemas sociais. A *Agenda* obedeceria, portanto, a uma lógica simplista, segundo a qual o crescimento econômico seria a solução para problemas de ordem social, ao tempo que introduz a ideia de estímulo ao consumo e produção sustentável – sem apresentar um conceito que defina esses termos –, isso tudo aliado aos números alarmantes de aceleração de uma degradação ambiental “à caminho de um colapso”. Neste cenário, este autor questiona: “será possível então continuar com o crescimento demoeconômico no século XXI neste quadro de degradação dos ecossistemas e de mudanças climáticas catastróficas?” (ALVES, 2015, p. 3).

Um corpo da literatura acadêmica tem criticado também a atuação e eficácia dos ODS sob aspectos mais práticos. Um deles diz respeito ao fato de que o marco dos objetivos não exige a apresentação de relatórios sobre os muitos indicadores desenvolvidos para monitorar progresso em relação às 169 metas, ficando sua “prestação de contas” dependente da boa vontade de governos tanto para implementar a agenda quanto para se submeter ao processo voluntário de seguimento e revisão (DEERE, 2018). Sobre este aspecto, Buss *et al.* (2015) ressaltam que, ao não apresentar fortes propostas globais de governança e financiamento que apoiem

efetivamente os governos nacionais, a *Agenda 2030* lida com o risco de os ODS serem cumpridos de maneira desigual pelo mundo, sendo que alguns sequer podem atingir resultados parciais.

Cabe ressaltar que, embora autores como Buss et al. (2015) apontem a inexistência de forte propostas globais de financiamento para a Agenda 2030, no mesmo ano de 2015 foi também adotada a Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA), atual marco multilateral das negociações sobre financiamento para o desenvolvimento (PAVAN LOPES, 2022). Embora a AAAA anteceda a Agenda 2030, em 2016 foi definida a relação entre esses dois processos:

A AAA oferece um quadro global para o financiamento do desenvolvimento sustentável e é parte integrante da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, apoiando-a e complementando-a, além de auxiliar a contextualizar seus meios de implementação com ações e políticas concretas (UN, 2016, § 2)

Sobre as dificuldades para o cumprimento das metas propostas pela *Agenda*, Moreira *et al.* (2019) discorrem:

Se os países que mais precisam se esforçar para cumprir os ODS são aqueles classificados como ‘em desenvolvimento’ e ‘pobres’, sobressai o fato de que, na maioria deles, os orçamentos nacionais não têm sido capazes de impulsionar o desenvolvimento que a Agenda propõe, sobretudo quando submetidos a políticas de restrição de gastos, de redução do papel do Estado e de restrição de investimentos. Há alguns anos, o Brasil é um exemplo disso. Revertendo uma trajetória de crescimento, de investimentos em proteção social e de redução das desigualdades e da pobreza, o País adotou, desde 2016, uma agenda política e econômica voltada para um pesado ajuste financeiro, a redução do papel indutor do Estado no desenvolvimento e a desregulação das relações de trabalho. (MOREIRA *et al.*, 2019, p. 23)

Existem ainda críticas no que se refere à execução prática dos ODS. Sobre este aspecto, Pogge e Sengupta (2015) defendem que existe uma “falha na responsabilização” na execução prática de todas essas metas, uma vez que os ODS não especificam quem é responsável por cada uma delas. Por isso, os objetivos acabam blindando os agentes mais poderosos do mundo de quaisquer responsabilidades concretas, quando, aqueles de maior riqueza e influência deveriam, em verdade, assumir a liderança no fornecimento dos recursos necessários para o desenvolvimento sustentável e na implementação de reformas institucionais sistêmicas que abordam as causas profundas da pobreza.

Entretanto, a principal crítica dos supracitados autores em relação aos ODS se desenvolve sob a perspectiva dos direitos humanos. Pogge e Sengupta defendem que a linguagem adotada pelos objetivos “promovem uma falsa sensação de sucesso e facilitam a lentidão dos governos na realização dos direitos” (2015, p. 1). Tal crítica justifica-se pelo fato de que o discurso de defesa dos direitos humanos sugere que privações de direitos devem acabar imediatamente e requerem atenção corretiva imediata e prioritária, enquanto a abordagem dos ODS sugere ações incrementais para a superação das privações preconizando, portanto, uma espécie de “realização progressiva” dos objetivos (POGGE; SENGUPTA, 2015).

Considerando a perspectiva da esfera econômica, Alves e De Almeida Lopes Fernandes (2020) reuniram em um quadro alguns dos principais problemas relacionados aos ODS, conforme Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Principais impasses e problemas associados aos ODS diretamente relacionados à esfera econômica

ODS	Principais impasses e problemas relacionados
ODS 1. Erradicação da Pobreza	– A pobreza em massa, a desnutrição e a fome representam o preço pago pelos pobres para sustentar o estilo de vida de todos os habitantes do mundo industrial avançado (Pogge and Sengupta, 2015).
ODS 8. Trabalho decente e crescimento econômico	– Premia a lógica da ganância e destruição, inerentes ao capitalismo neoliberal (Ladha, 2015). – Não altera as relações de produção e consumo vigentes (Adams and Martens, 2015). – Metas desenhadas a partir de arranjos institucionais centrados em mercados privados que podem apresentar obstáculos aos direitos humanos (Frey, 2017).
ODS 10. Redução das desigualdades	– Indicadores fracos e distorcidos, ao propor uma agenda de inclusão de pobres e excluídos e não especificamente de redução de desigualdades (Fukuda-Parr, 2019). – Necessidade de um imposto sobre o uso de recursos naturais para redistribuição internacional (Pogge and Sengupta, 2015).
ODS 17. Parcerias e meios de implementação	– Foco em soluções domésticas em países com baixa capacidade financeira e implementação de políticas, reafirmando princípios da AOD (Menezes and Catão, 2018).

Fonte: Alves; De Almeida Lopes Fernandes (2020, p. 11).

No Brasil, para coordenar a implementação da *Agenda 2030*, foi criada a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³, da Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov/PR), que atribuiu ao Ipea a função de assessoramento técnico permanente aos seus trabalhos. E foi no cumprimento dessa atribuição que o instituto coordenou, em 2018, o processo de adequação das metas globais à realidade brasileira, considerando as estratégias, os planos e as políticas

³ No dia 11 de abril de 2019, a CNODS foi **extinta** pelo Decreto nº 9.759.

nacionais. Em 2019, o Ipea divulgou, por meio de um caderno para cada um dos ODS⁴, uma série de análises sobre as linhas de base dos indicadores de monitoramento das metas e uma breve avaliação dos principais desafios que o país precisa enfrentar para implementação da *Agenda* (IPEA, 2019a). As publicações do Ipea foram importantes bases para a descrição dos ODS que serão apresentados na próxima seção.

Entendendo, portanto, os ODS como produtos de uma grande tentativa de inserir as mudanças oriundas da agenda ambiental e, principalmente, entendendo que o estabelecimento de uma agenda propositiva em torno do meio ambiente não encerra o debate e nem conclui as transformações necessárias (tendo em vista a existência de diversos desafios práticos de implementação) é que serão apresentados, nos próximos tópicos, quais são os ODS, suas características, objetivos e maiores desafios atuais.

2.2.1. ODS 1 – Erradicação da pobreza

Erradicar a pobreza é o grande desafio global proposto pela *Agenda 2030*. Este objetivo é requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, e é norteador de todo o compromisso firmado através das demais metas (ONU, 2015). A *Agenda 2030* considera que a “erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”. (ONU, 2015, p. 01). Vislumbrando, portanto, acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, o primeiro dos 17 objetivos da *Agenda* propõe uma série de metas que tratam de aspectos relacionados à construção de sistemas de proteção social efetivos, à redução da vulnerabilidade e à garantia de acesso à serviços básicos (IPEA, 2019a).

Considerando sempre que todas as pessoas devem desfrutar de um padrão de vida básico (ONU, 2015) as sete metas que compõem o primeiro objetivo da *Agenda 2030* direcionam suas ações em vistas às pessoas que vivem em situação de escassez abrangendo formas de lhes garantir acessos mais igualitários à serviços econômicos e sociais, e de promover a redução da exposição dessas pessoas à

⁴ Os Cadernos ODS (IPEA, 2019a) estão disponíveis em:
https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34776.

eventos e desastres (econômicos, sociais e ambientais) através de políticas, programas e ações de cooperação (IPEA, 2019a).

Em 2021 foi lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, um relatório com indicadores multidimensionais sobre a situação da pobreza no mundo. A pesquisa do PNUD foi feita em 109 países, reunindo um contingente total de seis bilhões de pessoas (92% da população mundial). Desse total, o que foi apurado foi que 1,3 bilhão de pessoas – ou seja, um quarto da população investigada – vivem em situação de pobreza. Aproximadamente metade dos pobres multidimensional (644 milhões de pessoas) têm menos de 18 anos e 8,2% (105 milhões) têm 60 anos ou mais (PNUD, 2021).

Os desafios nacionais também são robustos. No Brasil, o estudo denominado de *Mapa da nova pobreza* (NERI, 2022), desenvolvido pelo FGV Social, a partir de dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que, em dois anos (2019 a 2021), 9,6 milhões de pessoas tiveram sua renda comprometida e ingressaram no grupo de brasileiros que vivem em situação de pobreza. Influenciada pelos adventos da pandemia da Covid-19, o estudo diz que:

A pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica em 2012, perfazendo uma década perdida. O ano de 2021 é ponto de máxima pobreza dessas séries anuais para uma variedade de coletas amostrais, conceitos de renda, indicadores e linhas de pobreza testados. (NERI, 2022)

Diante do exposto, observa-se, portanto, que a luta para erradicar, ou ao menos reduzir substancialmente a pobreza no Brasil e no mundo será uma tarefa ainda com um longo caminho a ser percorrido até 2030.

2.2.2. ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável

O segundo objetivo proposto pela *Agenda 2030* busca enfrentar o crescente desafio da fome no mundo e tem como propósito “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2015). As metas globais que compõem este ODS buscam reunir esforços para

superar a fome e promover a agricultura sustentável através de programas e políticas públicas que contribuam para este resultado (IPEA, 2019a).

Sobre a importância e contextualização deste ODS, Buralli *et al.* (2018) dizem que:

Espera-se que a rápida urbanização e o crescimento populacional, particularmente nos países em desenvolvimento, coloquem uma pressão crescente no sistema alimentar global, à medida que a produção agrícola sofre pressão pela degradação ambiental, mudanças climáticas e condições climáticas extremas. E à medida que a urbanização se acelera, o mesmo acontece com o triplo fardo da desnutrição: a coexistência de fome, desnutrição e supernutrição na forma de obesidade.

Em 2021 foram publicados os dados do *Relatório Anual das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar e Nutricional* (FAO *et al.*, 2021, em espanhol) que revelaram que, após cinco anos sem quase nenhuma alteração nos índices de acompanhamento da fome no mundo, esses números voltaram a subir em 2020, alcançando um marco de 811 milhões de pessoas atingidas pela fome – 118 milhões a mais do que nos números levantados em 2019. Ainda de acordo com o relatório, como consequência dos efeitos duradouros da pandemia da Covid-19, 30 milhões de pessoas a mais – em relação aos números projetados no caso de a pandemia não ter ocorrido – poderão estar passando fome em 2030 (FAO *et al.*, 2021), dificultando, dessa forma, o alcance das metas preconizadas pelo ODS 2 e a *Agenda 2030*.

Em seu texto introdutório, a *Agenda 2030* reforça o compromisso de acabar com a fome e todas as formas de desnutrição como uma questão prioritária (ONU, 2015). Para isso, propõe dez metas que tratam do tema sob múltiplos aspectos: programas e políticas públicas; o enfrentamento à desnutrição com especial atenção ao público infantil; questões ligadas à segurança alimentar, nutricional, e o uso de agrotóxicos e contaminação de alimentos. Além disso, a agenda trata da agricultura sustentável, com ênfase na produtividade agrícola tanto dos pequenos produtores de alimentos quanto através da pesquisa; do fortalecimento do comércio de alimentos com ênfase em aspectos ligados aos mercados agrícolas mundiais; de medidas para garantir o funcionamento adequado deste setor, e da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos em tecnologias agrícolas que busquem a preservação da diversidade genética e o aumento sustentável da produtividade alimentar (IPEA, 2019a).

2.2.3. ODS 3 – Saúde e bem-estar

O objetivo do ODS 3 é “assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todas e todos, em todas as idades” (ONU, 2015). As metas globais reunidas para formulação deste ODS são compostas por grandes desafios ligados a temáticas como cobertura universal de saúde, força de trabalho em saúde, vacinas e medicamentos, saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e adolescente, doenças infecciosas, epidemias, doenças transmissíveis e não transmissíveis, saúde mental e abuso de substâncias, produtos químicos perigosos, lesões e violência (IPEA, 2019a).

Para o alcance deste objetivo, a *Agenda 2030* estabeleceu **treze** metas, que foram confrontadas por grandes desafios com o advento da pandemia de Covid-19. Os números mais recentes de análise da situação de saúde no mundo foram trazidos pelo Relatório de estatísticas da saúde mundial da OMS (WHO, 2022) e divulgados em maio de 2022. O relatório inclui uma análise da evolução epidemiológica da pandemia nos últimos dois anos, considerando o impacto do excesso de mortalidade juntamente com um resumo das interrupções nos serviços de saúde em todo o mundo. O relatório também mostra aumentos generalizados na expectativa de vida e na expectativa de vida saudável nos últimos 20 anos, como resultado da redução da mortalidade materna e infantil e da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, que tiveram um impacto positivo na saúde global (WHO, 2022).

Em relação ao alcance dos ODS, o relatório mostra que, como saldo final, os progressos na área de saúde são inferiores a 25% do necessário para alcançar o que foi preconizado pelos ODS. Neste sentido, consta no relatório:

As estimativas atuais sugerem que, sem correção de curso, ficaremos aquém de 730 milhões de pessoas atingindo a cobertura universal de saúde em 2023. Devido à grande maioria dos países (94%) sofrerem interrupções significativas nos serviços essenciais de saúde causados pela pandemia, esse déficit aumentará para 840 milhões. Nas últimas duas décadas, 92 países experimentaram pouca mudança ou mesmo piora das tendências na proteção financeira, que agora é exacerbada pela pandemia em curso. Esforços concertados para atingir metas específicas de doença sem todas as áreas e fortalecer as capacidades do sistema de saúde ajudaria a reduzir a lacuna atual. Mas uma ação mais forte para evitar ou reduzir as dificuldades financeiras devido aos gastos relacionados à saúde também é urgentemente necessária. A implementação de políticas para minimizar abordagens desarticuladas à cobertura de serviços, o estabelecimento de garantias universais focadas em serviços de saúde de alta prioridade e a introdução de medidas orçamentárias para garantir fluxos de financiamento para esses serviços podem acelerar o progresso tanto para proteção financeira quanto

para cobertura de serviços. A atenção primária à saúde (APS), com seu foco em serviços de saúde integrados, empoderamento da comunidade e fortalecimento das funções do sistema de saúde é outro caminho promissor para o atingimento das metas. (WHO, 2022)

Portanto, é de suma importância aplicar uma lente de equidade ao avaliar o progresso em direção aos ODS relacionados à saúde. Isso requer não apenas construir a capacidade institucional para medir e monitorar as desigualdades sociais em saúde, mas também fazer uso desses dados e evidências para informar a tomada de decisões políticas sensíveis à equidade e fortalecer a responsabilidade para que uma maior equidade possa ser alcançada, cumprindo assim a promessa de “não deixar ninguém para trás” (WHO, 2022).

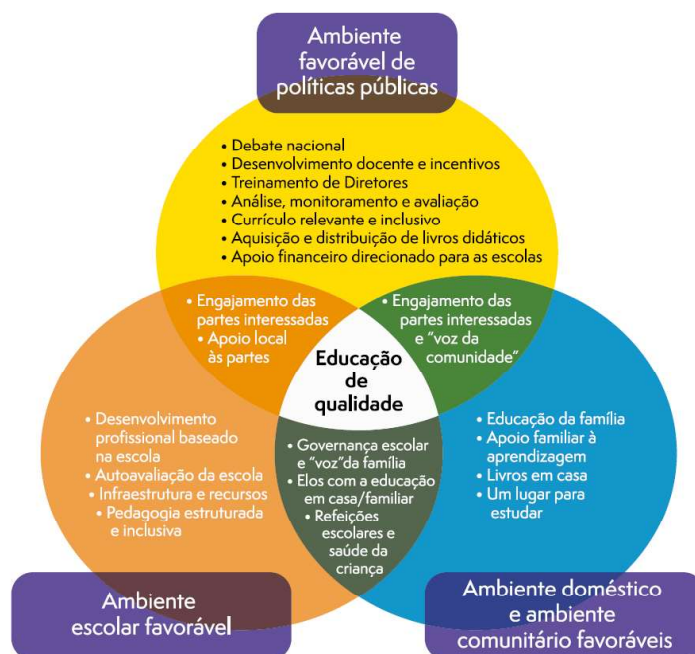
2.2.4. ODS 4 – Educação de qualidade

O ODS 4 apresenta como objetivo “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015). As **dez** metas globais reunidas para formulação deste ODS compõem um grande desafio: melhorar a qualidade da educação ofertada para população (IPEA, 2019a).

Neste ODS são abordadas diversas dimensões do que tange ao alcance de uma educação de qualidade. Por exemplo: a) a eliminação das disparidades de gênero na educação e a garantia de acesso aos mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade; b) as questões vinculadas à efetivação de uma educação de qualidade, pelo desenvolvimento de aspectos como alfabetização, ensino da matemática, qualificação docente e melhoria da infraestrutura física escolar; c) a educação para o desenvolvimento sustentável, que reúne aspectos como educação ambiental, educação para direitos humanos e educação para cidadania; d) aspectos ligados à educação profissional, profissionalizante, técnica e do ensino a jovens e adultos que visam o mercado profissional, e e) temas ligados ao acesso e permanência na educação, abordando aspectos como políticas de permanência estudantil, políticas de cotas, bolsas de estudo, políticas afirmativas e evasão escolar (IPEA, 2019a).

Em 2020 a Unesco lançou o Caderno *Educação para o Desenvolvimento Sustentável na Escola – ODS 4 – Educação de qualidade*, no qual esquematizou a complexa relação por trás do trabalho por uma educação de qualidade que transcenda as relações de aprendizagem, conforme figura 4, a seguir:

Figura 4 – Condições para uma educação de qualidade



Fonte: Unesco (2020, p. 28)

Ou seja, para que haja uma educação de qualidade, devem ser considerados diversos fatores influenciadores, tais quais as políticas públicas, o ambiente escolar e o envolvimento familiar e comunitário. É preciso considerar que, para o devido funcionamento dessa estrutura, será constantemente necessário um esforço tanto dos governos em suas diversas esferas quanto da sociedade, especialmente no que se refere ao controle social sobre as políticas existentes (UNESCO, 2020).

Em maio de 2015, no Fórum Mundial de Educação, foi aprovada a *Declaração de Incheon*, que acompanhou o desenvolvimento do ODS 4 e estabeleceu uma nova visão para a educação nos quinze anos seguintes. A *Declaração de Incheon* defende o reconhecimento do papel da educação como principal impulsionador para o desenvolvimento e para o alcance de outros ODS, constatando que a educação é um

bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos e, portanto, elemento chave para o atingimento de todas as metas propostas pela *Agenda 2030* (UNESCO, 2015). É importante frisar, neste contexto, que a declaração abarca também o papel das universidades, ao afirmar que essas “desempenham um papel vital de estimular o pensamento crítico e criativo e também de gerar e disseminar conhecimentos para o desenvolvimento social, cultural, ecológico e econômico” (UNESCO, 2015, p. 41). O papel das universidades na conjuntura dos ODS será mais amplamente desenvolvido a partir da seção 2.4 desta dissertação.

2.2.5. ODS 5 – Igualdade de gênero

O objetivo estabelecido para o ODS 5 foi de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2018). As **onze** metas globais que compõem este ODS abrangem relevantes dimensões da desigualdade de gênero, abordando temas que tratam de garantir a igualdade de gênero no acesso a direitos básicos (propriedade, conhecimento, informações) e de acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres. Além disso, enfatiza também aspectos ligados ao empoderamento feminino, abordando, principalmente, uma participação plena das mulheres em processos decisórios, em níveis de liderança e na esfera política. Também levanta como objetivo eliminar todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo diversas práticas nocivas, como exploração sexual, casamento forçado, violências de gênero e violências sexuais. Outra questão retratada refere-se ao reconhecimento e valorização do trabalho feminino, buscando eliminar as desigualdades na divisão sexual do trabalho. Também são tratadas questões de saúde da mulher; neste caso, desenvolvem-se aspectos relativos ao acesso à saúde, à proteção e garantia da saúde sexual, reprodutiva e dos direitos reprodutivos (IPEA, 2019a).

Sobre os aspectos contemplados neste ODS, em sua última versão, o *Relatório global de Gap de Gênero* realizado pelo Fórum Econômico Mundial de 2020, que tem como objetivo capturar a magnitude das disparidades baseadas em gênero e acompanhar seu progresso ao longo do tempo em 153 países, concluiu que a diferença de gênero diminuiu ligeiramente desde o ano anterior. Mas, segundo o

relatório, ainda serão necessários 99,5 anos para atingir a paridade total no ritmo atual (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019).

De acordo com o relatório, o resultado positivo deste ano foi impulsionado principalmente por um progresso no subíndice “Empoderamento Político” (tema contemplado pelas metas 5.5, 5b e 5c) bem como por melhorias marginais nos subíndices “Saúde e Sobrevivência” (meta 5.6) e “Desempenho Educacional” (5.1, 5i e 5.b.2). Por outro lado, o progresso em direção à paridade de gênero em termos de “Participação Econômica” e “Oportunidade” (tema abordado na meta 5.4) registra uma retração, sendo essencial, portanto, que todas as dimensões da igualdade sejam contempladas para que haja de fato um avanço nas relações de gênero e uma diminuição, ou eliminação, do *gap* atual existente (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019).

2.2.6. ODS 6 – Água potável e saneamento

O ODS 6 tem como objetivo “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos” (ONU, 2018). O conjunto das **oito** metas reunidas neste ODS reforça a importância de ações e políticas de acesso à água (garantias de acesso à água de forma equitativa e segura pela população através do abastecimento e de políticas públicas com este objetivo) e ao esgotamento sanitário como orientadores da promoção da saúde de qualidade. Aborda também aspectos como a participação social e institucional na gestão compartilhada e no uso eficiente da água (contemplando aspectos como eficiência, governança, reaproveitamento, escassez e conscientização no bom uso deste recurso) com vistas a melhorar sua qualidade, proteger e restaurar seus ecossistemas relacionados (IPEA, 2019a).

Em 2022, coordenado pelo Programa Mundial de Avaliação da Água da UNESCO (WWAP), foi lançado o *Relatório Mundial de Desenvolvimento da Água (The United Nations World Water Development Report 2022)*, que é o principal relatório das Nações Unidas sobre a água. O programa fez o alerta de que, embora a dependência das águas tenha tendência a aumentar devido à crescente demanda por todos os setores, combinada com a crescente variação nos padrões de chuva, e mesmo este recurso natural seja fundamental para a luta contra a pobreza, a segurança alimentar e hídrica, para a criação de empregos decentes, para o desenvolvimento

socioeconômico e para a resiliência das sociedades e economias às mudanças climáticas, muitas vezes seu uso é mal compreendido e, conseqüentemente, subvalorizado, mal administrado e até mesmo abusado. De acordo com o *Relatório*, diante destes fatos, o vasto potencial das águas subterrâneas e a necessidade de geri-las de forma sustentável já não podem ser ignorados (UNITED NATIONS, 2022).

Corroborando esta tese, no *Relatório de síntese (Synthesis Report)* do ODS 6 sobre água e saneamento publicado em 2018 pelas Nações Unidas, consta:

A água doce, em quantidade e qualidade suficientes, é essencial para todos os aspectos da vida e desenvolvimento. Os direitos humanos à água e ao saneamento são amplamente reconhecidos pelos Estados-Membros. Os recursos hídricos estão inseridos em todas as formas de desenvolvimento (por exemplo, segurança alimentar, promoção da saúde e redução da pobreza), na sustentação do crescimento econômico na agricultura, indústria e geração de energia, e na manutenção de ecossistemas saudáveis. (UN-WATER, 2018, p. 10; tradução nossa)

De acordo com o *Relatório Mundial de Desenvolvimento da Água*, um dos maiores desafios para o alcance do ODS 6 é o fato de que ainda são relativamente escassos os dados relativos às águas subterrâneas e sobre as iniciativas de monitoramento desses recursos. Essa área é considerada como negligenciada, uma vez que o conhecimento científico em hidrogeologia e os métodos e ferramentas disponíveis seriam suficientes para abordar a maioria das questões de gestão de águas subterrâneas e fornecer dados suficientes para o impulsionamento das resoluções das problemáticas levantadas pelo ODS 6 (UNITED NATIONS, 2022).

2.2.7. ODS 7 – Energia limpa e acessível

O objetivo estabelecido para o ODS 7 foi o de assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos (ONU, 2018). As **cinco** metas traçadas para o alcance deste objetivo vislumbram aspectos como: a garantia a eletricidade por um custo razoável por toda população, a expansão da infraestrutura energética, a atualização da tecnologia para o fornecimento de energia limpa através da exploração e desenvolvimento de energias renováveis, de forma a estimular substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global,

e a adoção de padrões econômicos que visem a ampliação de tecnologias que auxiliem na redução do consumo global de eletricidade (eficiência energética) (IPEA, 2019i).

De acordo com o *Plano Decenal de Expansão de Energia*, que é um estudo elaborado anualmente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) sob as diretrizes e o apoio das equipes do Ministério de Minas e Energia (MME) (MME; EPE, 2022, p. 307), a partir da ampla perspectiva de tratados internacionais como a *Agenda 2030* e na conjuntura global de pressão pela construção de cenários cada vez mais sustentáveis, o setor energético tem o papel de desenvolver diferentes mecanismos visando promover a sustentabilidade e agregar valor socioambiental aos projetos de energia.

Segundo o Relatório Luz⁵ (GTSC A2030, 2022, p. 43) os impactos da pandemia da Covid-19 e o desafio da superação diante do cenário deixado por ela colocam em risco a efetivação desse ODS no cenário brasileiro. De acordo com o documento, é possível afirmar que os avanços verificados nos primeiros cinco anos da *Agenda 2030* estão ameaçados pelas altas sucessivas das tarifas de energia elétrica e do preço do gás liquefeito de petróleo (GLP). Isso ocorre mesmo considerando o contexto privilegiado da realidade do nosso país, visto que hoje as matrizes energética e elétrica brasileiras já são compostas por 47 % e 85% de fontes renováveis, respectivamente (MME; EPE, 2022).

2.2.8. ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico

O objetivo descrito no ODS 8 é o de “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” (ONU, 2018). As **onze** metas traçadas para o alcance deste objetivo visam garantir o crescimento econômico de forma ordenada, ou seja, harmonizando este anseio com uma ampla gama de dimensões do desenvolvimento. As primeiras metas englobam temas que tratam diretamente do crescimento econômico, trazendo fatores

⁵ O *Relatório Luz* (GTSC A2030, 2022) é um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030/GTSC A2030) que analisa a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e mostra o que o país precisa fazer para cumprir o compromisso que assumiu junto à ONU de alcançar as metas globais até 2030. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/biblioteca/relatorios-luz/>

que auxiliam o atingimento de níveis mais elevados de produtividade das economias tais quais o crescimento do PIB, empreendedorismo, inovações econômicas e formalização empresarial. Em seguida, este ODS apresenta metas que abrangem temas ligados ao emprego pleno e trabalho decente abordando questões vinculadas à promoção de políticas orientadas para geração de emprego, redução da taxa de desemprego, proteção dos direitos trabalhistas e erradicação de trabalhos exploratórios. Também estão presentes neste ODS metas que envolvem aspectos referentes ao desenvolvimento financeiro e turístico sustentável, o que inclui o fortalecimento das instituições financeiras, a eficiência dos recursos globais e do consumo sustentável e a implementação de políticas para promoção do turismo sustentável (IPEA, 2019a).

Conforme relatado pela nona edição do *Monitor OIT: O Mundo do Trabalho*, publicada em maio de 2022 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT; em inglês, International Labour Organization, ou ILO), este contexto está sendo fustigado por múltiplas crises. A pandemia de Covid-19 criou uma instabilidade sem precedentes no mercado de trabalho em 2020, seguida por uma recuperação desigual, incerta e frágil em 2021. Considerando essa conjuntura, o relatório alerta sobre a necessidade urgente de uma abordagem abrangente de proteção social, de forma a garantir e promover a criação de empregos decentes e possibilitar a transição para a formalidade daqueles que foram atingidos pelas consequências da crise (ILO, 2022).

Foi neste sentido que surgiram iniciativas como a da Secretária-geral das Nações Unidas, que em setembro de 2021 lançou uma série de medidas chamadas de “aceleradores globais”, em capítulo de documento intitulado *Acelerador global de empregos e proteção social (The Global Accelerator for Jobs and Social Protection*, em inglês; ONU, 2021). Este documento teve como objetivo oferecer estratégias para criar pelo menos 400 milhões de empregos decentes até 2030. Sobre os desafios para o alcance das metas, consta no documento:

Enfrentar a insegurança econômica e as desigualdades profundamente enraizadas, incluindo as desigualdades de gênero, bem como aquelas agravadas pela pobreza, clima e conflito, é indispensável para permitir que as pessoas e as sociedades se adaptem às mudanças e fortaleçam sua resiliência a choques futuros. Tal abordagem não só proporciona maiores rendimentos para indivíduos, famílias e comunidades; também contribui para o emprego produtivo, empresas sustentáveis e aumento das receitas

nacionais, e é fundamental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2021, p. 10)

2.2.9. ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura

O objetivo estabelecido para o ODS 9 foi o de “Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação” (ONU, 2018). As **oito** metas traçadas para o alcance deste objetivo explicitam na agenda internacional a importância da construção e promoção de uma infraestrutura e de uma industrialização de qualidade, inclusivas e sustentáveis. Além disso, as metas estimulam o fortalecimento da pesquisa e a melhoria das capacidades tecnológicas como ferramentas para o alcance de melhores índices de desenvolvimento (IPEA, 2019a).

De acordo com Pereira (2022), o alcance das metas do ODS 9 tem um papel primordial na busca por mais qualidade de vida, pois, através do fortalecimento de uma indústria inclusiva, do desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e do investimento em pesquisa e inovação contribui-se também para a geração de mais emprego e renda. É importante frisar que o progresso tecnológico e o fomento de pesquisas científicas são fundamentais para encontrar soluções para desafios econômicos e ambientais. Um dos exemplos recentes foi o desenvolvimento e a produção de vacinas contra a Covid-19 em tempo recorde, o que demonstrou o poder da inovação tecnológica e sua relevância para a construção de uma sociedade mais resiliente.

Entretanto, a promoção de um desenvolvimento inclusivo e sustentável e a redução da desigualdade no país se tornam inexecutáveis com a queda contínua dos investimentos públicos em infraestrutura – no Brasil, menos de 2% do PIB em média nos últimos 10 anos, sendo ainda menor em 2021 (1,73% do PIB) – e em pesquisa (GTSC A2030, 2022). Pequenas e médias indústrias foram especialmente impactadas pela crise. Embora alguns governos tenham respondido à pandemia com medidas de apoio econômico, em muitos países essas medidas não aconteceram ou não foram suficientes, tornando este fato um grande freio no avanço do alcance dos ODS (PEREIRA, 2022).

2.2.10. ODS 10 – Redução das desigualdades

O ODS 10 tem como objetivo central “Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles” (ONU, 2018). Suas **dez** metas focam na redução das desigualdades socioeconômicas e políticas através da inclusão social, do incremento de renda e da aplicação de políticas de proteção social, assim como visam o combate às discriminações de todos os tipos, com atenção especial ao contexto das migrações seguras e da proteção aos refugiados. Outro ponto é a melhoria e fortalecimento das instituições econômicas e financeiras globais e da cooperação internacional, a fim de aumentar a representatividade de países em desenvolvimento no cenário global (IPEA, 2019a).

De acordo com o documento intitulado *Relatório mundial da desigualdade – 2022 (World Inequality Report 2022; CHANCEL, 2022)*⁶ são grandes os desafios para a redução das desigualdades no mundo. Dados deste relatório revelam que em todas as grandes regiões do mundo, com exceção da Europa, a participação dos 50% mais pobres nos ganhos totais é inferior a 15% (menos de 10% na América Latina e África Subsaariana), enquanto a participação dos 10% mais ricos é superior a 40%, e, em muitas das regiões, mais próxima de 60%. Além disso, a participação dos 50% mais pobres do mundo na riqueza global total é de 2%, enquanto a participação dos 10% mais ricos é de 76%. O relatório pressagia ainda novos aumentos na desigualdade, considerando a riqueza uma fonte importante de ganhos econômicos futuros e, cada vez mais, de poder e influência. Esses dados indicam uma extrema concentração do poder econômico nas mãos de uma minoria muito pequena dos super-ricos (CHANCEL *et al.*, 2022).

Alcançar os objetivos preconizados pela *Agenda 2030* significa também romper com uma conjuntura histórica de desigualdade. Neste sentido, Chancel *et al.* (2022, p. 22) afirmam:

A desigualdade de renda global sempre foi muito grande, refletindo a persistência de um sistema econômico mundial extremamente hierárquico

⁶ Este relatório (CHANCEL, 2022), fruto de um estudo realizado com a colaboração de cerca de 100 pesquisadores internacionais, foi lançado mundialmente pelo World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais) organização integrante da Escola de Economia de Paris, codirigido pelo economista francês Thomas Piketty e tendo o economista Lucas Chancel como seu principal autor.

tanto entre os países quanto dentro deles. A desigualdade global aumentou entre 1820 e 1910, no contexto da ascensão do domínio ocidental e dos impérios coloniais, e depois se estabilizou em um nível muito alto entre 1910 e 2020. Desde 1980, a desigualdade doméstica cresceu, mas a desigualdade internacional começou a diminuir graças ao rápido crescimento das grandes economias ditas emergentes. Esses dois efeitos se equilibram, de modo que, nas últimas décadas, a desigualdade global tem se mantido basicamente estável, embora em um nível muito alto. (CHANCEL ET AL., 2022, p. 22)

As políticas de proteção social são poderosas ferramentas no controle desse desequilíbrio. De acordo com o relatório *Acelerador Global de Empregos e Proteção Social* (ONU, 2021), atualmente, apenas 46,9% da população global está efetivamente coberta por pelo menos um benefício de proteção social, enquanto os 53,1% restantes – até 4,14 bilhões de pessoas – ficam desprotegidos. Com o advento da pandemia da Covid-19, ficou evidente o papel crítico dessa ferramenta. Em países com fortes sistemas de proteção social pré-existent, os regimes estatutários cumpriram automaticamente sua função protetora, enquanto em países com sistemas de proteção social fracos, os governos enfrentaram maiores desafios na montagem de uma resposta proporcional para estender a proteção aos mais afetados, incluindo migrantes e trabalhadores da economia informal (ONU, 2021). Cabe ainda reforçar que a origem da desigualdade não é apenas econômica, e, sim, diversificada, atingindo aspectos como infraestrutura, educação, saúde, gênero, sexo, etc. (CHANCEL ET AL., 2022).

2.2.11. ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis

O ODS11 apresenta como objetivo “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2018). Este ODS articula **dez** metas que tratam de temas como a garantia de acesso de todos a uma habitação segura e às políticas que garantam assentamentos humanos participativos. O ODS 11 aborda a questão da urbanização sustentável como forma de garantir, dentre outros aspectos, a diminuição do número de pessoas residentes em áreas de risco e aumentar o número de cidades envolvidas em planos para mitigação, adaptação e resiliência às mudanças climáticas e para a gestão integrada de riscos de desastres. Trata também de temas relativos à mobilidade urbana, abordando, neste caso, aspectos ligados a expansão e acesso ao sistema de transporte público,

com ênfase na melhoria da segurança viária, com especial atenção às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade. Possui também metas cujas temáticas estão voltadas para fortalecer esforços para proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural das cidades e do mundo (IPEA, 2019a).

A adoção pela comunidade internacional das metas preconizadas pelo ODS 11 coloca firmemente a urbanização na vanguarda internacional para as políticas de desenvolvimento. Este reconhecimento vai além de ver a urbanização como um simples fenômeno demográfico, mas sim como um processo transformador capaz de impulsionar muitos aspectos do desenvolvimento mundial. Hoje as cidades são reconhecidas como centros de inovação e investimento, e desempenham um papel prioritário, impulsionando a industrialização e o crescimento econômico nos países. As cidades são posicionadas para assumir a liderança nas abordagens de muitos dos desafios globais persistentes, incluindo poluição, mudanças climáticas, resiliência e degradação ambiental, segurança rodoviária, mobilidade urbana, gestão de tráfego, pobreza, desigualdade, desemprego, crimes e segurança etc. Assim como podem ser consideradas fundamentais para encontrar soluções para novos e emergentes desafios que o mundo está enfrentando (UN-HABITAT, 2018).

De acordo com o *Relatório síntese de monitoramento do ODS 11 (SDG 11 Synthesis Report 2018; UN-HABITAT, 2018)*, desde 2007, mais da metade da população mundial vive em cidades ou centros urbanos. As estimativas mostram que, até 2030, as cidades abrigarão 60% da população mundial, parcela que aumentará ainda mais, para cerca de 68,4%, até 2050. Hoje, as cidades são potências de crescimento econômico, contribuindo com cerca de 80% do PIB global, e funcionando como catalisadores de inclusão e inovação. No entanto, as cidades também representam cerca de 70% do consumo global de energia e 70% das emissões globais de carbono, bem como mais de 70% do uso de recursos. Dentro de contexto não planejado ou de urbanização mal governada, cidades são muitas vezes caracterizadas por fortes desigualdades econômicas, exclusão social, pobreza extrema, desemprego elevado, favelas, habitações inacessíveis e inadequadas e condições ambientais precárias, bem como o ambiente insustentável. Equilibrar estes fatores é, portanto, o grande desafio deste ODS (UN-HABITAT, 2018).

Também neste sentido, a *Nova Agenda Urbana (New Urban Agenda, NUA; ONU, 2017)* publicada após a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e

Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), ocorrida em 2017 na cidade de Quito, afirma:

Nesta era sem precedentes de crescente urbanização e no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, do Acordo de Paris e de outros acordos e estruturas globais de desenvolvimento, chegamos a um ponto crítico no entendimento de que as cidades podem ser a fonte de soluções para, e não a causa dos desafios que nosso mundo enfrenta hoje. Se bem planejada e gerenciada, a urbanização pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento sustentável tanto para os países e desenvolvimento quanto para os desenvolvidos (ONU, 2017 p. 5).

2.2.12. ODS 12 – Consumo e produções sustentáveis

O objetivo estabelecido no ODS 12 foi o de “assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”, considerando o gerenciamento eficiente dos recursos naturais compartilhados e a forma como são descartados materiais tóxicos e poluentes (ONU, 2018). Suas **onze** metas tem foco tanto em ações globais quanto em estratégias locais de atuação, levantando possibilidades de práticas para empresas e a sociedade – através de ações de redução de desperdício, apoio a mudanças de padrões, adoção e promoção de parâmetros de responsabilidade socioambiental integrados em seus relatórios, estímulo aos processos de compras sustentáveis, desenvolvimento de ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável e facilitação de acesso à informação relevante para o desenvolvimento sustentável pela população – e para gestão do Estado – com a implementação de planos e programas nacionais que abordem esta temática. As metas abordam também conteúdos ligados diretamente à preservação ambiental, através do estímulo ao manejo ambientalmente saudável de materiais nocivos, da redução da geração de resíduos e da racionalização dos subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis (IPEA, 2019a).

De acordo com o *Quadro de Programas de 10 Anos para Consumo e Produção Sustentáveis (10YFP*, da sigla em inglês *10 Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns*), publicado em 2022 pelo segmento da ONU que cuida de sustentabilidade, os atuais padrões insustentáveis de consumo e produção que prevalecem em todo o mundo dependem da extração, processamento, uso e descarte de uma quantidade cada vez maior de recursos

naturais do planeta, causando danos ambientais cada vez maiores. A quantidade de materiais usados na produção e consumo segue crescendo de forma exponencial, e a taxa de extração dos materiais está superando, globalmente, o crescimento populacional e econômico, o que significa que estamos usando mais materiais e com menos eficiência. Se os negócios continuarem como de costume, a extração global de recursos aumentará 110% até 2060.⁷

Um dos grandes desafios para o alcance deste ODS é o de não isolar os danos nos contextos de cada país e sim avaliar o que Amos & Lydgate (2020, p. 13) chamaram de “impacto transfronteiriço”, que é, justamente, considerar a relação que cada país tem com o aumento do nível de produção e consumo mesmo que fora das suas fronteiras. Trata-se de fazer, portanto, uma análise que leve em consideração a lacuna existente entre consumo e produção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Explicam os autores:

Embora a responsabilidade de mitigar o esgotamento dos recursos naturais, a poluição e outros impactos negativos da produção desses bens seja da competência dos países produtores, níveis desproporcionalmente altos de consumo nos países ricos os tornam cada vez mais responsáveis, em termos práticos, se não legais, por danos ambientais que ocorrem fora de suas fronteiras. Ainda assim, poucos países desenvolvidos tentaram levar em conta os impactos do comércio transfronteiriço. (AMOS & LYDGATE, 2020 p. 15)

Sobre este tema, o *10YFP* (ONU, 2022) explica que, por exemplo, as economias dos países ricos são muitas vezes compostas por indústrias ou “serviços”, que geralmente não usam tantos recursos naturais ou produzem tantos impactos ambientais. Por outro lado, os países mais pobres e de renda média são mais propensos a ter economias compostas por indústrias 'primárias', como mineração, agricultura e silvicultura, ou indústrias 'secundárias', como processamento e manufatura, que têm uma incidência maior sobre o uso de recursos naturais e impactos ambientais. No entanto, os consumidores finais dos bens produzidos nas indústrias primárias e secundárias em países pobres e de renda média são, frequentemente, as pessoas que vivem em países ricos. Além disso, as empresas dos países ricos têm como praxe transferir parte de suas operações para países mais pobres, onde a mão de obra ou os insumos materiais são mais baratos, o que pode

⁷ Este quadro é um compromisso global de ação para acelerar as mudanças necessárias para o alcance do ODS 12 (ONU, 2022).

significar a transferência do ônus da produção e do consumo insustentável dos países ricos para os países pobres.

2.2.13. ODS 13 – Ação contra mudança global do clima

Para o ODS13, a *Agenda 2030* estabeleceu como objetivo “tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos” (ONU, 2018). Para isso busca-se, através das **cinco** metas do objetivo, tratar sobre os principais planos, estratégias e políticas nacionais que contribuam para o enfrentamento da mudança global do clima, para ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa aos riscos, impactos e catástrofes naturais e para incentivar os atores econômicos e sociais a adotarem práticas de baixa emissão de gases de efeito estufa. Isso deve se dar através do aumento da conscientização e da capacidade humana e institucional sobre aspectos relacionados à mudança do clima e às suas consequências (IPEA, 2019a).

As mudanças climáticas representam o grande desafio global para a política ambiental neste século, colocando em xeque a capacidade de articulação dos Estados ao mesmo tempo que evidencia as desigualdades globais. O enfrentamento eficaz do problema deve ter em mente premissas fundamentais tais que levem a um acordo que combine responsabilidades e vulnerabilidades diferenciadas em um contexto de direitos e cada vez mais orientado para a equidade (VIOLA; FRANCHINI; RIBEIRO, 2013).

Em dezembro de 2015, em Paris, foi estabelecido entre as maiores potências mundiais um plano para negociar um acordo climático pós-2020, chamado *Acordo de Paris*. O Acordo de Paris inclui objetivos de longo prazo para limitar as emissões de gases do efeito estufa (GEE), e é o primeiro aplicável a todos os países que fazem parte da Convenção do Clima, diferente do acordo anterior, que apenas estabeleceu metas obrigatórias de redução para os países desenvolvidos (LAZARO; GREMAUD, 2017). A efetividade do Acordo de Paris tem à sua frente os desafios postos por uma arquitetura em que são as políticas domésticas – por meio das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) – que guiam o Acordo. Diante do imperativo de liderança dos países desenvolvidos, é importante identificar os espaços onde os países em desenvolvimento poderão pressionar por esta liderança em termos de

contribuições nacionalmente determinadas suficientemente ambiciosas (VOIGT, 2016).

De acordo com o *Sexto Relatório de Avaliação* do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), publicado em 2022, não existe uma fórmula única para se alcançar a resiliência climática. O sumário técnico relatório diz que:

não há um único caminho ou clima que represente resiliência climática para todas as nações, atores ou escalas muitas soluções surgirão local e regionalmente. Tendências globais incluindo o aumento da desigualdade de renda, urbanização, migração, crescimento das emissões de gases de efeito estufa, mudança no uso da terra, deslocamento e reversões de tendências de longo prazo para o aumento expectativa de vida contrariam os ODS, bem como os esforços para reduzir emissões de gases com efeito de estufa e adaptar-se a um clima em mudança. Com mudanças climáticas progressivas, as condições favoráveis diminuirão e oportunidades para a transição bem-sucedida de sistemas tanto para mitigação e a adaptação se tornará mais limitada (IPCC, 2022, p. 100)

Conforme, Szklo *et al.* (2021, p. 2), o Brasil ratificou seu compromisso com a agenda climática ao submeter, em 8 de dezembro de 2020, a versão revisada das NDC ao Acordo de Paris. Nessa versão, o país assumiu o compromisso de adotar medidas para redução das emissões de (GEE). A NDC brasileira contém o compromisso de reduzir essas emissões em 37%, em 2025, e 43%, em 2030, e atingir a neutralidade climática – ou seja, emissões totais líquidas nulas – em 2060. Contudo, para que estes números sejam atingidos, existem caminhos a serem seguidos. Em um estudo publicado em 2022, Meinshausen *et al.* (2022) demonstraram que, apesar de estudos anteriores a 2021 sugerirem menos de 50% de chances de manter o aquecimento abaixo de 2 graus Celsius, conforme compromisso firmado no Acordo de Paris. O aquecimento só pode ser mantido abaixo desses parâmetros se todas as promessas condicionais e incondicionais forem implementadas na íntegra e no prazo estabelecido.

O IPCC busca caminhos para que haja chance de, no cenário global, os limites estabelecidos para mitigação das mudanças climáticas pelas Agendas Globais serem alcançados. Neste sentido, explicita algumas ações que devem ser tomadas: i) as emissões globais de GEE precisam parar de crescer em 2025; ii) não há espaço para novas infraestruturas baseadas em combustíveis fósseis; iii) precisamos de transformações rápidas em todos os setores para evitar os piores impactos climáticos; iv) mudanças de comportamento e estilo de vida têm um papel fundamental na

mitigação das mudanças climáticas; v) manter o aumento da temperatura global dentro do limite de 1,5°C será impossível sem remoção de carbono, e vi) o financiamento climático para a mitigação deve ser de três a seis vezes maior até 2030 para limitar o aquecimento global a 2°C (IPCC, 2022).

2.2.14. ODS 14 - Vida na água

O objetivo traçado pela *Agenda 2030* para o ODS14 foi o da “conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2018). Apesar da nomenclatura “Vida na água” ter sido estabelecida para o ODS14, as **dez** metas aqui elencadas tratam especificamente da proteção e conservação da vida marinha (a proteção da vida nos ambientes terrestres, que inclui os ecossistemas aquáticos continentais, é o objeto do ODS 15) e envolvem aspectos como prevenção a poluição dos mares, conservação de zonas costeiras, regulação da pesca e uso sustentável dos recursos marinhos e desenvolvimento da tecnologia marinha (IPEA, 2019b).

Portanto, através de suas dez metas, este ODS aborda aspectos ligados à proteção dos oceanos e ao combate à poluição marinha, tratando dos seus ecossistemas, da conservação e do uso sustentável. Aborda também conteúdos relativos à gestão sustentável da pesca, a regulação da atividade e o combate à ilegalidade e às práticas destrutivas da modalidade, tratando, inclusive, do acesso e amparo aos pescadores artesanais. Por fim, algumas de suas metas têm como foco aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidade de pesquisa e compartilhar aspectos da tecnologia marinha (IPEA, 2019a).

Nas últimas duas décadas, o lixo marinho, principalmente o plástico, causou preocupação, pois os últimos números apontam que sete dos dez principais itens de detritos no mar são plásticos, como pontas de cigarro, embalagens de alimentos, garrafas e tampas de garrafas, canudos e colheres. Fotos de animais presos em redes fantasmas (restos de artes de pesca flutuando no mar) e conteúdo estomacal de aves marinhas, mamíferos marinhos e répteis cheios de lixo ajudaram a aumentar a conscientização pública. Também o impacto da poluição à luz dos valores estéticos juntou-se à preocupação com o potencial impacto na saúde humana pela ingestão de microplásticos através do consumo de frutos do mar (GUTMANN; GORMAN, 2022).

Em 1 de julho de 2022, os Chefes de Estado e de Governo se reuniram em Lisboa, em conferência das Nações Unidas para apoiar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 da *Agenda 2030*, conhecida como a “Conferência dos Oceanos”, na qual foi reafirmado que o oceano é fundamental para a vida no nosso planeta e para o nosso futuro, uma essencial fonte de biodiversidade do planeta que desempenha um papel vital no sistema climático e no ciclo da água. No texto, as nações citam também o “arrependimento profundo” ao reconhecer a “falha coletiva em alcançar” várias das metas do ODS 14. Sobre as maiores preocupações, a declaração afirma:

Estamos, portanto, profundamente alarmados com a emergência global que enfrenta o oceano. O nível do mar está subindo, a erosão costeira está piorando e o oceano está mais quente e mais ácido. A poluição marinha está aumentando a um ritmo alarmante, um terço dos estoques de peixes são superexplorados, a biodiversidade marinha continua a diminuir e aproximadamente metade de todos os corais vivos foi perdido, enquanto as espécies invasoras representam uma ameaça significativa aos ecossistemas e recursos marinhos. Embora tenha havido progresso no cumprimento de algumas das metas da Meta 14, a ação não está avançando na velocidade ou na escala necessária para atingir nossas metas. Lamentamos profundamente nosso fracasso coletivo em atingir as metas 14.2, 14.4, 14.5 e 14.6 que venceram em 2020 e renovamos nosso compromisso de tomar medidas urgentes e cooperar nos níveis global, regional e sub-regional para atingir todas as metas o mais rápido possível sem atraso indevido.⁸

Gaur (2018, p. 3) sugere como um dos caminhos para o alcance deste ODS a estratégia de uso da chamada “economia azul”, a partir da qual o oceano, através dos recursos marinhos, atuaria como um motor de crescimento nas economias dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Seria, portanto, um desenvolvimento “liderado” pelo oceano, uma vez que, através do seu bom uso, diversos setores da economia e sociedade global também seriam beneficiados com bases sustentáveis. Nesse sentido, a “economia azul” poderia emergir como um novo paradigma de desenvolvimento, que complementaria os esforços do ODS-14 e poderia levar a economia mundial a uma trajetória de alto crescimento e desencadear múltiplas oportunidades de desenvolvimento.

⁸ A declaração ainda não foi oficialmente divulgada em formato de publicação. O documento provisório de numeração “A/CONF.230/2022/12” está disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/389/07/PDF/N2238907.pdf?OpenElement>. Acesso em: 13 set. 2022.

2.2.15. ODS 15 - Vida terrestre

O objetivo estabelecido pela *Agenda 2030* no ODS 15 foi o de “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (ONU, 2018). As **dezesesseis** metas reunidas para formulação deste ODS são compostas por proposições ligadas à conservação dos ecossistemas (terrestres, de água doce, de florestas, de zonas úmidas, de montanhas e de terras áridas) e suas ferramentas de implementação, como leis, projetos e compromissos nacionais e internacionais. Trata também do combate às ações de ameaça à vida silvestre, como a degradação dos seus habitats naturais, caça ilegal, pesca predatória e tráfico de animais, assim como da diminuição do risco de extinção de espécies ameaçadas. No que tange ao combate à desertificação, as metas deste ODS trazem aspectos como a recuperação e manejo florestal, prevenção ao desmatamento, restauração de solos degradados etc. Outro ponto de destaque para este ODS é a promoção e acesso aos recursos genéticos, aos conhecimentos tradicionais associados e à integração dos valores dos ecossistemas e da biodiversidade nos processos de desenvolvimento (IPEA, 2019b).

De acordo com Sayer *et al.* (2019), embora o ODS 15 seja reconhecido na *Agenda 2030* como tendo igual destaque ao de outros ODS, na prática, essa igualdade parece distante de estar garantida. Isso ocorre porque existe uma tendência de enxergar a conservação como uma preocupação de nações ocidentais ricas, com pouca relevância às necessidades locais imediatas. Somado a isso, a maior parte da população mundial, incluindo a maioria dos políticos, formuladores de políticas e especialistas, vivem em cidades, onde estão desconectados da realidade da natureza e das florestas. Conforme pesquisas recentes, foi constatado que o ODS 15 e o ODS 14, referente à vida abaixo da água, estão recebendo menos atenção do que outros ODS. Fato é que, por muitos, o desenvolvimento e a conservação são vistos como concorrentes – e o desenvolvimento é a prioridade mais imediata (SAYER *et al.*, 2019).

Entretanto, o *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022* publicado pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2022 (PNUD, 2022) alerta justamente sobre o “perigo” de se “criar” heróis ou vilões no que se refere ao futuro da nossa espécie. Sobre isso, afirma:

O herói e o vilão na história atual de incerteza são um só: a escolha humana. É demasiado fácil encorajar as pessoas a procurar por sinais de esperança ou afirmar que o copo está meio cheio em vez de meio vazio, pois nem todas as escolhas são iguais. Alguns, – sem dúvida os mais importantes para o destino da nossa espécie – são impulsionados pela inércia institucional e cultural, gerações em construção. (PNUD, 2022, p. 3)

Nos últimos anos, viram-se números recordes de aumento de temperatura, incêndios e tempestades em todo o mundo. São lembretes diários e alarmantes de que a crise climática avança em ritmo acelerado. O colapso da biodiversidade é um risco cada dia mais eminente: mais de 1 milhão de espécies vegetais e animais enfrentam hoje a extinção. Embora a sociedade humana e os sistemas ecológicos há muito tempo se influenciem, a velocidade com que a interferência humana está alterando o contexto da biodiversidade planetária pode ser percebida de forma como nunca antes (PNUD, 2022).

No Brasil os desafios também são grandes. A última edição do *Relatório Luz* (GTSC A2030, 2022) trouxe dados que mostram números alarmantes no que se refere aos temas abordados por este ODS. Em 2021, o país atingiu 20% de área total desmatada na Amazônia e aumentou em 8% o perímetro desmatado no Cerrado em relação ao ano anterior. Entre 2019 e 2021, as unidades de conservação federais perderam uma área de floresta 130% maior do que haviam perdido nos três anos anteriores. Nas terras indígenas, o desmatamento foi 138% maior, no comparativo dos mesmos períodos. Em todo o país, o avanço do desmatamento, em 2021, foi de 79% em relação ao ano anterior. Aumentou 274% o número de registros de invasões irregulares em áreas protegidas de uso sustentável e 54% nas unidades de conservação integral entre 2018 e 2020. O orçamento do Ministério do Meio Ambiente foi cortado em R\$ 35 milhões para 2022, precarizando as ações de fiscalização. Cabe também mencionar um destaque na realidade brasileira: o país possui uma legislação robusta e pioneira sobre o uso do patrimônio genético – que permite a repartição dos lucros no uso da biodiversidade, em benefício da pessoa, do desenvolvimento social, da conservação e da pesquisa – mas que ainda aguarda regulamentação para sua implantação (GTSC A2030, 2022).

2.2.16. ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes

O objetivo estabelecido pela *Agenda 2030* no ODS 16 foi o de “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o Desenvolvimento Sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ONU, 2018). As **doze** metas que constituem este ODS são um exemplo de como os ODS estão vinculados e são interdependentes ao sintetizarem um ideal de sociedade: pacífica, justa, inclusiva, com acesso e igualdade no acesso à justiça, com respeito aos direitos humanos, efetivo Estado de direito, boa governança estatal e instituições transparentes eficazes e responsáveis (IPEA, 2019).

Neste ODS são abordadas questões que envolvem aspectos de variadas naturezas. Algumas metas tratam da redução significativamente todas as formas de violência, do crime e da corrupção, referindo-se principalmente a matérias como o combate ao feminicídio, tortura, violência infantil, abuso, exploração, tráfico e ao crime organizado. Outras metas tratam do fortalecimento das instituições em busca de uma maior transparência, eficácia e acesso à justiça, propondo foco em aspectos como a responsabilidade institucional, a existência e o acesso à defensoria pública e o fortalecimento da participação dos países nas instituições de governança global. Por fim, este ODS também traz metas que discorrem sobre questões vinculadas à inclusão legal de todas as pessoas nos registros nacionais (garantindo o fornecimento de uma identidade para todos) e da garantia de direitos, como o acesso público à informação e a proteção das liberdades fundamentais, além do incentivo à promoção de políticas afirmativas e não discriminatórias em âmbito nacional (IPEA, 2019).

De acordo com Abolade (2019. p. 2), o conceito de “paz” – que é o primeiro termo trazido por este ODS – pode ser relativo. Sobre este aspecto, o autor defende:

A paz é percebida como a ausência de guerra e a presença de concórdia e tranquilidade. A paz é considerada tão relativa quanto o indivíduo que descreve o fenômeno. Para um teísta, a paz é percebida em relação à harmonia que o homem tem consigo mesmo, com os outros e com a realidade transcendente. Para os pacifistas, a coexistência pacífica é reconhecida no que diz respeito à atitude de não-violência e ação em relação ao meio ambiente, seja vivo ou não -vivendo e muitas outras idéias [...] Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no entanto, são uma extensão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, focados na abordagem de conflitos estruturais e humanitários. As Nações Unidas [...] têm o mandato de estabilizar e garantir a paz, a justiça e uma instituição forte, a fim de salvar o mundo de uma maior destruição de recursos humanos e materiais.

Neste sentido, ainda discorrendo sobre o ODS 16 e seus objetivos, o autor diz que as metas para ele estabelecidas visam reduzir significativamente todas as formas de violência e trabalham com governos e comunidades para encontrar soluções duradouras para conflitos e insegurança. Essa responsabilidade não recai somente sobre as Nações Unidas, mas sim, se estende para a gestão interna de situações de conflito e paz dentro dos países (ABOLADE, 2019).

No Brasil, o alcance e principalmente a mensuração dos dados relativos a este ODS vêm enfrentando barreiras. De acordo com os dados divulgados pelo *Atlas da Violência 2021* – produzido em parceria pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto dos Santos Neves com coordenação de Daniel Cerqueira (CERQUEIRA *et al.*, 2021) –, em uma análise da conjuntura da violência no Brasil, o número de homicídios no país vem caindo desde 2018. Porém, ressalta-se:

a queda no número de homicídios observada entre 2018 e 2019 de 22,1%, segundo os registros oficiais do SIM/MS, **deve ser vista com grande cautela em função da deterioração na qualidade dos registros oficiais**. Esse processo se iniciou em 2018, mas atingiu patamar nunca antes observado desde o início da série histórica, em 1979. Os dados publicados pelo “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020”, que tem como fonte os boletins de ocorrência produzidos pelas Polícias Cíveis, indicam 47.742 mortes violentas intencionais no ano e 2019, valor 5% superior ao registrado pelo sistema do Ministério da Saúde. (CERQUEIRA *et al.*, 2021; grifos nossos)

A falta de registros oficiais fere justamente o que fora estabelecido pela meta “16.10” no que tange a “Assegurar o acesso público à informação” (ONU, 2018). Algumas estratégias para mensuração mais aproximada dos números reais vêm sendo tomadas, com base em metodologias desenvolvidas em pesquisas de anos anteriores. Um exemplo disso:

A fim de quantificar a ordem de grandeza dos homicídios que podem ter sido ocultados pela deterioração da qualidade do dado do SIM/MS, foi feito um exercício aproximado, tomando como premissa o trabalho de Cerqueira (2013), que estimou que 73,9% do total de MVCI correspondem, na verdade, a homicídios não classificados como tais. Tomando essa estimativa como referência, caso a proporção de MVCI em relação ao total de mortes violentas fosse a mesma observada em 2017 (6,6%), haveria cerca de 5.338 homicídios a mais registrados em 2019. (CERQUEIRA *et al.*, 2021)

Mesmo considerando dados possivelmente sub-registrados, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022* divulgado pelo Fórum Brasileiro de

Segurança Pública e coordenado por Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima (FBSP, 2022) revelou que o Brasil ainda vive no estado considerado “violência extrema” e que, apesar de possuir **2,7%** da população mundial, responde hoje por **20,4%** dos homicídios registrados em todo planeta. Outros números deste mesmo relatório revelam mais pontos de atenção no quesito da violência e segurança pública, como, por exemplo, o crescimento de **473,6%** de registros ativos de Caçadores e Colecionadores (CAC) entre 2018 e 2022 (FBSP, 2022). Sobre a questão do armamento:

Enfrentamos hoje no país uma política permissiva em relação às armas de fogo e à munição patrocinada pelo Governo Federal a partir de 2019. Ao facilitar o acesso a tais armas, a nova regulação pode favorecer a ocorrência de crimes interpessoais e passionais, além de facilitar o acesso das mesmas a criminosos contumazes (traficantes, assaltantes, milicianos, entre outros) – tendo em vista a comprovada ligação entre os mercados legal e ilegal de armas – e impossibilitar o rastreamento de munições encontradas nos locais dos crimes. Trata-se de uma política cujos efeitos perdurarão por décadas, período em que essas armas permanecerão em condições de uso e continuarão em circulação. (CERQUEIRA *et al.*, 2021)

Além da violência, outro ponto bastante enfatizado nas metas do ODS 16 diz respeito a instituições transparentes e eficazes. Sobre esses aspectos, o *Relatório Luz* (GTSC A2030, 2022) traz a seguinte conjuntura:

No último ano, emendas parlamentares foram distribuídas sem transparência ou controle social algum pelo relator do Orçamento da União, ficando conhecidas como “Orçamento Secreto” [...]. O desrespeito à Lei de Acesso à Informação (LAI) é explícito, como mostram, por exemplo, a classificação frequente de informações de interesse público (que inclusive poderiam comprovar denúncias de corrupção em diversas esferas como sigilosas o “Orçamento Secreto” do Congresso Nacional; a alteração da base de cálculo das emissões de gases de efeito estufa o uso indiscriminado e desvirtuado da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para retirar informações dos canais governamentais ou negar à sociedade civil o acesso a dados, entre outros. Tais fatos graves, somados à violência contra defensores/as dos direitos humanos, pessoas LGBTQIP+, movimentos sociais comunidades indígenas e quilombolas, contribuem para manter as metas do ODS 16 em retrocesso.

São grandes os desafios para o Brasil e para o mundo em busca do cumprimento das metas deste ODS. Mas tais metas, se trabalhadas e colocadas em prática, servirão como um grande alicerce ao desenvolvimento global. Conforme afirma Abolade (2019. p. 6) “um ambiente pacífico, justo e eficaz experimentará, em grande medida, o desenvolvimento”.

2.2.17. ODS 17 - Parcerias e meios de implementação






O ODS 17 apresenta como objetivo “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2018). As **dezessete** metas globais reunidas para formulação deste ODS têm como foco o progresso dos países em desenvolvimento, e levam em conta que a disponibilidade de meios financeiros, tecnológicos e de gestão são essenciais para o cumprimento do 17º objetivo levantado pela *Agenda 2030* (IPEA, 2019b).

Para este último ODS, muitas temáticas foram abordadas tendo em vista estabelecer meios de “fazer cumprir” o que foi preconizado ao longo da *Agenda*. As suas primeiras metas tratam da aplicação de recursos financeiros em busca do desenvolvimento sustentável e visam fortalecer a mobilização de recursos em múltiplas fontes para auxiliar sua implementação em países menos desenvolvidos. Em seguida, as metas trazem temas que discorrem sobre a promoção e difusão de tecnologias ambientalmente corretas e se unem no propósito de fomentar e desenvolver capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países em desenvolvimento. Também são trazidos aspectos que abordam o fortalecimento do comércio para o desenvolvimento sustentável através da facilitação de acesso aos mercados pelos países menos desenvolvidos, da promoção de um sistema multilateral de comércio universal e do aumento da estabilidade macroeconômica global. Outro ponto trazido pelas metas do ODS 17 concerne à formulação de políticas para o desenvolvimento sustentável através do respeito ao espaço político e à liderança de cada país, e do incentivo e promoção de políticas e parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil em busca de mobilização de recursos com este objetivo. Por fim, este ODS traz metas que são diretamente ligadas à capacitação para o alcance dos ODS, através das quais propõe reunir esforços para aumentar a capacidade dos países com vistas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através do aumento significativo da disponibilidade de dados e do desenvolvimento de métricas do progresso, do reforço das parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento para apoiar a realização dos ODS e do reforço do apoio internacional às políticas e planos de implementação para os ODS (IPEA, 2019).

Reiterando, mais uma vez, o caráter integrado e indivisível dos ODS – trazido pela *Agenda 2030* (ONU, 2015) e reafirmado por Oselieri Raeder e Miranda Menezes (2019, p. 9) e Le Blanc (2015, p. 3) – Humphreys *et al.* (2019, p. 541) diz que a realização bem-sucedida do ODS 17 é vital para alcançar os outros ODS, pois todos eles dependem da garantia de meios de implementação e da formação de parcerias duradouras para o desenvolvimento sustentável. É um dos objetivos mais abrangentes, pois os meios de implementação abrangem finanças, tecnologia da informação e comunicação, capacitação, comércio internacional e monitoramento de dados.

No Brasil, uma análise detalhada de cada uma das 169 metas da *Agenda* e dos seus respectivos desempenhos, baseados em seus indicadores, é realizada anualmente pelo *Relatório Luz*, ora citado na apresentação de outros ODS ao longo dessa dissertação. A metodologia deste grupo de trabalho prioriza critérios de seleção de fontes públicas oficiais produzidas pelas instituições do Estado ou, na ausência informada destas, em pesquisas desenvolvidas pela sociedade civil ou institutos de pesquisas acadêmicos com metodologias de qualidade reconhecida e que integrem bases de referência confiáveis, e consiste em classificar as metas de forma a avaliar o cumprimento de cada um dos ODS (GTSC A2030, 2022). As metas podem ser avaliadas das seguintes formas, conforme Figura 5:

Figura 5 – Classificação dos desempenhos anuais das metas conforme o Relatório Luz.

CLASSIFICAÇÃO DAS METAS	
	RETROCESSO quando as políticas ou ações correspondentes foram interrompidas, alteradas negativamente ou sofreram esvaziamento orçamentário;
	AMEAÇADA quando, ainda que não haja retrocesso, a meta está em risco, por ações ou inações cujas repercussões comprometam seu alcance;
	ESTAGNADA quando não houve indicação de avanço ou retrocesso estatisticamente significativa;
	PROGRESSO INSUFICIENTE quando a meta apresenta desenvolvimento aquém do necessário para sua implementação efetiva; e
	PROGRESSO SATISFATÓRIO quando a meta está em implementação com chances de ser atingida ao final da Agenda 2030.

Fonte: *Relatório Luz 2022* (GTSC A2030, 2022).

Considerando esses parâmetros, a análise do ODS 17 na versão de 2022 do *Relatório*, relativa aos dados de 2021, apresentou os seguintes resultados, exibidos na Figura 6:

Figura 6 – Desempenho das metas do ODS 17 conforme *Relatório Luz 2022*.

Classificação das metas		
Meta 17.1	➡	INSUFICIENTE
Meta 17.2	📉	RETROCESSO*
Meta 17.3	📉	RETROCESSO
Meta 17.4	➡	INSUFICIENTE
Meta 17.5	📉	RETROCESSO
Meta 17.6	➡	INSUFICIENTE
Meta 17.7	📉	RETROCESSO
Meta 17.8	➡	INSUFICIENTE
Meta 17.9	📉	RETROCESSO
Meta 17.10	➡	INSUFICIENTE*
Meta 17.11	📉	RETROCESSO*
Meta 17.12	📉	RETROCESSO*
Meta 17.13	➡	INSUFICIENTE
Meta 17.14	📉	RETROCESSO
Meta 17.15	📉	RETROCESSO
Meta 17.16	📉	RETROCESSO
Meta 17.17	📉	RETROCESSO
Meta 17.18	📉	RETROCESSO
Meta 17.19	📉	RETROCESSO

Fonte: *Relatório Luz 2022* (GTSC A2030, 2022).

Ou seja, das 17 metas que compõem esse ODS, somente seis (17.1, 17.4, 17.6, 17.8, 17.10 e 17.13) não sofreram retrocesso e, mesmo assim, apresentaram progressos considerados como “insuficientes” para o alcance dos seus objetivos. (GTSC A2030, 2022).

Sendo, portanto, o objetivo 17 e suas metas considerados fundamentais para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e tendo em vista que incentivam a parceria global, bem como a participação de distintos atores, como o setor privado, a academia e a sociedade civil para a realização dos objetivos (ONU, 2015), alguns autores defendem que exista uma “falha na responsabilização” na execução prática de todas essas metas. Sobre essa questão:

Os ODS [...] não especificam quem é responsável por cada meta proposta e quem deve fazer o que para atingir cada meta. Sem detalhar tais responsabilidades específicas, os ODS propostos deixam muito do trabalho para os países mais pobres e continuam sendo uma mera lista de desejos com pouca força moral. (POGGE & SENGUPTA, 2015, p. 3)

Outros autores, entretanto, entendem que, embora a construção de parcerias multissetoriais não seja tarefa fácil, números mais otimistas podem ser alcançados como resultado dos esforços conjuntos e trabalho nos obstáculos e dificuldades. A *Agenda 2030* apresenta a oportunidade de atualizar um modelo de governança em que todos os atores são chamados a desempenhar um papel crucial e precisam unir esforços, experiências e recursos para um futuro melhor para a humanidade (GUNI, 2018). E é justamente sobre esses agentes de implementação dos ODS que trataremos no próximo capítulo.

2.3. OS AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sendo a *Agenda 2030* o resultado de uma ampla consulta pública e do engajamento de diversos setores, entende-se que seus objetivos e metas só podem ser alcançados com a participação ativa de todos (ONU, 2015). Reforçando o entendimento trazido pela *Agenda* e corroborado por diversos autores como Le Blanc (2015), Oselieri Raeder e Miranda Menezes (2019), a natureza transversal e indivisível dos ODS, no que se refere à resolução de problemas concretos, exige ações que envolvam toda sociedade global.

Neste sentido, entende-se que para resolução efetiva dos problemas de ordem global é necessária a convergência de conhecimentos em diversas especialidades, sendo essa uma característica típica da interdisciplinaridade, conceito este que preceitua a integração de conhecimentos distintos para obtenção de respostas que não seriam satisfeitas se fossem separadamente tratadas por saberes específicos (KERN *et al.*, 2017).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015, p. 1), a *Agenda 2030* é categórica ao explicitar que a responsabilidade para aplicação das metas é de todos. Não somente governos e Estados são os responsáveis pelas ações pretendidas, mas é essencial que haja também a

participação efetivas de diversos setores da sociedade na consecução dos objetivos elencados.

“Nós, os povos” são as reconhecidas palavras de abertura da Carta das Nações Unidas. São “nós, os povos” que estão embarcando hoje no caminho para 2030. Nossa jornada envolverá **governos**, assim como **parlamentos**, **o sistema das Nações Unidas** e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, **sociedade civil**, os negócios e o **setor privado**, **as comunidades científica e acadêmica** – e todas as pessoas. Milhões já se engajaram com essa Agenda e dela se apropriarão. É uma Agenda do povo, pelo povo e para o povo – e isso, acreditamos, garantirá seu sucesso. (ONU, 2015, p. 12; grifos nossos)

Nos próximos tópicos estarão expostos os principais agentes de implementação dos ODS, conforme preconizado pela *Agenda 2030*.

2.3.1. Nações Unidas

Os ODS não apenas surgiram no âmbito das Nações Unidas, como se sustentam nos diversos aparatos dessa organização. A própria *Agenda* evidencia a importância do uso da aparelhagem da ONU para realização das parcerias globais consideradas, ao longo da sua redação, como essenciais para sua aplicação. Sobre este tópico:

Sublinhamos a importância do papel e da vantagem comparativa de um Sistema das Nações Unidas munido de recursos adequados, relevante, coerente, eficiente e eficaz no apoio à realização dos ODS e do desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015, p. 14-15).

Ao longo da *Agenda* também se evidencia que os ODS não devem ser vistos como o único meio de promover as discussões necessárias para o alcance do desenvolvimento sustentável. A *Agenda 2030* propõe o debate em múltiplas esferas e níveis, a exemplo das agendas, ferramentas, relatórios, índices e declarações que foram utilizados ao longo dos tópicos anteriores referentes à descrição dos ODS, como a *Declaração de Incheon* (UNESCO, 2015) para o ODS 4, o *Relatório Mundial de Desenvolvimento da Água* (UNITED NATIONS, 2022) para o ODS 6, o *Acelerador Global de Empregos e Proteção Social* (ONU, 2021) para o ODS 8, a *Nova Agenda Urbana* (ONU, 2017) para o ODS 11, o *Painel Intergovernamental sobre Mudanças*

Climáticas (em inglês, *Intergovernmental Panel on Climate Change*; IPCC, 2022) para o ODS 13, entre outros.

Além de protagonizar a elaboração e implementação da *Agenda 2030*, a ONU também é responsável por prestar apoio aos processos de acompanhamento e avaliação da execução dos ODS (ONU, 2015). No Brasil, o Sistema das Nações Unidas está representado por agências especializadas, fundos e programas que desenvolvem suas atividades em função de seus mandatos. A Equipe de País (conhecida por sua sigla em inglês, UNCT) é formada pelos representantes desses organismos, sob a liderança do coordenador residente. Seu principal objetivo é maximizar, de maneira coordenada, o trabalho da ONU, para que o Sistema possa proporcionar uma resposta coletiva, coerente e integrada às prioridades e necessidades nacionais, no marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos demais compromissos internacionais (NUB, 2020).

2.3.2. Governos e parlamentos

De acordo com Alves (2019) embora tenha-se em vista o caráter consultivo adotado na formulação da *Agenda 2030* e o fato de sua implementação ser apontada como responsabilidade de diversos setores, o plano foi efetivamente adotado por chefes de Estado e altos representantes de países que fazem parte da ONU. Foram os chefes de Estado, em nome de todos aqueles aos quais eles representam em suas nações, que adotaram os ODS. Assim, os ODS representam o comprometimento destes líderes, bem como de seus Estados, para com o atingimento das metas preconizadas pela *Agenda*. Sobre o comprometimento das lideranças de países:

Nunca antes os líderes mundiais comprometeram-se à ação comum e a um esforço via uma agenda política tão ampla e universal. Estamos trilhando juntos o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, dedicando-nos coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação com benefícios mútuos, que podem trazer enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo. Reafirmamos que cada Estado tem, e exerce livremente, soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica. Implementaremos a Agenda para o pleno benefício de todos, para a geração do presente e para as gerações futuras. Ao fazê-lo, reafirmamos nosso compromisso com o direito internacional e sublinhamos que a Agenda deverá ser implementada de forma consistente com os direitos e obrigações dos Estados em conformidade com o direito internacional. (ONU, 2015, p. 5, 6).

A *Agenda 2030* reconhece, explicitamente, que os parlamentares têm um papel crítico a desempenhar na adoção e conquista dos ODS – não apenas como legisladores, mas também como representantes eleitos pelo povo. Sobre essa atuação, afirma:

Reconhecemos também o papel essencial dos parlamentos nacionais mediante a promulgação de legislação e a adoção de orçamentos e seu papel na garantia da responsabilização para a implementação efetiva de nossos compromissos. Governos e instituições públicas também trabalharão em estreita colaboração na implementação com autoridades regionais e locais, instituições sub-regionais, instituições internacionais, academia, organizações filantrópicas, grupos de voluntários e outros. (ONU, 2015, p. 11).

Em 2019, a ParlAmericas⁹ e o Escritório Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe adaptaram o relatório de 2015 desenvolvido pela Organização Global de Parlamentares Contra a Corrupção, o Banco Islâmico de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com o objetivo de aprimorar o envolvimento parlamentar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com foco nos mecanismos, instrumentos e práticas que os parlamentos da América Latina e Caribe estão utilizando para integrar os ODS em seu trabalho. De acordo com este documento, como representantes eleitos pelo povo, os parlamentares têm um papel crítico a desempenhar na condução de uma agenda de desenvolvimento centrada nas pessoas, que reflita e responda às diversas necessidades de seus eleitores. São os parlamentares que propõem e votam sobre leis e diversas ações governamentais, sendo, portanto, fundamental que as estruturas legais e o orçamento alocado para alcançar a implementação dos Objetivos sejam baseados nas ideias e perspectivas das pessoas que serão afetadas e que se beneficiarão com essas mudanças (PARLAMERICAS; PNUD, 2019).

O Brasil tem um relevante papel na formulação dessa *Agenda*, não só por ser um dos países membros presentes no seu lançamento, mas, principalmente, por sediar o evento que lançou as bases do processo abrangente que culminou nos ODS (IPEA; PNUD, 2016). Conforme já mencionado, após a Rio-92, uma série de cúpulas e conferências foram realizadas pelas diversas agências das nações com o objetivo

⁹ O ParlAmericas é a instituição que promove a diplomacia parlamentar no sistema interamericano, e é composto pelas 35 legislaturas nacionais nas Américas do Norte, Central e do Sul e do Caribe.

de “preparar o mundo para o século XXI” (IPEA; PNUD, 2016). Dessas conferências procederam, no ano 2000, a Cúpula do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em junho de 2012, como parte do processo de criação de uma agenda que viria então substituir os ODM, o Brasil teve mais uma vez um relevante papel, por sediar, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) que resultou em um documento intitulado *O Futuro que Queremos* (IPEA; PNUD, 2016). Foi este documento que lançou a base para que fosse construído um novo conjunto de objetivos e metas voltados para o desenvolvimento sustentável, que passariam a vigorar no período pós-2015 e que culminou na construção da *Agenda 2030* (ROMA, 2019).

Em outubro de 2016, o governo brasileiro instituiu a instância de governança nacional da *Agenda 2030* para o Desenvolvimento Sustentável no país: a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Criada pelo Decreto nº 8.892 de 27 de outubro de 2016, pelo então governo de Michel Temer, a comissão passou a integrar a Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov/PR). A Comissão foi criada com natureza consultiva e paritária, com o objetivo de articular a sociedade civil e os governos federais, estaduais e municipais na implementação dos ODS. Ao todo eram dezesseis membros da Comissão, sendo oito representantes de instâncias governamentais e oito representantes da sociedade civil. Além disso, a comissão contava com a participação de agências técnicas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nas atividades de planejamento e monitoramento da implementação dos Objetivos (CNODS, 2018).

Entretanto, em abril de 2019, o Decreto nº 9.759/2019 extinguiu e limitou a criação de órgãos colegiados no governo federal, diminuindo o número de conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e outras denominações semelhantes – de 700 para 50 –, inclusive a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável. A extinção da CNODS significou ir na contramão de um acordo internacional firmado pelo Brasil e representou uma interrupção abrupta dos trabalhos que vinham sendo feito para o fomento e a implementação dos ODS no país (BAIRD, 2021). Essa extinção, na opinião de Bresciani e Alonso (2021), expressou mais do que desinteresse e descompromisso do então governo federal, mas também uma frontal oposição dessa representação diante da agenda global

pactuada, colocando o Brasil na contramão do planeta diante dos desafios colocados para as futuras gerações.

2.3.3. Setor privado

A *Agenda 2030* inclui o setor privado na “colaboração multissetorial”, que é a base do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia. O setor é representado no Fórum Multissetorial sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS, sendo também convidado a contribuir no processo de acompanhamento e avaliação dos progressos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizado pelos governos nacionais, bem como no United Nations High-level Political Forum on Sustainable Development (ONU, 2015).

A atividade empresarial privada é uma das forças impulsionadoras do crescimento econômico. Surge daí a necessidade de incluí-la no debate e na execução da *Agenda 2030*, para que este processo seja cada vez mais inclusivo, bem como para que esteja acompanhado do progresso social e da preservação ambiental. (ALVES, 2019). Sobre este ponto:

Vamos promover um setor empresarial dinâmico e funcional, ao mesmo tempo em que protegemos os direitos trabalhistas e as normas ambientais e sanitárias em conformidade com as normas e acordos internacionais relevantes e outras iniciativas em curso a este respeito, tais como os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos e as normas de trabalho da OIT, a Convenção sobre os Direitos da Criança e os acordos-chave ambientais multilaterais, para as partes nesses acordos. (ONU, 2015, p. 41)

Em 2016, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o Global Reporting Initiative (GRI) e a Rede Brasileira do Pacto Global traduziram e adaptaram para realidade brasileira o *Guia dos ODS para as Empresas (SDG Compass, em inglês)*, originalmente pensado e organizado para orientar o setor privado neste cenário, em que as empresas desempenharão um papel fundamental no cumprimento das metas elencadas. Este documento promove o entendimento sobre o processo de construção e definição dos ODS, recomenda o alinhamento das metas internas já estabelecidas pelas empresas aos ODS e trata do

mapeamento do impacto dos ODS ao longo da cadeia de valor como parte de um passo a passo a ser seguido para que os ODS sejam internalizados na estratégia dos negócios. Considera-se que “Por sua capacidade de investimento e espírito inovador, o setor empresarial prestará uma contribuição imprescindível para o cumprimento dos ODS num espaço de tempo de 14 anos – de 2016 a 2030” (GRI; PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS; WBCSD, 2016).

Sobre essas características empresariais, a *Agenda* traz a seguinte declaração:

A atividade empresarial privada, o investimento e a inovação são os principais elementos impulsionadores da produtividade, do crescimento econômico inclusivo e da criação de emprego. Reconhecemos a diversidade do setor privado, que vai desde as microempresas e cooperativas às multinacionais. Convocamos todas as empresas a aplicar sua criatividade e inovação na resolução dos desafios do desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015, p. 34)

2.3.4. Sociedade civil

Tendo em vista o caráter consultivo e participativo da sua construção, a sociedade civil teve papel atuante e central desde o momento da confecção da *Agenda 2030*. Essa participação está evidenciada logo no início da redação do documento:

Os Objetivos e metas são o resultado de mais de dois anos de consulta pública intensiva e do engajamento da sociedade civil e outros grupos interessados em todo o mundo, prestando uma atenção especial às vozes dos mais pobres e mais vulneráveis. Esta consulta incluiu os valiosos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral e pelo Secretariado das Nações Unidas, apresentados em relatório síntese do Secretário-Geral em dezembro de 2014. (ONU, 2015, p. 3)

Na conjuntura global atual, pode-se dizer que o chamado “terceiro setor” ocupa posição estratégica na concretização da *Agenda 2030*. Isso ocorre porque, se, no passado, a sociedade civil se organizava a partir de questões humanistas envolvendo solidariedade, voluntarismo e ajuda ao próximo, liberdade e autonomia, hoje a realidade é mais abrangente. A própria diversificação e atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) se transformaram na medida em que ocorreram a profusão e

o fortalecimento dessas organizações, e em que as suas relações com os demais atores da esfera pública foram intensificadas. Com isso, o resultado visto hoje é o perceptível avanço dos papéis assumidos por essas entidades como executoras de projetos e políticas de interesse público, o aprimoramento de mecanismos de responsabilização e transparência adotados pelo setor, o acompanhamento de medidas do Estado e da Justiça etc. (ESCUDERO, 2020).

No Brasil, a descentralização dada aos estados e municípios pós promulgação da constituição federal de 1988, além de garantir a autonomia das demais esferas de poder, também permitiu uma aproximação virtuosa com a sociedade civil. Dessa forma, abriu-se uma janela de oportunidades maior e mais efetiva para a estruturação e formalização de iniciativas de desenvolvimento local orientadas ao compromisso local, nacional e ao pacto global representado pelos ODS (BRESCIANI; ALONSO, 2021).

Uma das ações conhecidas no cenário nacional foi a criação do já citado Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a *Agenda 2030* (GTSC A2030). Esse grupo composto por mais de 50 participantes, entre ONG's, movimentos sociais, fóruns e fundações brasileiras foi resultado do encontro entre organizações que estavam acompanhando a *Agenda 2030* e seus desdobramentos e, desde então, tem atuado no seguimento da implementação e monitoramento dos ODS o que inclui a produção anual do Relatório Luz que é o documento que analisa a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e mostra o que o país precisa fazer para cumprir o compromisso que assumiu junto à ONU de alcançar as metas.¹⁰

Além do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a *Agenda 2030*, Escudero (2020) cita também alguns outros exemplos de iniciativas no âmbito das organizações da sociedade civil como por exemplo: a) A elaboração do “Perfil do Profissional pelo Desenvolvimento Sustentável” (ABRAPS, 2017), que contempla dados sobre os ODS e os relaciona com diversos perfis profissionais auxiliando na atuação de cada um deles na atuação em prol do cumprimento da Agenda; b) O relatório Benchmark do Investimento Social Corporativo (BISC) que discorre sobre os compromissos do setor privado com atuação social relevante; c) Os censos elaborados pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) que traz informações sobre a identificação dos associados com os ODS; d) A Escola Aberta do Terceiro Setor, que disponibiliza

¹⁰ Informações retiradas do site do GT. Disponível em <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/>. Acesso em 19 de set de 2022

desde 2019 um curso virtual completo especialmente dedicado ao tema da *Agenda 2030*; e e) O Movimento Nacional dos ODS Paraná que promove, mensalmente, reuniões gratuitas para prestar esclarecimentos e orientações sobre a *Agenda 2030* a diversos públicos. Esses e outros exemplos evidenciam, portanto, os esforços e a importância da atuação desse setor para o alcance das metas elencadas pelas *Agenda 2030*.

2.3.5. Comunidade científica e acadêmica

Para atingir os objetivos de alcance global estipulados pela *Agenda*, o envolvimento de governos, organizações públicas e privadas, bem como instituições acadêmicas, científicas e educacionais é essencial (ONU, 2015). Para Smaniotto *et al.* (2020, p. 2), o estabelecimento de parcerias com universidades representa uma oportunidade única para fazer nascer uma virtuosa interação positiva entre a criação e a difusão do conhecimento, assegurando também a aquisição das competências técnicas necessárias ao desenvolvimento e manutenção de uma sociedade sustentável e interligada.

A educação, a pesquisa científica e a inovação são tópicos lembrados em diversas metas ao longo da *Agenda 2030*. As universidades têm um papel importante a desempenhar na execução dos ODS, pois estas instituições são espaços de criação e disseminação de conhecimento (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017). De acordo com SDSN Australia/Pacific, “as universidades são há muito tempo impulsionadoras poderosas de inovação global, nacional e local, desenvolvimento econômico e bem-estar social” (2017, p. 7).

A produção de conhecimento científico e tecnológico voltado para inovação está centrada nas universidades, e estas instituições têm a capacidade de fornecer, além do conhecimento, soluções para as adversidades de implementação da *Agenda 2030*, meios eficientes para execução dos objetivos, criatividade para lidar com adversidades inesperadas, visão para novas oportunidades e opções de ação voltadas para os desafios trazidos pelos ODS (ALVES, 2019).

Pode se dizer ainda que as Instituições de Ensino Superior (IES) são formuladoras de políticas, responsáveis por implementar soluções que orientem uma cultura para o desenvolvimento sustentável e, portanto, capazes de desenvolver

técnicas para avaliação de políticas públicas de um país, promovendo a conscientização, o conhecimento e as atitudes em relação aos ODS no ensino superior. Para tanto, são elas entidades qualificadas para desempenhar o papel de aceleração no cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instigando e estimulando a comunidade e o seu entorno para resolução dos desafios propostos pela *Agenda* (SMANIOTTO *et al.*, 2020)

E é sobre a universidade como agente de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que será dedicado o capítulo seguinte.

2.4. A UNIVERSIDADE COMO AGENTE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

Os ODS foram elaborados para cobrir uma ampla gama de desafios sociais, econômicos e ambientais. Para atingi-los serão exigidas transformações na forma como a sociedade interage com o nosso planeta. Alcançar essas transformações requer que todos os setores atuem de forma colaborativa e responsável. Como atores dessas mudanças, para desempenhar papéis específicos, serão necessários profissionais e cidadãos que possuam as habilidades, conhecimentos e mentalidades necessárias para desempenhar com eficácia as suas funções. É neste ponto que a universidade, como instituição de formação, está inserida (SERAFIM, 2021).

Ao reconhecer o papel da comunidade acadêmica como ator de implementação, o texto da *Agenda 2030* mostra que no ensino superior destacam-se os esforços para promover o desenvolvimento social, ambiental e econômico em todos os níveis e em todas as esferas. Em vez de se restringir a definições estritas sobre o papel do setor conforme definido num determinado objetivo ou meta, as instituições de ensino superior atravessam áreas temáticas através do conhecimento e dos diplomados que produzem. Dado que cada ODS tem metas específicas e indicadores de progresso cruciais para delinear o impacto da estrutura renovada, há um requisito claro para definir as habilidades e conhecimentos específicos que as universidades podem fornecer na busca dos ODS, bem como monitorar e medir o progresso com seus indicadores (OGBUIGWE, 2018).

A responsabilidade da universidade perante o contexto de mudanças de paradigmas na sociedade está atrelada à sua própria razão de ser, tendo em vista que este ator social, historicamente, passou por transformações determinadas pelo

contexto de sua inserção no âmbito do corpo social e da comunidade global (EIDT; CALGARO, 2021). Da preocupação centrada na formação das elites, pautada na transmissão de saberes, a universidade vivenciou uma aproximação das demais classes da sociedade, sobretudo a popular (BOHRER *et al.*, 2008). Nesse processo, conforme Reis (2007) relata, a universidade passa a assumir um papel social com o compromisso de atuar também nos problemas da sociedade. A sua função, anteriormente centrada no ensino, passa a contemplar também a geração de conhecimento (pesquisa) e a efetiva inserção e ação nos problemas sociais através da extensão.

Sobre a Responsabilidade Social da Universidade (RSU), Dias (2016, p. 23) reflete:

Não é papel das instituições de educação empoderar os donos do mundo, mas formar pessoas solidárias e capacitadas intelectual e moralmente para o desenvolvimento da sociedade. A responsabilidade social da universidade está indelevelmente comprometida com a formação cidadã e profissional.

Corroborando essa visão holística do papel da Universidade, Vallaeys (2019, p. 17) define a Responsabilidade Social Universitária como uma forma de alinhar todas as funções existentes em uma universidade com a ética, a pertinência social e as demandas do desenvolvimento humano sustentável. Caracteriza-se, portanto, por ser uma política de gestão ética integral e transversal das três funções substantivas (*ensino, pesquisa, extensão*) e ainda da administração da universidade. O autor ressalta também a responsabilidade dessas instituições na formação e orientação do cidadão na construção de uma sociedade mais sustentável:

Sendo o ator social que legitima o conhecimento que os profissionais adquirem, o **ensino superior tem a responsabilidade fundamental** de orientar o desenvolvimento humano para o objetivo da justiça e da sustentabilidade, uma vez que todos os demais atores sociais (setor público, empresas, sociedade civil, etc.) treinam seus líderes em IES. **As IES não podem prescindir de outros atores sociais para alcançar os ODS, mas os ODS não serão alcançados sem a participação articulada das IES.** (VALLAEYS, 2019, p. 23; grifos nossos)

Para Nunes, Pereira e Pinho (2017), a universidade do século XXI precisa ser aberta e romper com o modelo tradicional de instituição, como um sistema fechado, e lutar pela sua autonomia e legitimidade, no sentido de construir a sua identidade institucional e cumprir a sua responsabilidade social. León Pupo *et al.* (2019, p. 2)

ressaltam que, para o efetivo cumprimento da *Agenda 2030*, as universidades são chamadas a contribuir ativamente para a conformidade dos objetivos e metas propostos. Para os autores, a própria universidade pode ser vista como uma meta em si mesma, uma vez que os ODS abordam o sistema educacional de maneira abrangente e defendem a cooperação entre instituições. Reconhece-se, portanto, o papel da universidade como produtora de conhecimento para o desenvolvimento de recursos e habilidades que contribuam para o alcance dos objetivos propostos. Sob essa perspectiva, Azeiteiro *et al.* (2015, p. 312) também ressaltam que “para implementar de fato a sustentabilidade, as IES devem ir além de programas educacionais e de pesquisa, desenvolvendo e implementando o planejamento e a gestão de modo a considerar os princípios da sustentabilidade” (trad. nossa).

Dias (2018) amplia as discussões sobre a influência da formação universitária no contexto social e propõe a discussão sobre o uso efetivo do conhecimento científico e da formação universitária para alcance do desenvolvimento sustentável:

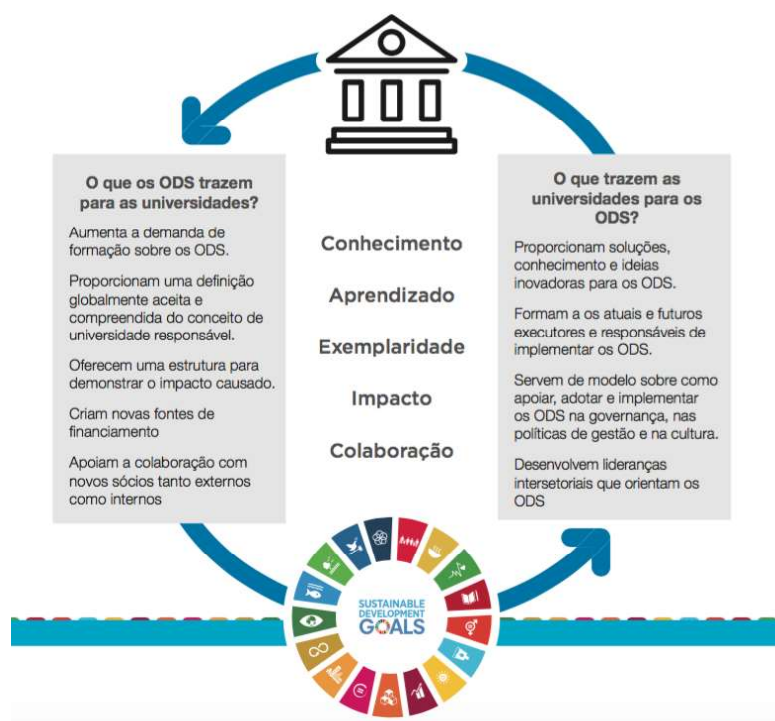
Indiscutível que a Universidade tem o dever de formar profissionais competentes e comprometer-se com o desenvolvimento econômico do país. Mas capacitação técnica é apenas uma parte. A vida é muito mais que isso. Técnica sem ética e ciência sem consciência podem produzir mais barbárie que civilização, mais destruição e mortandade que construção da liberdade e da dignidade da vida. Os criadores de bombas e armas de morticínio em larga escala eram ou são cientistas renomados, possuidores dos mais espetaculares conhecimentos e técnicas e disputados a preço de ouro no sistema bélico (....) Não se quer dizer aqui que as mazelas do mundo se devem às Universidades, mesmo porque elas não são blocos homogêneos e uniformes. Mas não se deve deixar de questionar o lugar e os papéis que têm no mundo atual. O que está em questão é a formação. São os seus sentidos e usos. E com isso, pensar no lugar da Universidade no sistema global e na vida comum dos indivíduos. Como bem público, a Universidade deve contribuir para o desenvolvimento econômico, mas com justiça social. Deve produzir conhecimentos científicos e tecnológicos, mas nunca negligenciar o interesse social. Deve ser democrática e formar cidadãos com elevados valores da democracia. Deve ser universal, mas respeitando a cultura plural e as diferenças sociais e axiológicas dos diversos indivíduos e cidadãos. Deve se inserir produtivamente na globalização, mas não em detrimento dos valores da soberania nacional. Deve ser incluyente, acolher a todos que possuam requisitos adequados, colaborar no atendimento de algumas das necessidades básicas da população em geral, sobretudo dos mais carentes, em educação, saúde, serviços, esportes, lazer, movimentos sociais voltados ao fortalecimento dos direitos humanos etc. (DIAS, 2018, p. 1)

Sobre este entendimento, Serafim (2021, p. 34) lembra que as grandes universidades no mundo, como as universidades da Ivy League, a University of Oxford e a Cambridge University, não apenas declaram seu compromisso institucional com a

agenda da ONU, como também consideram sua posição de destaque dentre os atores no processo de formulação de novas políticas públicas nacionais.

Em 2017, a Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017, p.08) afirmou que, provavelmente, nenhum dos ODS poderão ser cumpridos sem que haja o envolvimento real por parte das Universidades e que, muitas metas pertencentes aos ODS, inclusive, se referem diretamente à necessidade de atividades relacionadas à pesquisa como componentes chave. O documento enfatizou, entretanto, que se trata de uma “via de mão dupla”, ou seja: ao mesmo tempo que as Universidades têm um papel fundamental no cumprimento dos ODS elas também podem se beneficiar ao se comprometerem com o alcance desses. Essa relação pode ser visualizada na Figura 7 a seguir:

Figura 7 – ODS e Universidades



Fonte: SDSN, 2017, p. 8.

Ainda sobre essa “via de mão dupla” Dias (2018) observa:

observação, óbvia, mas necessária: responsabilidade social da Universidade não é a mesma coisa que responsabilidade da sociedade em relação à Universidade. Esta última assume, sem declarar, que a Universidade (por

extensão, a educação) é um patrimônio público a ser mantido e desenvolvido por todos. Todo princípio tem o dever como contrapartida. O princípio é: a educação (portanto, a Universidade) é um bem público, essencial e insubstituível, patrimônio comum, direito de todos. O dever é: a sociedade (e, por óbvio, o Estado) é responsável pela manutenção, funcionamento, supervisão e democratização desse patrimônio público, sempre com a mais elevada qualidade possível. Qualidade técnica e, inafastavelmente, social. A qualidade universitária deve ser para todos e em benefício de todos. Não sendo para todos, não é qualidade social. A sociedade constrói a Universidade e a Universidade constrói a sociedade, guardados os respectivos limites e limitações.

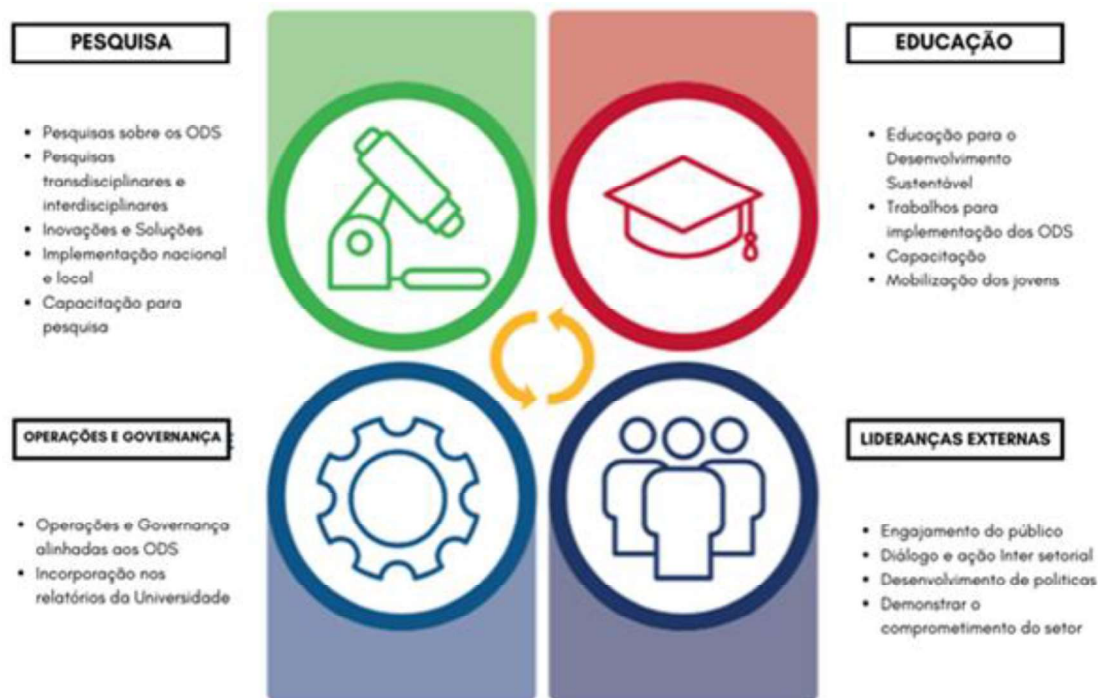
Em 2020 a SDSN desenvolveu um guia ainda mais específico que o anterior, denominado *Acelerando a educação para os ODS nas universidades* (*Accelerating Education for the SDGs in Universities*, em inglês), dessa vez com objetivo de auxiliar as instituições de ensino superior na implementação dos ODS em suas funções a se reconfigurarem para lidar com os complexos desafios do desenvolvimento sustentável (SDSN, 2020). O guia também defende que as universidades e outras instituições de ensino superior têm um papel crítico de ajudar a sociedade a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de suas pesquisas, aprendizagem e ensino, fornecendo “ESDGs” (educação para os ODS. Neste sentido, destaca-se:

As Universidades têm motivos convincentes e uma oportunidade única de liderar em ESGDs. Como os provedores de educação geral, profissional e vocacional em todas as disciplinas, e alcançando centenas de milhões de alunos em todas as fases de suas vidas, as universidades estão em uma posição única – e, portanto, têm uma responsabilidade crítica – para fornecer ESGDs para o máximo de alunos que puderem em sua esfera de influência. (SDSN, 2020, p. 3; tradução nossa)

O objetivo primordial deste guia é auxiliar na implementação da educação para os ODS. Mas, ao longo do seu desenvolvimento, ele destaca também a posição única e o poder que a universidade tem no sentido de prestar esse serviço para a sociedade. Essa habilidade refere-se principalmente ao fato de que é papel da universidade fornecer formação, habilidades e conhecimentos aos futuros cidadãos e profissionais, que deverão estar prontos para enfrentar os complexos desafios dos ODS através de suas carreiras ou caminhos de vida. O guia ressalta ainda que a necessidade de expandir a capacidade da sociedade para resolução de desafios vem se mostrando cada vez mais urgente, a exemplo das abordagens quanto a mudanças climáticas e atualmente a crise Covid-19, que demonstram a demanda de uma preparação que permita respostas e adaptações para as novas necessidades (SDSN, 2020, p.06)

A Figura 8, a seguir, fornece uma visão geral das contribuições da universidade para os ODS:

Figura 8 – Contribuições da universidade para os ODS



Fonte: SDSN, 2020, p. 5 (tradução nossa).

Outra iniciativa que também pode ser citada na demonstração da capacidade e no papel que a universidade tem no alcance dos ODS é o *Relatório do Acordo ODS* (em inglês, *The SDG Accord Report*; GLOBAL ALLIANCE, 2019), um projeto internacional desenvolvido pela Global Alliance of Tertiary Education and Student Sustainability Networks¹¹ que tem por objetivo demonstrar como, efetivamente, as universidades estão colocando em prática e transformando as ideias em ações efetivas para o alcance dos ODS.

O relatório busca, ao mostrar os trabalhos que já vêm sendo realizados, estimular novas práticas naquelas instituições que ainda não se mobilizaram neste

¹¹ Criada em março de 2015 na Conferência Anual da *The Alliance for Sustainability Leadership in Education* (EAUC) na Universidade de Leeds. As redes de membros reconhecem a importância da colaboração para colocar universidades, faculdades e estudantes no centro do desafio internacional de abordar a sustentabilidade.

sentido. As instituições signatárias¹² desse acordo se comprometem a incorporar os ODS em sua educação, pesquisa, atividades de liderança, operações, administração e engajamento. Os maiores desafios relatados pelas instituições signatárias para a integração holística dos ODS nas universidades foram a falta de capacidade de pessoal, seguida pela falta de financiamento e compreensão limitada dos ODS dentro da instituição. Portanto, alinhar as estruturas de governança acadêmica aos ODS, inserindo-os em um contexto mais amplo na estrutura universitária, é essencial para que as universidades não somente produzam os insumos necessários à implementação dos objetivos, mas para que também sejam um exemplo de setor comprometido para com a *Agenda*.

Outro exemplo de iniciativa a ser citada foi a criação do Grupo de Especialistas em ODS e Educação Superior do Guni (do inglês *Global University Network for Innovation*)¹³. No âmbito da *Agenda 2030*, a Guni tem como objetivo demonstrar e reforçar o papel das instituições de ensino superior, conhecimento e pesquisa no alcance das metas. O grupo de especialistas é formado por profissionais de todas as regiões do mundo e de redes específicas e gerais relacionadas ao ensino superior e ao desenvolvimento sustentável. Considerando que o ensino superior enfrenta o desafio de criar e distribuir conhecimento socialmente relevante, e que é necessário fazê-lo em tempo útil, de modo a desempenhar um papel proativo e comprometido na transformação e mudança positiva das sociedades, o objetivo do grupo é o de compartilhar e construir conhecimento para fornecer *insights* para ajudar instituições de ensino superior, estudantes e formuladores de políticas a implementar os ODS. O primeiro exercício do grupo de especialistas foi a criação de uma publicação que consiste em uma coleção de artigos que oferecem uma visão geral das diferentes maneiras de embarcar nos ODS e na *Agenda 2030*. Através de perspectivas variadas (de distintas visões, redes, organizações, regiões geográficas e culturas de trabalho), os artigos trazem exemplos e recomendações para estimular a ação das partes interessadas do ensino superior (GUNI, 2018).

Uma iniciativa a ser citada no cenário nacional foi a implementação, em 14 de outubro de 2017, através da portaria de nº 371¹⁴, na Universidade Federal de

¹² Existem atualmente 1045 signatários do Acordo ODS - em 85 países.

¹³ O Guni foi criado após a Conferência Mundial da UNESCO sobre Ensino Superior (WCHE) em 1998 para dar continuidade e facilitar a implementação de suas principais conclusões.

¹⁴ Ver UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2017.

Uberlândia (UFU), do Comitê Gestor dos ODS (CGODS). Este comitê, composto por professores de diversas unidades acadêmicas, discentes e técnicos administrativos, tem como objetivo promover de forma articulada e em rede a inserção e implementação dos ODS nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da universidade. Considerando a missão de estimular a criação de uma cultura institucional de educar para a cidadania econômica, ambiental, cultural e socialmente responsável, foram criados quatro grupos de trabalho (GT Ensino, GT Pesquisa, GT Extensão, GT Gestão e GT Comunicação) de forma a envolver de forma integrada as diversas frentes da universidade no que se refere à inserção dos ODS.¹⁵

Todas essas perspectivas, caminhos e esforços, portanto, expõem os imensos desafios com os quais a comunidade acadêmica poderá se deparar na busca pela implementação efetiva dos ODS. Mas eles confirmam também uma série de oportunidades que a *Agenda 2030* oferece para que a academia construa uma plataforma de colaboração para o enfrentamento dessas problemáticas.

2.4.1. A pesquisa acadêmica como ferramenta para implementação dos ODS

Através das pesquisas, a universidade tem papel estratégico para atuar diretamente na solução de problemas técnicos e sociais condizentes com as demandas e especificidades do contexto em que estão inseridas. A produção de conhecimento acadêmico-científico útil e de alta qualidade é capaz de propor soluções e produzir inovações que originem novos instrumentos para avançar na superação de problemas estruturais (MENEZES; MINILLO, 2017).

Já em 1945, o relatório *Science: The endless frontier*, apresentado por Vannevar Bush, defendia que a ciência e a pesquisa deveriam satisfazer as necessidades da população em um contexto social no que chamou de “modelo linear de inovação”. Neste modelo, entendia-se que o desenvolvimento social se faria através do aumento do conhecimento científico. Apoiava-se a ideia de aumentar o que chamava de “capital científico” através do fortalecimento dos centros de investigação que fornecem o ambiente propício para a criação de novos conhecimentos, tal qual o das universidades (PIELKE, 2010).

¹⁵ Informações retiradas do site do comitê (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2022).

Sobre o uso da produção científica em prol da comunidade, o Fórum de Reflexão Universitária (FRU), movimento ligado à Unicamp, desenvolveu um documento denominado *Desafios da pesquisa no Brasil*, através do qual propôs um debate sobre a natureza da ciência e da apropriação e uso do conhecimento.

Toda pesquisa científica busca atingir, de forma subjacente, dois objetivos: qualidade e relevância. A qualidade refere-se ao âmbito interno da área na qual a pesquisa desenvolve-se. Trata-se de sua profundidade, abrangência, à medida que lança luz sobre diferentes assuntos, e que **resolve problemas e desafios históricos**. Em geral, os que opinam sobre qualidade são os especialistas da mesma área de pesquisa, segundo o conhecido “juízo dos pares”. A relevância relaciona-se com a **aplicabilidade a áreas externas à do desenvolvimento da pesquisa e com sua importância para a sociedade**. (FRU, 2003, p. 18; grifos nossos)

Considerando as turbulências nos âmbitos econômicos, sociais e ambientais que o mundo enfrenta atualmente, discutir a relevância e, principalmente, a aplicabilidade da pesquisa passou a ser um recorrente objeto de questionamento. Alguns autores já vêm estimulando o chamado “acesso aberto entre academia e prática” que, de acordo com Muff *et al.* (2013, p. 112) seria uma forma eficaz de fazer com que os pesquisadores se engajassem em problemas reais do mundo contemporâneo. Para a autora, o isolamento teórico da realidade acadêmica faz com que pesquisas com objetivos altamente ambiciosos nunca sejam colocadas em prática, uma vez que não existe uma “ponte conceitual” que conecte a realidade de periódicos e metodologias acadêmicas com os problemas e agentes da vida real. Para eles, os pesquisadores precisam redefinir seu papel, principalmente no aspecto de desenvolvimento, teste e adaptação de suas metodologias de pesquisa, de forma a permitir a resolução de problemas voltada para o futuro (MUFF *et al.*, 2013).

Ainda com o objetivo de repensar a forma como a comunidade acadêmica avalia o impacto real das pesquisas, alguns grupos vêm se organizando para gerar documentos que estimulem essa discussão e orientem a forma como a efetividade das pesquisas são avaliadas. É o caso, por exemplo, da *San Francisco Declaration on Research Assessment (DORA)*, uma série de recomendações desenvolvidas por um grupo de pesquisadores durante o Encontro Anual da Sociedade Americana de Biologia Celular (*American Society for Cell Biology – ASCB*), em 2012, em São Francisco. O grupo discutiu a utilização do fator de impacto (FI) de periódicos científicos como o principal parâmetro de comparação da produção científica e propôs

estratégias para melhorar a maneira através da qual é avaliada a produção da pesquisa científica – a exemplo da necessidade de avaliar a pesquisa por seus próprios méritos, em vez de depender dos méritos do periódico no qual ela foi publicada (BUTLER, 2013).

A nível mundial, também vale destacar o Manifesto de Leiden, sobre métricas de pesquisa. O manifesto questiona o uso de métricas pré-estabelecidas para avaliação do impacto das pesquisas, uma vez que essas não foram pensadas de forma individual e nem focadas em um objetivo contextualizado, e sim como forma de classificação das universidades em rankings internacionais pouco moldados para cada realidade (HICKS *et al.*, 2015). O manifesto propõe então dez princípios que traduzem melhores práticas de avaliação da pesquisa, dos quais destaca-se:

Medir o desempenho de acordo com a missão da instituição, do grupo ou do pesquisador [...] os cientistas têm diversas missões de pesquisa. A pesquisa que avança as fronteiras do conhecimento acadêmico difere da pesquisa que é focada em proporcionar soluções para os problemas da sociedade. A avaliação pode ser baseada em méritos relevantes para as políticas públicas, para a indústria ou para os cidadãos em geral, em vez de méritos baseados em noções acadêmicas de excelência. Não existe um modelo único de avaliação que se aplique a todos os contextos. (HICKS *et al.*, 2015, p. 1)

No Brasil, ao refletir sobre a responsabilidade social da ciência e seu compromisso com os reais problemas do país, Wood Jr. *et al.* (2016, p. 35) identificaram a existência de oportunidades para o aumento do impacto social ao promover uma reflexão em relação ao sistema de avaliação da pós-graduação brasileira. Segundo os autores, é preciso um sistema que oriente a medição sobre a importância de uma pesquisa pela sua real relevância social perante o seu contexto, e não somente conforme números de periódicos. Sobre este tema, Bertero *et al.* (2013) realizaram um grande estudo focado no impacto social da produção científica em Administração no Brasil na década de 2000 e apresentaram oito propostas para que a pesquisa tenha como reflexo, de fato, o desenvolvimento futuro da sociedade. Dentre as propostas, destacamos a que tem como foco o impacto das produções:

O sistema nacional de avaliação deveria deslocar seu foco da produção para o impacto. [...] tal sistema utiliza uma série de critérios, entre os quais a pontuação atingida pelos professores pesquisadores, por meio de publicações em periódicos, locais e estrangeiros. Esse sistema, como se sabe, tem provocado distorções, pois vem estimulando pesquisadores a “multiplicar” publicações para garantir maior pontuação. Com isso, a

quantidade frequentemente avança em detrimento da qualidade. Alguns programas de pós-graduação chegam a induzir expedientes condenáveis para inflar seus números. Indicadores de impacto, por sua vez, deslocam o foco da produção para a utilização do conhecimento. Exigem, naturalmente, uma apuração mais sofisticada. (BERTERO *et al.*, 2013, p. 17)

Considerando o cenário nacional brasileiro, as universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica, e parte dessa produção é responsável pela inovação, solução de problemas complexos da sociedade, curas de doenças etc. Portanto, à medida que evolui, é possível que a ciência venha acompanhada do desenvolvimento, social, econômico e tecnológico. O Brasil apresentou, até a primeira metade dessa década, um crescimento significativo na produção científica, resultado do crescimento de programas de mestrados e doutorados ofertados pelas instituições públicas, embora ainda haja uma grande disparidade em comparação com as elites globais da produção intelectual (AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2019).

Especificamente sobre a produção acadêmica e científica que contemple o Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável (*Higher education for sustainable development*, HEfSD, em inglês), nas últimas quatro décadas, o número médio de artigos acadêmicos examinando o HEfSD aumentou de 1 por ano de 1970 a 1989 (20 no total), 5,1 por ano em 1990–2004 (77 no total) e 13,2 por ano em 2005–2013 (118 total). Essa tendência mostra que a política de HEfSD está sendo amplamente pesquisada, e a investigação nesse campo provavelmente continuará aumentando em número de publicações nos próximos anos (FRANCO *et al.*, 2019). Porém, de acordo com Menezes e Minillo (2017, p. 6), de forma geral, “existe grande desigualdade na distribuição de atividades de pesquisa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo que apenas 0,5% dos pesquisadores encontram-se no mundo em desenvolvimento, enquanto mais de 40% encontram-se apenas na Europa e na América do Norte”.

Sobre a atuação da pesquisa na resolução de problemas reais, atrelados a objetivos e metas, como é o caso dos ODS, Menezes e Minillo (2017) dizem:

A ciência e a inovação são necessárias para a promoção de outros objetivos e metas, sendo centrais para o desenvolvimento de instrumentos e iniciativas sustentáveis e transformadoras que promovam os ODS, pois estes demandam conhecimentos e inovação tecnológica para lidar com os desafios atuais e as barreiras que atualmente limitam o desenvolvimento sustentável. As Universidades são catalizadoras de inovação e geração de conhecimento e, as pesquisas geradas em seu seio podem ser aplicadas em projetos-piloto,

além de traduzidas e disseminadas entre os atores sociais por meio da atuação da extensão, assim como o desenvolvimento de estágios, integrando academia e o mercado de trabalho e promovendo o desenvolvimento sustentável cientificamente embasado. (MENEZES; MINILLO, 2017, p. 7)

Tendo em vista a amplitude dos temas abordados pelos ODS, naturalmente esses foram incorporados, direta ou indiretamente, por pesquisas científicas de diversas áreas. Essas pesquisas são parte importante de um movimento em prol da sustentabilidade, a partir de problematizações acerca dos seus diversos aspectos, entre os quais a necessidade de novas tecnologias e até mesmo de novas visões de ciência (GAERTNER *et al.*, 2021).

Considerando ainda a natureza interdisciplinar das metas presentes nos ODS, é possível entender o papel da dimensão da pesquisa acadêmica na atuação do desenvolvimento de soluções e estudos nas mais diversas áreas. A pesquisa acadêmica, portanto, pode ser vista como campo fértil no qual os pesquisadores descobrem respostas e propõem saídas para superar os desafios contemplados na *Agenda 2030* em todas as suas esferas de atuação: social, econômica ou ambiental. Entretanto, para que isso seja possível, devem ser estabelecidos investimentos mínimos nacionais para ciência, tecnologia e inovação, pois é de suma importância que haja estímulo a uma abordagem científica integrada que considere os estudos em todas as dimensões, visando o desenvolvimento sustentável. Espera-se, nessa conjuntura, que a ciência procure, de forma sistemática, identificar as lacunas de conhecimento existentes e que consiga reformular as agendas de investigação para incluir respostas aos desafios lançados na *Agenda 2030* (ROMILDO, 2016).

Sobre o papel que a pesquisa acadêmica pode exercer para o alcance dos ODS, consta no relatório da SDSN:

Pesquisa: Dotar de conhecimento necessário, os trabalhos científicos, as soluções, tecnologias, vias e inovações para respaldar e apoiar a implementação dos ODS por parte da comunidade global através tanto de abordagens disciplinares tradicionais como de novas abordagens interdisciplinares, transdisciplinares e de abordagem científica; dotar os países em desenvolvimento de capacidade de empreendedorismo e utilização da pesquisa; colaborar e apoiar empresas inovadoras para implementar soluções ODS; potencializar a diversidade na pesquisa; e formar os estudantes em pesquisas de desenvolvimento sustentável. (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017, p. 3; tradução nossa)

Ainda conforme a SDSN (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017, p. 9) “as

universidades impulsionam o progresso tecnológico e social através da pesquisa, da descoberta, da criação e da adoção de conhecimento”. A pesquisa, portanto, é considerada como ferramenta não apenas essencial para aquisição de novos conhecimentos, como eficaz e dotada de respaldo para aplicação de novas formas de ação e de conhecimentos adquiridos. Estas funções são fundamentais para ajudar a comunidade global a compreender os desafios, oportunidades e interações entre os ODS. Neste sentido, o relatório ainda afirma que, para atingir os ODS, a comunidade mundial deverá superar muitas dificuldades nas esferas sociais, econômicas e ambientais, e que alguns destes aspectos exigirão transformações severas no seu funcionamento. As universidades, através de suas amplas competências e atividades de pesquisa, têm um papel importante para consolidar e respaldar essa tarefa, proporcionando o conhecimento, a base empírica, as soluções e as inovações necessárias para essa transformação (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017).

Embora se verifiquem recentes esforços nesse sentido, conforme veremos no próximo tópico, Körfgen *et al.* (2018) ao perceberem que, de forma geral, ainda não existe uma visão de até que ponto as universidades já abordaram os ODS no âmbito de suas pesquisas, corroboram com o entendimento proposto pela SDSN (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017) no que diz respeito ao fato de que o primeiro passo a ser dado neste sentido é o mapeamento dos trabalhos e pesquisas que abordam tópicos de sustentabilidade definidos pelos ODS, tendo como resultado uma análise de projetos e publicações científicas que mostram as áreas de foco atuais da pesquisa relacionada aos ODS..

Também sobre a relação do papel da pesquisa científica no alcance dos ODS, o Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES, 2018) esclarece que a crescente importância do conhecimento científico no cumprimento dos ODS implica o próprio questionamento do que é a ciência e de como o sistema de investigação poderá se reorganizar e estruturar para ser capaz de ajudar a responder a estes objetivos. Afirma ainda que, cada vez mais, é solicitado aos pesquisadores que privilegiem problemas concretos, e espera-se deles que se preocupem em produzir conhecimento útil e acionável. Assim, a comunidade científica tende a ser cada vez mais requisitada a contribuir com propostas inovadoras no contexto de resolução de problemas globais, conduzindo as suas investigações de um modo sustentável. (ORSIES, 2018). Ressalta-se ainda que:

Na medida em que existe uma complementaridade e interdependência entre os diferentes ODS, importa garantir que as soluções de curto, médios e longos prazos advenham de investigação fundamental e aplicada em uma colaboração entre distintos domínios do saber (ORSIES, 2018, p. 107).

Neste contexto, portanto, espera-se que a ciência procure, de forma sistemática, identificar as lacunas de conhecimento existentes e que consiga reformular as agendas de investigação para incluir respostas aos desafios lançados na *Agenda 2030* (ORSIES, 2018). Considerando primordial que as instituições de ensino superior incentivem pesquisas que procurem responder direta ou indiretamente à concretização dos ODS, a autora propôs uma série de recomendações, conforme a Figura 9, a seguir.

Figura 9 – Recomendações de compromissos institucionais com os ODS

Recomendação 3.4.1. Considerar os objetivos do desenvolvimento sustentável enunciados na Agenda 2030 nas agendas de investigação nacionais, regionais e institucionais		
Recomendações específicas	Propostas	Entidade responsável
a) Criar um compromisso institucional para com os ODS	- Inclusão de evidências da utilidade social da investigação e a organização para os ODS na missão e prioridades de todas as unidades de investigação	IES
b) Criar linhas de investigação específicas relacionadas com a prossecução dos ODS	- Identificação pelos Centros de investigação e Conselhos Técnico Científicos das IES das linhas de investigação que promovam respostas aos ODS - Reforço da articulação entre as linhas de investigação prioritárias definidas pela FCT e os ODS	IES Tutela FCT
c) Promover a investigação colaborativa no domínio dos ODS com impacto	- Desenvolvimento e aplicação de indicadores claros e objetivos na avaliação do impacto dos projetos de investigação nesta área específica	IES Tutela

Fonte: ORSIES (2018, p.112).

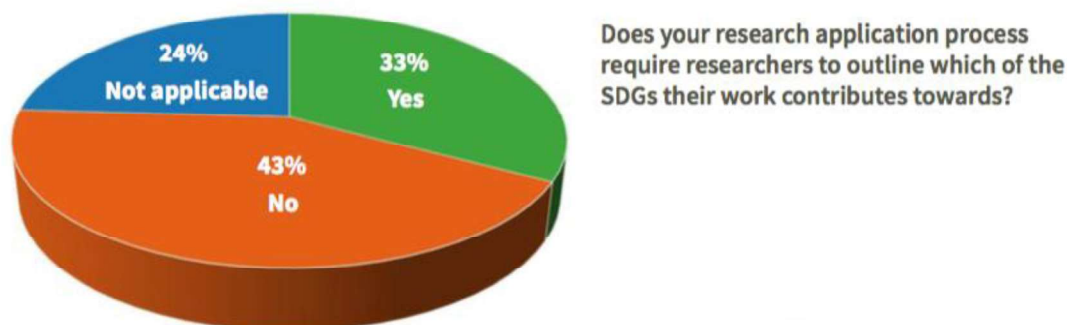
Neste sentido, nos últimos anos, alguns esforços têm sido levantados com o objetivo de analisar o quanto as instituições de ensino superior têm se mobilizado na questão do direcionamento ou estudo das pesquisas para alcance dos ODS. No tópico a seguir serão demonstradas algumas dessas iniciativas.

2.5. INICIATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS QUE RELACIONAM A PESQUISA E OS ODS NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

De acordo com a ONU (2019, p. 113), atualmente há três modos relevantes de engajamento de pesquisa científica ao cumprimento da *Agenda 2030*, sendo eles complementares uns aos outros. O primeiro modo refere-se à avaliação do impacto da dinâmica humana no ambiente e visa estudar as complexas cadeias que conduzem a fenômenos que afetam o desenvolvimento sustentável, ou seja, envolve a compreensão do mundo social e natural e atua nas possíveis modelagens dessa realidade. O segundo modo consiste basicamente em, mantendo o rigor científico, explorar soluções e caminhos possíveis para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir da identificação de medidas e interações promissoras e da criação de políticas e modelos econômicos mais inclusivos. O terceiro modo trata do acesso e divulgação das pesquisas de forma compreensível pela população, pois algumas questões de desenvolvimento são altamente contestadas e mal compreendidas justamente pela complexidade de entendimento pelas partes interessadas; a participação na coprodução de conhecimento normalmente requer que os pesquisadores sejam explícitos sobre seus objetivos.

Sobre alguns dos esforços no sentido de analisar o quanto as instituições de ensino superior têm se mobilizado ou direcionado o resultado de suas pesquisas para alcance dos ODS, destaca-se a realização do *Relatório do Acordo ODS (The SDG Accord Report)* desenvolvido pela Global Alliance (2019) que, em 2019, realizou uma análise envolvendo 110 instituições de ensino superior em 19 países diferentes. O objetivo foi justamente avaliar o progresso dessas instituições em direção ao alcance dos ODS. De acordo com o estudo, apenas **33%** das instituições informaram que existe um processo prévio que requer, desde o início da submissão do trabalho de pesquisa, uma ligação entre a temática abordada e os ODS, para que desde o momento do cadastro da pesquisa já seja descrito, pelo pesquisador, para quais ODS a pesquisa irá contribuir, conforme Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Existência de processo de associação entre pesquisas e ODS



Fonte: Global Alliance, 2019, p.14.

De acordo com a própria Global Alliance (2019), o resultado apresentado não implica dizer que os 67% “restantes” das pesquisas não contribuam efetivamente para o alcance dos ODS, mas sim que não foi realizado um alinhamento entre os objetivos da pesquisa e os objetivos globais da *Agenda 2030*. Isso impede uma visão mais ampla sobre as reais colaborações que podem ser dadas sob este critério, além de ressaltar a importância de vincular diretamente essas ações aos ODS (GLOBAL ALLIANCE, 2019).

Globalmente vêm se observando esforços iniciais no sentido de preencher essas lacunas de pesquisas e principalmente de suprir a não vinculação direta das pesquisas pelas instituições. É o caso, por exemplo, da recém-fundada *Iniciativa de Publicações e Pesquisas Acadêmicas dos ODS*¹⁶ pela Escola Europeia de Ciência e Pesquisa para a Sustentabilidade (ESSSR) e pelo Programa Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável (IUSDRP), que consiste em promover e divulgar os resultados de pesquisas acadêmicas e das suas instituições associadas, em assuntos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável da ONU, com objetivo de preencher a lacuna de artigos revisados por pares, escritos por equipes interdisciplinares internacionais que abordam os ODS e que são publicados em periódicos qualificados.

¹⁶ *New research initiative on the SDGs*. Iniciativa nascida em dezembro de 2020 com prazo de submissão para pesquisas até fevereiro de 2021. Ainda não divulgada. Disponível em <https://www.haw-hamburg.de/detail/news/news/show/new-research-initiative-on-the-sdgs/> Acesso em: 26 ago 2021.

Destaca-se também o *Projeto de Análise de ODS* da Aurora Universities Network¹⁷ que, em 2018, criou um painel que expõe as contribuições para os ODS de pesquisas das universidades pertencentes ao seu grupo, oferece acesso a diversos textos já vinculados a cada ODS e apresenta soluções propostas pelos seus pesquisadores a cada um dos ODS levantados. O grande destaque é a apresentação em tempo real do número de novas pesquisas e relatórios vinculados a cada um dos ODS com base nos resultados da pesquisa.

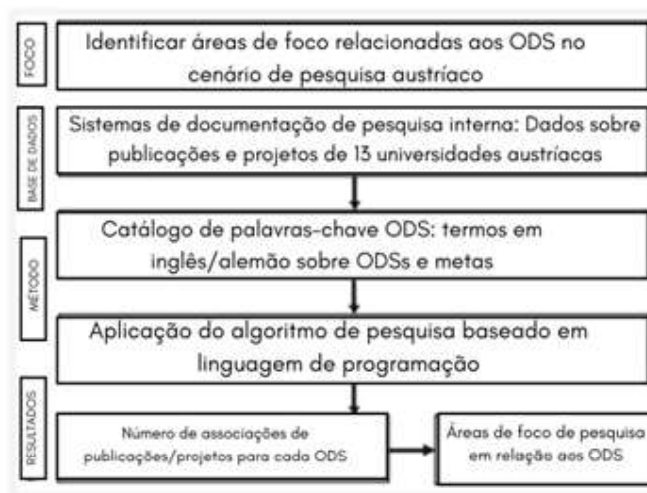
Outra contribuição relevante na área é o *Portal Global IAU*¹⁸ sobre *Ensino Superior e Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável* (HESD), uma ferramenta que proporciona acesso às pesquisas universitárias desenvolvidas em todo o mundo para promover a sustentabilidade. Em maio de 2021, o portal listava mais de 480 notícias e mais de 820 pesquisas de 1186 universidades, sendo possível realizar buscas diretamente associadas aos ODS que atingem.

Em 2018, a rede austríaca Alliance for Sustainable Universities iniciou o projeto *UniNEtZ*, que visa fortalecer a cooperação e as redes entre universidades para integrar o desenvolvimento sustentável conforme enquadrado pelos ODS em pesquisa e educação. Para entender como os ODS já são tratados no âmbito da pesquisa, foi realizado um mapeamento digital da produção acadêmica de 13 universidades na Áustria através da busca por palavras-chave em publicações científicas e projetos de pesquisa no período de 2013 a 2017. Para mapear as atividades de pesquisa, em uma abordagem semântica, um catálogo detalhado de palavras-chave foi desenvolvido a partir dos termos predominantes nas 169 metas estabelecidas pela ONU; também foram extraídos sinônimos derivados destes termos. Além disso, em um processo interdisciplinar, incluindo as partes interessadas das universidades parceiras, o catálogo de palavras-chave foi continuamente discutido e desenvolvido. Ao final, o catálogo compreendeu um total de 1.000 palavras-chave, formuladas em inglês e alemão (KÖRFGEN, *et al.*, 2018). A Figura 10 demonstra as etapas dessa pesquisa.

¹⁷ Aurora é uma rede de universidades europeias fundada em 2016. O relatório pode ser acessado em: <https://aurora-universities.eu/resources/educational/sdg-analysis-bibliometrics-relevance/>.

¹⁸ O portal é uma iniciativa da IAU – International Association of Universities, e está disponível em <https://www.iau-hesd.net/contenu/189-what-higher-education-and-research-sustainable-development-hesd.html>

Figura 10 – Pesquisa austríaca de mapeamento da produção acadêmica ligada aos ODS



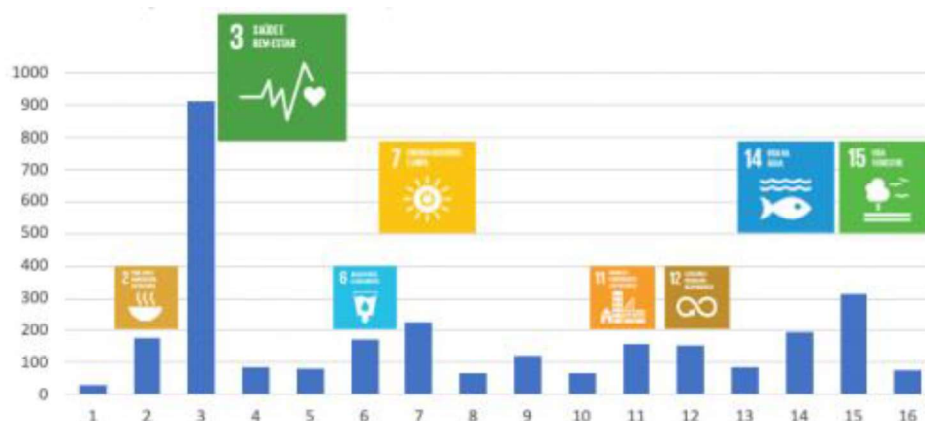
Fonte: Körfgen *et al.*, 2018, p. 4 (tradução nossa).

Em 2020, um trabalho na Universidade de Leicester também teve como foco desenvolver uma metodologia para mapear a contribuição das pesquisas dessa instituição para os ODS. O primeiro passo para este levantamento foi a categorização das pesquisas no contexto das metas justamente “por não existir uma lista padrão de palavras-chave que representam os 17 objetivos” (MISTRY *et al.*, 2020, p. 2; trad. nossa). O grupo de trabalho responsável pelo estudo desenvolveu então uma lista de palavras-chave, aplicou um processo de mineração de texto e técnicas de agrupamento, realizou uma comparação dessa lista com as listas existentes em estudos da SDSN e da Monash University, e combinou o resultado de 456 palavras-chave obtidas para realização do mapeamento.

O mapeamento produzido pela Universidade de Leicester gerou um gráfico através do qual pode-se ter uma percepção analítica da produção acadêmica de acordo com cada um dos ODS, conforme demonstra o Gráfico 2:

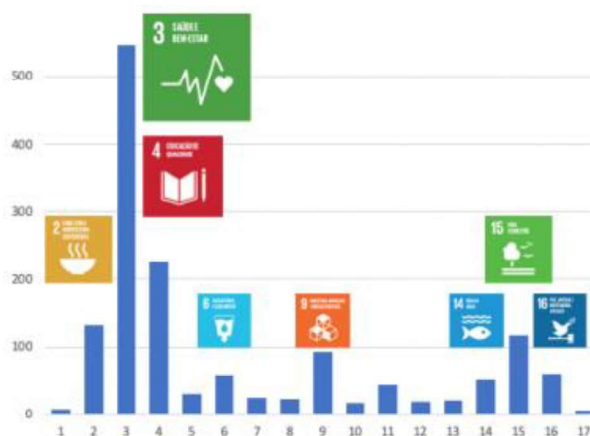
Merece destaque também o *Projeto de Dicionário de Palavras-chave ODS* da Universidade de Auckland, desenvolvido em 2021, que busca aplicar os processos desenvolvidos pelas Nações Unidas e pela *Times Higher Education (THE)* para criar uma lista expandida de palavras-chave que possam ser usadas para identificar pesquisas relevantes para os ODS. Técnicas e métodos de mineração de texto foram aplicados para produzir listas de palavras-chave relacionadas aos ODS do banco de dados Scopus, e termos de pesquisa adicionais foram acrescentados a partir da documentação fornecida pela SDSN e pela própria ONU. As palavras-chave foram avaliadas com mais detalhes e revisadas manualmente para confirmar se eram relevantes para a meta em questão. Este trabalho resultou em uma lista de 2.321 palavras (WANG; KANG; MU, 2023).

No Brasil, Silva, *et al.* (2021), em conformidade ao preconizado pelo guia elaborado pela SDSN (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017) – que afirmou ser o dimensionamento dos processos e o levantamento das atividades já existentes os primeiros passos para o verdadeiro engajamento com os ODS –, iniciaram, em agosto de 2020, um mapeamento dos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), revelando ações em todos os 17 ODS no âmbito das pesquisas dessa universidade. Na análise das publicações científicas, foram 2017 artigos publicados entre 2015 e 2020 que se alinham com pelo menos um ODS. Como resultado, o ODS 3 (saúde e bem-estar) predominou, com mais de 900 artigos científicos, seguido do ODS 15 (vida terrestre), com mais de 300 artigos, ODS 7 (energia limpa e acessível), com mais de 200, e o ODS 14 (vida na água), com quase 200 artigos. Ver Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Publicações da Universidade Federal do Espírito Santo por ODS (2015 – 2020)

Fonte: Silva *et al.* (2021).

O trabalho também mapeou os projetos de pesquisa entre os anos de 2016 e 2020 no âmbito da UFES. Foram 1.483 projetos de pesquisa, que também revelaram ações em todos os 17 ODS, com a maior quantidade de projetos de pesquisa alinhadas aos seguintes objetivos: ODS 3 (saúde e bem-estar), ODS 4 (educação de qualidade), ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável) e ODS 15 (vida terrestre), como pode ser visto no Gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 – Pesquisas da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES por ODS (2016-2020)

Fonte: Silva *et al.* (2021).

Gaertner *et al.* (2021) aplicaram a lista de palavras-chave de Körfgen *et al.* (2018) para mapear os ODS nas publicações acadêmico-científicas em um contexto territorial específico (neste caso, a região metropolitana de Curitiba). Nessa pesquisa

os autores não tinham como foco somente a produção de publicações advindas das universidades, e sim a identificação também fora da academia. Porém, em seus resultados, constataram que as IES foram, no fim das contas, as principais responsáveis por esses trabalhos. Para análise, foram selecionadas as cinco instituições que mais publicaram sobre o tema dos ODS: a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Positivo (UP) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Investigando como os ODS são enfatizados por cada instituição, os autores chegaram ao mapeamento exposto na Figura 11 abaixo:

Figura 11 – Mapeamento das Universidades do Paraná por ODS

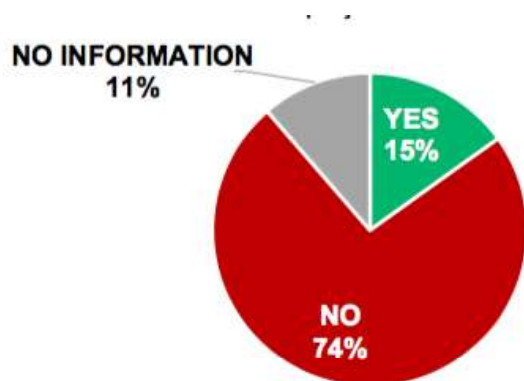
ODS	UFPR	PUCPR	UTFPR	USP	UP
3 SAÚDE E BEM-ESTAR	470	151	42	126	53
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	231	113	91	46	21
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	193	62	26	42	21
15 VIDA TERRESTRE	165	13	21	24	8
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	119	48	26	35	16
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	102	23	34	18	17
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	96	52	28	27	13
5 IGUALDADE DE GÊNERO	57	23	9	12	6
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	49	14	29	15	7
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	39	24	21	13	7
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	36	12	20	8	9
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	35	16	9	1	8
17 PARCERIAS E METAS DE IMPLEMENTAÇÃO	33	28	9	8	2
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	30	13	2	12	2
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	24	19	29	4	2
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	20	3	5	3	5
14 VIDA NA ÁGUA	19	1	3	5	2

Fonte: Gaertner *et al.* (2021)

Também a nível nacional, Serafini, Moura e Rezende (2021) promoveram um estudo através do qual foram levantados dados sobre como **53** universidades federais brasileiras – dentre as quais a UFBA, objeto de pesquisa da presente dissertação – têm dialogado com a *Agenda 2030* e os ODS. No âmbito deste estudo, foi realizado um questionamento acerca da existência de vínculo direto dos projetos de pesquisa e extensão dessas universidades com os ODS, tendo como resultado a verificação de que em apenas **15%** das instituições existe um procedimento de vinculação direta. Importante frisar que, conforme as autoras, nos casos em que essa vinculação foi realizada, isso só foi possível pelo fato de que havia, desde o registro no sistema da instituição, a obrigatoriedade de informar, no ato da submissão, como o projeto se relaciona à *Agenda 2030* (SERAFINI; MOURA; REZENDE, 2021, p. 12).

O Gráfico 5 a seguir demonstra o resultado dessa pesquisa.

Gráfico 5 – Existência de vinculação direta entre pesquisas das Universidades Federais brasileiras e ODS



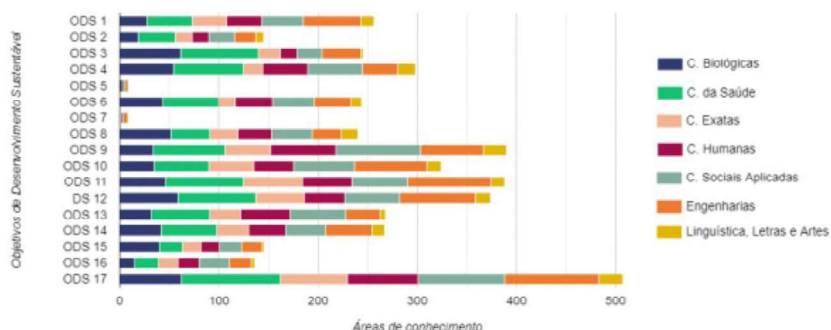
Fonte: Serafini, Moura e Rezende (2021, p. 12).

A pesquisa de Serafini, Moura e Rezende (2021) destaca também que, embora **74%** das instituições tenham informado que não há vínculo direto entre os projetos e os ODS, **23%** das instituições pertencentes a este agrupamento relataram que já veem a necessidade de ajustar seus sistemas de registro de pesquisa e extensão de forma que, através de um campo específico no ato da submissão, essa vinculação já possa ser realizada. As autoras informaram que não foi possível analisar as informações sobre a situação de alinhamento entre os projetos e os ODS em 6 das universidades pesquisadas (**11%**).

Sobre a importância da vinculação dos objetos de estudo das pesquisas aos ODS, Leal Filho *et al.* (2021) mencionam que a equipe editorial do *Journal of Sustainable Tourism*, ao refletir sobre como suas publicações poderiam auxiliar os autores na obtenção de um maior impacto com as suas pesquisas, decidiram “orientar todos os autores que enquadrem seus artigos submetidos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (LEAL FILHO *et al.*, 2021, p. 4). Sobre este tema em específico, o artigo conclui que mais pesquisas são necessárias para saber até que ponto os ODS estão sendo levados em consideração no contexto da publicação científica (LEAL FILHO *et al.*, 2021).

Em novembro de 2021, Silva *et al.* (2021), publicaram um trabalho com resultados da fase preliminar do treinamento de uma inteligência artificial (IA), que teve como objetivo determinar métricas relacionadas à *Agenda 2030* que fossem capazes de identificar qual o potencial (alto/médio/baixo) de um projeto em termos de impacto a um ou mais ODS. A finalidade era identificar a aproximação de uma pesquisa acadêmica ou ação institucional com um (ou mais) ODS e de colaborar com a governança organizacional dos dados. A ferramenta computacional, denominada de *ODS Mapeados*, foi desenvolvida por equipes da Universidade Federal de Juiz de Fora que, nessa primeira fase, analisaram 693 projetos de iniciação científica produzidos no âmbito dessa universidade no ano de 2019. A ferramenta atuou sob os resumos dos projetos desenvolvidos (banco de dados) e efetuou buscas através de 657 palavras-chave extraídas dos objetivos, das metas, e das métricas adaptadas para o contexto brasileiro por meio de referências do Ipea (2019) e do *Relatório Luz* (GTSC A2030, 2020) por exemplo. Os resultados foram considerados promissores, e a ferramenta demonstrou forte potencial de cumprir o objetivo de alinhar e identificar a relação dos projetos inseridos na base de dados com a *Agenda 2030*. Ademais, foi levantada a necessidade de ampliação da base de dados (de forma a contemplar também teses e dissertações) e do desenvolvimento de um conjunto de palavras-chave mais robusto. Os resultados dos alinhamentos dos projetos com os ODS foram separados por áreas do conhecimento, conforme exposto no Gráfico 6, a seguir:

Gráfico 6 – Mapeamento dos projetos de iniciação científica da UFJF pela ferramenta *ODS Mapeados*



Fonte: Silva *et al.* (2021).

O que se observa, portanto, é que, a *Agenda 2030* despertou o interesse de diversos pesquisadores e organizações em avaliar o vínculo das pesquisas com os

ODS. Além disso, o mapeamento dos ODS a partir de termos de busca vem se tornando uma das principais abordagens para tais avaliações (GAERTNER *et al.*, 2021). Esses procedimentos podem ser considerados como a primeira etapa de aprofundamento e conhecimento acerca das ações no contexto de cada instituição e um forte impulso para as ações futuras (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017). A partir dos seus resultados podem ser exploradas formas de aplicação, adequação e uso destes em questões mais específicas. E foi justamente ao considerar tais oportunidades que, na presente dissertação, estabeleceu-se como objetivo mapear a produção das pesquisas da UFBA como primeiro passo de possíveis ações futuras.

No capítulo seguinte, será feita uma contextualização sobre a UFBA no cenário de pesquisa ora proposto. Em seguida, será descrita a metodologia através da qual foi realizado o mapeamento da contribuição em potencial dessa universidade para a implementação das metas propostas pelos ODS.

2.6 – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA UFBA AO CENÁRIO DA PESQUISA

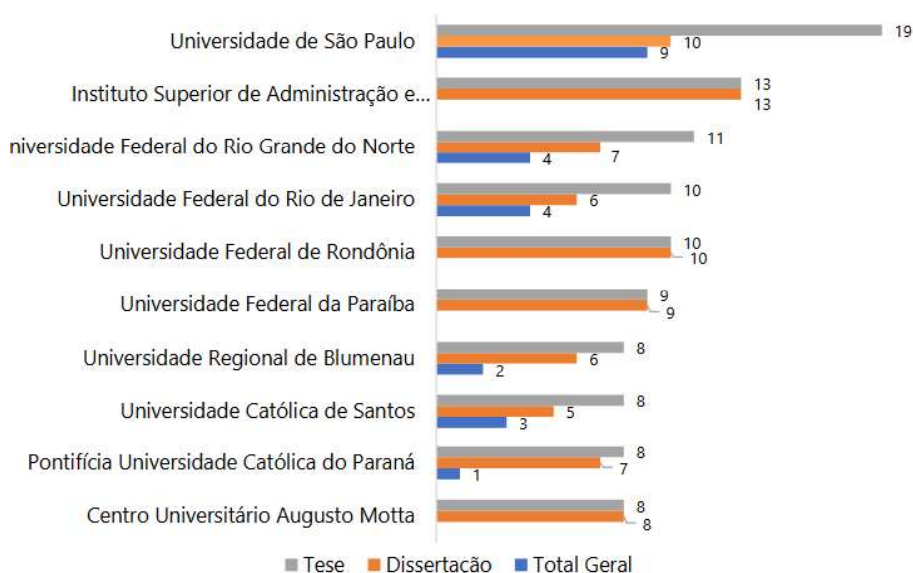
Considerando a natureza transdisciplinar dos ODS, que englobam questões nas esferas sociais, econômicas e ambientais (LE BLANC, 2015; SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017; KÖRFGEN *et al.*, 2018; OSELIERI RAEDER; MIRANDA MENEZES, 2019) e partindo da premissa de que, justamente por essa característica, grande parte das pesquisas desenvolvidas no âmbito de uma universidade já dialogam, indiretamente, com os ODS levantados pela ONU, este trabalho busca, através da realização de um mapeamento, expor de forma mensurável o potencial de contribuição das pesquisas acadêmicas desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para o alcance das metas elencadas na *Agenda 2030* através da vinculação direta das suas pesquisas aos ODS.

Conforme já apresentado, estudos realizados em 110 instituições de ensino superior em 19 países diferentes demonstraram que apenas 33% das instituições requerem um link dos seus projetos aos ODS em suas submissões (GLOBAL ALLIANCE, 2019). Nacionalmente, este número cai para 15%, de acordo com estudo realizado em 53 universidades federais (SERAFINI; MOURA; REZENDE, 2021). Esses dados demonstram que faltam esforços institucionais no que se refere a uma ferramenta própria que permita que essa vinculação seja feita em seus sistemas

específicos já no ato da submissão, o que possibilitaria uma visão analítica e focada no que se refere às reais colaborações para as resoluções dos tópicos de sustentabilidade definidos pelos ODS.

Em recente estudo, Serafini (2022) apresentou os resultados de um trabalho no qual foram pesquisados os termos “Agenda 2030”, “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” e “ODS” no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) referentes ao ano de 2021. Ou seja, foi realizada uma busca de teses e dissertações que tratassem diretamente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da *Agenda 2030*. Depois de refinados os resultados, 416 trabalhos foram contemplados para a análise quantitativa deste estudo. No que se refere ao número de trabalhos por instituição, foram apresentados os seguintes resultados, demonstrados no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Vinculação das teses e dissertações aos termos ligados aos ODS em universidades brasileiras



Fonte: Serafini (2022).

Embora seja nacionalmente reconhecida a sua importância histórica – sendo a universidade mais antiga do país, fundada em 1808 (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008) – e numérica – sendo considerada a sétima maior universidade do país (INEP, 2020; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008), a Universidade Federal da Bahia (UFBA),

objeto de pesquisa dessa dissertação, não se destaca no que tange ao tratamento direto às questões propostas pela *Agenda 2030*. Uma evidência disso é que, conforme exposto na Gráfico 7, a UFBA sequer aparece entre as dez universidades no topo do resultado das buscas por termos diretamente ligados à *Agenda 2030* (selecionadas através do sistema online oficial do governo brasileiro para depósito das pesquisas de mestrado e doutorado, a CAPES). Após extensa procura e pesquisa de campo, percebemos que os projetos existentes nesse sentido na universidade são pontuais e fruto de iniciativas individuais de docentes e estudantes – a exemplo da “Gincana ODS”, um evento promovido em parceria com as Escolas de Administração e Faculdade de Ciências Contábeis da UFBA que teve início em 2019 e promoveu, desde então, palestras, feiras e eventos com o objetivo de estimular a discussão e troca de experiências sobre o que universidades vêm realizando no âmbito dos ODS.¹⁹

No capítulo seguinte será descrita a metodologia através da qual foi realizado o mapeamento da contribuição em potencial da pesquisa da Universidade Federal da Bahia na implementação das metas propostas pelos ODS.

¹⁹ Um documento referente à Gincana está disponível em: <https://contabeis.ufba.br/wp-content/uploads/2019/10/Gincana-ODS.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

3. METODOLOGIA

Conforme exposto no capítulo anterior, atualmente vêm surgindo diversos estudos empíricos que buscam entender melhor a relação do meio acadêmico com a *Agenda 2030*. Neste contexto, também foram demonstradas análises e perspectivas que concebem a pesquisa acadêmica como uma das ferramentas da universidade no exercício do seu papel de ator social na implementação dos ODS.

Uma primeira tentativa de buscas por resultados de pesquisas que tratassem diretamente dos ODS foi realizada repetindo os mesmos critérios de busca da pesquisa de Serafini (2022), qual seja: a busca dos termos “Agenda 2030” ou “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” ou “ODS” no *Repositório Institucional da UFBA (RI-UFBA)*, base de dados utilizada na nossa pesquisa (que será apresentada em detalhes mais adiante). A partir dessa busca, verificou-se, conforme a Figura 12 a seguir, que somente uma pesquisa obedeceu a estes critérios – indicando que, de fato, não existe no âmbito das pesquisas de pós-graduação da UFBA uma tratativa direta no que se refere à abordagem da *Agenda 2030*.

Figura 12 – Resultado da busca por termos diretos sobre a *Agenda 2030* e os ODS no RI da UFBA

Mostrando resultados 1 a 1 de 1			
Data do documento	Título	Autor(es)	Tipo
7-Fev-2019	Do global ao local: a Agenda 2030 da ONU e a gestão de resíduos sólidos no Brasil	Pereira, Aline de Melo Faria	Dissertação
Mostrando resultados 1 a 1 de 1			

Fonte: RI-UFBA

Não compreendemos o resultado apresentado como uma atestação de que, no universo de pesquisas acadêmicas da UFBA, não existam contribuições efetivas para o alcance dos ODS, mas sim que, além de não abordarem diretamente os objetivos globais da *Agenda 2030*, também não foi produzido um alinhamento formal entre os objetivos da pesquisa e os ODS. A partir disso, foram realizados diversos passos para que fosse possível elaborar um mapeamento que permitisse compreender como a produção acadêmica da UFBA tem, potencialmente, incorporado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela *Agenda 2030* no período de 2016 a 2020.

Foi realizada uma análise bibliométrica das teses de doutorado e dissertações de mestrado depositadas no *Repositório Institucional da UFBA* no período compreendido entre os anos de 2016 e 2020. Este período foi selecionado considerando o ano de 2016 como o efetivo início de aplicação das metas que compõem os ODS, e o ano de 2020 como o último ano finalizado antes do início da realização dessa dissertação. A metodologia para realização dessa análise será detalhadamente descrita nos tópicos a seguir.

Sobre as análises bibliométricas, Bautista-Puig (2020, p. 91) ressalta que uma das principais dificuldades em um estudo que envolve dados bibliométricos é a de estabelecer um modo de recuperar dados realmente relevantes de um banco de dados. A autora destaca que pesquisas que envolvem campos interdisciplinares constituem desafios ainda maiores na bibliometria. Para driblar essas dificuldades serão realizados diversos processos e análises, conforme descrito nas próximas seções.

A realização do presente mapeamento será descrita a seguir. Levantaremos os potenciais das pesquisas da UFBA e os possíveis impactos desses projetos sobre o cumprimento de cada um dos objetivos. Este pode ser um marco inicial para que essas questões sejam tratadas de forma ampla e institucional em futuro próximo.

3.1. ESCOLHA DA BASE DE DADOS

Em conformidade com Muzio (2019), entende-se que a divulgação científica não deve ser apenas uma transferência de conhecimento unidirecional, e sim um exercício de diálogo que possibilite a troca de saberes e a transformação da realidade. Ainda de acordo com o pensamento do autor, o objetivo de uma ampla divulgação dos conhecimentos de cunho acadêmico e científico é o de possibilitar o empoderamento e a participação mais efetiva da população nos processos de decisão que necessitem de um embasamento técnico, possibilitando que a comunidade possa se posicionar sobre questões de fundo científico que impactam diretamente no dia a dia de cada um. Isso só será possível com a implementação de uma ciência aberta e acessível (MUZIO, 2019).

Considerando o papel das instituições de ensino superior no apoio da implementação dessa ciência aberta e acessível, e sobre o surgimento dos

repositórios institucionais como ferramenta para o alcance deste objetivo, Ribeiro, Bernardes e Amaral (2016) explicam que:

Os repositórios institucionais (RIs) foram implantados nas universidades com a missão de substituir as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações e ampliar a gama de documentos disponibilizados eletronicamente pelas universidades. Dessa forma, além dos trabalhos produzidos na pós-graduação *Stricto Sensu*, os RIs também tornam acessíveis todo tipo de documento produzido pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo da instituição, tais como artigos publicados em periódicos e eventos, capítulos de livros, relatórios, entre outros. (RIBEIRO; BERNARDES; AMARAL, 2016, p. 2)

De acordo com Ribeiro, Bernardes e Amaral (2016), os repositórios aparecem também como solução frente aos altos custos de assinatura para instituições e pesquisadores. Trata-se de um meio para que possam ter acesso às publicações, uma vez que, a informação científica gerada em universidades e escolas superiores, a despeito de ser financiada com recursos públicos, é frequentemente publicada em periódicos especializados cujo acesso é pago e restrito. Ainda conforme os autores, o movimento de acesso aberto, que propõe o acesso irrestrito e livre de cobranças a artigos científicos, remonta a mais de 30 anos atrás, com o lançamento do *Projeto Gutenberg* por Michael Hart em 1971, e vem sendo apoiado por várias ações desenvolvidas pelo mundo.

Reconhecendo a importância do funcionamento dos RIs nas universidades, o Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (2018) propôs uma série de recomendações para assegurar o reforço aos repositórios no âmbito das instituições de ensino superior, conforme Figura 13, a seguir:

Figura 13 – Recomendação de reforço aos repositórios institucionais

Recomendação 3.1.2. Reforçar o funcionamento dos repositórios institucionais e nacional		
Recomendações específicas	Propostas	Entidade responsável
a) Assegurar o depósito de investigação científica nos repositórios institucionais e nacional (RCAAP)	- Obrigatoriedade de publicação em repositórios de acesso aberto (inclusive a de projetos não financiados pela FCT), condicionando apoios e incentivos ao cumprimento deste requisito.	IES Tutela
b) Alargar as funcionalidades do repositório RCAAP	- Introdução de filtros de pesquisa no RCAAP que reflitam a avaliação dos documentos na ótica do utilizador - Incentivo do depósito de outros materiais científicos para além de dissertações e artigos.	IES Tutela

Fonte: ORSIES (2018, p. 108).

Corroborando os raciocínios apresentados e, portanto, compreendendo ser esta a fonte mais adequada no que se refere à produção científica específica da UFBA, a base de dados utilizada para realização deste mapeamento será o *Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RI-UFBA)*.

O RI-UFBA é uma iniciativa da universidade, implantada pela Portaria 024/2010 (UFBA, 2010) que instituiu sua criação com o propósito de divulgar para a sociedade a produção académica desenvolvida pelos seus programas de forma gratuita e acessível. No seu artigo 5º, a portaria orienta que “Todos os documentos [...] que passaram, a exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas deverão ser depositados no RI” (UFBA, 2010, p. 4). Dessa forma, no recorte de tempo (2016-2020) e de natureza (teses, dissertações e especializações) estabelecidos para essa análise, a base de dados está composta de **1.966** teses de doutorado, **4.579** dissertações de mestrado académico ou profissional e **80** trabalhos de conclusão de especialização, totalizando **6.625** pesquisas académicas. Estes números estão apresentados no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Quantitativo das produções acadêmicas da UFBA – 2016 a 2020

Produção acadêmica UFBA 2016 – 2020	
Teses	1966
Dissertações	4579
Especializações	80
Total	6625

Fonte: elaboração própria a partir dos dados retirados do *RI-UFBA*

Apresentada a base de dados utilizada, cabe ressaltar que uma das razões para a escolha do RI. Com objetivo de realizar uma análise mais aprofundada a partir da identificação das contribuições para o alcance dos ODS, o presente estudo apresentará um recorte dividido por programas de pós-graduação, sendo possível, através das buscas realizadas no RI, a identificação dos trabalhos sob este critério. Isso possibilita que grupos de interesse, bem como líderes em potencial, possam ser mais facilmente identificados. Tal análise fornecerá a base também para que estudos futuros sejam realizados com recortes específicos, a partir da divisão por áreas por áreas de conhecimento, por exemplo.

Essa prerrogativa é reforçada por Sanabria-Suárez *et al.* (2020), que destaca uma tal análise, com o mapeamento dos ODS, possa ser feita por áreas do conhecimento ou por áreas específicas a fim de identificar avanços, prioridades, fragilidades, oportunidades, reconhecer grupos de interesse, bem como líderes em potencial e, a partir disso, gerar sinergias e fortalecer processos que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

3.2. CRITÉRIOS DE BUSCA – PALAVRAS-CHAVE

Entender em que ponto as universidades já contribuem, no âmbito das suas pesquisas, para a persecução dos objetivos estabelecidos pela ONU é um dos primeiros passos para uma efetiva participação e direcionamento dessas ações (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017) e (KÖRFGEN *et al.*, 2018). A presente dissertação utilizou palavras-chave no seu procedimento de busca. Esse método, conforme descrito nos tópicos anteriores, já foi e está sendo utilizado por outras instituições ao redor do mundo, a exemplo da rede Alliance for Sustainable

Universities (GLOBAL ALLIANCE, 2019), da Universidade de Leicester (MISTRY *et al.*, 2020) e da Universidade de Auckland (WANG; KANG; MU, 2023).

No desenvolvimento da presente dissertação, “por não existir uma lista padrão de palavras-chave que representam, de fato, os 17 objetivos” (MISTRY *et al.*, 2020, p. 2), optou-se pela criação de uma lista de palavras-chave própria ao invés da utilização de listas já desenvolvidas por outros estudos. Justifica-se esta escolha pela consideração da distinta realidade do contexto social e cultural em que estão inseridas as universidades que já se propuseram a realizar estes estudos, pela provável não aplicabilidade de alguns termos ora levantados por estas e, principalmente, pela falta de termos que reflitam a realidade de uma instituição brasileira de ensino superior. Esta temática, em si, já apresenta potencial para o desenvolvimento de estudos; porém, a título de exemplo, podemos citar a ausência de conceitos, nas palavras-chave da Universidade de Leicester, que remetessem aos ODS 1 e ao ODS 6 – que tratam, respectivamente, da erradicação da fome e do fornecimento de água limpa e de saneamento básico (MISTRY *et al.*, 2020, p. 4). Isso ocorre porque estudos dessa natureza não refletem a realidade social desses locais e, portanto, não são objetos de estudos dos seus pesquisadores.

Outro exemplo é o fato de que o *Projeto Dicionário de Palavras-chave ODS* desenvolvido pela Universidade de Auckland (WANG; KANG; MU, 2023), embora muito mais completo em relação aos outros estudos existentes, utilizou critérios estabelecidos pela *Times Higher Education (THE)*, que desenvolve tabelas de desempenho global (*THE Impact Rankings*) para avaliar as universidades em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Muito se discute sobre tais tabelas, justamente pela comparação não equilibrada entre desempenhos de instituições expostas a distintas realidades.

Considerando, portanto, a necessidade de compreender a realidade local de uma universidade localizada em um país em desenvolvimento, e corroborando o entendimento de Muff *et al.* (2013) – ao afirmarem que, porque a maioria das pesquisas acadêmicas vêm da América do Norte e Europa, existem falhas ao abordar e incluir países emergentes no contexto global de desenvolvimento –, buscou-se, nesta dissertação, a abordagem de uma metodologia que abarcasse pesquisas que refletissem a realidade social local do nosso país. A lista de palavras-chave desenvolvidas neste trabalho reproduziu os termos extraídos das 169 metas distribuídas nos 17 objetivos da ONU e também das adaptações e explicações das

metas para realidade brasileira no trabalho realizada pelo Ipea nas publicações dos *Cadernos ODS* (IPEA, 2019a).

Das metas originais desenvolvidas pela ONU e das adaptações das metas realizadas pelo Ipea foram, portanto, retiradas palavras-chave e agrupadas em grupos chamados de “termos diretos”. Das análises que consideraram as estratégias, os planos e as políticas nacionais em cada um dos respectivos *Cadernos*, foram retiradas as palavras-chave que compuseram o grupo denominado de “termos indiretos”. Os termos indiretos foram todos devidamente justificados com a respectiva indicação da sua referência. A lista completa de palavras-chave está disposta nos Apêndices dessa dissertação.

A seguir, o Quadro 3 apresenta como exemplo a definição das palavras-chave de análise para meta 3.1:

Quadro 3 – Palavras-chave da meta 3.1

METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 3.1 (ONU) – Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de setenta mortes por 100 mil nascidos vivos. Meta 3.1 (Brasil) – Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 50 mortes por 100 mil nascidos vivos.	Mortalidade materna	Mortalidade na gravidez / Mortalidade no parto / Mortalidade no puerpério / Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento / pre-natal / Assistência pré natal / Saúde da gestante	Conforme Caderno IPEA, a mortalidade materna envolve a mortalidade de mulheres durante a gravidez, o parto e o puerpério (p.08) . A falta de um bom atendimento pre-natal é a principal causa para essa mortalidade, e para combater esta ausência o governo criou o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (p.09)

Fonte: elaboração própria.

Para fins de análise posterior, dentro de cada ODS, as metas também foram agrupadas, pela pesquisadora, conforme a natureza dos seus assuntos. Esses blocos foram chamados de **grupos temáticos** e estão apresentados nos Apêndices dessa dissertação. No Quadro 4 abaixo está representado um exemplo de agrupamento do ODS 3, no qual foram estabelecidos **cinco** grupos temáticos (mortalidade, saúde mental e bem-estar, drogas, saúde sexual e reprodutivas e acesso à saúde e vacinação):

Quadro 5 – Perfil dos especialistas e ODS abordados

Especialista	ODS Vinculado	Experiência/atuação
1	ODS 1 / ODS 8 / ODS 10	Mestre em economia, pós-doutora em administração. Pesquisadora na área de sustentabilidade, gestão estratégica, energias renováveis e aspectos sobre pobreza multidimensional.
2	ODS 1 / ODS 4	Professora universitária. Membro da Câmara de Inovação para Sustentabilidade do Painel de Mudanças Climáticas de Salvador. Pesquisas na área de investimentos sustentáveis. Doutorado com foco em finanças sustentáveis e investimento ESG.
3	ODS 2 / ODS 3 / ODS 11	Bolsista CAPES no doutorado, com linha de pesquisa voltada para resiliência urbana, governança ambiental, hortas urbanas e agricultura sustentável. Participante da Câmara Temática de Resiliência, Resíduos e de Inovação do Painel Salvador de Mudança do Clima.
4	ODS 3 / ODS 6 / ODS 15	Pesquisadora na área de sustentabilidade e meio ambiente. Pós-graduada em meio ambiente e desenvolvimento sustentável, pós-graduada em gestão de resíduos sólidos socialmente e mestranda em território, ambiente e sociedade.
5	ODS 4	Graduanda em administração e engenharia. Bolsista CNPQ, atua em pesquisas nas áreas de sustentabilidade (diminuição de poluentes e gestão de resíduos sólidos).
6	ODS 5 / ODS 7 / ODS 13	Doutora em engenharia. Especialista em controle e gestão de energia. Experiência na área de administração e engenharia ambiental com ênfase em gestão ambiental, atuando principalmente nos temas: mudanças climáticas, inventário de gases do efeito estufa, pegada de carbono, precificação de carbono, mercado de carbono e projetos de redução de emissões de gases do efeito estufa.
7	ODS 5 / ODS 13 / ODS 16 / ODS 17	Professora universitária, doutora em sociologia e direito. Especialista em direito ambiental. Desenvolve projeto de pesquisa na área das mudanças climáticas e a economia de baixo carbono. Coordenadora do coletivo “Mulheres pelo Clima”.
8	ODS 6 / ODS 12 / ODS 14/ ODS 16	Professora universitária. Coordenadora da Câmara Técnica de Resíduos e pesquisadora das Câmaras de Inovação para Sustentabilidade e Resiliência Urbana do Painel Salvador Mudança do Clima. Desenvolve pesquisas e executa projetos sobre gestão de resíduos, economia circular, resiliência urbana, cidades resilientes e mudanças climáticas. Possui experiência com a coordenação e execução de projetos de pesquisa e extensão em instituições de ensino superior na área de sustentabilidade, gerenciamento de resíduos e gestão ambiental.
9	ODS 7 / ODS 9 / ODS 10	Professor universitário. Doutor na área de governança ambiental global. Membro da Câmara Temática de Inovação para a Sustentabilidade (SECIS), da prefeitura de Salvador. Desenvolve pesquisas sobre novas tecnologias para geração de energia via fontes renováveis. Autor de projetos na área de energia eólica e solar com Co benefícios para o desenvolvimento sustentável, de redução de gases do efeito estufa (GEE) no Brasil, de tecnologias ambientais e sociais para enfrentamento das mudanças climáticas e da utilização de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) pelas Empresas Brasileiras.

10	ODS 9 / ODS 15 / ODS 17	Professor universitário. Pesquisador Produtividade CNPq. Ex-coordenador e atualmente membro da Câmara Técnica Inovação para Sustentabilidade do Painel Salvador de Mudança do Clima. Atua em pesquisas com ênfase em gestão ambiental e produção limpa, atuando principalmente nos seguintes temas: mudanças climáticas, mercado de carbono, inventário de gases do efeito estufa, pegada de carbono, mecanismos de desenvolvimento limpo, REDD+, Co benefícios, projetos de redução de emissões de gases do efeito estufa, cidades resilientes de baixo carbono, energias renováveis e economia de baixo-carbono.
11	ODS 12/ ODS 17	Professora universitária. Doutora em engenharia ambiental. Atua em pesquisas nas áreas de impactos das mudanças climáticas sobre as organizações, mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) e, mais recentemente, Co benefícios para o desenvolvimento sustentável de projetos de energia eólica.
12	ODS 11 / ODS 12	Doutoranda e mestre em administração. Pesquisadora da Câmara de Resiliência do Painel Salvador de Mudança do Clima. Desenvolve pesquisas nas áreas de compras públicas sustentáveis e desenvolvimento sustentável.
13	ODS 11 / ODS 14	Professora universitária. Mestre em administração. Atua em pesquisas nas áreas de processos da gestão estratégicas e sustentabilidade, governança para sustentabilidade, desenvolvimento regional sustentável empreendedorismo e emprego, desenvolvimento territorial sustentável, empreendedorismo e economia criativa.
14	ODS 13 / ODS 16	Graduanda em direito e pesquisadora bolsista atuante na área de justiça ambiental.
15	ODS 2 / ODS 8	Doutorando em economia, possui mestrado em meio ambiente, águas e saneamento. Atua em pesquisas na área de gestão de baixo carbono e em meio ambiente e urbanismo. Integrante do Painel Salvador de Mudança do Clima. Experiência na área de economia do meio ambiente, políticas públicas de microfinanças com ênfase em desenvolvimento regional sustentável e na área de desenvolvimento regional sustentável.

Fonte: elaboração própria.

Sobre a importância dessa etapa, Leal Filho (2021, p. 3) destacou que a revisão por pares exige, além de uma abordagem colegiada, a devida cortesia, empatia e diligência de todos os participantes. O autor aponta os benefícios do procedimento, enfatizando as etapas de *feedback* de desenvolvimento que permitem, através de comentários construtivos, melhorias na qualidade, elegibilidade e precisão dos trabalhos. Portanto, depois de elaboradas, revisadas e discutidas, chegou-se em um total de **2.079** palavras-chave para realização do presente mapeamento.

O Quadro 6 a seguir sintetiza os grupos temáticos divididos por ODS, as metas que os compõem e a quantidade de termos vinculados a eles. Demonstra também a divisão entre os termos diretos e indiretos, inclusive com o quantitativo de termos sugeridos por especialistas.

Quadro 6 – Grupos temáticos e quantitativo de termos de busca

ODS	Grupo temático	Metas	Termos diretos	Termos indiretos		Total termos
				Ipea	Especialistas	
1 – ERRADICAÇÃO DA POBREZA	Pobreza	1.1 e 1.2	8	5	0	57
	Garantia de acesso para pessoas em vulnerabilidade social	1.4 e 1.5	14	3	6	
	Mobilização no combate à pobreza	1.3, 1ª, 1b	9	8	4	
2 – FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	Combate à fome e desnutrição	2.1 e 2.2	25	19	0	122
	Agricultura sustentável	2.3 e 2.4	23	7	1	
	Recursos genéticos e tecnologia agrícola	2ª, 2.5, 2.5.1 e 2.5.2	25	5	3	
	Comércio de alimentos	2b e 2c	8	5	1	
3 – SAÚDE E BEM-ESTAR	Mortalidade	3.1 , 3.2, 3.4, 3.6 e 3.9	14	29	2	148
	Combate a epidemias	3.3	10	20	0	
	Saúde mental e drogas	3.4 , 3.5 e 3ª	11	15	3	
	Saúde sexual e reprodutiva	3.7	5	3	3	
	Acesso a saúde e vacinação	3.8, 3b, 3c e 3d	23	9	1	
4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Educação inclusiva e equitativa	4.5	19	10	4	139
	Educação de qualidade	4.1, 4.6. 4ª e 4c	25	18	4	
	Educação para o desenvolvimento sustentável	4.7	4	2	0	
	Educação profissional	4.3 e 4.4	11	2	1	
	Acesso e permanência na educação	4.2 e 4b	19	19	1	
5 – IGUALDADE DE GÊNERO	Igualdade e identidade de gênero	5.1, 5ª, 5b.2	18	22	0	115
	Empoderamento feminino	5.5 , 5b, 5c	7	12	2	
	Violência contra mulher	5.2 e 5.3	11	7	0	
	Trabalho feminino	5.4	3	3	0	
	Saúde feminina	5.6	6	24	0	
6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	Acesso à água	6.1	5	7	2	89
	Saneamento	6.2	1	12	2	

	Qualidade e preservação da água	6.3 e 6.6	8	14	3	
	Uso e gestão da água	6.4, 6.5, 6 ^a , 6b	15	18	2	
7 – ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	Acesso à energia	7.1,7b	7	24	1	72
	Energias renováveis	7.2, 7 ^a	9	19	0	
	Eficiência energética	7.3	1	9	2	
8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	Crescimento econômico inclusivo e sustentável	8.1,8.2 e 8.3	15	20	2	155
	Emprego pleno, produtivo e trabalho decente	8.5, 8.6, 8.7, 8.8 e 8b	31	49	5	
	Desenvolvimento financeiro sustentável	8.4, 8.9 e 8.10	16	15	2	
9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	Infraestrutura e indústria	9.1, 9.2, 9.3, 9.4	42	23	8	135
	Pesquisa e tecnologia	9.5, 9i, 9b, 9c	21	41	0	
10 – REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	Inclusão e combate à desigualdade social	10.1, 10.2, 10.3 e 10.4	19	34	8	139
	Instituições financeiras e cooperação internacional para o desenvolvimento	10.5, 10.6, 10.a e 10.b	14	36	0	
	Migração e mobilidade segura	10.7 e 10.c	13	12	3	
11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Habitação e urbanização sustentáveis	11.1,11.3,11.5,11.7, 11.a, 11.a e 11.c	41	58	6	167
	Mobilidade urbana	11.2	11	16	0	
	Proteção do patrimônio cultural e natural	11.4 e 11.6	12	15	8	
12 – CONSUMO E PRODUÇÕES SUSTENTÁVEIS	Produção, gestão e consumo sustentáveis	12.1, 12.2, 12.3, 12.a	14	15	6	119
	Preservação ambiental	12.4, 12.5, 12.c	19	25	1	
	Práticas sustentáveis (empresas e sociedade)	12.6, 12.7, 12.8, 12.b	16	16	7	
13 – AÇÃO CONTRA MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	Resiliência e combate às mudanças climáticas	13.1	4	35	1	78
	Políticas e planos relacionados à mudança do clima	13.2, 13.a e 13.b	7	18	4	
	Educação e conscientização para mudança do clima	13.3	6	2	1	
14 – VIDA NA ÁGUA	Proteção da água e combate à poluição marinha	14.1, 14.2, 14.3, 14.5, 14.c	21	20	11	107

	Gestão sustentável da pesca	14.4, 14.6, 14.7, 14.b	19	12	9	
	Conhecimento científico e tecnologia marinha	14.a	5	10	0	
15 – VIDA TERRESTRE	Conservação dos ecossistemas	15.1, 15.1.1, 15.1.2, 15.4, 15.7, 15.8, 15.5, 15.a, 15.c	45	36	10	147
	Restauração de florestas e combate à desertificação	15.2, 15.3 e 15.b	20	13	3	
	Recursos genéticos e conhecimentos tradicionais	15.6, 15.6.1, 15.6.2	8	7	0	
	Valores para o planejamento e desenvolvimento	15.9	4	1	0	
16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	Redução da violência e da corrupção	16.1, 16.2, 16.4, 16.5 e 16.a	25	63	0	156
	Instituições transparentes, eficazes e acesso à justiça	16.3, 16.6, 16.7, 16.8	10	18	1	
	Inclusão e direitos sociais	16.9, 16.19 e 16.b	20	19	0	
17 – PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÕES	Aplicação de recursos financeiros para o desenvolvimento	17.1, 17.2, 17.3, 17.4, 17.5	10	22	1	134
	Promoção e uso da tecnologia em favor do desenvolvimento	17.6, 17.7, 17.8, 17.9	15	13	2	
	Fortalecimento do comércio para o desenvolvimento	17.10, 17.11, 17.12, 17.13	13	13	1	
	Políticas para o desenvolvimento sustentável	17.14, 17.15, 17.17	8	7	0	
	Capacitação e alcance dos ODS	17.9, 17.16, 17.18, 17.19	14	13	2	

Fonte: elaboração própria.

3.3. CONFECÇÃO DOS MAPEAMENTOS POR ODS E DO MAPEAMENTO GERAL DA UFBA

O processo de busca ocorreu através da inserção da palavra-chave no campo “assunto” da página de buscas do Repositório Institucional da UFBA. Os resultados foram ordenados por data de publicação de forma a facilitar a seleção das pesquisas depositadas no período analisado. Os campos mencionados foram destacados na Figura 14 abaixo.

Figura 14 –Metodologia de busca através das palavras-chaves

Página de Busca

Buscar em: Todo o repositório

por Ir

Filtros correntes: Assunto Contém

AGENDA 2030 X

Retornar valores

Adicionar filtros:

Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

Assunto Iguais Adicionar

Resultados/Página: 10 | Ordenar registros por: Data de Publicação | Ordenar: Descendente | Registro(s): Todos

Atualizar

Fonte: Elaboração própria com base nas buscas no RI - UFBA

A partir dos resultados das buscas por palavras-chave, foi realizada uma análise de cada um dos ODS, demonstrando a quantidade de trabalhos vinculados a eles através dos critérios de buscas, suas naturezas – se pertencem a um programa de mestrado, de doutorado ou de especialização –, a produção anual (que demonstra a distribuição por ano dentro do interstício analisado, 2016 – 2020) e, por fim, a distribuição dos trabalhos, separados por grupo temático de forma gráfica.

A partir da concatenação das análises individuais por ODS será apresentado o panorama geral da UFBA, através do mapeamento geral contendo todas as vinculações estabelecidas a partir das buscas pelas palavras-chave.

É importante reforçar que, nos agrupamentos que formaram cada um dos ODS, não existem, internamente, repetições de títulos de pesquisa, uma vez que foram separados por grupos temáticos conforme maior inclinação do seu conteúdo (conforme já explicado na metodologia deste trabalho). Entretanto, quando analisadas as seleções a partir de uma ótica global, não raramente uma mesma pesquisa pode contribuir concomitantemente para mais de um ODS, o que reforça o pensamento apresentado por Kern *et al.* (2017), Le Blanc (2015), Oselieri Raeder e Miranda Menezes (2019) quando discorrem acerca da natureza transversal e interdisciplinar dos ODS e principalmente sobre a conexão existente entre os seus conteúdos. Considerando essa característica de ampla contribuição, para confecção do gráfico

do mapeamento geral, foram consideradas todas as vinculações encontradas através da aplicação dos termos de busca (**2.695**), mas, para as posteriores análises de associações por programa, ano e natureza, foram excluídas as repetições, conforme explanação a seguir.

Tabulados todos os títulos encontrados e vinculados a pelo menos um ODS, aplicou-se uma fórmula condicional (CONT.SE) na planilha que calculou quantas vezes cada um dos títulos aparecia naquela relação. Dessa fórmula, derivou-se o seguinte resultado: **1562** pesquisas apareceram apenas uma vez ao longo das buscas, **371** apareceram duas vezes, **97** apareceram três vezes, **20** títulos apareceram quatro vezes e **4** trabalhos apareceram cinco vezes, totalizando, portanto, **2054** títulos distintos, excluindo as repetições, conforme Quadro 7, a seguir.

Quadro 7 – Total de títulos não contabilizando as repetições

Repetições	Total com Repetição	Total sem repetição
Sem repetições	1562	1562
Duas repetições	742	371
Três repetições	291	97
Quatro repetições	80	20
Cinco repetições	20	4
	2695	2054

Fonte: elaboração própria.

A partir do universo de **1054** trabalhos sem repetições, será possível realizar a análise da natureza dos trabalhos selecionados para o mapeamento geral da UFBA, assim como a distribuição anual dos trabalhos no período analisado.

4. DISCUSSÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico serão apresentados os resultados das buscas por palavras-chave realizadas no RI da UFBA, conforme metodologia descrita no tópico anterior. Primeiramente estão elencados os resultados separados por ODS, com um quadro resumo com seus principais destaques e pontos de atenção e, em seguida, o resultado geral.

Conforme descrito na etapa anterior, em cada análise de ODS será demonstrada a quantidade de trabalhos vinculados, sua natureza – se pertencem a um programa de mestrado, de doutorado ou de especialização, a sua produção anual, que demonstra a distribuição por ano dentro do interstício analisado (2016-2020) e, por fim, a distribuição dos trabalhos separados por grupo temático. Nessa última análise foram também identificadas as maiores contribuições por programa de pós-graduação. Esses levantamentos permitem vislumbrar as potenciais contribuições dos programas da UFBA no que se refere aos desafios propostos pelos ODS, alguns deles listados no tópico de apresentação dos ODS dessa dissertação. Também serão apresentados, em um quadro resumo, os principais pontos de destaque (potenciais pontos fortes da pesquisa da UFBA) e pontos de atenção (possíveis pontos fracos) compilados a partir dos resultados apresentados.

O mapeamento geral da UFBA permitirá vislumbrar, de forma gráfica, o compilado dos levantamentos feitos em separado por ODS, possibilitando a análise de quais as maiores contribuições e carências em números absolutos no que se refere à pesquisa da UFBA. Posteriormente, ao final deste capítulo, serão pontuadas as limitações da pesquisa, suas respectivas sugestões para minoração de riscos e sugestões para estudos futuros.

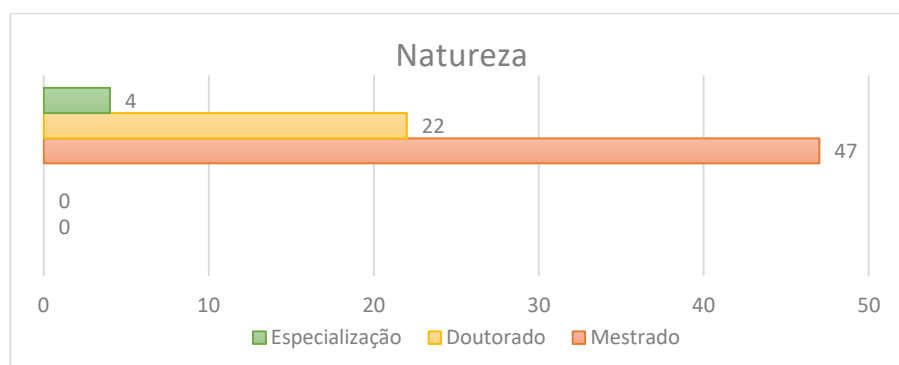
4.1. ANÁLISE INDIVIDUAL DOS ODS

4.1.1. ODS 1 – Erradicação da pobreza

Foram encontrados, no total, **73 trabalhos** a nível de pós-graduação na UFBA no período compreendido entre 2016-2022 a partir dos **57** termos de buscas definidos para o ODS 1. Dos trabalhos encontrados, **47** pertencem a programas de mestrado,

22 a programas de doutorado e **4** a programas de especializações. A natureza dos trabalhos foi apresentada no Gráfico 8.

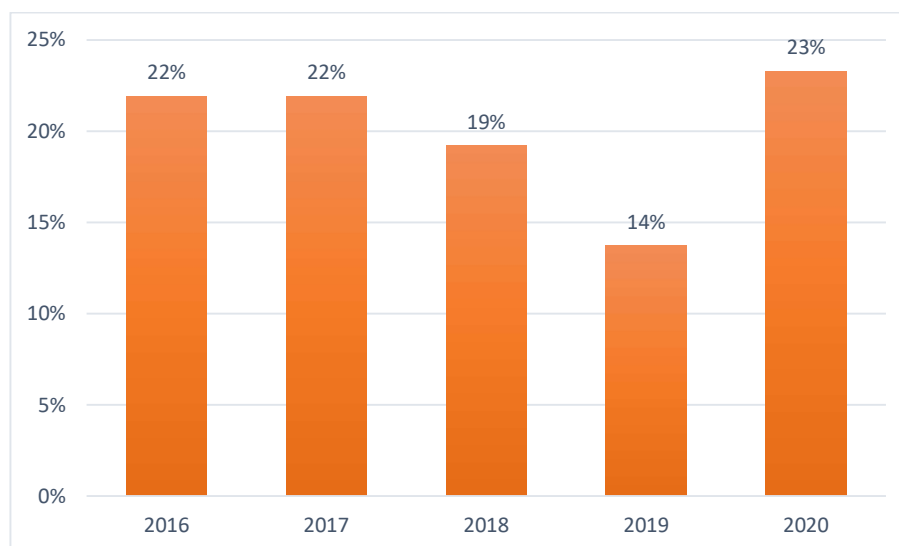
Gráfico 8 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 1



Fonte: elaboração própria

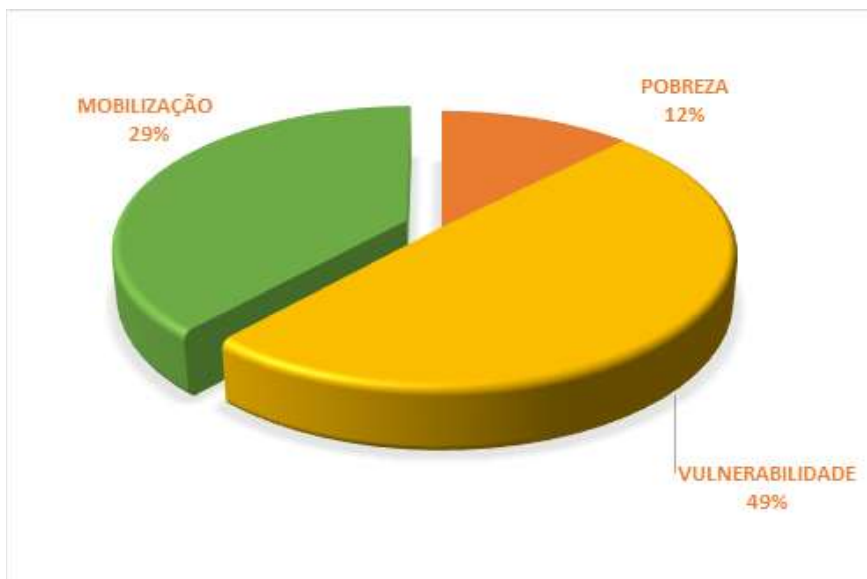
Quando analisada a distribuição anual dos resultados encontrados, nota-se um equilíbrio entre os números de cada ano, sendo o ano de 2020 o mais representativo em termos de quantidade de trabalhos, com **23%** dos títulos obtidos, conforme demonstrado no Gráfico 9 abaixo.

Gráfico 9 – Produção anual referente ao ODS 1



Fonte: elaboração própria

Também foi realizada a análise gráfica da distribuição por grupo temático, conforme exposto no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Distribuição por grupo temático – ODS 1

Fonte: elaboração própria

Em relação à distribuição por grupos temáticos, o destaque se dá para o grupo que trata de metas ligadas às questões de vulnerabilidade social e dos meios de garantir acesso da população vulnerável aos serviços básicos. Este grupo (*vulnerabilidade*) representa **49%** (**36** trabalhos) do total de **73** títulos encontrados e classificados neste ODS, demonstrando um potencial ponto forte da pesquisa da UFBA. Este grupo temático foi incrementado de forma bastante heterogênea entre os programas da UFBA. O destaque se deu para os trabalhos advindos do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, com dois programas de pós-graduação – Mestrado Profissional em Saúde Coletiva (MP-ISC) e o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC-ISC) – que juntos representam **28%** de todos os trabalhos encontrados neste grupo temático (total de 73. Essa representação faz sentido, uma vez que a saúde coletiva propõe uma participação crítica dos diversos atores sociais no processo de melhoria dos níveis de vida e a redução das desigualdades sociais através da assistência à saúde no país²¹ em busca do que fora preconizado pela ONU (2015) ao estabelecer que a partir do atingimento dessa meta toda a população mundial possa desfrutar de um padrão de vida básico. O PPGSC-ISC possui,

²¹ Informações retiradas do site do programa (INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA – UFBA, 2022a).

inclusive, uma linha de pesquisa sobre vulnerabilidade, assim como outras inerentes ao tema como “comunidades, famílias, modos de vida e saúde” e também “modelos assistenciais e vigilância em saúde” por exemplo²².

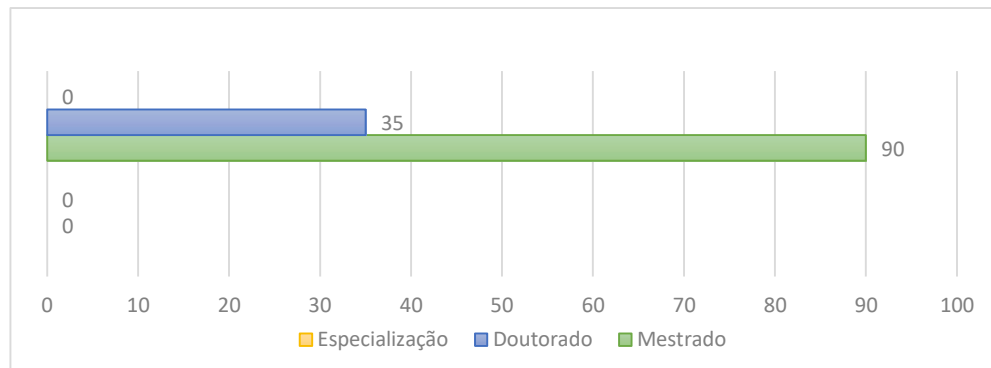
Em seguida, o grupo temático mais recorrente foi o que reuniu metas de mobilização no combate à pobreza – denominado para fins de análise como o grupo *mobilização*. Essas metas envolvem uma série de medidas, como políticas, programas e ações de cooperação que visem a redução das desigualdades (IPEA, 2019a). Foram localizados **28** trabalhos, que representam **29%** do total para este ODS. Neste grupo temático, o Núcleo de Pós-graduação em Administração (NPGA) foi o programa que mais se destacou, sendo responsável por **14** trabalhos dentro deste recorte, número que representa **50%** do total deste grupo. Tal representatividade converge com as temáticas apresentadas pela linha de pesquisa “Administração pública e sociedade” que, dentre outros, apresenta como conteúdo os estudos das políticas públicas, sociais, administração política, avaliação de políticas públicas e de modelos de desenvolvimento²³, o que está em consonância com o disposto pela ONU (2015) quando traduz a importância deste objetivo ao tratar aspectos relacionados à construção de sistemas de proteção social efetivos. O grupo que reúne as metas 1.1 e 1.2 que tratam da erradicação da “Pobreza” propriamente dita reuniu 12% do total de trabalhos vinculados a este ODS (**9** títulos de um total de **73**).

4.1.2. ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável

Inseridos os **122** termos de busca relativos ao ODS 2, foram encontrados um total de **125 trabalhos** a nível de pós-graduação na UFBA no período analisado. Dos trabalhos encontrados, **90** pertencem a programas de mestrado, **35** a programas de doutorado e nenhum a programas de especialização. Estes números foram apresentados no Gráfico 11.

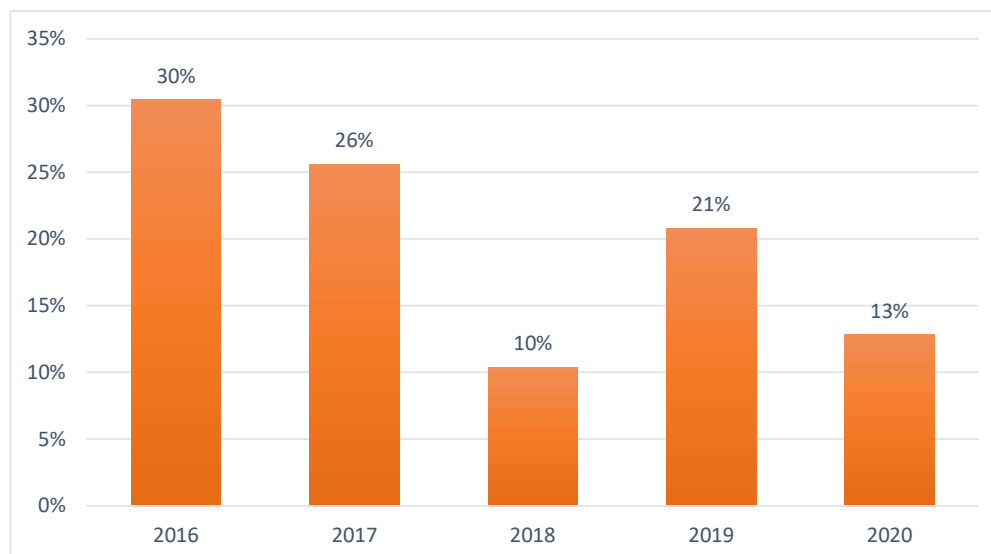
²² Informações retiradas do site do programa (INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA – UFBA, 2022b).

²³ Informações retiradas do site do programa (NPGA/EAUFBA, 2022).

Gráfico 11 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 2

Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados, o ano de 2016 apresenta um pequeno destaque, com **30%** (38 trabalhos) do total de títulos encontrados, seguido pelo ano de 2017, com **26%** (32 trabalhos), e 2019, com **21%** (26 trabalhos). O ano de 2018 foi o de menor incidência de títulos encontrados com essa temática, apresentando **13** trabalhos, o que representa **10%** do total. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 12, conforme segue.

Gráfico 12 – Produção anual referente ao ODS 2

Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 2 está demonstrada no Gráfico 13, a seguir:

Gráfico 13 – Distribuição por grupo temático – ODS 2

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupo temático, o mais expressivo, em termos de número de trabalhos, foi o grupo que tratou do combate à fome e à desnutrição com **53% (66 títulos)** das produções acadêmicas vinculadas ao ODS 2. Considerando este recorte, o principal destaque veio do Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde (PPGANS), que, sozinho, teve selecionados **26** trabalhos (**40%** do grupo temático) considerados como potenciais auxílios no alcance das metas incluídas nessa seção. Este programa possui duas linhas de pesquisa que estão diretamente alinhadas às metas selecionadas: uma dela é específica sobre alimentação e nutrição, e tem como foco a análise e o estudo do acesso e utilização dos alimentos; a outra trata sobre a vigilância de alimentos e saúde, com o objetivo de estudar a qualidade do alimento do ponto de vista nutricional e também sanitário.²⁴ É salutar a importância conferida ao estudo dessas temáticas, principalmente tendo em vista os números e dados levantados pelo Relatório Anual das Nações Unidas sobre segurança alimentar e nutricional. O relatório revelou, além do já exposto na seção de apresentação do ODS 2, que a persistência de altos níveis de desigualdade de renda, somado ao alto custo das dietas saudáveis, tornaram estas, em 2019,

²⁴ Informações retiradas do site do programa (ESCOLA DE NUTRIÇÃO – UFBA, 2022).

inacessíveis para quase **3** bilhões pessoas em todas as regiões do mundo, especialmente para a população pobre (FAO *et al.*, 2021).

No segundo grupo de maior incidência, “agricultura sustentável”, que representou um total de **24%** dos títulos selecionados nesse ODS, com **30** trabalhos encontrados, foi observada uma distribuição mais equilibrada entre as contribuições de distintos programas. O programa com maior incidência, considerando este grupo temático, foi o Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO) que, dentro de sua área de concentração de desenvolvimento econômico possui linhas de pesquisa (“Economia Política do Desenvolvimento” e “Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente”) cujos estudos se dedicam a questões pautadas em desenvolvimento e sustentabilidade em termos socioeconômicos e ambientais e na incorporação do meio ambiente como variável endógena ao desenvolvimento através da adoção de instrumentos que viabilizem a sua materialidade, inclusive no fortalecimento da estrutura social pertinente²⁵. Sobre essa estrutura, o *Relatório Anual das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar e Nutricional* (FAO *et al.*, 2021) defende que o empoderamento dos pequenos agricultores através do acesso à recursos produtivos, insumos agrícolas e recursos financeiros representa um grande potencial para o impulsionamento da mudança transformacional desejada por este ODS.

O terceiro grupo temático de maior incidência no ODS 2 foi o que reuniu metas ligadas ao estudo de *recursos genéticos e tecnologias agrícolas*. Este grupo reuniu **21%** de todos os trabalhos selecionados, com **26** títulos possivelmente ligados a esta temática. Neste grupo foi verificada uma participação expressiva do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (RENORBIO), com **35% (9** trabalhos) das pesquisas selecionadas neste destaque. As linhas deste programa abordam pontos chaves presentes nas metas aqui selecionadas a exemplo da genética, biodiversidade e conservação²⁶.

Neste ODS é possível visualizar uma incidência muito baixa de trabalhos com temas relativos ao grupo de *comércio de alimentos*. Apesar de, nos termos de busca diretos ou indiretos, constarem conceitos comuns e de grande relevância ao tema – como, por exemplo, “commodities”, “soberania alimentar”, “distribuição de alimentos” e “exportações agrícolas” –, a busca resultou na seleção de apenas 3 trabalhos o que

²⁵ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 2022).

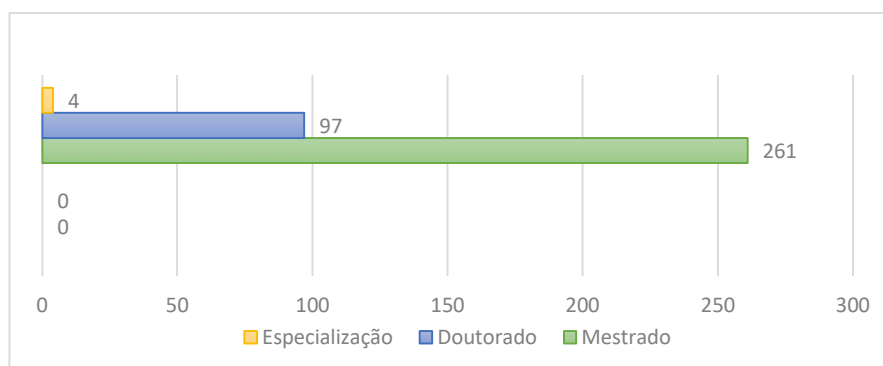
²⁶ Informações retiradas do site do programa (INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2022).

representa **2%** do total de títulos classificados neste ODS. O *Relatório Anual das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar e Nutricional* (FAO et al., 2021) enfatiza a importância do funcionamento desses “fatores subjacentes” para a garantia da segurança alimentar e nutricional, uma vez que o impacto em aspectos como disponibilidade, acesso, comercialização e consumo afetam negativamente a disponibilidade de um sistema alimentar decente em todo o mundo.

4.1.3. ODS 3 – Saúde e bem-estar

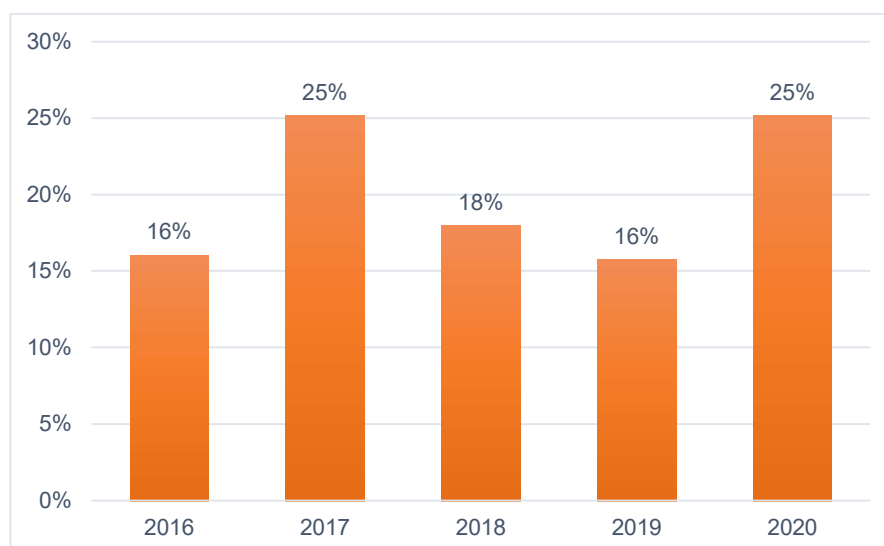
Inseridos os **148** termos de busca relativos ao ODS 3, foram encontrados um total de **362 trabalhos** a nível de pós-graduação na UFBA no período em análise. Dos trabalhos encontrados, **261** pertencem a programas de mestrado, **97** a programas de doutorado e **quatro** a programas de especialização. Estes números foram apresentados no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 3



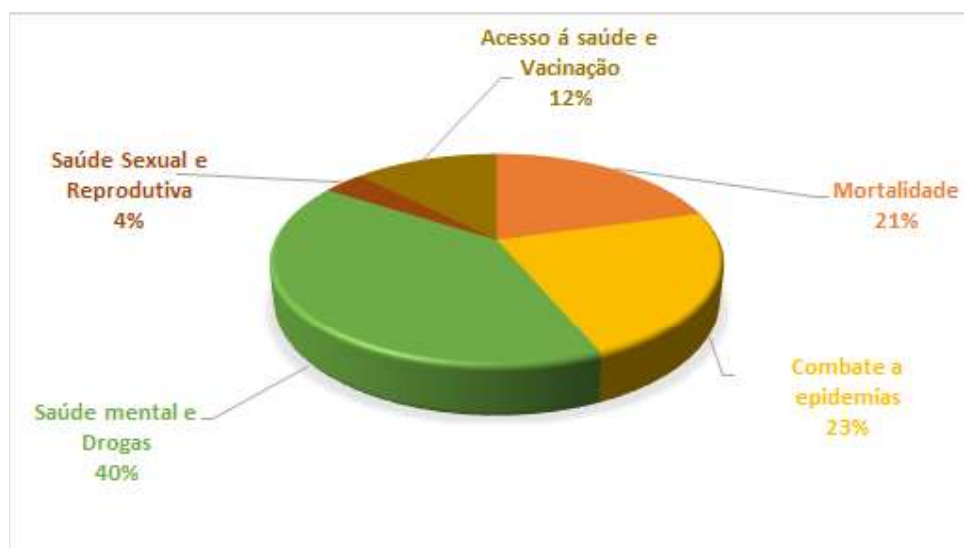
Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados, notamos um relativo equilíbrio entre os anos avaliados. Pequeno destaque para os anos de 2017 e 2020, com **91** trabalhos selecionados em cada, o que representa **25%** do total de trabalhos elaborados em cada um desses anos. Os anos de 2016 e 2019 foram os de menor incidência de títulos encontrados nas temáticas abordadas no ODS 3, com **58** e **57** trabalhos, respectivamente, o que representa **16%** para cada um destes anos. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 15, conforme segue.

Gráfico 15 – Produção anual referente ao ODS 3

Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 3 está demonstrada no Gráfico 16 a seguir:

Gráfico 16 – Distribuição por grupo temático – ODS 3

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupos, o maior destaque vai para o grupo temático que abordou as metas relativas a *saúde mental e combate às drogas*, com

146 trabalhos selecionados, o que representa **40%** de todos os classificados neste ODS. Neste grupo temático, dois programas de pós-graduação tiveram grande destaque, com expressivas contribuições em termos de número de trabalhos. Juntos, ambos somaram **78** títulos ou **53%** do total encontrado neste recorte. O primeiro é o Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT), que contribuiu com **47** trabalhos (ou **32%**) classificados neste grupo temático. Tal número se justifica principalmente pela abordagem de temáticas como “qualidade de vida no trabalho” ou “bem estar e qualidade de vida”, termos presentes nas metas aqui selecionadas e congruentes às linhas de pesquisa apresentadas pelo programa, quais sejam: “Saúde e trabalho”, “ Processo de saúde, doença e Trabalho” e “Relação entre saúde e ambiente”²⁷. O segundo destaque é o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC-ISC), que contribuiu com 47 trabalhos (ou **32%** deste grupo temático). Este programa também conta com linhas de pesquisa alinhadas às metas aqui selecionadas, a exemplo da linha de “saúde mental”, “Epidemiologia em serviços de saúde mental” e “Violência urbana e saúde” – essa última abordando aspectos como uso de drogas e entorpecentes.²⁸

Pesquisas na área de saúde mental e qualidade de vida no trabalho estão sendo demandadas em grande escala com o advento da pandemia da Covid-19, uma vez que, principalmente no tocante aos impactos aos profissionais da área de saúde, os dados revelam que a exaustão física, mental e condições de trabalho cobraram um alto preço. Segundo estimativas da OMS, a pandemia matou aproximadamente 115.500 profissionais de saúde até maio de 2021. Além disso, entre 40% e 66% de profissionais de saúde consultados em quatro países (Itália, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos da América) relataram problemas de saúde mental durante a pandemia (WHO, 2022).

O Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ISC também colaborou expressivamente para o segundo grupo de maior destaque neste ODS: *combate a epidemias*. Este grupo temático apresentou **83** pesquisas (**23%** do total neste ODS), das quais **31** foram provenientes do ISC. Tal número, possivelmente, se justifica pelo fato de o mencionado programa contar com três linhas de pesquisa diretamente ligadas a questões de epidemiologia (“Epidemiologia das doenças crônico-

²⁷ Informações retiradas do site do programa (FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA, 2022a).

²⁸ Informações retiradas do site do programa (INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA – UFBA, 2022b).

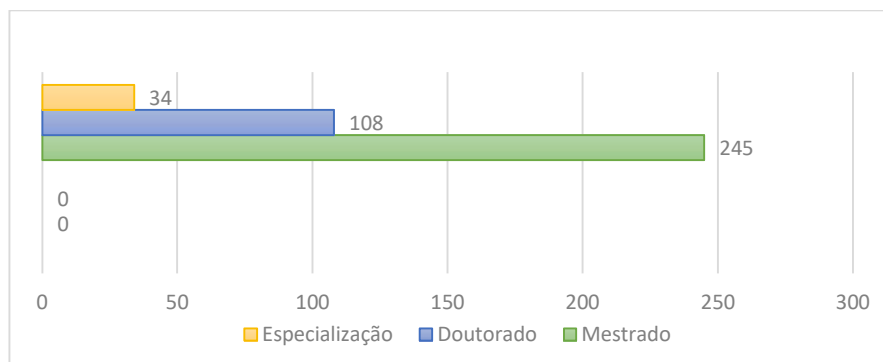
degenerativas, infecciosas e parasitárias”, “Epidemiologia e avaliação de impacto na saúde das populações” e “Epidemiologia em serviços de saúde mental”)²⁹, principal assunto abordado nas metas aqui agrupadas. Sobre a importância de estudos nestes temas, o relatório *Estatísticas da Saúde Mundial 2022*, da OMS (WHO, 2022) afirma que a saúde pública é um elemento central do desenvolvimento sustentável que contribui para o desenvolvimento socioeconômico e que também é afetado por mudanças socioeconômicas; por isso, estudar, levantar, compartilhar e usar dados de estudos relevantes sobre o tema pode ajudar a rastrear e avaliar essas contribuições e o progresso dos países em direção aos ODS e às metas.

Neste ODS é possível visualizar uma incidência muito baixa de trabalhos com temas relativos ao grupo temático que trata de temas ligados à *saúde sexual e reprodutiva*. É importante frisar que a meta selecionada para compor este grupo temático aborda temas como planejamento familiar e planejamento reprodutivo, assim como informação sexual e suas ferramentas, e métodos contraceptivos de forma geral. (IPEA, 2019). Apesar disso, a busca resultou na seleção de apenas **13** trabalhos, o que representa **4%** do total de pesquisas classificadas neste ODS. Sobre este tema, globalmente, estima-se que 77% das mulheres em idade reprodutiva tiveram suas necessidades de planejamento familiar atendidas com métodos anticoncepcionais modernos em 2020, contra 74% em 2000. No entanto, esse progresso está ameaçado pois, nos últimos três meses de 2021, 38% dos países pesquisados pela OMS ainda estavam enfrentando interrupções relacionadas ao Covid-19 nesses serviços e em outros serviços essenciais ligados a saúde reprodutiva, materna e neonatal (WHO, 2022), fato este que pode acarretar consequências diretas no sistema de saúde.

4.1.4. ODS 4 – Educação de qualidade

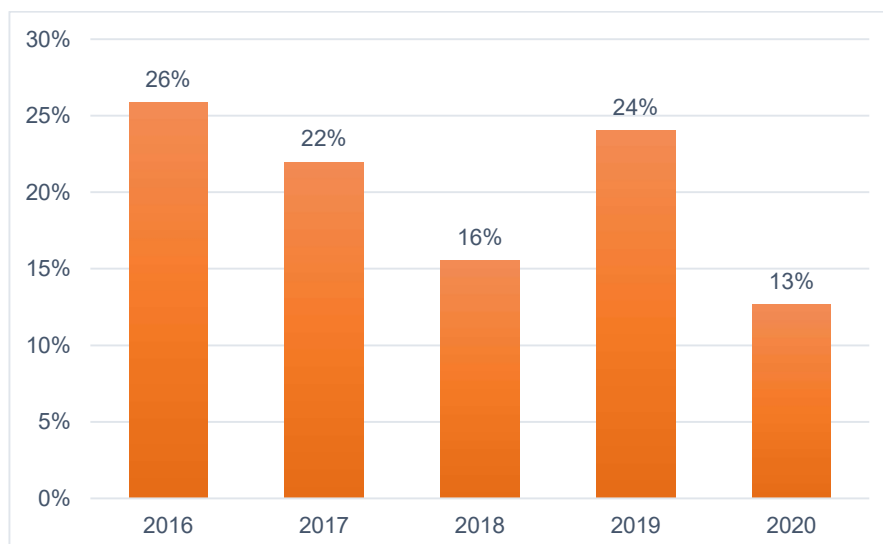
Inseridos os **139** termos de busca relativos ao ODS 4, foram encontrados um total de **387 trabalhos** a nível de pós-graduação na UFBA no período em análise. Dos trabalhos encontrados, **245** pertencem a programas de mestrado, **108** a programas de doutorado e **34** a programas de especialização. Estes números foram apresentados no Gráfico 17.

²⁹ Informações retiradas do site do programa (INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA – UFBA, 2022b).

Gráfico 17 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 4

Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados, o ano com maior número de publicações foi 2016, com **100** pesquisas selecionadas, o que representou **26%** do total de trabalhos vinculados a este ODS. Em seguida aparecem os anos de 2019 e 2017, com **93** e **85** trabalhos respectivamente, o que representa **24%** e **22%** do total de trabalhos. O ano com menor representatividade nesta análise foi 2020, com **49** trabalhos selecionados, que representam **13%** do total. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 18, conforme segue.

Gráfico 18 – Produção anual referente ao ODS 4

Fonte: elaboração própria.

Sobre a importância da pesquisa em educação para o atingimento das metas proposta por este ODS, a já citada *Declaração de Incheon* reconhece, em seus pontos 13, 17 e 18, que o sucesso da implementação bem sucedida dessa *Agenda* tem responsabilidade fundamental dos seus agentes através de pesquisa, coleta e análise de dados, assim como na elaboração de trabalhos, relatórios e compartilhamento de conhecimento de forma a facilitar o diálogo para que seja alcançada a ambiciosa meta até 2030 (UNESCO, 2015).

A distribuição por grupo temático para o ODS 4 está demonstrada no Gráfico 19 a seguir:

Gráfico 19 – Distribuição por grupo temático – ODS 4



Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupos foi averiguado um relativo equilíbrio entre as divisões. O grupo temático com maior número de trabalhos foi o de *educação de qualidade*, com **112** títulos selecionados (**29%** do total para este ODS), grupo este que também tem o maior número de metas vinculadas, o que justifica a sua maior proporção em termos de resultados e que, por isso, não atesta, necessariamente, um ponto forte quando relacionados aos demais grupos. Considerando essa temática e os trabalhos aqui selecionados, três programas se destacaram. O primeiro deles, em total coerência com a temática geral do ODS 4, foi o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), com **32** trabalhos selecionados (**29%** deste recorte). O

programa possui duas linhas de pesquisas diretamente alinhadas aos termos vinculados a este grupo: “Currículo e (in)formação”, que abrange a pesquisa sobre formação docente e qualidade curricular, por exemplo, e também a linha “Política e gestão da educação”, que desenvolve trabalhos sobre gestão, financiamento e avaliação da educação básica e superior³⁰. Também vinculado à Faculdade de Educação da UFBA, o Mestrado Profissional em Educação (MPED) contribuiu com **23** títulos na análise deste grupo temático (**20%**). Os objetivos deste programa apresentam novamente um alinhamento direto aos propósitos preconizados nas metas aqui selecionadas quando descrevem, por exemplo, que o programa visa “possibilitar continuidade formativa de docentes atuantes na educação básica” e em sua linha de pesquisa intenta “desenvolver propostas curriculares e intervenções pedagógicas inovadoras direcionadas à educação básica”³¹. Por fim, principalmente por conta do texto da meta 4.6 que vislumbra, entre outros, “garantir conhecimentos básicos em matemática” (ONU, 2015), o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) contribuiu com **21** trabalhos (**19%** do escopo selecionado). Este programa tem como objetivo principal “atender prioritariamente professores de Matemática em exercício na Educação Básica”³², o que converge pontualmente com o preconizado pela meta.

Esses resultados atendem ao que fora preconizado pela Unesco em seu caderno *Educação para o Desenvolvimento Sustentável na Escola – ODS 4*, ao defender que os docentes são atores essenciais para a conscientização das gerações futuras e da comunidade escolar como um todo e, por isso, são peças essenciais para o atingimento das metas da *Agenda 2030* (UNESCO, 2020). Converte também com o entendimento da já mencionada obra de Muff *et al.* (2013), que pontua a importância da formação docente e do desenvolvimento de práticas de ensino inovadoras para a resolução do grande desafio do ensino atual que é o fornecimento de habilidades necessárias para os alunos atuarem futuramente na resolução de problemas globais.

Em seguida, dois grupos temáticos contribuem equitativamente para o alcance do ODS 4, com 100 pesquisas selecionadas em cada um (ou **26%** do total para cada).

³⁰ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2022).

³¹ Informações retiradas do site do programa (MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – UFBA, 2022).

³² Informações retiradas do site do programa (PROFMAT – SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA, 2021).

O primeiro deles foi o grupo temático *educação Inclusiva e equitativa*, cuja maior contribuição veio do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), com **52** trabalhos selecionados neste recorte e cuja linha de pesquisa “Educação e diversidade” converge totalmente com esta seleção por tratar justamente de “diferenças de gênero, geração, etnias, classes sociais e necessidades especiais” no contexto da educação ³³. O segundo foi o grupo *acesso e permanência na educação* também substancialmente influenciado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), com **27** trabalhos, que possui uma linha de pesquisa própria para tratativa de políticas e gestão da educação, com uma sublinha específica para programas de acesso²⁸. Os grupos temáticos *educação profissional e educação para o desenvolvimento sustentável* completam a seleção para este ODS com **56 (14%)** e **18 (5%)** títulos, respectivamente.

É importante frisar a importância de pesquisas que envolvam esses dois grupos que foram menos contemplados pelos trabalhos identificados na UFBA uma vez que, de acordo com o *VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030*, são temas que envolvem metas que se encontram em retrocesso no Brasil (GTSC A2030, 2022). Sobre a temática pertinente ao grupo *educação profissional*, consta no relatório que em 2021 houve uma redução de 46.759 matrículas na educação de jovens e adultos (EJA) em relação ao ano anterior. Sobre esse tema, é preciso destacar:

Na EJA, a maior participação é das mulheres na educação profissional (62,2% das matrículas na faixa etária de 40 a 49 anos) e da população negra (85,4%) evidenciando marcadores sociais de desigualdades e mostrando como o desinvestimento e a precarização do ensino reforçam as inequidades de gênero e de raça (GTSC A2030, 2022, p. 27)

Em relação às temáticas envolvendo questões ligadas à educação para o desenvolvimento sustentável, no caderno lançado em 2020, a UNESCO afirma:

parte da educação de qualidade e da aprendizagem ao longo da vida relaciona-se diretamente com o ODS 4 e indiretamente com os demais ODS, pois dá suporte aos indivíduos para que transformem seu próprio comportamento, aprendam a participar de processos coletivos e engajem-se em mudanças sociais, econômicas e políticas em direção à sustentabilidade (UNESCO, 2020, p. 18)

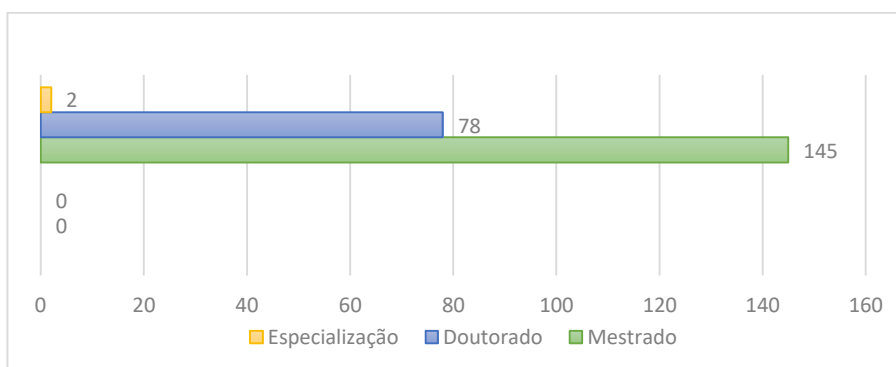
³³ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2022).

A colaboração potencialmente expressiva da UFBA nos assuntos relacionados a metas elencadas no ODS 4 em conjunto com o envolvimento de diversos setores no que se refere aos aspectos tratados neste ODS refletem a necessidade de avanços na exploração e investigação de possíveis soluções dos pontos trazidos pela *Agenda 2030* no que tange à educação.

4.1.5. ODS 5 – Igualdade de gênero

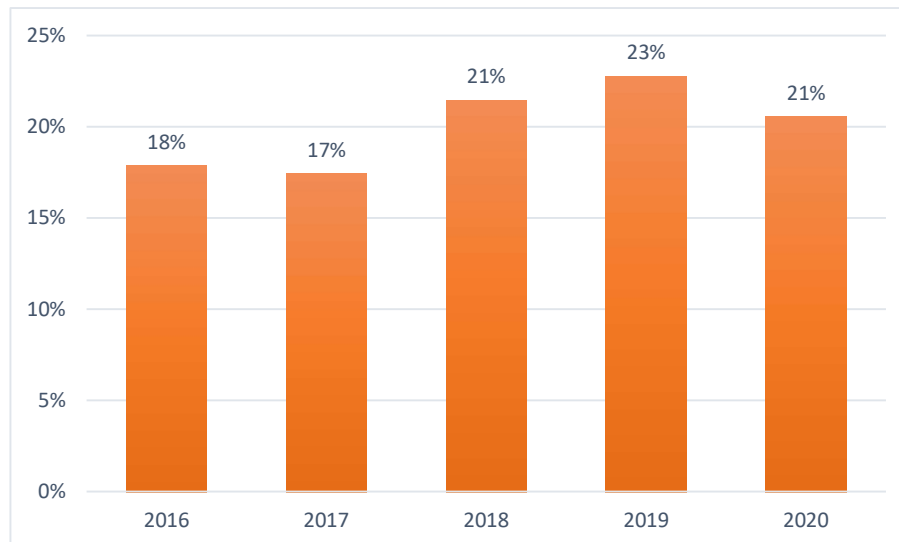
Inseridos os **115** termos de busca relativos ao ODS 7, foram encontrados um total de **225 trabalhos** a nível de pós-graduação na UFBA no período compreendido entre 2016-2022. Dos trabalhos encontrados, **145** pertencem a programas de mestrado, **78** a programas de doutorado e **2** pertencem a programas de especialização. Estes números foram apresentados no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 5



Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados percebe-se um equilíbrio entre esse arranjo, sugerindo uma constância e estabilidade da abordagem ao tema no âmbito da produção acadêmica da UFBA. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 21, conforme segue.

Gráfico 21 – Produção anual referente ao ODS 5

Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 5 está demonstrada no Gráfico 22 a seguir:

Gráfico 22 – Distribuição por grupo temático – ODS 5

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupo temático, três temas se destacaram com um maior número de pesquisas encontradas. O maior deles foi o grupo que tratou do *empoderamento feminino*, que resultou em **65 (29%)** produções acadêmicas

vinculadas aos seus termos de busca. O resultado converge com os dados do *Relatório global de Gap de Gênero* realizado pelo Fórum Econômico Mundial de 2020, já mencionado na seção de apresentação deste ODS, que aponta esse tópico como fator impulsionador do progresso para alcance deste ODS (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019). Analisando este grupo temático (*empoderamento*), notou-se uma heterogeneidade quando analisadas as incidências dos diferentes programas de pós-graduação da UFBA. Foram **24** diferentes programas com trabalhos selecionados neste recorte, sendo o maior destaque para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), com **12** trabalhos encontrados (**19%** no recorte deste grupo temático). O PPGNEIM, por si só, já contribui para o alcance das metas aqui selecionadas, uma vez que tem como objetivo a ampliação e consolidação do conhecimento sobre as mulheres, relações de gênero e feminismo³⁴, e seu destaque nesta análise provavelmente é fomentado pela existência de duas linhas de pesquisa que buscam estudar as relações de gênero no meio científico em geral (“Gênero, Ciência e Educação”) e a atuação feminina nas relações de poder e vida política (“Gênero, Poder e Políticas Públicas”)³⁵.

Apesar do crescimento dos progressos nos índices de empoderamento político é importante que as pesquisas dessa temática se mantenham fortalecidas, uma vez que, de acordo com o *Relatório global de gap de Gênero* (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019), de forma geral, a presença e a participação das mulheres na política ainda são extremamente limitadas. De acordo com um dos exemplos trazidos pelo documento, considerando a soma das cadeiras de todos os parlamentos dos 153 países analisados, apenas 25% são ocupadas por mulheres.

O segundo grupo de maior incidência, *saúde da mulher*, representou um total de **24%** dos títulos selecionados nesse ODS, com **54** trabalhos encontrados. Esses resultados também convergem com os dados apontados pelo *Relatório global de gap de Gênero*, uma vez que o documento apontou a temática dos índices de saúde e sobrevivência da mulher como o segundo fator impulsionador para o alcance deste ODS (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019). Na análise deste grupo temático, dois programas de pós-graduação, juntos, representaram **50%** de todos os títulos selecionados: o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do ISC, que possui

³⁴ Informações retiradas do site do programa (PPGNEIM – UFBA, 2022b).

³⁵ Informações retiradas do site do programa (PPGNEIM, 2022b).

uma linha específica com foco em “gênero e saúde”³⁶ e contribuiu com **15 títulos (28%)** e o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde, que também possui uma linha de pesquisa com essa abordagem, denominada “Cuidado à Saúde das Mulheres, Relações de Gênero e Étnico-raciais”³⁷, e contribuiu com **12 trabalhos (22%)**.

Cabe também destaque para o terceiro grupo temático de maior incidência no ODS 5: *igualdade de gênero*, que reuniu **21%** de todos os trabalhos selecionados, com **48** pesquisas considerando esta temática. Neste grupo temático foi verificada uma participação expressiva do PPGNEIM, com **44% (21 trabalhos)** de todas as pesquisas selecionadas neste destaque. A provável explicação para essa incidência é justamente a existência de uma linha de pesquisa voltada para análise do “Gênero, Alteridades e Desigualdades”³⁸.

Os grupos referentes a *violência contra mulher e trabalho feminino* representaram **17%** e **9%**, respectivamente, do total de trabalhos encontrados e classificados no ODS 5. O baixo índice de pesquisas relacionadas à temática do trabalho feminino também pode representar uma tendência que converge com os dados já apresentados pelo *Relatório global de gap de Gênero*, que apontou que houve uma retração nos últimos anos em relação a essa temática dos ODS. De acordo com o documento, em média, cerca de 78% dos homens adultos (15–64 anos) estão na força de trabalho, enquanto apenas 55% das mulheres da mesma faixa etária estão ativamente engajadas no mercado de trabalho. Isso significa que mais de 30% da disparidade de gênero na participação da força de trabalho global ainda precisa ser eliminada (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019).

4.1.6. ODS 6 – Água potável e saneamento

Na análise das possíveis contribuições para o alcance do ODS 6, foram encontrados, após a busca através dos **89** termos, um total de **128 trabalhos** a nível de pós-graduação na UFBA. Dos trabalhos encontrados, **101** pertencem a programas

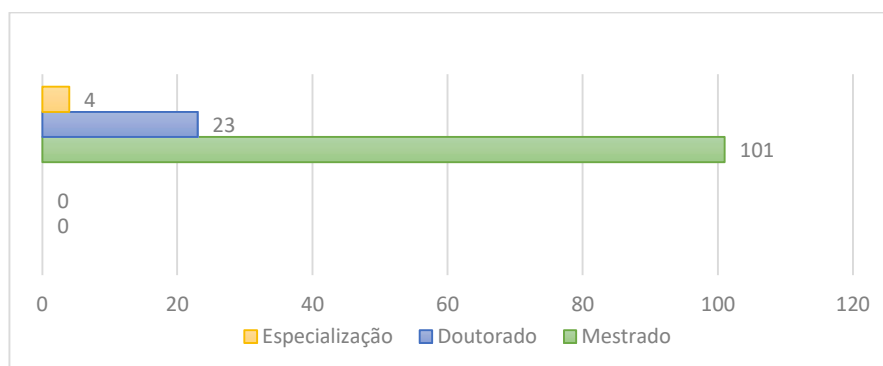
³⁶ Informações retiradas do site do programa (INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA, 2022b).

³⁷ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E SAÚDE, 2022).

³⁸ Informações retiradas do site do programa (PPGNEIM, 2022a).

de mestrado, **23** a programas de doutorado e **4** a programas de especialização. Estes números foram apresentados no Gráfico 23.

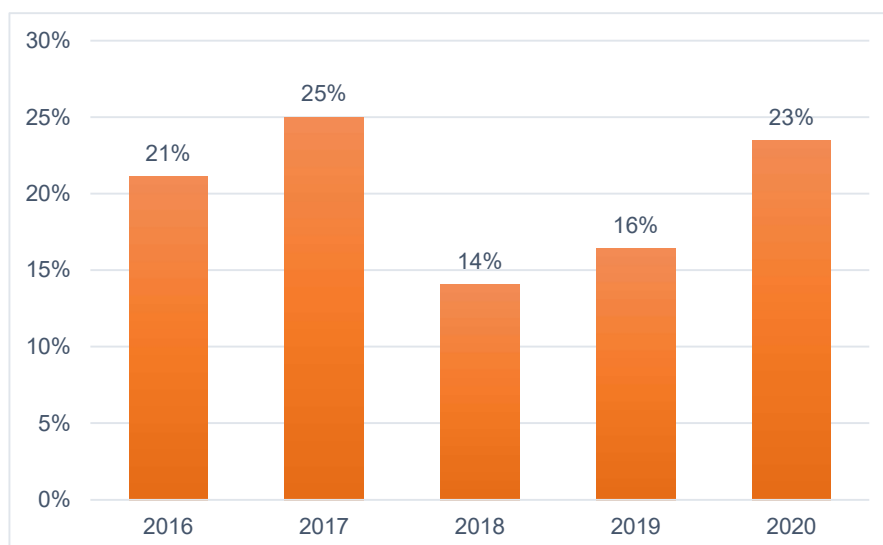
Gráfico 23 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 5



Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados percebe-se um relativo equilíbrio entre as produções no período analisado. O ano de 2017 apresenta um pequeno destaque, com **25%** (32 trabalhos) do total de trabalhos encontrados. O ano de 2018 foi o de menor incidência de pesquisas selecionadas com essa temática, apresentando **18** trabalhos, o que representa **14%** do total. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 24, conforme segue.

Gráfico 24 – Produção anual referente ao ODS 6



Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 6 está demonstrada no Gráfico 25 a seguir:

Gráfico 25 – Distribuição por grupo temático – ODS 6



Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupo temático, o ODS 6 apresenta dois destaques com maiores números de trabalhos vinculados: *qualidade e preservação da água* e *gestão e uso da água*. O grupo que reuniu metas que tratam da *qualidade e preservação da água* representou **40%** (**51** títulos) de toda a seleção do ODS 6. Considerando este recorte, a maior incidência de trabalhos encontrados se deu por conta dos títulos vinculados (**39%**) ao Programa de Pós-Graduação em Geologia (PPGEO), cujas áreas de concentração e linhas de pesquisa convergem de forma significativa para esta seleção – a exemplo da área de concentração denominada de “Hidrogeologia”, que contempla linhas de pesquisa com foco em contaminação de aquíferos e também na qualidade e gestão de recursos hídricos.³⁹ A grande importância do desenvolvimento de pesquisas sobre tais temas está em, justamente, combater um dos maiores desafios nessa área, que, conforme divulgado pelo *Relatório mundial de desenvolvimento da água* (UNITED NATIONS, 2022) é a falta de divulgação de dados e de iniciativas de monitoramento e pesquisa relativas a este

³⁹ Informações retiradas do site do programa (INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – UFBA, 2022).

recurso. Sobre este tema, no *Relatório de síntese do ODS 6 sobre água e saneamento* (UN-WATER, 2018, p. 12; trad. nossa) também consta que:

Embora os problemas de qualidade da água estejam amplamente com os países em desenvolvimento, eles também persistem nos países desenvolvidos e incluem a perda de qualidade de corpos d'água, impactos associados a mudanças de hidromorfologia, o aumento de poluentes emergentes e a disseminação de espécies invasoras. A extensão da poluição industrial não é conhecida, pois as descargas são mal monitoradas e raramente agregadas a nível nacional. Embora alguns efluentes domésticos e industriais sejam tratados no local, poucos dados estão disponíveis e agregados para avaliações nacionais e regionais. Muitos dos países carecem da capacidade de coletar e analisar os dados necessários para uma avaliação completa. O monitoramento confiável da qualidade da água é essencial para orientar as prioridades de investimento. Isso é também importante para avaliar o estado dos ecossistemas aquáticos e a necessidade de proteção e restauração.

Outro destaque do ODS 6, com um número também expressivo de títulos vinculados, foi o grupo que reuniu metas relativas ao *uso e gestão das águas*. Essa seleção contou com **37% (48 trabalhos)** do total aqui apresentado. Dos trabalhos selecionados, aqueles que foram advindos dos programas de pós-graduação vinculados à Escola Politécnica da UFBA somam **58% (28)** dos títulos selecionados neste grupo temático. Eles estão distribuídos da seguinte forma. Foram **9** títulos selecionados do Mestrado em Engenharia Ambiental (MEAU), que possui uma área de concentração específica sobre geotecnia que estuda, entre outros aspectos, o comportamento do solo – abordado nas metas de prevenção de desastres – e “modelagens do fluxo de água”, abordados nas metas como “vazão de água”⁴⁰. Há **7** títulos selecionados do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento (MAASA), cuja linha de pesquisa “Águas” envolve estudos sobre a utilização racional e instrumentos de gestão dos recursos hídricos⁴¹. Também **6** títulos advindos do Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (PROFÁGUA), cujas linhas de pesquisas tratam dos instrumentos, planejamento e gestão de recurso hídricos⁴² e **6** trabalhos oriundos do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial (PEI), cuja área de concentração tem foco no desenvolvimento sustentável de processos e cujas linhas de pesquisa abordam aspectos congruentes com o uso

⁴⁰ Informações retiradas do site do programa (ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA, 2022).

⁴¹ Informações retiradas do site do programa (MAASA – UFBA, 2022).

⁴² Informações retiradas do site do programa (PROFÁGUA – UFBA, 2022).

das águas, a exemplo de “tecnologias ambientais”, “produção limpa” e “indústrias de águas”.⁴³

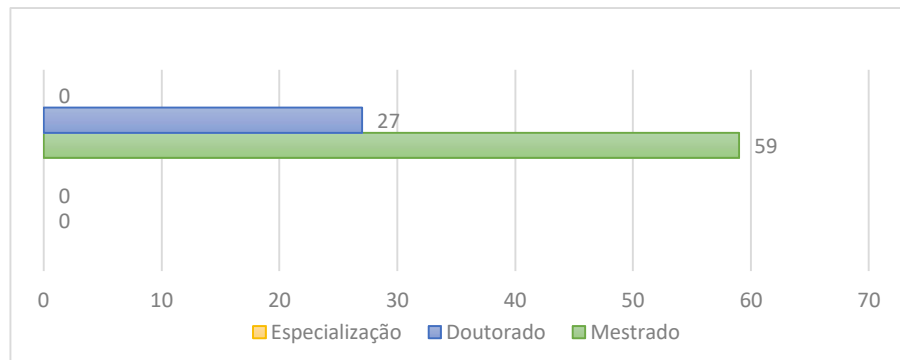
A importância dos desenvolvimentos de pesquisa no que se refere à gestão das águas também auxilia na redução de um *gap* levantado pelo *Relatório de síntese do ODS 6 sobre água e saneamento* (UN-WATER, 2018); poucos países têm os recursos naturais e financeiros para continuar aumentando o abastecimento de água e, por isso, a alternativa é fazer melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Sobre este tema, o *Relatório mundial de desenvolvimento da água* afirma que o nível atual de investimento é insuficiente para cumprir as metas acordadas, sendo, portanto, necessário melhorar o uso dos recursos públicos e de ajuda existentes para catalisar soluções de financiamento e mobilizar formas adicionais e inovadoras de financiamento e de gestão do uso da água (UNITED NATIONS, 2022).

Os grupos temáticos que abordam metas ligadas ao saneamento e acesso à água representam respectivamente **15% (19 trabalhos)** e **8% (10 trabalhos)** do total de pesquisas selecionadas para este ODS. Estes pontos foram sugeridos na seção 4.3 desta dissertação, que analisa os potenciais pontos fracos na pesquisa da UFBA.

4.1.7. ODS 7 – Energia limpa e acessível

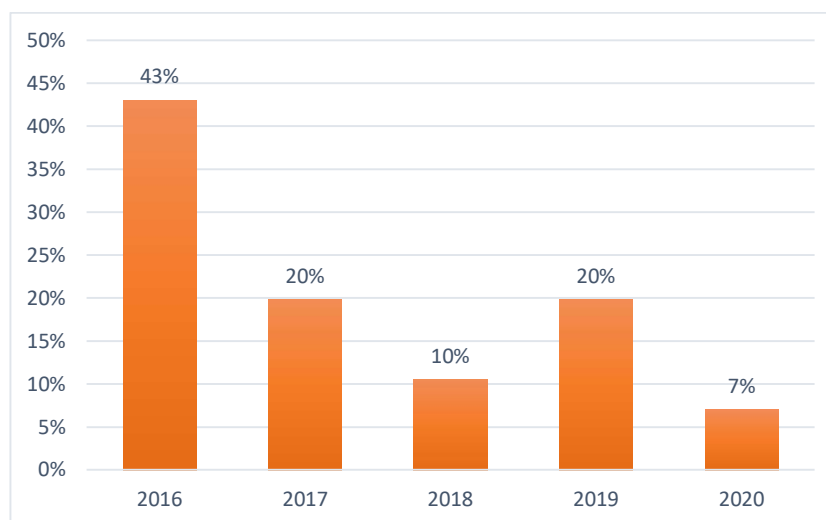
Inseridos os **72** termos de busca relativos ao ODS 7, foram encontrados um total de **86 trabalhos** a nível de pós-graduação na UFBA. Dos trabalhos encontrados, **59** pertencem a programas de mestrado, **27** a programas de doutorado e nenhum trabalho a nível de especialização. A natureza dos trabalhos foi apresentada no Gráfico 26.

⁴³ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA INDUSTRIAL – UFBA, 2022).

Gráfico 26 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 7

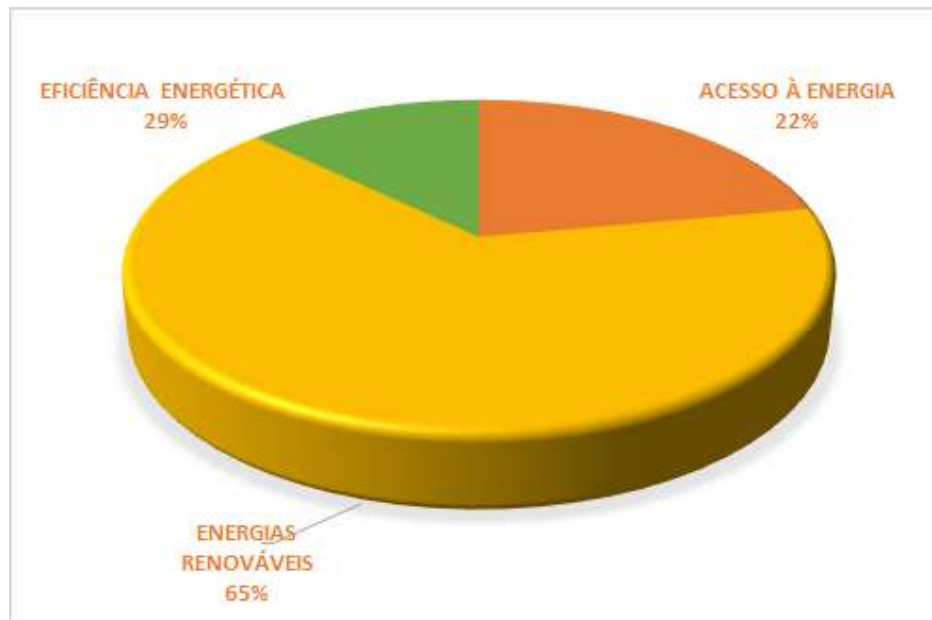
Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados, o ano de 2016 se destaca, com **43%** dos trabalhos encontrados e **37** títulos com possíveis contribuições para persecução do ODS 7. Os anos de 2018 e 2020 apresentaram as menores proporções de número de trabalhos, com **10%** e **7%** do montante total, respectivamente. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 27, conforme segue.

Gráfico 27 – Produção anual referente ao ODS 7

Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 7 está demonstrada no Gráfico 28 a seguir:

Gráfico 28 – Distribuição por grupo temático – ODS 7

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupos temáticos, o grande destaque fica por conta da abordagem às fontes de *energias renováveis*. Somente este grupo representa um total de **65%** (**56** trabalhos) de todos os títulos encontrados e classificados neste ODS, demonstrando um potencial ponto forte da pesquisa da UFBA.

Essa “hegemonia” converge com os dados apresentados pelo *Plano Decenal de Expansão de Energia* (MME; EPE, 2022), que destaca que as matrizes elétricas brasileiras hoje são compostas por **85%** de fontes renováveis, ou seja, um contexto considerado privilegiado diante do restante do mundo. Sobre a importância de estudos e pesquisas na área, o documento também prevê a tendência de expansão e diversificação da matriz a partir de investimentos em fontes renováveis, além das hidrelétricas, como eólica, biomassa e fotovoltaica. Sobre essa última, ressalta diversos projetos de pesquisa e desenvolvimento em andamento no sentido de utilizá-la como substituta parcial de produtos emissores de gases poluentes.

Considerando a análise do recorte que se refere às fontes de *energias renováveis*, três programas, juntos, representam **63%** do total de títulos encontrados e classificados neste subgrupo. São eles: o Programa de Pós-Graduação em Química (POSQUIMICA), com **11** trabalhos, o Programa de Pós-Graduação em Engenharia

Química (PPEQ), com **10** trabalhos, e o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial (PEI), com **14** trabalhos. Essa grande representação pode ser justificada pelo fato de que os três programas em questão apresentam linhas de pesquisa coerentes com o que está sendo prospectado pelos objetivos do ODS 7. O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química (PPEQ) possui uma linha de pesquisa denominada “Energia, Petróleo, Combustíveis, Biocombustíveis e Gás Natural” cuja descrição aborda aspectos como o melhor aproveitamento dos recursos naturais e o estudo de processos de produção de energia a partir de fontes alternativas⁴⁴. O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial (PEI) apresenta como sua principal área de concentração o “Desenvolvimento sustentável de processos e produtos”, tendo como uma das suas especialidades “Produção limpa, ambiente e energia”⁴⁵. Neste mesmo sentido, o Programa de Pós-Graduação em Química (POSQUIMICA) aborda em seus estudos as grandes áreas da química, dentre as quais a química analítica, onde estão inseridas linhas de pesquisas referentes à química ambiental, e a química orgânica, que aborda aspectos como química de produtos naturais e energia ⁴⁶.

Cabe salientar ainda que, de acordo com o *Plano Decenal de Expansão de Energia* (MME; EPE, 2022), apesar do avanço das energias renováveis, ainda são requeridos investimentos e inovação para que todos os países efetivamente se adequem à trajetória desejada de emissões, pois cerca de **75%** do progresso requerido para a descarbonização da economia mundial envolve pesquisa, tecnologias e processos que ainda não são economicamente viáveis (MME; EPE, 2022). De acordo com o relatório, esses avanços enfrentam desafios em termos de obtenção de insumos, investimentos e infraestrutura para que possam ser disponibilizados na escala requerida, apresentando custos elevados para substituir o consumo de combustíveis fósseis.

Os grupos referentes a *acesso à energia e eficiência energética* representaram **22%** e **29%**, respectivamente, do total de trabalhos encontrados e classificados no ODS 7.

⁴⁴ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUÍMICA – UFBA, 2022).

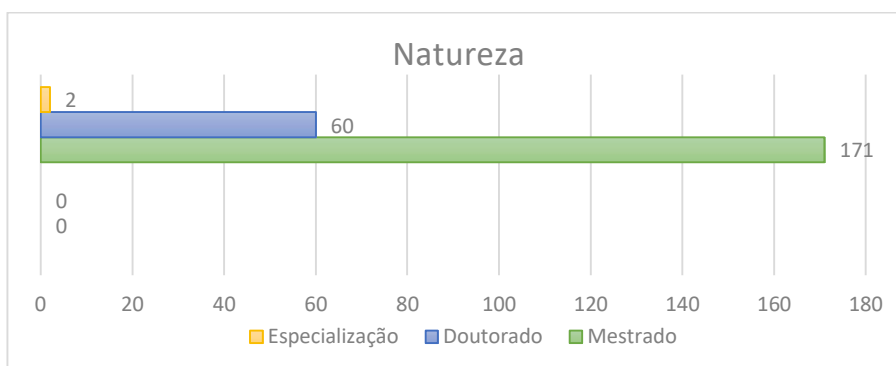
⁴⁵ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA INDUSTRIAL – UFBA, 2022).

⁴⁶ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA, 2022).

4.1.8. ODS 8 – Trabalho decente e Crescimento econômico

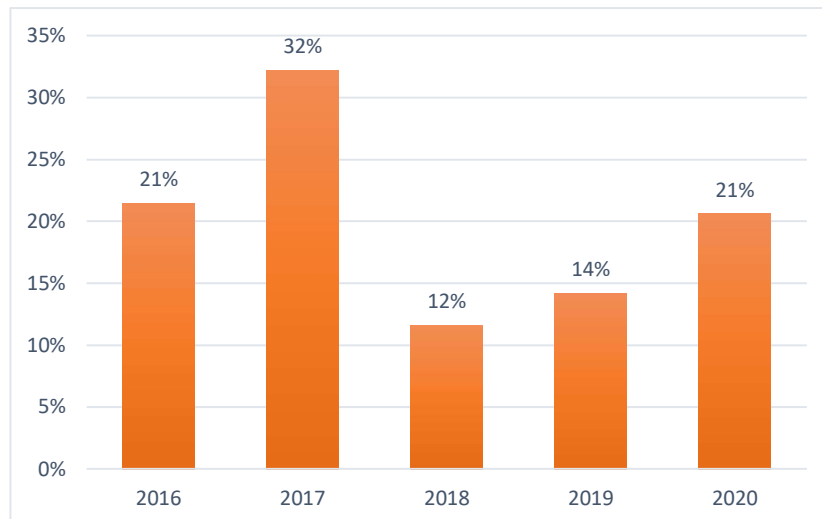
Inseridos os **155** termos de busca relativos ao ODS 8, foram encontrados um total de **233** trabalhos a nível de pós-graduação na UFBA no período compreendido entre 2016-2022. Dos trabalhos encontrados, **171** pertencem a programas de mestrado, **60** a programas de doutorado e **2** a programas de especialização. A natureza dos trabalhos foi apresentada no Gráfico 29.

Gráfico 29 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 8



Fonte: elaboração própria.

Na análise da distribuição anual dos resultados, o ano de 2017 se destaca, com **32%** dos trabalhos encontrados (**75** títulos). Os anos de 2018 e 2019 apresentaram as menores proporções de número de trabalhos, com **12%** e **14%** do montante total, respectivamente. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 30, conforme segue.

Gráfico 30 – Produção anual referente ao ODS 8

Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 8 está demonstrada no Gráfico 31 a seguir:

Gráfico 31 – Distribuição por grupo temático – ODS 8

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupos temáticos, o que gerou um maior número de resultados foi o grupo que abordou as metas relativas ao alcance do *emprego pleno, produtivo e do trabalho decente*. Essa seleção contou com **101** resultados, o que representa **43%** do total de títulos selecionados em todo o ODS 8. Este resultado foi substancialmente influenciado pelos títulos advindos do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT), que contribuíram com **41%** (**41** trabalhos) do total aqui considerado. Este programa tem como um dos seus objetivos específicos justamente a promoção de debates acerca de questões relacionadas à saúde ocupacional e dos problemas que atingem trabalhadores de forma geral. Uma das suas linhas de pesquisa aborda diretamente as questões relativas ao trabalho⁴⁷.

Os números mais recentes sobre trabalho decente reforçam a necessidade de estimular a pesquisa e os estudos nessa área uma vez que, conforme a edição de 2022 do *Relatório Luz* (GTSC A2030, p. 49), em 2019, o Brasil entrou na lista dos dez piores países para se trabalhar. Isso ocorreu como resultado da queda em 45% dos acordos coletivos após a reforma trabalhista de 2017, com as restrições às liberdades e ao direito de organização sindical e com a falta de proteção às categorias profissionais mais vulneráveis. Entre 2020 e 2021, os desligamentos de emprego por morte cresceram 70% no país, com profissões mais precarizadas liderando os registros.

Outro grupo com resultado equivalente ao abordado anteriormente foi o que tratou de temas ligados ao *crescimento econômico inclusivo e sustentável*. A busca pelos termos relativos a este tema resultou em um total de **98** pesquisas selecionadas, o que representou **41%** do total deste ODS. Quando analisado apenas este recorte, dois programas se destacaram com os maiores números de trabalhos selecionados. O primeiro foi o Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO), que contribuiu com **29** trabalhos (**30%** deste grupo temático) e cujas áreas de concentração oferecidas, “desenvolvimento econômico” e “economia aplicada”, abordam temas diretamente vinculados aos abordados pelas metas, a exemplo de: políticas de desenvolvimento econômico, economia institucional e crescimento econômico.⁴⁸ O segundo foi o Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA),

⁴⁷ Informações retiradas do site do programa (FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA, 2022b).

⁴⁸ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 2022).

que apareceu em **24** resultados (**24%** do total deste grupo temático) e apresenta aspectos ligados ao crescimento econômico sustentável em várias das suas linhas de pesquisa, como, por exemplo, “administração pública e sociedade” (que aborda temas vinculados a responsabilidade social, ambiental e gestão da sustentabilidade, modelos de desenvolvimento, gestões de desenvolvimento, avaliações de políticas e gestões públicas, responsabilidade social e economia solidária) e “tecnologias, competitividade e mercados” (que inclui estudos sobre estratégias mercadológicas e financeiras para construir conhecimento sobre os fatores de competitividade empresarial no cenário de competição da economia globalizada).⁴⁹

Sobre estratégias de crescimento econômico e apoio de uma economia fortalecida para criação de empregos decentes, o já apresentado documento intitulado *Acelerador Global de Empregos e Proteção Social* (ILO, 2022)⁵⁰, da secretaria das Nações Unidas, traduz a importância desses mecanismos estudados pelas linhas de pesquisa apresentadas ao trazer, por exemplo, a relevância concomitante (no setor laboral e econômico) de agentes como micro, pequenas e médias empresas e das cooperativas de economia solidária, que, juntas, são responsáveis por mais de dois terços de todos os empregos em todo o mundo – embora a maior parte destes empregos ainda estejam no campo da informalidade. Essas organizações são, portanto, muitas vezes, a espinha dorsal do desenvolvimento da economia local de alguns países. De acordo com o documento, uma abordagem inclusiva, centrada no ser humano e no desenvolvimento empresarial, que alinha o crescimento e a criação de recursos produtivos e emprego decente com o desenvolvimento sustentável, será fundamental para o crescimento econômico sustentável e para o atingimento das metas estabelecidas pela *Agenda 2030*. O grupo temático referente ao *desenvolvimento financeiro e turísticos sustentáveis* representou **29%** do total de trabalhos deste ODS, com **34** títulos selecionados.

4.1.9. ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura

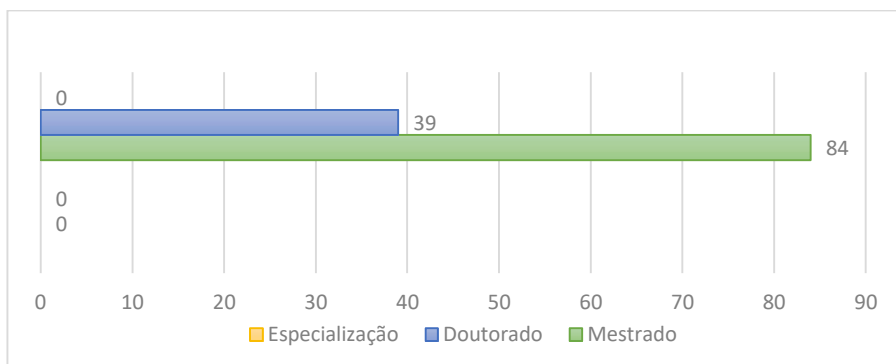
Inseridos os **135** termos de busca relativos ao ODS 9, foram encontrados um total de **123 trabalhos** a nível de pós-graduação na UFBA no período compreendido

⁴⁹ Informações retiradas do site do programa (NPGA/EAUFBA, 2022).

⁵⁰ Disponível em <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2021-09/SG-Policy-Brief-on-Jobs-and-Social-Protection-Sept%202021.pdf>. Acessado em 8 de Setembro de 2022.

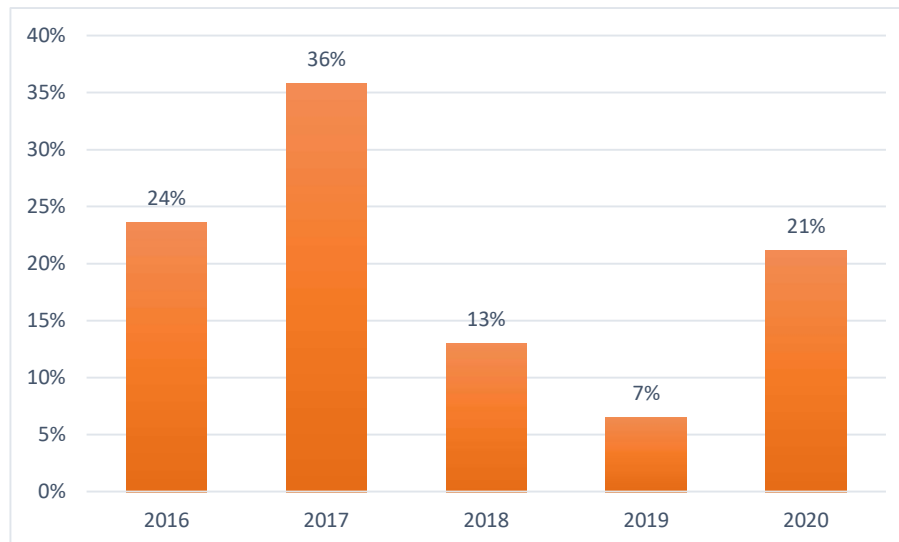
entre 2016-2022. Dos trabalhos encontrados, **84** pertencem a programas de mestrado e **39** a programas de doutorado. A natureza dos trabalhos foi apresentada no Gráfico 32.

Gráfico 32 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 9



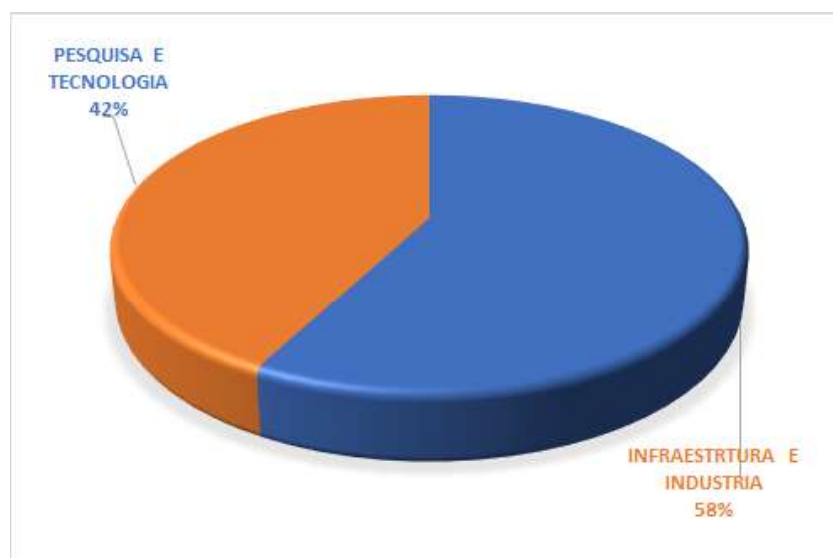
Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados, o ano de 2017 se destaca, com **36%** dos trabalhos encontrados – **44** títulos com possíveis contribuições para persecução do ODS 9. Os anos de 2018 e 2019 apresentaram as menores proporções de trabalhos, com **13%** e **7%** do montante total, respectivamente. Porém, em 2020, notamos uma nova tendência de crescimento, com **26** trabalhos encontrados nesta temática, o que representa **21%** do total de títulos encontrados. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 33, conforme segue.

Gráfico 33 – Produção anual referente ao ODS 9

Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 9 está demonstrada no Gráfico 34 a seguir:

Gráfico 34 – Distribuição por grupo temático – ODS 9

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupos temáticos, nota-se uma maior proporção de trabalhos relativos às metas referentes a *infraestrutura e indústria*. Este grupo representa um total de **58%** (71 trabalhos) de todas as pesquisas encontradas e

classificadas neste ODS. A maior contribuição para este montante foi do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO), com **25** trabalhos (**35%** deste grupo temático). Tal número pode ser justificado pelo fato de que este programa, conforme apresentado no ODS anterior, possui duas áreas de concentração, “desenvolvimento econômico” e “economia aplicada”, cujas linhas de pesquisa abordam temas diretamente vinculados aos abordados também pelas metas deste grupo temático, a exemplo de: “compreensão do funcionamento econômico através de um viés da organização industrial” e “pesquisas e estudos relacionados à organização industrial e estrutura de mercados”. Além disso, em sua descrição, o programa evidencia a adoção de instrumentos que viabilizem a materialidade do desenvolvimento econômico, salientando a incorporação do meio ambiente como variável endógena ao desenvolvimento⁵¹.

A importância da manutenção de estudos e consequente estratégias de incremento nessa área está na necessidade de recuperação de um setor que foi direta e fortemente atingido pelo avanço da pandemia nos últimos dois anos. De acordo com Pereira (2022), uma queda de 6,8% foi registrada na produção industrial global em 2020 – impacto mais significativo que o sofrido na crise econômica de 2007-2009 –, o que refletiu também no nível de desemprego deste setor, que aumentou em média 5,6% no segundo trimestre de 2020, e 2,5% no terceiro trimestre. No Brasil, de acordo com dados exibidos no *Relatório Luz* (GTSC A2030, 2022), em 2021, a produção industrial doméstica acrescida das importações registrou queda de 2,3%. Além disso, 70% das indústrias brasileiras sofreram com queda no faturamento por conta do aumento de inadimplência, cancelamento de pedidos e paralisação de atividades durante os piores meses da pandemia.

Embora em menor proporção, também foi encontrado um número significativo de trabalhos classificados no segundo grupo temático, que abrange metas ligadas a *pesquisa e tecnologia*. Neste caso, foram **52** títulos, representando **42%** do total encontrado. As metas agrupadas neste grupo temático discorrem, basicamente, sobre desenvolvimento tecnológico, pesquisa e inovação, fato este que justifica a expressiva presença de trabalhos (**10** títulos) advindos do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), programa que conta com uma linha de pesquisa específica

⁵¹ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 2022).

sobre “Tecnologia, Competitividade e mercados” que visa, dentre outras coisas, construir conhecimento refletindo os desafios da conversão da produção científica em tecnologia frente os desafios da contemporaneidade a exemplo da inovação.⁵²

As pesquisas nessas áreas são importantes para suprir um grande *gap* no cenário nacional. De acordo com o *Relatório Luz* (GTSC A2030, 2022), em 2022 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) teve seus piores orçamentos para investimentos dos últimos 17 anos. Além disso, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) não recebeu recurso algum para investimento. Ainda conforme o citado relatório, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) destacou que este declínio foi agravado pela retenção de parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), impedindo o repasse de R\$ 2,7 bilhões e ameaçando centenas de projetos estratégicos para o país (GTSC A2030, 2022).

De acordo com Pereira (2022), no *Índice de Inovação Global*, o Brasil ocupa a 57ª posição entre 132 economias. Além disso, o autor ainda ressalta que o relatório da ONU *Technology e Innovation 2021* (ONU, 2021), que mede a capacidade de 158 países de acompanhar as principais inovações e movimentos tecnológicos, indica que o país está bastante despreparado nesse sentido. Com uma pontuação de 0.61 (em uma escala de 0 a 1), o Brasil encontra-se na 41ª posição do ranking. O declínio do orçamento público reservado à pesquisa e inovação também contribui fortemente para essa falta de preparo tecnológico. Um estudo da ONU indica que, no que se refere ao investimento em tecnologia e inovação, o Brasil está em uma posição ainda pior: em 60º lugar (PEREIRA, 2022). Esses dados evidenciam a importância da manutenção e estímulo à pesquisa no que tange à resolução das problemáticas trazidas pelo ODS 9.

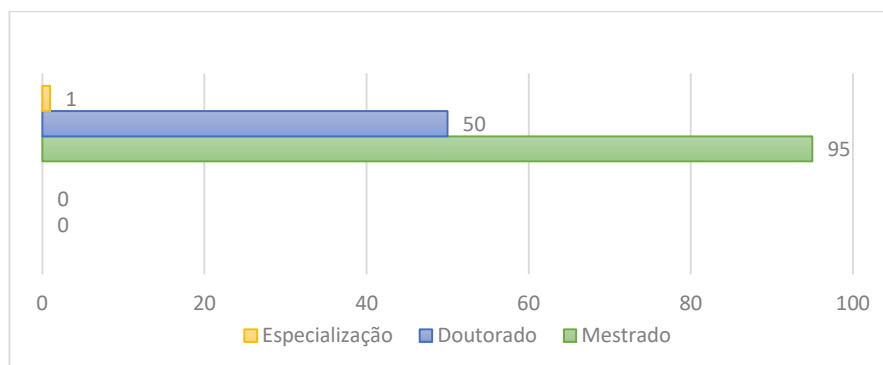
4.1.10. ODS 10 – Redução das desigualdades

A partir da busca através dos **139** termos atribuídos a este ODS, foram encontrados um total de **146** trabalhos. Dos trabalhos encontrados, **95** pertencem a

⁵² Informações retiradas do site do programa (NPGA/EAUFBA, 2022).

programas de mestrado, **50** a programas de doutorado e **1** a um programa de especialização. Estes números foram apresentados no Gráfico 35.

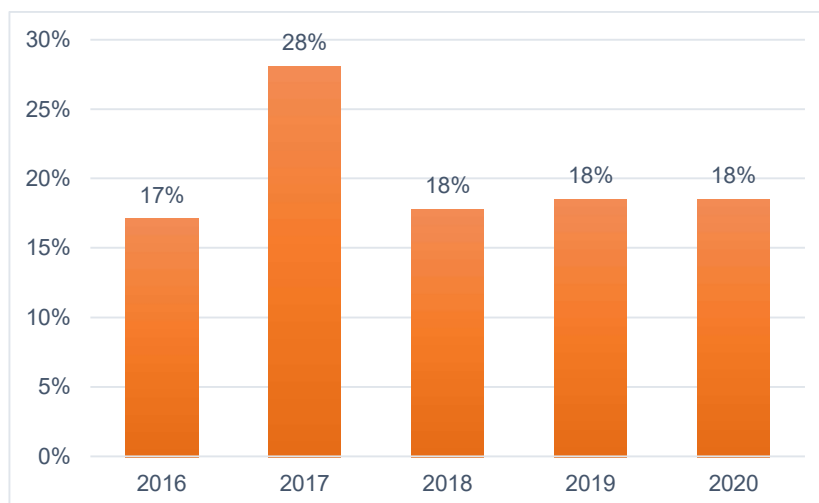
Gráfico 35 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 10



Fonte: elaboração própria.

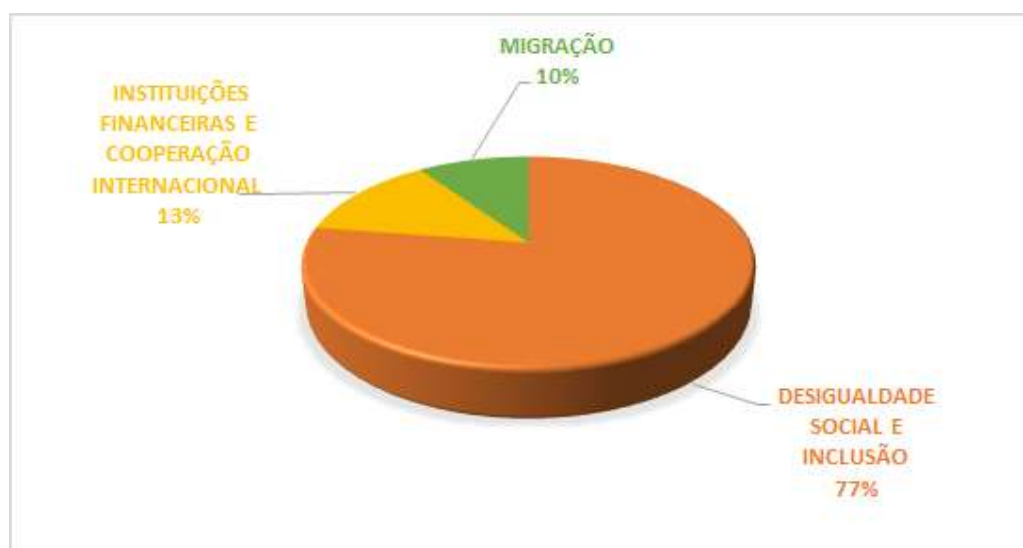
Na análise da distribuição anual dos resultados nota-se um regular equilíbrio entre as produções no período analisado, com destaque apenas para o ano de 2017, em que estão **28%** (**41** trabalhos) do total de títulos encontrados. Os demais anos apresentaram uma média de **18%** (**26** trabalhos) cada um. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 36, conforme segue.

Gráfico 36 – Produção anual referente ao ODS 10



Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 10 está demonstrada no Gráfico 37 a seguir:

Gráfico 37 – Distribuição por grupo temático – ODS 10

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupo temático, verificou-se um substancial hegemonia do grupo que trata de metas referentes ao *combate à desigualdade e busca pela inclusão social*, conforme Gráfico 37. Este grupo, sozinho, representou **77%** de todos os títulos vinculados a este ODS, com **113** trabalhos associados, o que sugere um possível ponto forte da UFBA na persecução dos ODS. Embora tenha havido um número representativo de resultados, não houve hegemonia de nenhum programa de pós-graduação específico quando analisado este recorte. O Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO) foi o que apresentou maior número, com **15** títulos vinculados (**13%** dentro deste grupo temático). Este programa possui uma área de concentração denominada “economia aplicada”, na qual estão presentes temáticas de cunho social – entre elas, a pobreza, a distribuição da renda e a educação –, as quais, mediante abordagens microeconômicas, são tratadas com recurso ao emprego de instrumentação de aplicação e análise econômica apoiadas em métodos econômicos⁵³. Em seguida, o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) aparece com **13** trabalhos selecionados (**12%** do respectivo grupo temático). Neste programa, a linha de pesquisa “Educação e diversidade” abarca as

⁵³ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 2022).

temáticas de inclusão e proteção social descritas nessas metas, principalmente ao abordar as temáticas educacionais sob a vertente das diferenças de gênero, geração, etnias, classes sociais e necessidades especiais⁵⁴.

O fato de, apesar do alto número de trabalhos vinculados a este tema, não haver a hegemonia de um pequeno número de programas reforça o entendimento de Chancel *et al.* (2022, p. 68) ao afirmar que a desigualdade tem origem em fontes diversas além da econômica, abrangendo também questões de infraestrutura, educação, saúde, gênero, sexo etc.

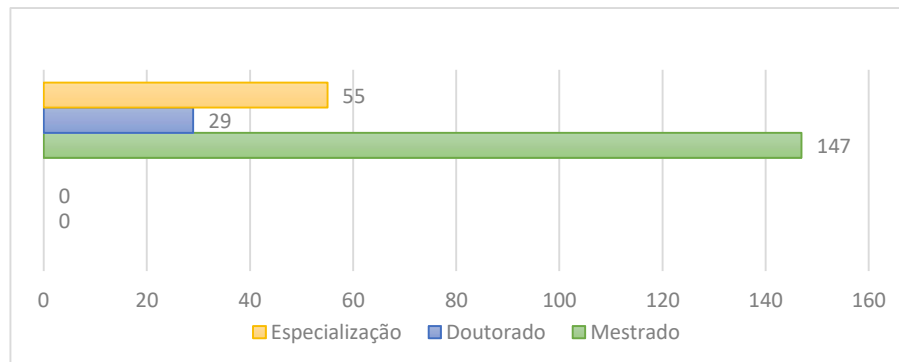
O grupo temático que tratou de metas ligadas ao fortalecimento de mercados, *instituições financeiras e cooperação internacional para o desenvolvimento*, contribuiu com apenas **19** pesquisas para perseguição deste objetivo, com **13%** do total de trabalhos encontrados. Este resultado foi verificado apesar do grande número de termos de busca vinculados a este grupo (50 termos, conforme apresentado no Quadro 6) o que indica um possível ponto fraco das pesquisas da UFBA.

O grupo que aborda a temática ligada a *migração* foi o de menor incidência neste ODS, com **14** trabalhos encontrados (o que representa **10%** do total). Entretanto, por se tratar de uma temática bastante específica, a pesquisadora não lhe atribui caráter de “potencial ponto fraco” no contexto das pesquisas da UFBA.

4.1.11. ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis

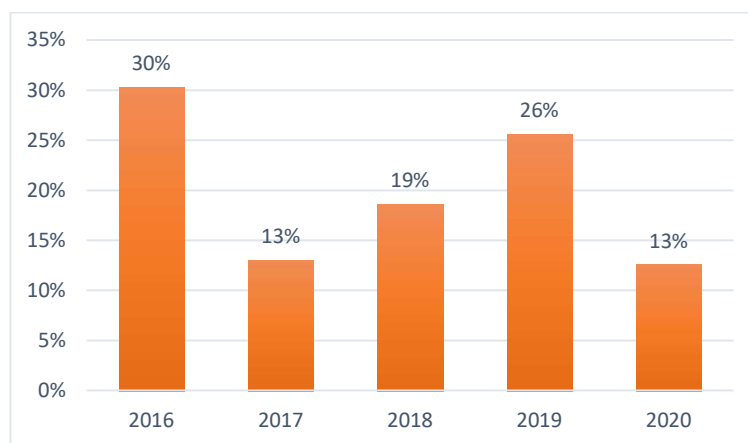
Inseridos os **167** termos de busca relativos ao ODS 11, foram encontrados um total de **231** trabalhos a nível de pós-graduação na UFBA no período analisado. Dos trabalhos encontrados, **147** pertencem a programas de mestrado, **29** a programas de doutorado e **55** pertencem a programas de especialização. O ODS 11 foi o que apresentou o maior número de trabalhos vinculados à especialização dentre toda análise realizada. Estes números foram apresentados no Gráfico 38.

⁵⁴ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2022).

Gráfico 38 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 11

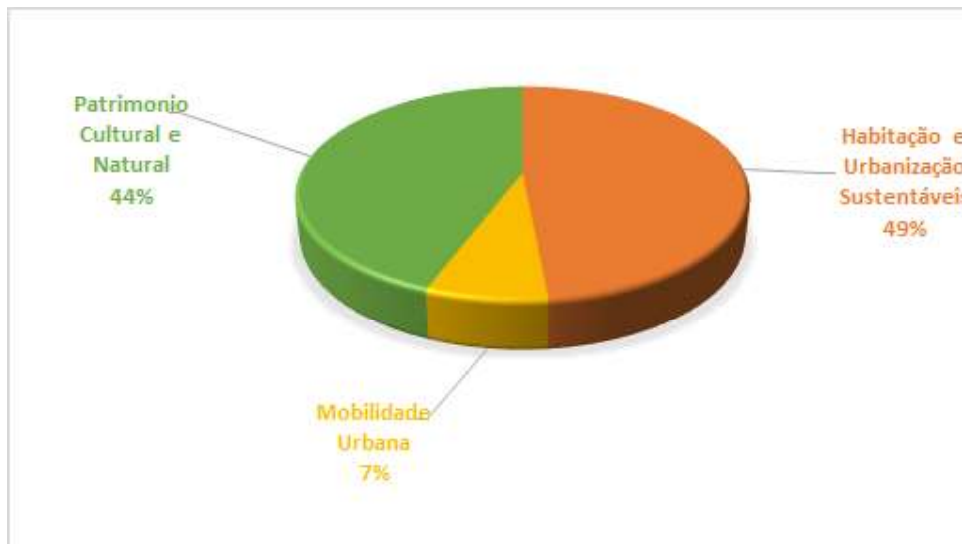
Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados percebe-se um destaque do ano de 2016, com **30%** (70 pesquisas) do total de trabalhos vinculados à persecução deste ODS. Os anos de 2017 e 2020 representaram as menores contribuições, em termos de número de trabalho, com **30** e **20** títulos cada um, respectivamente, o que representou **13%** do total para cada um deles. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 39, conforme segue.

Gráfico 39 – Produção anual referente ao ODS 11

Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 11 está demonstrada no Gráfico 40 a seguir:

Gráfico 40 – Distribuição por grupo temático – ODS 11

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupo temático, o grupo que compreende temas relativos à *habitação e urbanização sustentáveis* foi o de maior representação numérica, com **112** trabalhos vinculados, o que representou um total de **49%** de todos os títulos selecionados para este ODS. Este grupo foi substancialmente incrementado pela Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (ISSO), programa de pós-graduação vinculado à Faculdade de Arquitetura da UFBA que tem como objetivos viabilizar capacitação que contribua para melhorar a qualidade de moradia para comunidades carentes e estimular o fortalecimento de planos de habitação de interesse social⁵⁵. É importante frisar que a existência deste programa, cuja temática é diretamente alinhada ao preconizado pelo ODS 11, é um potencial ponto forte da UFBA no que tange às pesquisas que contribuam para o atingimento desta meta. Também pode-se pontuar, com certo destaque, a atuação do Programa de Pós-Graduação e Urbanismo (PPGAU), que contribuiu com **17** pesquisas (**15%** do total aqui selecionado) e possui uma área de concentração em urbanismo cuja linha “Processos urbanos contemporâneos” aborda temas intimamente vinculados aos elencados nas metas selecionadas, como, por exemplo, as ações e práticas sobre a cidade em suas distintas dimensões⁵⁶.

⁵⁵ Informações retiradas do site do programa (FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA, 2022a).

⁵⁶ Informações retiradas do site do programa (FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA, 2022b).

A importância de estimular e manter ativas pesquisas sobre as cidades está no fato de que essas, de acordo com a já mencionada *Nova Agenda Urbana* (ONU, 2017), passam a ser encaradas não mais apenas como fontes de desigualdade e degradação ambiental, e sim como fortes ferramentas para soluções dos problemas e em busca do desenvolvimento sustentável. Dentre os compromissos globais assumidos pela NUA, destaca-se:

A implementação da Nova Agenda Urbana contribui para a implementação e a localização da *Agenda 2030* para o Desenvolvimento Sustentável de maneira integrada e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de suas metas, inclusive o ODS 11 de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. (ONU, 2017, p. 4)

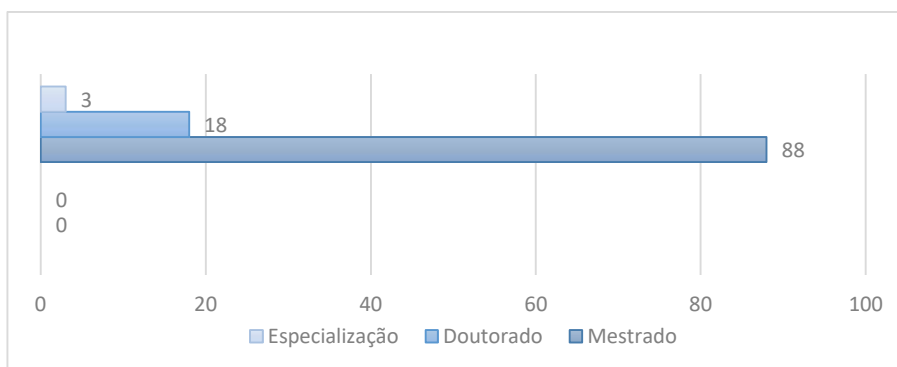
O segundo grupo de maior destaque, vide Gráfico 40, foi o que aborda as metas ligadas à proteção do *patrimônio cultural e natural*, cujos trabalhos vinculados representaram **44%** do total, com **102** títulos de pesquisas selecionados. A contribuição mais expressiva deste grupo, em termos de número de trabalhos, foi advinda do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP/CECRE), vinculado à Faculdade de Arquitetura, e cuja linha de pesquisa “Restauração, conservação e gestão dos bens patrimoniais” contempla justamente o que foi preconizado pelas metas selecionadas para compor este grupo. Considerando essas especificidades e a abordagem direta dos temas selecionados, a existência deste programa também pode ser apontada como um potencial ponto forte da pesquisa da UFBA para o atingimento deste ODS.

As buscas referentes aos termos vinculados ao grupo temático que abordou a temática da *mobilidade urbana* foi a que apresentou o menor número de resultados (17 trabalhos, ou 7% do total para este ODS). Isso ocorreu apesar de, conforme apresentado no Quadro 6, ter sido vinculado um número expressivo de termos de busca (27 no total), sendo algum deles de grande representatividade e abrangência – a exemplo de “transporte público” ou até mesmo “mobilidade urbana”. Essa baixa representatividade representa um potencial ponto fraco de pesquisa da UFBA. Esses resultados foram apresentados no Gráfico 40.

4.1.12. ODS 12 – Consumo e produções sustentáveis

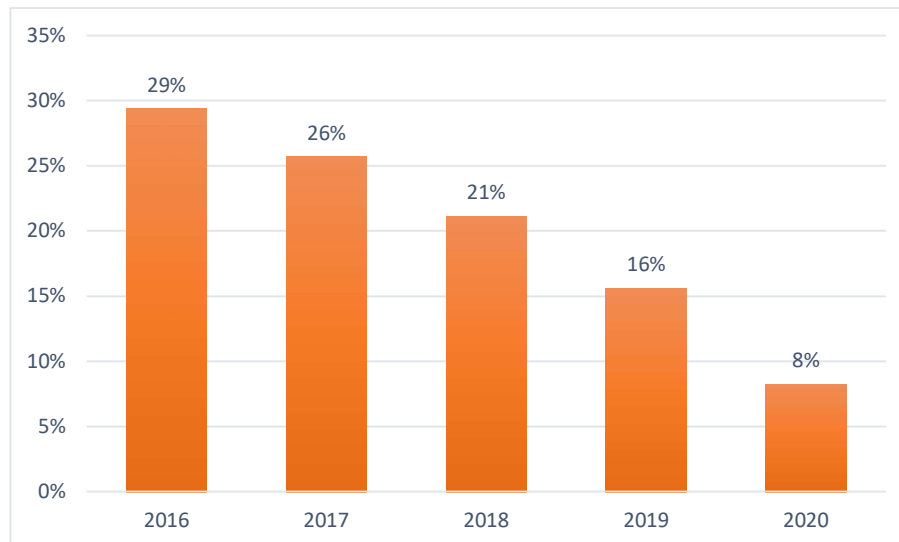
Inseridos os **119** termos de busca relativos ao ODS 12, foram encontrados um total de **109** trabalhos no período compreendido entre 2016-2022. Dos trabalhos encontrados, **88** pertencem a programas de mestrado, **18** a programas de doutorado e **3** de especializações. A natureza dos trabalhos foi apresentada no Gráfico 41.

Gráfico 41 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 12



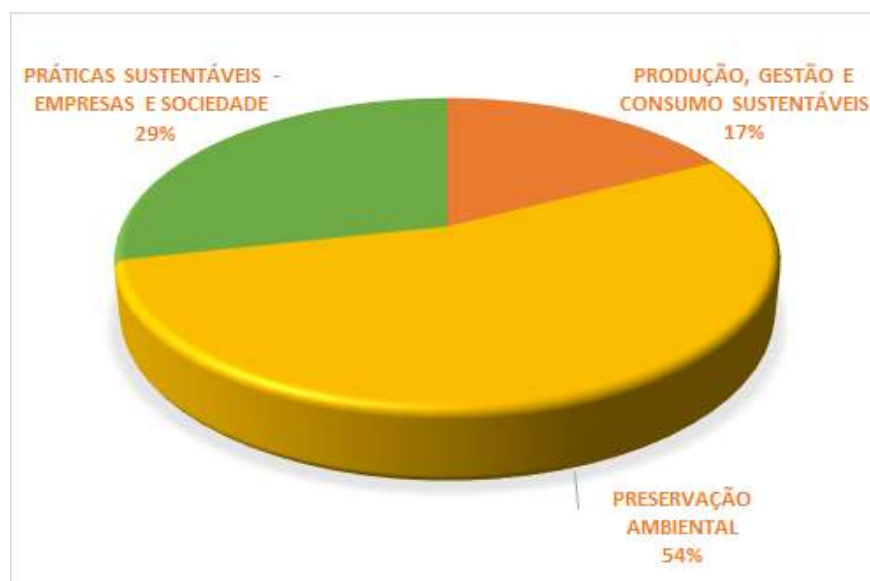
Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados encontrados, nota-se uma curva decrescente e constante do número de trabalhos referentes a esta temática. Embora o ano de 2020 tenha sido um ano atípico no que se refere à produção acadêmica, por conta da situação de pandemia, a curva já apresentava essa mesma tendência nos anos anteriores, conforme demonstrado no Gráfico 42.

Gráfico 42 – Produção anual referente ao ODS 12

Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 12 está demonstrada no Gráfico 43 a seguir:

Gráfico 43 – Distribuição por grupo temático – ODS 12

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupos temáticos, o destaque se dá para a temática de *preservação ambiental*, que representa **54%** (**59** trabalhos) do total de

pesquisas encontradas e selecionadas neste ODS, demonstrando um potencial ponto forte da pesquisa da UFBA. Este grupo temático foi substancialmente influenciado pelos trabalhos advindos do Programa de Pós-Graduação em Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente (POSPETRO) e do Programa de Pós-Graduação em Química (POSQUIMICA), que juntos representam **36%** da produção do grupo, com **21** trabalhos encontrados. Conforme preconizado pelas metas selecionadas para este grupo, um dos objetivos desse ODS é o de desenvolver práticas de manejo ambientalmente saudável de materiais nocivos, de redução da geração de resíduos e da racionalização dos subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis. O POSPETRO, em suas duas linhas de pesquisa “Remediação de Áreas Impactadas por Petróleo” e “Geoquímica e Avaliação de Ecossistemas”, converge com essa temática justamente por propor “o entendimento dos aspectos, diagnósticos e prognósticos de ambientes impactados por atividades petrolíferas e aplicação dos processos de remediação”, assim como o estudo dos “processos de avaliação de riscos ambientais e de ecossistemas através da integração de diversos aspectos”⁵⁷. O programa Pós-Graduação em Química (POSQUIMICA), que possui uma linha de pesquisa denominada “Química Ambiental”⁵⁸, converge diretamente com o que foi estabelecido pela meta 12.4 presente neste grupo, ao tratar do “manejo de resíduos químicos de maneira responsável”.

A importância da manutenção e do incremento da pesquisa nessa área está por exemplo nos já mencionados dados do *Quadro de Programas de 10 Anos para Consumo e Produção Sustentáveis* (10YFP) (ONU, 2022), segundo o qual os atuais padrões de extração e consumo de insumos ambientais são insustentáveis. Os danos ambientais frutos dos padrões de consumo global são cada vez maiores, e a previsão é de que esses números sigam aumentando em 110% até 2060 (ONU, 2022).

Em seguida, o grupo temático mais recorrente foi o de *práticas sustentáveis por empresas e sociedades*, para o qual foram localizados **31** trabalhos, que representam **29%** do total para este ODS. Considerando o grupo temático, o Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) se destaca, com **12** trabalhos selecionados, o **39%** deste grupo temático. Convergentes com essa temática, existem duas linhas de

⁵⁷ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOQUÍMICA: PETRÓLEO E MEIO-AMBIENTE – UFBA, 2022).

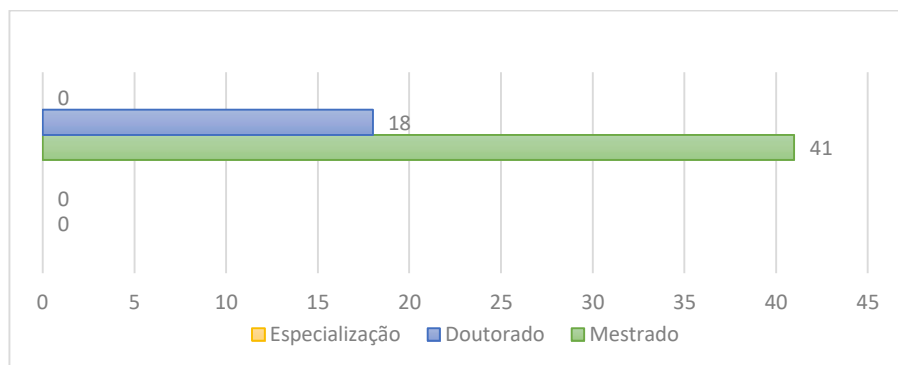
⁵⁸ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA, 2022).

pesquisa no NPGA que provavelmente fomentaram a participação do programa neste grupo: a linha de “Estudos organizacionais”, que busca construir conhecimento sobre as organizações a partir de diversas abordagens, inclusive a ambiental e da sustentabilidade, e também a linha “Administração pública e sociedade”, que através do caráter transversal da questão ambiental procura construir conhecimento sobre a administração no contexto da sociedade contemporânea.⁵⁹

4.1.13. ODS 13 – Ação contra mudança global do clima

Inseridos os **78** termos de busca relativos ao ODS 13, foram encontrados um total de **59 trabalhos** a nível de pós-graduação na UFBA no período compreendido entre 2016-2022. Dos trabalhos encontrados, **41** pertencem a programas de mestrado e **18** a programas de doutorado. Nenhum programa a nível de especialização foi selecionado. Estes números foram apresentados no Gráfico 44.

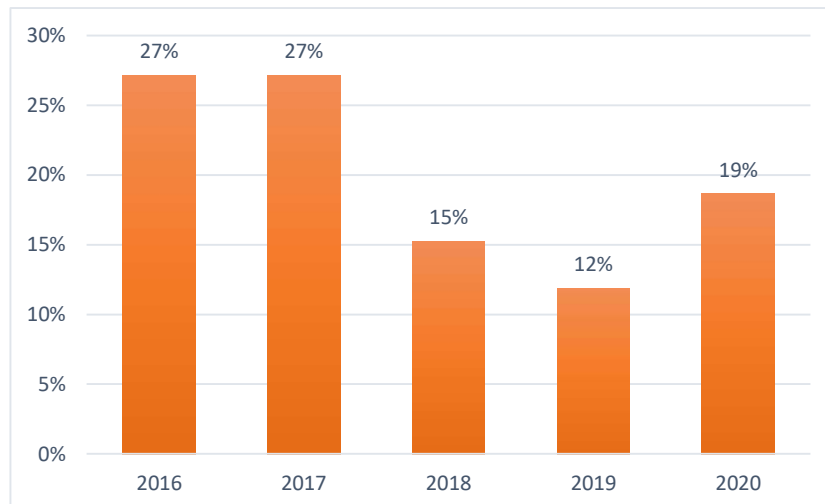
Gráfico 44 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 13



Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados, os anos de 2016 e 2017 se destacam, com **16** pesquisas (**27%** do total) em cada um deles. O ano de 2019 foi o de menor expressão em termos numéricos, com um total de **7** trabalhos selecionados (**12%** do total). Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 45, conforme segue.

⁵⁹ Informações retiradas do site do programa (NPGA/EAUFBA, 2022).

Gráfico 45 – Produção anual referente ao ODS 13

Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 13 está demonstrada no Gráfico 46 a seguir:

Gráfico 46 – Distribuição por grupo temático – ODS 13

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupo temático, verificamos praticamente uma hegemonia do grupo que aborda a *resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais*, uma vez que este grupo contribuiu com **81% (48 títulos)** de todos os trabalhos selecionados para esse ODS. Não foram

identificadas influências representativas de programas de pós-graduação específicos; os resultados foram consideravelmente heterogêneos, visto terem sido oriundos de 20 diferentes programas de pós-graduação. A maior influência “individual” neste grupo se deu por conta do Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana (MEAU), que contribuiu com **10** pesquisas, ou **21%** deste recorte, e apresenta linhas de pesquisa que abordam assuntos como diagnóstico ambiental, aspectos de aterros sanitários e industriais e comportamento e aspectos de biodegradabilidade de resíduos sólidos urbanos/industriais⁶⁰, temas vinculados ao aumento de desastres tratados na meta selecionada.

Os grupos temáticos que tratam das temáticas relativas às *políticas e planos relacionados à mudança do clima* e da *educação e conscientização para mudança do clima* contribuíram com **7 (12%)** e **4 (7%)** trabalhos, respectivamente. Sobre a importância da manutenção e desenvolvimento de pesquisas nessa área, o sumário técnico do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2022) relatou que uma das maiores barreiras sistêmicas que restringem a implementação das ações de mitigação contra mudança global do clima é a falta de recursos direcionados para ações de mudanças que sejam representativas e que gerem impacto no cenário global. Dentre outros fatores, o relatório cita diretamente a mobilização insuficiente de financiamento para pesquisas como uma das principais barreiras no alcance das metas. Cita como exemplo o fato de que a África enfrenta severas restrições de dados climáticos e desigualdades no financiamento da pesquisa: neste caso, a pesquisa sobre a África recebeu apenas 3,8% do financiamento global das pesquisas relacionadas ao clima, e 78% desse financiamento foi para instituições sediadas na União Europeia e na América do Norte, contra apenas 14,5% para instituições africanas. Os resultados de distribuição da pesquisa da UFBA por tema estão apresentados no Gráfico 46.

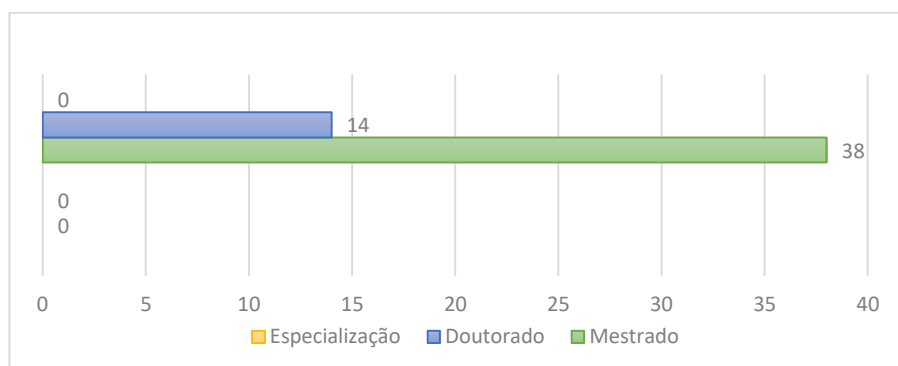
4.1.14. ODS 14 – Vida na água

Inseridos os **107** termos de busca relativos ao ODS14, foram encontrados um total de **52 trabalhos** a nível de pós-graduação na UFBA no período compreendido entre 2016-2022. Dos trabalhos encontrados, **38** pertencem a programas de mestrado

⁶⁰ Informações retiradas do site do programa (ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA, 2022).

e **14** a programas de doutorado. Nenhuma pesquisa advinda de programas de especialização foi selecionada neste ODS. Estes números foram apresentados no Gráfico 47.

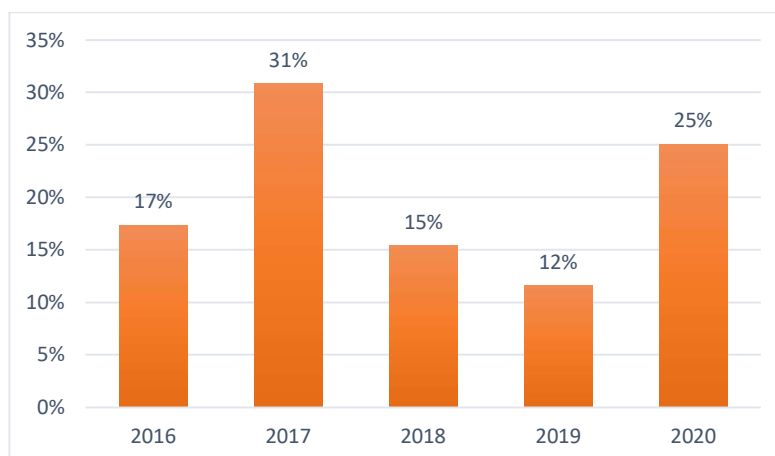
Gráfico 47 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 14



Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados nota-se um destaque para o ano de 2017, que contribuiu com **16** trabalhos relativos aos temas pertencentes ao ODS 14, o que representa **31%** do total de títulos classificados para este ODS. Em seguida, o ano de 2020 conta com **13** pesquisas (**25%** do total). O ano de 2019 foi o de menor expressão em termos numéricos, com um total de **6** títulos de pesquisa selecionados (**12%** do total). Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 48, conforme segue.

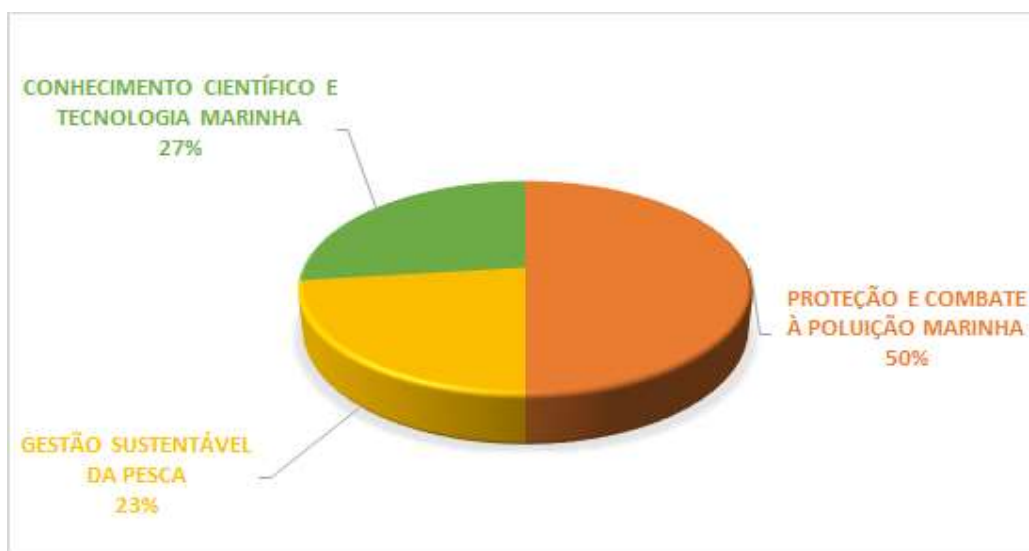
Gráfico 48 – Produção anual referente ao ODS 14



Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 14 está demonstrada no Gráfico 49 a seguir:

Gráfico 49 – Distribuição por grupo temático – ODS 14



Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupo temático, metade (**50%**) dos trabalhos selecionados para este ODS pertencem ao grupo que aborda aspectos ligados à *proteção dos oceanos e combate à poluição marinha*. Foram **26** trabalhos selecionados, dos quais, **23** (ou **92%** deste recorte) são vinculados a apenas dois programas de pós-graduação, a saber: **15** títulos de pesquisa (**60%** do grupo temático) advindos do Programa de Pós-Graduação em Geologia (PPGEOLOGIA), que possui uma área de concentração específica sobre a “Geologia marinha, costeira e Sedimentar” com linhas de pesquisas voltadas para o estudo das zonas costeiras e para os recifes e corais, por exemplo⁶¹, e **8** títulos (**32%** do grupo) provenientes do Programa de Pós-Graduação em Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente (POSPETRO), que possui uma linha de pesquisa voltada para remediação de áreas impactadas pelo petróleo e avaliação dos ecossistemas, e que tem, como um dos

⁶¹ Informações retiradas do site do programa (INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, 2022).

seus objetivos, a avaliação, remediação e gestão do meio ambiente frente às atividades antrópicas relacionadas com a indústria petrolífera.⁶²

O segundo grupo com a maior incidência de pesquisas vinculadas foi o que tratou de aspectos relacionados ao aumento do conhecimento científico, desenvolvimento de capacidades de pesquisa e compartilhamento de tecnologia marinha (*conhecimento científico e tecnologia marinha*), com **14** trabalhos, o que representa **27%** deste ODS. Neste grupo, a maior contribuição veio do Programa de Pós-Graduação em Geofísica (PGEOf)⁶³, que contribuiu com **7** títulos (**50%** deste grupo temático) e possui uma área de conhecimento denominada de “Oceanografia física”, cujas linhas de pesquisa desenvolvem estudos sobre processos oceanográficos, análises e desenvolvimentos por sensoriamento remoto, resultados de modelos numéricos e métodos de assimilação de dados e algoritmos para o estudo da circulação e processos oceanográficos. O grupo que tratou de aspectos vinculados à pesca sustentável contribuiu com **12** pesquisas, o que representa **23%** do total de trabalhos selecionados para este ODS.

Ratificando a importância da pesquisa no alcance das metas estipuladas por este ODS, a já mencionada Declaração dos Oceanos (A/CONF.230/2022/12), política adotada durante a Conferência dos Oceanos, ocorrida na cidade de Lisboa em 2022 com a presença de mais de 150 chefes de governo, declarou em seus pontos “13” e “14” que as ações baseadas na ciência, tecnologia e inovação, alinhadas com abordagens de precaução e baseadas em ecossistemas, são peças chaves na contribuição para as soluções necessárias para superar os desafios no alcance do ODS 14.

Neste sentido, na referida declaração, foram listadas uma série de medidas consideradas essenciais para o atingimento das metas elencadas no ODS 14 cujo alcance só será possível se o estudo, a pesquisa e o desenvolvimento do setor forem fomentados (A/CONF.230/2022/12). Alguns exemplos mencionados na *Declaração*: a) a melhoria da compreensão do impacto das atividades humanas cumulativas no oceano; b) o desenvolvimento de alternativas viáveis para a eliminação de resíduos poluentes; c) o planejamento e a implementação de ferramentas de gestão ecologicamente representativas; d) o fortalecimento dos esforços de observação

⁶² Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOQUÍMICA: PETRÓLEO E MEIO-AMBIENTE – UFBA, 2022).

⁶³ Informações retiradas do site do programa (CPGG – UFBA, 2022).

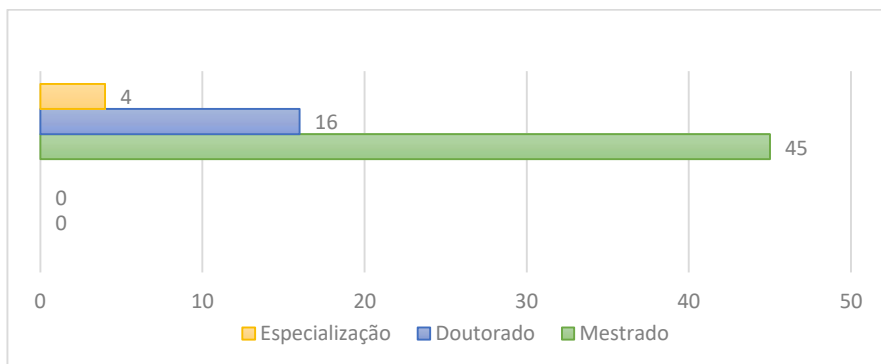
científica e sistemática e coleta de dados relevantes; e) a melhoria do compartilhamento e disseminação oportuna de dados e conhecimento; f) o reconhecimento do importante papel do conhecimento da inovação e do papel das ciências sociais no planejamento, tomada de decisões e implementação; g) o compartilhamento de conhecimento e intercâmbio de melhores práticas na pesquisa científica marinha; h) o desenvolvimento e promoção de soluções de financiamento inovadoras para impulsionar a transformação para economias sustentáveis baseadas no oceano; i) o fortalecimento da interface ciência – política para implementar o ODS 14 e para garantir que a política seja informada pela melhor ciência disponível etc.

4.1.15. ODS 15 – Vida terrestre

Inseridos os **147** termos de busca relativos ao ODS 15, foram encontrados um total de **65** trabalhos a nível de pós-graduação na UFBA no período compreendido entre 2016-2022. Tendo em vista a especificidade da temática abordada neste ODS, a baixa incidência em termos numéricos não indica, necessariamente, um ponto fraco na pesquisa da UFBA.

Dos trabalhos encontrados, **45** pertencem a programas de mestrado, **16** a programas de doutorado e **4** a programas de especialização. Estes números foram apresentados no Gráfico 50.

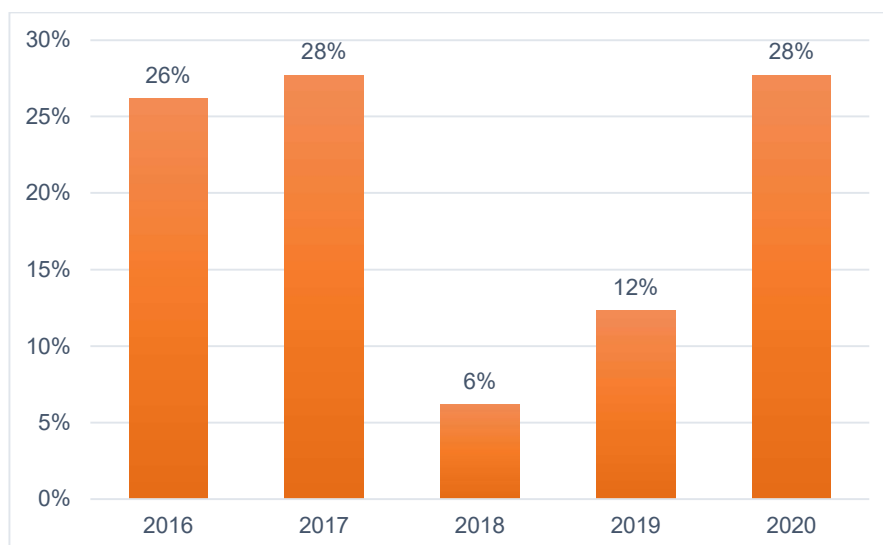
Gráfico 50 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 15



Fonte: elaboração própria.

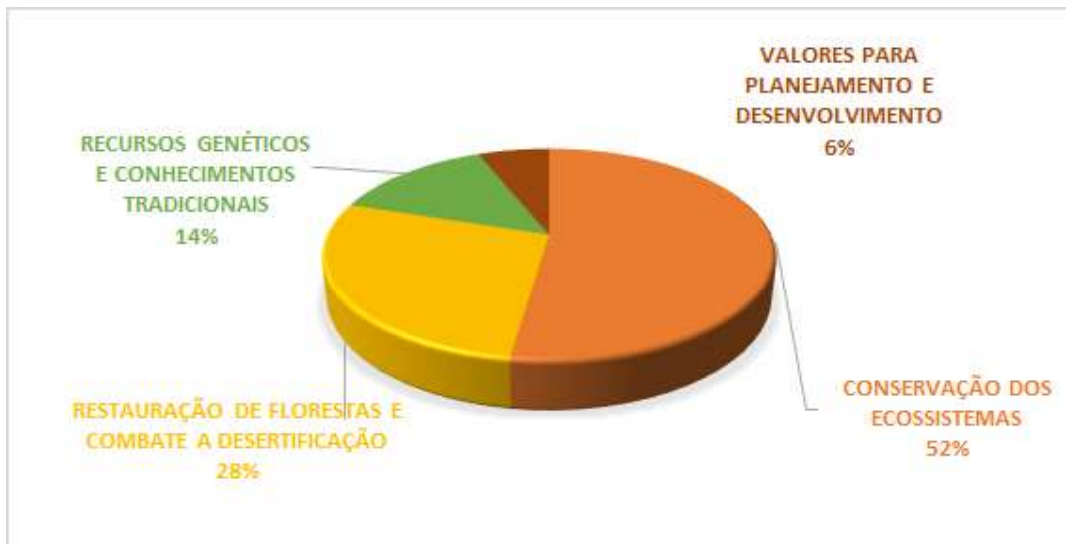
Quando analisada a distribuição anual dos resultados, notamos um relativo equilíbrio entre os anos avaliados, com exceção dos anos de 2018 e 2019, que apresentaram, respectivamente, **4** e **8** títulos de pesquisas relativos aos temas aqui abordados – o que representa **6%** e **12%**, respectivamente, do total. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 51, conforme segue.

Gráfico 51 – Produção anual referente ao ODS 15



Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 15 está demonstrada no Gráfico 52 a seguir:

Gráfico 52 – Distribuição por grupo temático – ODS 15

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupos temáticos, verificou-se uma predominância do grupo que trata de temas relativos à *conservação dos ecossistemas*, com **52% (34 pesquisas)** de todos os trabalhos classificados neste ODS. Essa superioridade numérica está diretamente ligada à quantidade de termos de busca (91 termos dos 147 para todo o ODS 15) e não, necessariamente, a um ponto forte da pesquisa da UFBA, uma vez que, conforme apresentado no Quadro 6, este grupo também reuniu um maior número de metas vinculadas em relação aos demais grupos temáticos. Considerando este recorte, a distribuição dos títulos vinculados entre os programas de pós-graduação foi bastante heterogênea, contando com a contribuição de 17 diferentes programas. Há um pequeno destaque do Programa de Pós-Graduação em Ecologia (POSECOLOGIA), que contribuiu com **10 pesquisas (29%)** para formação deste grupo temático e possui linhas de pesquisa que abordam temas diretamente vinculados às metas aqui selecionadas, principalmente em relação a conservação de espécies, ecologia de populações, comportamento animal e relações entre organismos de espécies distintas.⁶⁴ De fato, a conservação das espécies e dos ecossistemas tem sido o desafio mais robusto no cenário mundial no que se refere à persecução das metas propostas pelo ODS 15 (PNUD, 2022). Conforme já mencionado, o colapso da biodiversidade é um risco

⁶⁴ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA – UFBA, 2022).

cada dia mais eminente, tendo em vista que mais de 1 milhão de espécies vegetais e animais enfrentam hoje a extinção (PNUD, 2022).

No segundo grupo de maior destaque, que trouxe como temáticas questões vinculadas à *restauração florestal e combate à desertificação*, foram selecionados **18** trabalhos (ou **29%** do total do ODS). O Programa de Pós-Graduação em Geografia (POS GEO) foi o que apresentou um maior número de trabalhos relativos a essa temática, com **5** títulos designados, o que equivale a **28%** do total deste grupo temático. Este programa possui duas linhas de pesquisa: uma aborda questões relativas à análise de fenômenos vinculados à dinâmica espacial em geografia regional, e outra envolve o estudo do meio ambiente, biótico e abiótico⁶⁵. Ambas as linhas apresentam coerência com as metas selecionadas neste recorte.

Os grupos temáticos relativos à *promoção e acesso aos recursos genéticos e a integração dos valores dos ecossistemas e da biodiversidade nos processos de desenvolvimento* apresentaram **9** e **4** trabalhos respectivamente, o que representa **15%** e **6%** do total de pesquisas aqui selecionadas. Conforme mencionado no tópico relativo à apresentação do ODS 15, o Brasil possui uma legislação robusta e pioneira sobre o uso do patrimônio genético, que possibilitaria o financiamento de pesquisas nessa área. Entretanto, ainda falta regulamentação para que essa legislação seja colocada em prática (GTSC A2030, 2022).

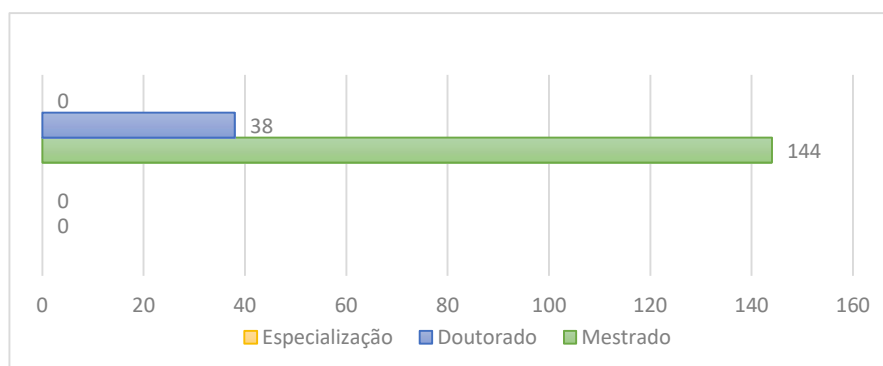
Os resultados aqui obtidos, indicando um número baixo de pesquisas vinculadas a esta temática, refletem no âmbito da pesquisa o que fora levantado por Sayer *et al.* (2019) (já exposto no capítulo de apresentação deste ODS): na prática, as temáticas que envolvem o ODS15 parecem ser menos exploradas pelas políticas e ações oficiais, uma vez que o desenvolvimento e conservação são vistos por muitos como concorrentes. Estes números serão mais bem avaliados no panorama geral da UFBA na seção 4.3 desta dissertação. Os resultados relativos à distribuição por grupo temático do ODS15 foram apresentados no Gráfico 52.

⁶⁵ Informações retiradas do site do programa (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 2022).

4.1.16. ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

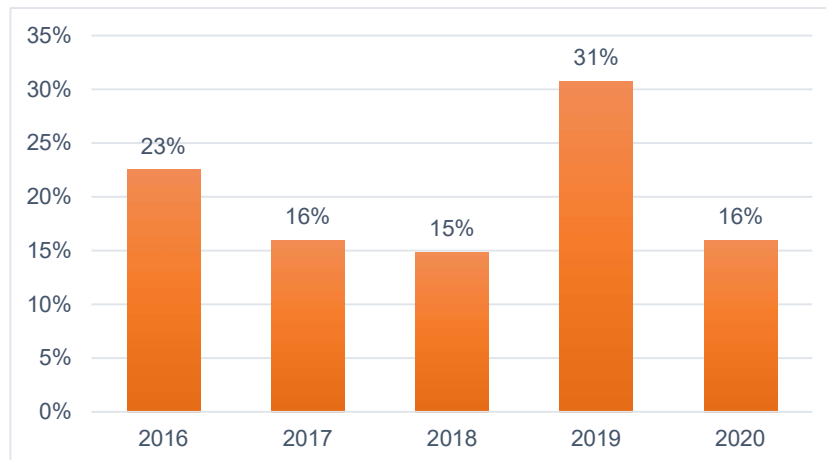
Inseridos os **156** termos de busca relativos ao ODS 16, foram encontrados um total de **182** trabalhos a nível de pós-graduação na UFBA no período compreendido entre 2016-2022. Dos trabalhos encontrados, **144** pertencem a programas de mestrado, **38** a programas de doutorado e nenhum a programa de especialização. Estes números foram apresentados no Gráfico 53.

Gráfico 53 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 16



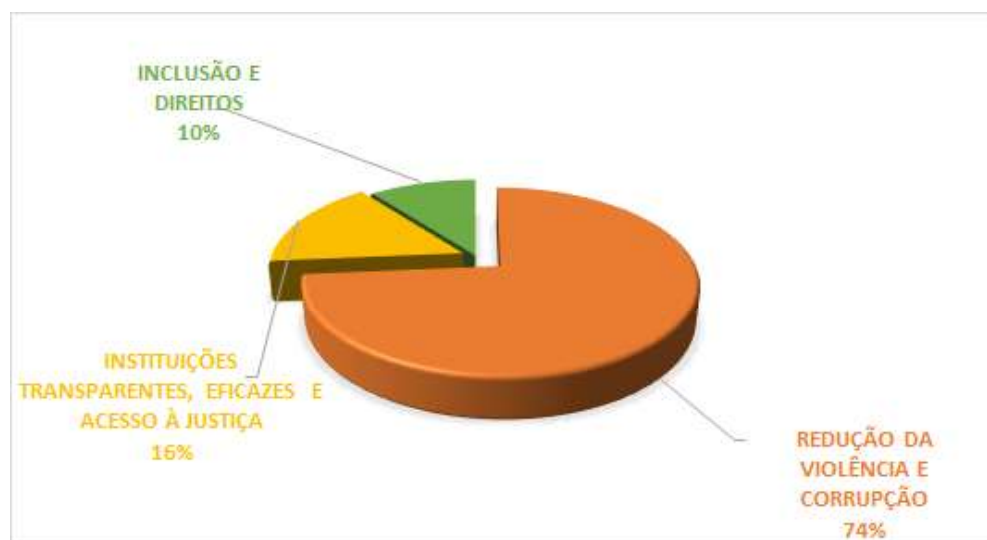
Fonte: elaboração própria.

Quando analisada a distribuição anual dos resultados, o ano de 2019 tem um maior destaque, com **56** títulos de pesquisas selecionados, o que representa um total de **31%** de todos os trabalhos vinculados a este ODS. Os demais anos encontram-se em relativo equilíbrio, variando entre **15%** (2018) e **23%** (2016). Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 54, conforme segue.

Gráfico 54 – Produção anual referente ao ODS 16

Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 16 está demonstrado no Gráfico 55 a seguir:

Gráfico 55 – Distribuição por grupo temático – ODS 16

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupos temáticos verificou-se praticamente uma hegemonia do grupo temático que trata da *redução* de todas as formas de *violência e corrupção*. Este grupo contribuiu com **134** trabalhos, o que significa um total de **74%** de todos os títulos de pesquisa selecionados para este ODS. Neste recorte, três

programas de pós-graduação tiveram destaque no que se refere à seleção de títulos, uma vez que, juntos, somaram **56%** de todos trabalhos selecionados para este grupo temático, sendo distribuídos do seguinte modo. O Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública (PROGESP), que contribuiu com **42** títulos, ou **31%** deste recorte, possui três linhas de pesquisa cujos conteúdos são diretamente alinhados aos temas preconizados pelas metas selecionadas neste grupo temático – “Políticas e Gestão em Segurança Pública”, que articula discussões no contexto da violência e da criminalidade em suas diversas expressões, “Direitos humanos e cidadania”, que trata do valor da vida e da construção de uma sociedade segura diante do avanço de uma cultura de violência, e “criminalidade e vitimização” que volta sua atenção para a prevenção do crime na sociedade contemporânea⁶⁶. O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), que colaborou com 20 pesquisas vinculadas às temáticas aqui selecionadas (o que representa **14%** do recorte deste grupo temático), possui uma linha de pesquisa inteiramente dedicada ao direito penal e às liberdades públicas, com abordagem a proposições como sanções penais, modelos de delito, garantia da vida, culpa e responsabilidade penal, racismo, terror de estado e dignidade da pessoa humana⁶⁷. O mestrado profissional do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) – que possui áreas de concentração que abordam temáticas vinculadas a assistência individual e coletiva em saúde e trata de temas como saúde mental, abordagem psicossocial e rede de apoio de prevenção ao suicídio e outras formas de violência⁶⁸ – contribuiu com **18** pesquisas, representando **13%** do recorte deste grupo temático.

O grande número de pesquisas referentes a essa temática reflete a realidade do cenário brasileiro no que diz respeito a violência. Conforme já exposto pelos números trazidos do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2022 (FBSP, 2022), o Brasil responde hoje por 20,4% dos homicídios registrados em todo planeta. A importância da manutenção da pesquisa nessa área é evidenciada com o exemplo também já trazido na seção **2.2.16** dessa dissertação, quando exposto que, para driblar a deterioração da qualidade dos dados oficiais (como, por exemplo, o de dados relativos à mortes violentas no país), metodologias científicas são utilizadas de maneira a fornecer números mais próximos da realidade. (CERQUEIRA, *et al.* 2021).

⁶⁶ Informações retiradas do site do programa (PROGESP – UFBA, 2022).

⁶⁷ Informações retiradas do site do programa (FACULDADE DE DIREITO – UFBA, 2022).

⁶⁸ Informações retiradas do site do programa (INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA – UFBA, 2022).

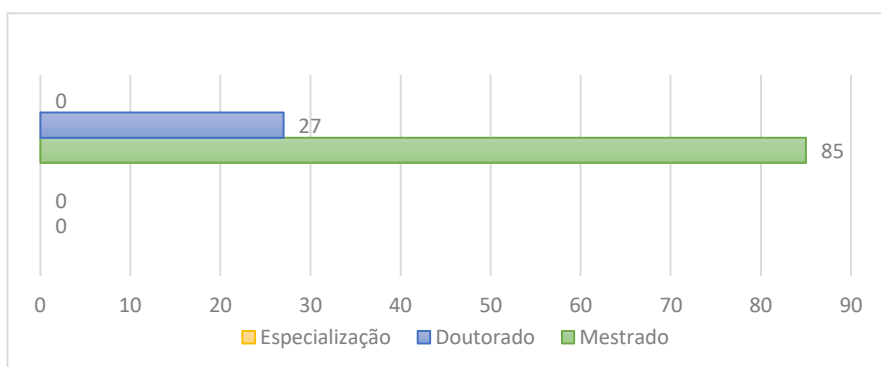
Ou seja, as pesquisas na área contribuem para suprir possíveis *gaps* de dados oficiais.

No segundo grupo de maior destaque, que trouxe como temática questões vinculadas ao fortalecimento de *instituições transparentes, eficazes e a garantia de acesso à justiça*, foram selecionados **29** trabalhos (ou **16%** do total do ODS). O Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) foi o que apresentou um maior número de trabalhos relativos a essa temática, com **12** títulos de pesquisa designados, o que equivale a **21%** do total deste grupo temático. Este programa possui uma linha de pesquisa específica sobre “estudos organizacionais” que se alinha diretamente com as metas selecionadas neste grupo temático, uma vez que discute o cenário institucional a partir de diversas abordagens, inclusive na gestão e comprometimento no contexto público e social.⁶⁹ O grupo temático relativo à *inclusão legal e da garantia de direitos* apresentou **19** trabalhos, o que representa **10%** do total de títulos aqui selecionados. Esses e os demais resultados foram apresentados no Gráfico 55.

4.1.17. ODS 17 – Parcerias e meios de implementação

Inseridos os **134** termos de busca relativos ao ODS 17, foram encontrados um total de **112** trabalhos. Dos trabalhos encontrados, **85** pertencem a programas de mestrado e **27** a programas de doutorado. Estes números foram apresentados no Gráfico 56.

Gráfico 56 – Natureza dos trabalhos encontrados para o ODS 17

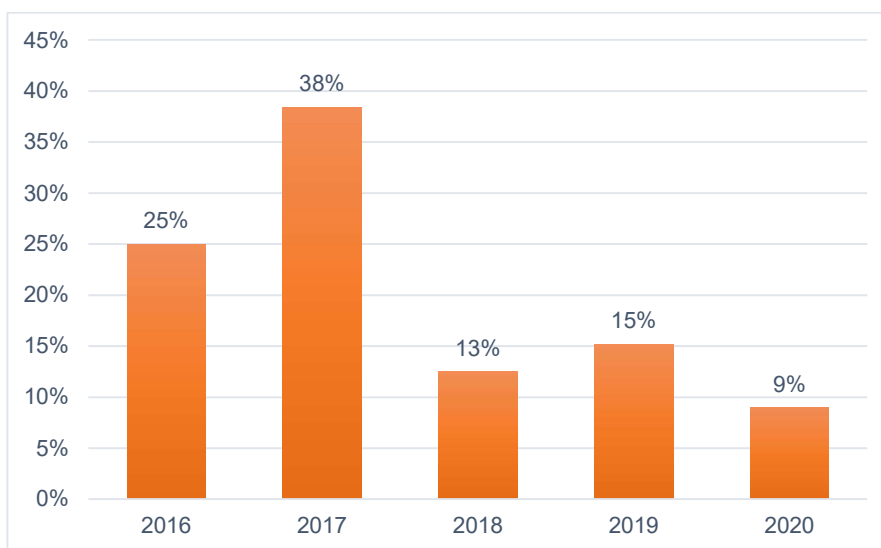


Fonte: elaboração própria.

⁶⁹ Informações retiradas do site do programa (NPGA/EAUFBA, 2022).

Quando analisada a distribuição anual dos resultados, o ano com maior destaque em relação ao número de publicações foi 2017, com **43** títulos de pesquisas selecionadas – o que representou **38%** do total de trabalhos vinculados a este ODS. Em seguida aparece o ano de 2016, com **28** trabalhos, o que representa **25%** do total. Os anos seguintes apresentam uma tendência de baixa no que se refere a títulos que possam ser vinculadas às metas elencadas no ODS 17: podemos verificar os anos de 2018, 2019 e 2020 com montantes que equivalem a **13%**, **15%** e **9%**, respectivamente. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 57, conforme segue.

Gráfico 57 – Produção anual referente ao ODS 17



Fonte: elaboração própria.

A distribuição por grupo temático para o ODS 17 está demonstrada no Gráfico 58 a seguir:

Gráfico 58 – Distribuição por grupo temático – ODS 17

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição por grupos a maior incidência encontrada foi na temática que trata de *promoção e uso da tecnologia*, que teve **45** trabalhos selecionados, o que representou **40%** do total de trabalhos vinculados ao ODS 17. Na análise deste recorte, destaca-se a presença do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), que contribuiu com **14** títulos, o que equivale a **31%** deste grupo temático. A linha de pesquisa do programa, “Tecnologia, Competitividade e Mercados”, se alinha diretamente aos objetivos elencados pelas metas selecionadas para este grupo ao propor a construção do conhecimento frente às mudanças nos ambientes técnicos e a reflexão dos desafios da conversão da produção científica em tecnologia no cenário de competição da economia globalizada⁷⁰.

O desenvolvimento de pesquisas nessa área converge com o já apresentado pensamento de Pereira (2022), segundo o qual o progresso tecnológico e o fomento de pesquisas científicas são fundamentais para encontrar soluções para desafios propostos pela *Agenda* e para uma sociedade mais resiliente.

O Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) também contribuiu de forma significativa com o segundo grupo de maior incidência neste ODS. Dos **36** trabalhos (equivalentes a **32%** do total) que compuseram o grupo que reuniu metas sobre *políticas para o desenvolvimento sustentável*, **13** foram advindos do NPGA, o

⁷⁰ Informações retiradas do site do programa (NPGA/EAUFBA, 2022).

que equivale a uma participação de **36%** neste recorte. Este programa possui uma linha de pesquisa denominada “Administração Pública e Sociedade” que reúne abordagens intimamente ligadas aos temas reunidos neste grupo temático ao propor a construção do conhecimento sobre a administração pública e a gestão social, considerando a relação entre interesses privados, públicos, coletivos, sociais e difusos sob a ótica da questão ambiental e da problematização da relação entre natureza e sociedade⁷¹.

Os grupos temáticos referentes à *aplicação de recursos financeiros para o desenvolvimento*, ao *fortalecimento do comércio para o desenvolvimento* e à *capacitação para o alcance dos ODS* contribuíram com **16 (14%)**, **9 (8%)** e **6 (6%)** títulos, respectivamente. Esses e os demais resultados foram apresentados no Gráfico 57.

A partir das vinculações apresentadas nesta seção de resultados referente aos 17 ODS foi possível identificar quais grupos se destacaram em relação à pesquisa da UFBA. Sobre estes destaques trataremos na seção seguinte.

4.2. QUADROS-RESUMO, PONTOS DE DESTAQUE E DE ATENÇÃO

Para a elaboração destes quadros-resumo foram considerados os resultados apresentados no tópico anterior e divididos conforme dois critérios, a saber: o numérico e o temático.

Para o critério numérico foram considerados os números absolutos de trabalhos selecionados, conforme os processos de busca descritos no tópico de metodologia. O quadro foi separado entre *pontos de destaque*, onde estão aqueles ODS e grupos temáticos com maior incidência de trabalhos resultantes de pesquisas desenvolvidas na UFBA, e *pontos de atenção*, que são aqueles cuja busca encontrou um número relativamente baixo de associações. O Quadro 8, a seguir, apresenta o resumo dos resultados de acordo com esses critérios.

⁷¹ Informações retiradas do site do programa (NPGA/EAUFBA, 2022).

Quadro 8 – Resumo de destaques e atenção por critério numérico

CRITÉRIO NUMÉRICO				
ODS	Atenção/ destaque	ODS / Grupo temático		JUSTIFICATIVA
ODS 1	Atenção	ODS		Somente 73 trabalhos selecionados para todo o ODS de um total de 2.695.
ODS 2	Destaque	Grupo temático	<i>Combate a fome e desnutrição</i>	Foram 66 trabalhos selecionados somente para este grupo temático.
ODS 2	Atenção	Grupo temático	<i>Comércio de alimentos</i>	Apesar de termos amplos de busca como “commodities”, “soberania alimentar”, “distribuição de alimentos” e “exportações agrícolas”, essa busca resultou na seleção de apenas 3 trabalhos.
ODS 3	Destaque	ODS		Foram encontrados um total de 362 trabalhos para este ODS.
ODS 3	Destaque	Grupo temático	<i>Saúde mental e combate às drogas</i>	Selecionados 146 trabalhos somente neste grupo temático. Equivale a 40% de todos os classificados no ODS 3.
ODS 3	Destaque	Grupo temático	<i>Combate a epidemias</i>	Foram 83 trabalhos selecionados neste grupo temático.
ODS 3	Atenção	Grupo temático	<i>Saúde sexual e reprodutiva</i>	Apesar de abordar temas como “planejamento familiar”, “planejamento reprodutivo”, “informação sexual” e “métodos contraceptivos”, a busca resultou na seleção de apenas 13 trabalhos.
ODS 4	Destaque	ODS		Foram encontrados um total de 387 trabalhos para este ODS.
ODS 4	Destaque	Grupo temático	<i>Educação de qualidade</i>	Selecionados 112 títulos para este grupo temático.
ODS 4	Destaque	Grupo temático	<i>Educação inclusiva e equitativa</i>	Selecionados 100 títulos para este grupo temático.
ODS 4	Destaque	Grupo temático	<i>Acesso e permanência na educação</i>	Selecionados 100 títulos para este grupo temático.
ODS 5	Destaque	ODS		Total de 225 trabalhos selecionados para este ODS.
ODS 6	Destaque	Grupo temático	<i>Qualidade e preservação da água</i>	Foram 51 títulos selecionados para este grupo temático.
ODS 7	Atenção	ODS		Total de 86 títulos selecionados para todo o ODS de um total de 2.695.
ODS 7	Destaque	Grupo temático	<i>Fontes de energias renováveis</i>	Total de 56 títulos selecionados somente para este grupo temático.
ODS 8	Destaque	ODS		Total de 233 trabalhos para este ODS.
ODS 8	Destaque	Grupo temático	<i>Alcance do emprego pleno, produtivo e do trabalho decente</i>	Foram 101 trabalhos selecionados para este grupo temático.
ODS 8	Destaque	Grupo temático	<i>Crescimento econômico inclusivo e sustentável</i>	Selecionados 98 trabalhos para este grupo temático.

ODS 9	Destaque	Grupo temático	<i>Infraestrutura e Indústria</i>	Selecionados 71 trabalhos para este grupo temático.
ODS 9	Destaque	Grupo temático	<i>Pesquisa e tecnologia</i>	Selecionados 52 trabalhos para este grupo temático.
ODS 10	Destaque	Grupo temático	<i>Desigualdade social e inclusão</i>	Selecionados 113 trabalhos para este grupo temático.
ODS 10	Atenção	Grupo temático	<i>Instituições financeiras e cooperação internacional para o desenvolvimento</i>	Apesar de 50 termos de buscas vinculados, somente 19 títulos de trabalhos foram vinculados a este grupo temático.
ODS 11	Destaque	ODS		Foram selecionados 231 trabalhos para este ODS.
ODS 11	Destaque	Grupo temático	<i>Habitação e urbanização Sustentáveis</i>	Selecionados 112 trabalhos para este grupo temático.
ODS 11	Destaque	Grupo temático	<i>Patrimônio cultural e natural</i>	Selecionados 102 trabalhos para este grupo temático.
ODS 11	Atenção	Grupo temático	<i>Mobilidade urbana</i>	Somente 17 trabalhos selecionados apesar de 27 termos de buscas atribuídos, sendo algum deles de grande abrangência a exemplo de “transporte público” ou até mesmo “mobilidade urbana”.
ODS 12	Destaque	Grupo temático	<i>Preservação ambiental</i>	Selecionados 59 trabalhos para este grupo temático.
ODS 13	Atenção	ODS		Somente 59 trabalhos para todo o ODS de um total de 2.695.
ODS 13	Destaque	Grupo temático	<i>Resiliência e combate às mudanças climáticas</i>	Selecionados 48 trabalhos para este grupo temático.
ODS 14	Atenção	ODS		Somente 52 trabalhos para todo o ODS de um total de 2.695.
ODS 15	Atenção	ODS		Somente 65 trabalhos para todo o ODS.
ODS 16	Destaque	Grupo temático	<i>Violência e corrupção</i>	Selecionados 134 trabalhos para este grupo temático.
ODS 17	Destaque	Grupo temático	<i>Promoção e uso da tecnologia</i>	Selecionados 45 trabalhos para este grupo temático.

Fonte: elaboração própria.

Após apresentação do Quadro 8 ora exposto, alguns pontos relevantes podem ser mencionados. Alguns ODS foram classificados como pontos de atenção por apresentarem um número reduzido de associações quando realizadas as buscas a partir dos seus respectivos termos de buscas. Dentre eles, destacam-se: o ODS 1 (“Erradicação da pobreza”), cujas buscas resultaram em apenas **73** trabalhos selecionados de um total de **2.695** associações realizadas em todo mapeamento; o ODS 13 (“Ação contra mudança global do clima”), com **59** trabalhos selecionados em

todo o ODS, o ODS 14 (“Vida na água”), com o menor número de associações dentre todos os ODS, apenas **52** trabalhos selecionados, e o ODS 15 (“Vida terrestre”), com **62** pesquisas selecionadas.

Por outro lado, alguns ODS receberam destaque pelo número representativo de associações a partir dos termos de busca. Foi o caso dos ODS 3 (“Saúde e bem-estar”), cujas buscas resultaram em **362** seleções de títulos de pesquisas, do ODS 4 (“Educação de qualidade”), com **387** trabalhos selecionados, do ODS 5 (“Igualdade de gênero”), com **225** associações, do ODS 8 (“Trabalho decente e crescimento econômico”), com **233** trabalhos selecionados, e do ODS 11 (“Cidades e comunidades sustentáveis”), com um total de **231** seleções.

Em relação aos grupos temáticos, alguns deles apresentaram números de associações, por vezes, superiores aos que foram contabilizados em alguns ODS. Alguns dos destaques podem ser mencionados, a exemplo do grupo temático *saúde mental e combate às drogas* vinculado ao ODS 3 e que, sozinho, contou com a seleção de **146** trabalhos. Ainda neste sentido, no ODS 4 foram destacados três grupos temáticos com números de associações expressivos, são eles *educação de qualidade*, *educação inclusiva e equitativa* e *acesso e permanência na Educação*, com **112**, **100** e **100** trabalhos vinculados, respectivamente. Destacam-se também os grupos *alcance do emprego pleno, produtivo e do trabalho decente*, vinculado ao ODS 8, com **101** trabalhos selecionados, o grupo *desigualdade social e inclusão*, vinculado ao ODS 10, com **113** pesquisas associadas, o grupo *habitação e urbanização sustentáveis* e o grupo *patrimônio cultural e natural*, ambos vinculados ao ODS 11, com **112** e **102** trabalhos vinculados, respectivamente, e o grupo *violência e corrupção*, vinculado ao ODS 16, com **134** pesquisas associadas. Quanto aos pontos de atenção relacionados aos grupos temáticos, foram destacados aqueles para os quais, apesar das buscas terem sido realizadas através de uma expressiva quantidade de termos ou de termos com substancial abrangência semântica, resultaram em poucas associações em relação às pesquisas da UFBA. Foram os casos dos grupos: *comércio de alimentos*, vinculado ao ODS 2, que apesar de termos amplos de busca como “commodities”, “soberania alimentar”, “distribuição de alimentos” e “exportações agrícolas” resultou na seleção de apenas **3** trabalhos; do grupo temático *saúde sexual e reprodutiva*, vinculado ao ODS 3, que apesar de abordar temas como “planejamento familiar”, “planejamento reprodutivo”, “informação sexual” e “métodos contraceptivos”, resultou na seleção de apenas **13** trabalhos, e do

grupo *mobilidade urbana*, vinculado ao ODS 11 e que teve somente **17** títulos selecionados apesar dos **27** termos de buscas atribuídos a este grupo, sendo alguns deles de grande abrangência, a exemplo de “transporte público” ou até mesmo “mobilidade urbana”.

Entretanto, entendendo que o critério numérico não é por si só absoluto no que se refere à determinação ou sugestão de pontos de destaque ou de atenção, foi também estabelecido o critério **temático**, cujo preceito para seleção ou não do trabalho variou conforme a especificidade e adequação do programa ou linha de pesquisa ao que fora preconizado pelo respectivo ODS. Em relação a este critério, entende-se que ele apresentaria potencial de ser mais preciso caso todos os programas de pós-graduação da UFBA fossem descritos em seus canais de comunicação com a mesma estrutura (contendo áreas de concentração e linhas de pesquisa descritivas). Entretanto, observou-se ao longo da coleta de dados que não existe um padrão para essa apresentação. Essa limitação será apresentada ao fim dessa dissertação, assim como a sugestão para uma futura padronização. Os resultados podem ser observados no Quadro 9 a seguir:

Quadro 9 – Resumo de destaques por critério temático

CRITÉRIO TEMÁTICO			
ODS	Programa/linha	Metas ou ODS diretamente atendidos	Justificativa
ODS 2	Programa	2.1 e 2.2	O Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde (PPGANS) contribuiu com 26 trabalhos (40% do grupo temático). Possui linhas de pesquisa que tratam diretamente de temas como alimentação, nutrição, acesso, vigilância e qualidade dos alimentos.
ODS 3	Programa	3.3	O Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT) contribuiu com 47 trabalhos (32% de todo grupo temático). O programa possui 3 linhas de pesquisa diretamente ligadas à meta 3.3: “Saúde e trabalho”, “Processo de saúde, doença e Trabalho” e “Relação entre saúde e ambiente”
ODS 4	Programa	ODS 4	O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) contribuiu sozinho com 32 trabalhos, o que representa 29% das pesquisas selecionadas para este ODS.
ODS 4	Linha	4.1	A linha de pesquisa “Currículo e (in) formação” – PPGEDU aborda a pesquisa sobre formação docente e qualidade curricular, ambas temáticas diretamente vinculadas à meta 4.1 deste ODS.

ODS 4	Programa	4.6	O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) tem como objetivo principal “atender prioritariamente professores de Matemática em exercício na Educação Básica”, o que converge pontualmente com o preconizado pela meta 4.6.
ODS 5	Programa	ODS 5	O Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) tem como objetivo a ampliação e consolidação do conhecimento sobre as mulheres, relações de gênero e feminismo, relacionando-se diretamente ao preconizado pelo ODS 5.
ODS 5	Linha	5.5, 5b, 5c	A linha “Gênero, Poder e Políticas Públicas – PPGNEIM” trata da atuação feminina nas relações de poder e vida política, o que se relaciona diretamente às metas 5.5, 5b e 5c.
ODS 5	Linha	5.6	A linha “Gênero e saúde” do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ISC contribuiu com 15 pesquisas, o que representa 28% do grupo temático <i>saúde da mulher</i> .
ODS 5	Linha	5.6	A linha “Cuidado à Saúde das Mulheres, Relações de Gênero e Étnico-raciais” do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde contribuiu com 12 trabalhos, o que representa 22% do grupo temático <i>saúde da mulher</i> .
ODS 5	Linha	5.1	A linha “Gênero, Alteridades e Desigualdades” do PPGNEIM aborda diretamente a temática preconizada pela meta 5.1 e classificada no grupo temático <i>igualdade de gênero</i> .
ODS 6	Programa	ODS 6	A UFBA possui um programa de mestrado denominado “Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento” (MAASA), cujas linhas envolvem estudos sobre a utilização racional e instrumentos de gestão dos recursos hídricos, congruentes com o preconizado pelo ODS 6
ODS 6	Programa	ODS 6	O Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (PROFÁGUA) trabalha com linhas de pesquisas que tratam dos instrumentos, planejamento e gestão de recurso hídricos.
ODS 7	Linha	7.1 e 7.2	A linha de pesquisa “Energia, Petróleo, Combustíveis, Biocombustíveis e Gás Natural” pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química (PPEQ) aborda aspectos como o melhor aproveitamento dos recursos naturais e o estudo de processos de produção de energia a partir de fontes alternativas, temáticas diretamente abordadas pelas metas 7.1 e 7.2
ODS 8	Programa	8.5, 8.6, 8.7, 8.8 e 8b	O Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT) contribuiu com 41% (41 trabalhos) do total de trabalhos selecionados para o ODS 8. Este programa tem como um dos seus objetivos específicos a promoção de debates acerca de questões relacionadas à saúde ocupacional e dos problemas que atingem trabalhadores de forma geral.
ODS 9	Linha	9.5, 9b, 9c	A linha “Tecnologia, competitividade e mercados” do NPGA visam construir conhecimento refletindo os desafios da conversão da produção científica em

			tecnologia com vistas à inovação, temática diretamente abordada pelas metas 9.5, 9b e 9c.
ODS 11	Programa de especialização	11.1,11.3,11.5,11.7, 11.a, 11.a e 11.c	A Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade é um programa de pós-graduação vinculado à Faculdade de Arquitetura da UFBA que tem como objetivos viabilizar capacitação que contribua para melhorar a qualidade de moradia para comunidades carentes e estimular o fortalecimento de planos de habitação de interesse social. Essas temáticas são diretamente abordadas pelas metas elencadas pelo ODS 11.
ODS 11	Linha	11.4 e 11.6	O Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP/CECRE) possui uma linha de pesquisa denominada “Restauração, conservação e gestão dos bens patrimoniais” que contempla os aspectos preconizados pelas metas 11.4 e 11.6.
ODS 12	Linha	12.4	Os conteúdos vinculados à linha de pesquisa “Química Ambiental do Programa de Pós-graduação em Química” (POSQUIMICA) convergem diretamente com o que foi estabelecido pela meta 12.4 ao tratar do “manejo de resíduos químicos de maneira responsável”.
ODS 13	Programa	13.1	O Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana (MEAU) apresenta linhas de pesquisa que abordam assuntos como diagnóstico ambiental, aspectos de aterros sanitários e industriais e comportamento e aspectos de biodegradabilidade de resíduos sólidos urbanos/industriais, temas vinculados ao aumento de desastres tratados na meta 13.1.
ODS 14	Linha	14.1, 14.2, 14.3, 14.5, 14.c	As linhas de pesquisa “Dinâmica e evolução da zona costeira” e “Micropaleontologia e recifes de corais” do Programa de Pós-Graduação em Geologia (PPGEOLOGIA), voltadas para remediação de áreas impactadas pelo petróleo, avaliação dos ecossistemas, remediação e gestão do meio ambiente frente às atividades antrópicas, convergem com as metas aqui selecionadas.
ODS 14	Linha	14.a	As linhas Oceanografia Costeira e Estuarina do Programa de Pós-Graduação Oceanografia Física aborda aspectos mencionados na meta 14.a ao tratar do aumento do conhecimento científico, desenvolvimento de capacidades de pesquisa e transferência de tecnologia marinha
ODS 16	Programa	16.1, 16.2, 16.4, 16.5 e 16.a	O Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública (PROGESP) possui três linhas de pesquisa cujos conteúdos são diretamente alinhados aos temas preconizados pelas metas selecionadas neste subgrupo – “Políticas e Gestão em Segurança Pública”, que articula discussões no contexto da violência e da criminalidade em suas diversas expressões, “Direitos humanos e cidadania” que trata do valor da vida e da construção de uma sociedade segura diante do avanço de uma cultura de violência, e “Criminalidade e vitimização”, que

			volta sua atenção para a prevenção do crime na sociedade contemporânea
ODS 17	Linha	17.6, 17.7, 17.8, 17.9	A linha de pesquisa “Tecnologia, Competitividade e Mercados” do NPGA se alinha diretamente aos objetivos elencados pelas metas 17.6 a 17.9 ao propor a construção do conhecimento frente às mudanças nos ambientes técnicos e a reflexão dos desafios da conversão da produção científica em tecnologia no cenário de competição da economia globalizada.
ODS 17	Linha	17.14, 17.15, 17.17	A linha “Administração Pública e Sociedade” do NPGA reúne abordagens intimamente ligadas aos temas reunidos por essas metas ao propor a construção do conhecimento sobre a administração pública e a gestão social considerando a relação entre interesses privados, públicos, coletivos, sociais e difusos sob a ótica da questão ambiental e da problematização da relação entre natureza e sociedade

Fonte: elaboração própria.

Verificou-se portanto que, com exceção dos ODS 10 e 15 – para os quais, conforme análises nas seções 4.1.10 e 4.1.15, respectivamente, restou demonstrado que as contribuições dos programas e linhas de pesquisa da UFBA ocorreram de forma bastante heterogênea –, para todos os demais ODS foram identificados programas ou linhas de pesquisa com objetivos, diretrizes ou abordagens diretamente relacionadas ao que fora preconizado por alguns dos ODS ou por metas específicas. Demonstra-se assim, mais uma vez, a potencial contribuição da pesquisa acadêmica da UFBA para o alcance dos objetivos elencados na *Agenda 2030*.

4.3. PANORAMA GERAL DA UFBA

Conforme já apresentado na sessão de metodologia dessa dissertação, a base de dados aqui utilizada foi o Repositório Institucional da UFBA (RI-UFBA), plataforma considerada pelo Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (2018) como de grande utilidade social no fortalecimento da ciência aberta e no caminho de para um desenvolvimento social mais efetivo. A UFBA vem, desde 2010⁷² atuando no fortalecimento dessa plataforma que, no período de análise (2016-

⁷² Conforme Portaria nº 024/2010 (UFBA, 2010) que instituiu a criação do Repositório Institucional da UFBA e orienta que todos os documentos por avaliação de uma banca de especialistas sejam depositados.

2020) encontrava-se composta por **1.966** teses de doutorado, **4.579** dissertações de mestrado acadêmico ou profissional e **142** dissertações de conclusão de especialização, totalizando **6.687** pesquisas acadêmicas no período compreendido entre os anos de 2016 e 2020. Estes números estão apresentados no Quadro 10, a seguir

Quadro 10 – Produção acadêmica da UFBA entre 2016 e 2020

Produção acadêmica UFBA 2016 – 2020	
Teses	1966
Dissertações	4579
Especializações	142
Total	6687

Fonte: elaboração própria.

Conforme demonstrado de forma mais analítica no Quadro 6 (apresentado anteriormente na seção de metodologia desta dissertação), reunindo os termos de busca aplicados nos 17 ODS foi totalizado um conjunto de **2.079** termos, sendo **882** termos diretos e **1.197** indiretos, dos quais **1.047** foram retirados das adaptações dos textos das metas realizadas pelo Ipea e **150** foram sugeridos pelo grupo de especialistas. No Quadro 11, a seguir, está apresentada a compilação e divisão por ODS.

Quadro 11 – Quantitativo de termos de busca por ODS

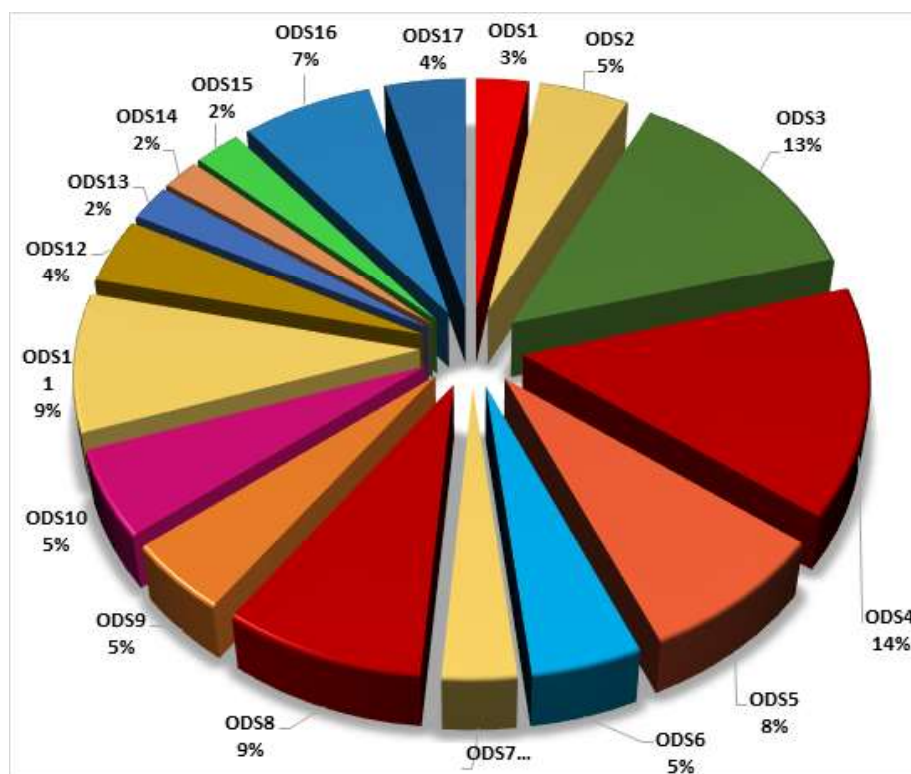
ODS	Termos Diretos	Termos Indiretos		Total
		Ipea	Especialistas	
ODS 1	31	16	10	57
ODS 2	81	36	5	122
ODS 3	63	76	9	148
ODS 4	78	51	10	139
ODS 5	45	68	2	115
ODS 6	29	51	9	89
ODS 7	17	52	3	72
ODS 8	62	84	9	155
ODS 9	63	64	8	135

ODS 10	46	82	11	139
ODS 11	64	89	14	167
ODS 12	49	56	14	119
ODS 13	17	55	6	78
ODS 14	45	42	20	107
ODS 15	77	57	13	147
ODS 16	55	100	1	156
ODS 17	60	68	6	134
	882	1047	150	2079

Fonte: elaboração própria.

Aplicados os supracitados termos de busca, ao total, foram realizadas **2695** vinculações entre estes termos e os ODS. A partir dessas associações foi possível construir um mapeamento global abrangendo toda pesquisa acadêmica da UFBA no período de análise e vislumbrar a potencial a contribuição de cada um dos ODS, conforme Gráfico 59 a seguir.

Gráfico 59 – Mapeamento geral UFBA



Fonte: elaboração própria.

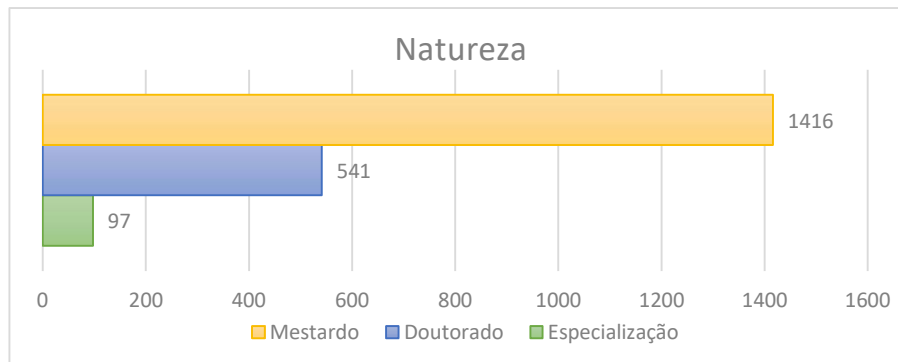
Os resultados observados no mapeamento da UFBA convergem com a conclusão de outras pesquisas apresentadas no decorrer do referencial teórico desta dissertação. Gaertner *et al.* (2021) aplicaram metodologia similar, ao utilizar o dicionário de palavras-chave desenvolvidos por Körfggen *et al.* (2018), e, ao mapearem os ODS em cinco instituições brasileiras (UFPR, PUCPR, USP, UP e UTFPR), obtiveram como maiores destaques as contribuições para os ODS 3 (saúde e bem-estar), ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 4 (educação de qualidade), em ordem decrescente. Mistry *et al.* (2020), ao mapearem as produções da Universidade de Leicester também através da busca por palavras-chave, apontaram como maiores destaques os ODS 3 (saúde e bem-estar), ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), ODS 4 (educação de qualidade) e ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), em ordem decrescente. Ao aplicar a busca sobre as publicações da Universidade Federal do Espírito Santo, Silva, *et al.* (2021) também destacaram os ODS 3 (saúde e bem-estar) e ODS 4 (educação de qualidade) como maiores contribuições, identificando, além disso, alta incidência também dos ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável) e ODS 15 (vida terrestre). No presente mapeamento, referente às pesquisas da UFBA, assim como em todos os exemplos apresentados, o ODS 4 (educação de qualidade) foi o que teve o maior número de associações (**385**), seguido do ODS 3 (saúde e bem-estar, com **362**) e do ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico, com **233**). Em seguida aparece o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis, com **231** associações). O destaque da UFBA foi para a quinta maior associação, que se deu em relação ao ODS 5 (igualdade de gênero), que apresentou **224** associações neste mapeamento e não apareceu em nenhuma outra pesquisa com tanto destaque.

O ODS de menor incidência de associações na UFBA foi o ODS 14 (vida na água), com **52** títulos selecionados. Este ODS também foi o de menor incidência no levantamento das pesquisas de cinco universidades (UFPR, PUCPR, USP, UP e UTFPR) realizadas por Gaertner *et al.* (2021). O ODS 1 (erradicação da pobreza) também aparece entre os menos contemplados no levantamento da UFBA, confluindo com as pesquisas de Silva *et al.* (2021), Mistry *et al.* (2020) e Gaertner *et al.* (2021), que, igualmente, apontaram baixa incidência deste ODS. O ODS 13 (ação contra mudança global do clima), com **59** associações, aparece como um ponto de atenção no mapeamento da UFBA; a baixa incidência deste ODS nas pesquisas também foi apontada nos resultados apresentados por Silva *et al.* (2021) e Mistry *et al.* (2020).

Entretanto, destaca-se que o ODS 15 (vida terrestre), que aparece como ponto de atenção na UFBA, com **65** associações, foi ponto de destaque nas pesquisas de Silva *et al.* (2021) e Gaertner *et al.* (2021) o que pode indicar uma carência pontual da pesquisa da Universidade Federal da Bahia.

É importante reforçar que, conforme exposto na seção **3.4** desta dissertação (que descreve a metodologia adotada na presente pesquisa), nos agrupamentos que formaram cada um dos ODS não existem, internamente, repetições de títulos, uma vez que foram separados por grupos temáticos conforme maior inclinação do seu conteúdo. Entretanto, quando analisadas as seleções a partir de uma ótica global, não raramente uma mesma pesquisa pode contribuir concomitantemente para mais de um ODS. Dessa forma, para confecção do Gráfico 59 do mapeamento exposto anteriormente, foram consideradas as **2.695** vinculações encontradas através da aplicação dos termos de busca, mas, para as posteriores análises de associações (por programa, ano e natureza) foram excluídas as repetições, conforme descrito anteriormente no Quadro 7, e passou-se a considerar um total de **2.054** títulos distintos.

Considerando, portanto, a partir deste ponto, o universo de **2.054** títulos selecionados, distribuídos por 156 programas (**64** programas de doutorado, o que equivale a **41%** do total, **89** de mestrado, o que equivale a **57%** do total, e **3** de especialização, o que equivale a **2%** do total), **1.046** deles pertencem a programas de mestrado – uma representativa supremacia, uma vez que este número representa **69%** do montante total de pesquisas analisadas. Em seguida, com **26%** e **541** títulos selecionados, aparecem os trabalhos advindos de programas de doutorado. O total de títulos selecionados oriundos de cursos de especialização somam **97**, o que representa **5%** do montante total. Conclui-se, portanto, que, em termos numéricos brutos, os programas de mestrado da UFBA apresentam um maior potencial de contribuição para a execução dos ODS no universo da pesquisa acadêmico científica da UFBA. Estes números estão expostos no Gráfico 60 a seguir.

Gráfico 60 – Natureza das pesquisas – Mapeamento geral da UFBA

Fonte: elaboração própria.

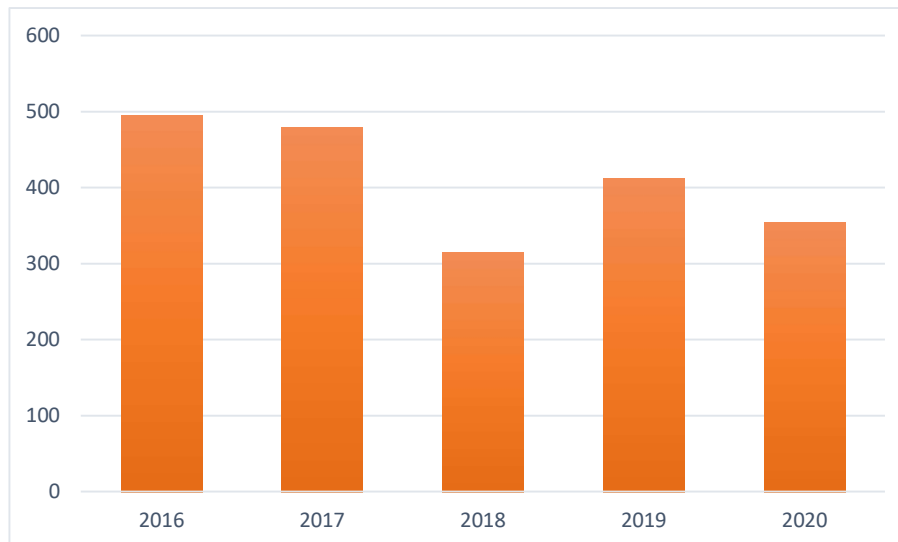
Analizando apenas as contribuições das naturezas mais expressivas (mestrado e doutorado) verificou-se que apenas **31%** dos trabalhos advindos dos programas de mestrado depositados no RI-UFBA, no período analisado, foram identificados como potenciais contribuições para realização do mapeamento geral da UFBA. Estes números estão descritos no Quadro 12 abaixo.

Quadro 12 – Percentual de vinculações por natureza

Natureza	Total 2016 -2020	Identificados	%
Teses	1966	541	28%
Dissertações	4579	1416	31%

Fonte: elaboração própria.

Em relação à distribuição anual, verificou-se que o ano de 2018 apresentou uma menor incidência em relação à quantidade absoluta de títulos: foram **315** pesquisas identificadas, o que representou **15%** do montante total. Em seguida, com **354** títulos e **17%** do total, apareceu o ano de 2020. No ano de 2019 foram **411** títulos selecionados ou **20%** do número total de pesquisas avaliadas. O segundo ano de maior incidência foi 2017, que contribuiu com **479** pesquisas e **23%** do total. Por fim, o ano com o maior número de pesquisas selecionadas com potenciais contribuições para resolução dos ODS foi o ano de **2016**, com **495** títulos vinculados, o que representou **24%** do total de pesquisas avaliadas. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada no Gráfico 61 abaixo.

Gráfico 61 – Distribuição anual– mapeamento geral da UFBA

Fonte: elaboração própria.

4.3.1. Pontos de atenção e destaques por programa de pós-graduação da UFBA

Dos **84** programas de pós-graduação listados no repositório institucional⁷³, **82** contribuíram para a persecução dos ODS conforme os critérios de seleção aqui estabelecidos. Portanto, somente **2** programas não foram identificados em nenhuma das buscas, conforme demonstrado na tabela descritiva abaixo. Nesta tabela também foram destacados os programas com os menores números de associações com as buscas (uma, duas ou três vezes). Entretanto, para determinar se, de fato, esses programas devem ser classificados como possíveis pontos de atenção e, conseqüentemente, potenciais pontos fracos na pesquisa da UFBA, foi necessário realizar uma ponderação entre o número de associações e os números de títulos depositados referentes a cada programa naquele período. A partir desse cálculo, e considerando que a incidência percentual permite que haja uma classificação mais precisa, constatou-se que, além dos programas sem nenhuma contribuição em absoluto – Programa de Pós-Graduação em Física (PPGFIS) e Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) –, os programas com menor participação ponderada foram, em ordem, o Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV), com

⁷³ Informações retiradas da aba “Comunidades e coleções” do Repositório Institucional da UFBA. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/community-list>. Acessado em 28 de agosto de 2022

2% dos seus títulos depositados no período associado a algum ODS, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal nos Trópicos (PPGCAT), o Programa de Pós-Graduação Profissional em Música (PPGMUS) e o Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Bioquímica e Biologia Molecular (PMBqBM), com **4%** de títulos associados cada um deles. Esses números podem ser verificados no Quadro 13 a seguir.

Quadro 13 – Programas de pós-graduação com menores quantidades de associações

Programa	Traalhos depositados entre 2016-2020	Associações	%
Programa de Pós-Graduação em física – PPGFIS	4	0	0%
Programa de Pós Graduação em em Filosofia – PPGF	21	0	0%
Programa de Pós Graduação em Artes Visuais - PPGAV	64	1	2%
Programa de pós Graduação em Ciência Animal nos Trópicos - PPGCAT	52	2	4%
Programa de Pós Graduação Profissional em Música - PPGMUS	50	2	4%
Programa Multicentrico de Pós Graduação em Bioquímica e Biologia Molecular - PMBqBM	24	1	4%
Programa de Pós-Graduação em Farmácia - PPGFAR	25	3	12%
Programa de Pós Graduação em Engenharia Elétrica - PPGEE	16	2	13%
Programa de Pós Graduação em Assistência Farmaceutica - PPGASFAR	8	2	25%
Programa de Pós-Graduação em Genética e Biodiversidade - PPG-GenBi	3	1	33%
Mestrado Profissional em Gerenciamento e Tecnologia Ambiental no Processo Produtivo - MEPLIM	7	3	43%
Programa de Pós-Graduação em Ciências de Alimentos -PGALI	6	3	50%

Fonte: elaboração própria.

Não obstante, destacam-se também os programas de pós-graduação com os maiores números de associações absolutas e ponderadas conforme os critérios de busca estabelecidos. Na tabela abaixo foram selecionados os **15** programas que mais contribuíram, em termos numéricos, para o mapeamento geral. Os títulos advindos destes 15 programas representam **59% (1218 títulos)** do total de associações realizadas no mapeamento da UFBA (**2054 títulos**). Isto posto, o maior destaque da UFBA, em termos de percentual de associação dos seus títulos depositados aos ODS a partir das palavras-chave, foi o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), que teve **91%** dos

seus títulos vinculados à alguma meta proposta pela *Agenda 2030*, seguido pela Residência em Arquitetura e Urbanismo (AU+E), com **85%** dos seu títulos associados, e pelo programa Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública (PROGESP), com **83%**. Em termos absolutos destacam-se o Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva (ISC), com **144** associações, o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), com **141** associações, e o Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), com **131**. O Quadro 14 a seguir demonstra os programas com os maiores números de associações e sua colaboração ponderada conforme número de trabalhos depositados no período em análise:

Quadro 14 – Programas de Pós-graduação com maior quantidade de associações

Programa	Trabalhos depositados entre 2016-2020	Associações	%
Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em M	57	52	91%
Residência em Arquitetura e Urbanismo - AU+E	67	57	85%
Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Públi	63	52	83%
Programa de Pós Graduação em Economia - PPGECO	124	93	75%
Programa de Pós-Graduação em Currículo, Linguagens e Inovação	65	48	74%
Programa de Pós Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho - PP	150	93	62%
Mestrado em Engenharia Ambiental e Urbana - MEAU	88	52	59%
Programa de Pós Graduação do Instituto de Saúde Coletiva - ISC	300	144	48%
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial - PEI	134	59	44%
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS	129	51	40%
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE	372	141	38%
Programa de Pós-graduação em Geografia - POSGEO	222	82	37%
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI	140	47	34%
Prpgrama e Pós Graduação em Direito - PPGD	188	61	32%
Núcleo de Pós Graduação em Administração - NPGA	413	131	32%
Programa de Pós-Graduação em Geologia - PPGEOLÓGIA	237	55	23%

Fonte: elaboração própria.

Verifica-se, portanto, que programas de pós-graduação que possuem ênfases mais específicas e cujas temáticas são abordadas diretamente pelos ODS obedecem à tendência de apresentar maior potencial ponderado de contribuição para o alcance dos ODS, enquanto os de menores números de associações, em geral, relacionam-se com temáticas que não foram abordadas pela *Agenda*.

Sobre as maiores associações percentuais apresentarem temáticas específicas, pode-se verificar que a associação direta entre o PPGNEIM e o ODS 5 (igualdade de gênero), já demonstrada nos Quadros 9 e 10 (que apresentam os destaques da UFBA através dos critérios numéricos e temáticos), influencia diretamente o expressivo potencial de contribuição apresentado no Quadro 14 (**91%**). Também sob esta ótica de análise, destaca-se a Residência em Arquitetura e Urbanismo, programa cujo objetivo liga-se diretamente a sete metas elencadas no ODS (cidades e comunidades sustentáveis). Essa ligação refletiu em **85%** de associações entre os trabalhos depositados e os ODS, como apresentado no Quadro 14.

Dentre os programas com menores contribuições constatou-se que os de menores participações ponderadas foram, respectivamente o Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV), com **2%** dos seus títulos depositados no período associado a algum ODS, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal nos Trópicos (PPGCAT) e o Programa de Pós-Graduação Profissional em Música (PPGMUS), com **4%** de títulos associados cada um. Nos casos do PPGAV e do PPGMUS, ambas as temáticas (artes e música) podem ser indiretamente extraídas da meta 11.4, que menciona a salvaguarda do patrimônio cultural (ONU, 2015) e da meta 4.7, que busca promover uma educação de valorização da diversidade cultural (ONU, 2015). Entretanto, tais temáticas não são, em nenhum momento, diretamente abordados pela *Agenda* da ONU. Em contrapartida, o PPGCAT atua diretamente na pesquisa aplicada na área de saúde animal⁷⁴, o que poderia ser diretamente relacionado com as metas do ODS 15 (vida terrestre), que buscam deter a perda de biodiversidade. Entretanto, conforme apresentado no Gráfico 59 (Mapeamento Geral da UFBA), o ODS 15 foi destacado como ponto de atenção na UFBA, com apenas **65** associações, o que pode indicar uma carência pontual da pesquisa da Universidade Federal da Bahia, uma vez que nos estudos comparados de Silva *et al.* (2021) e Gaertner *et al.* (2021) este foi um ponto de destaque.

⁷⁴ Informações retiradas do site do programa. Disponível em <http://www.mevtropical.ufba.br/pt-br/objetivos>. Acesso em 06 de março de 2023.

4.4. ANÁLISES SOBRE LIMITAÇÕES DA UFBA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA MINORAÇÃO DE RISCOS.

Ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa, foram detectadas algumas limitações diretamente vinculadas à estrutura ou políticas da UFBA e para as quais foram sugeridas algumas ações para que essas limitações sejam minoradas, conforme exposto a seguir.

4.4.1. Vinculação temática

Conforme será mencionado mais à frente, a principal limitação desta pesquisa foi, justamente, a busca e as análises realizadas de forma manual. A sugestão para a minoração dessas limitações é que a vinculação da pesquisa com os ODS seja feita pelo próprio pesquisador no momento em que a sua pesquisa venha a ser depositada no repositório institucional. Conforme mencionado ao longo dessa dissertação, o estudo de Serafini, Moura e Rezende (2021) envolvendo 53 universidades federais brasileiras demonstrou que em apenas **15%** das instituições existe um procedimento de vinculação direta entre os ODS e os projetos de pesquisa ou extensão, havendo, desde o registro no sistema da instituição, a obrigatoriedade de informar, no ato da submissão, como o projeto se relaciona à *Agenda 2030*. O também já mencionado entendimento de Leal Filho (2021) ao sugerir a orientação de todos os autores para que enquadrem seus artigos submetidos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável converge com o pensamento aqui desenvolvido.

Tornar essa vinculação um pré-requisito para o depósito no RI, além de gerar automaticamente um mapeamento das pesquisas, criará uma etapa de procedimentos a nível institucional na universidade, estimulando a participação em diferentes níveis de trabalho no que se refere ao envolvimento com os ODS. Em um primeiro momento, exigiria um envolvimento da alta cúpula diretiva ao instituir este passo como obrigatório; em seguida, envolveria também o respectivo corpo técnico e docente daquele programa, uma vez que o docente serviria como guia orientador do pesquisador no que se refere à associação, e o corpo técnico administrativo do respectivo colegiado seria o responsável pelo depósito em si, forçando-o ao menos a um contato mínimo com os conceitos relativos à *Agenda*. Por fim, envolveria de forma

mais efetiva o próprio pesquisador, estimulando-o a pensar na real contribuição do seu trabalho no que se refere aos objetivos globais da *Agenda* ao relacionar seu objeto de estudo a um dos ODS.

Embora com menor potencial de envolvimento das partes, uma alternativa para a minoração de riscos seria o desenvolvimento de ferramentas computacionais de inteligência artificial, a exemplo da ferramenta *ODS Mapeados*, que vem sendo testada por Silva *et al.* (2021) no contexto da Universidade Federal de Juiz de Fora. A aplicação dessa ferramenta exigiria uma base de dados específica que permitisse a aplicação automática das palavras-chave. Entretanto, uma ferramenta nesse sentido não excluiria a necessidade das etapas de leitura, análise e exclusão, uma vez que, da mesma maneira que ocorre na seleção manual, um mesmo termo pode se referir a contextos distintos.

Conforme verificado no Quadro 12 desta dissertação, apenas **31%** das teses e dissertações analisadas no período de 2016-2020 foram vinculadas a um ODS através das palavras-chave. A vinculação prévia ou até mesmo o desenvolvimento de alguma ferramenta computacional provavelmente contribuiria para um montante maior de associações e uma análise mais completa da contribuição da pesquisa da UFBA no que se refere ao alcance dos ODS.

4.4.2. Repositório Institucional e data de depósito

Conforme o artigo 5 da Portaria nº 024/2010, que instituiu a criação do *Repositório Institucional da UFBA* (UFBA, 2010), todos os documentos do âmbito da universidade que passaram por avaliação de uma banca de especialistas deverão ser depositados no RI. Ressalta-se que, embora a portaria oriente o depósito de todas as teses e dissertações da instituição na plataforma, não se pode afirmar a representação do quantitativo atual depositado em relação ao total de fato produzido⁷⁵. Em relação aos artigos científicos, o *Repositório* é categórico ao afirmar que estes devem ser depositados imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação.

⁷⁵ Quando questionado o Núcleo Tecnológico do Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA, unidade responsável pela manutenção e atualização do RI-UFBA, informou que não era possível realizar este levantamento no momento por conta de uma atualização pendente no sistema.

Entretanto, não se manifesta em relação ao prazo de depósito dos trabalhos de conclusão de curso dos programas de pós-graduação.

Dessa forma, conforme analisado em amostra randômica, verificou-se que algumas datas de depósito não correspondem, necessariamente, ao ano de confecção da pesquisa, sendo identificado um *gap* de um a dois anos entre essas datas em alguns casos. Verificou-se também que essas diferenças estão mais presentes nos anos iniciais da análise temporal (2016 e 2017), sendo, aparentemente, corrigidas nos anos seguintes.

4.4.2.1 Sugestões para a UFBA sobre data de depósito dos trabalhos

Portanto, uma vez que consideramos, nesta pesquisa, a data de depósito para análise do interstício, e sendo observado um *gap* temporal em alguns trabalhos, a análise sob este critério apresenta uma limitação de pesquisa. Para minoração dessa limitação, sugere-se que, assim como estipulado prazo para depósito dos artigos científicos, seja também direcionado um prazo limite para que os títulos acadêmicos sejam colocados no RI após a sua defesa.

4.4.3. Especializações

Possivelmente pela ausência de indicação de ação como a que ocorre para as dissertações e teses no âmbito da Portaria 024/2010, ao longo da etapa de levantamento de dados foi identificado que não faz parte do cotidiano da UFBA, em muitos casos, realizar o depósito dos trabalhos de conclusão de curso no caso dos cursos *lato sensu*, mais conhecidos como especializações. Foram identificados somente **80** títulos depositados no interstício dos **5** anos de análise.

Os cursos *lato sensu* têm o objetivo de especializar e qualificar o profissional sobre certos assuntos de mercado, demonstrando uma importância prática no que se refere à resolução de problemas da sociedade. Sobre essa importância, Paulino Peixoto Filho (2004) diz que o mercado impõe a aquisição de competências teóricas que abrangem conhecimentos e atitudes para desenvolver certas capacidades de análise, de pensar estrategicamente e de formular alternativas criativas diante dos

desafios que o mundo moderno impõe e que, por isso, novos modelos de formação vão se configurando na sociedade – dentre eles, os cursos de especialização lato sensu, que têm sido os que mais se expandiram no interior das universidades.

Um indício da aplicação prática dos conhecimentos oferecidos pelos programas de especialização foi apresentado na Quadro 14, que, ao expor os programas que mais contribuíram em termos percentuais para o atingimento dos ODS, destacou, em segundo lugar, a Residência em Arquitetura e Urbanismo (AU+E) – programa de especialização vinculado à Faculdade de Arquitetura – com **85%** dos seus trabalhos relacionados a algum objetivo da *Agenda 2030*; neste caso, com a maior parte das associações relativa às metas elencadas no ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis).

4.4.3.1 Sugestões para a UFBA sobre depósito de trabalhos advindos de cursos de especialização

A solução para minoração dos riscos é que, assim como determinado para os trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação stricto sensu, seja também institucionalmente orientado o depósito de todos os trabalhos advindos dos cursos de especializações (ou lato sensu).

4.4.4. Falta de padronização

Ao avaliar as composições das contribuições por grupo temáticos e justificar as participações mais efetivas de alguns programas em alguns resultados, fez-se necessária a análise das composições da organização das suas atividades de pesquisa. Entretanto, ao longo das análises, foi detectado que não existe uma padronização no que diz respeito à apresentação da estrutura dos programas de pós-graduação da UFBA. Alguns deles apresentam apenas os objetivos gerais dos programas, outros apresentam objetivos específicos, enquanto a maioria expõe as áreas de concentração de onde derivam suas linhas de pesquisa.

Essa falta de padronização em relação à apresentação da estrutura de sustentação da pesquisa de cada programa representa uma limitação para a presente

dissertação, uma vez que, caso houvesse um padrão, as análises comparativas poderiam ser mais precisas no que tange a contribuição e alinhamento de cada programa ao que foi preconizado pelas metas dos ODS.

4.4.4.1 Sugestões para a UFBA sobre padronização de informações dos programas de pós-graduação

Menandro (2003) esclarece que, historicamente, existe uma falta de definição no que se refere ao conceito de *linha de pesquisa*, e sugere uma esquematização que situa o conceito em um ponto intermediário em articulação com os conceitos de *área de concentração* e de *projeto de pesquisa*. Portanto, sugere-se que a UFBA, institucionalmente, oriente os programas a que suas propostas sejam padronizadas de acordo com alguma esquematização disponível na literatura, a exemplo da que foi proposta por Menandro (2003), de forma que obedeçam a uma consistência interna no que se refere à sustentação das atividades propostas por cada linha e permitem que as análises, tabulações, esquematizações e estudos dos seus conteúdos sejam realizados de forma mais eficaz.

4.4.4.2 – Sugestão para UFBA sobre compromisso institucional com os ODS

Ao longo desta dissertação ficou evidenciado que, diretamente, não existe compromisso e nem ações institucionais que tratem especificamente dos ODS no âmbito da Universidade Federal da Bahia. Em se tratando do âmbito da pesquisa, e considerando que as instituições de ensino superior devem incentivar a pesquisa que procure responder direta ou indiretamente à concretização dos ODS, a já mencionada proposta do Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (2018) na Figura 9 (apresentada nos tópicos anteriores) sugere compromissos institucionais da universidade neste sentido – dentre eles, a criação de linhas de pesquisa específicas relacionadas com a prossecução dos ODS e o desenvolvimento de indicadores claros e objetivos na avaliação de impacto dos projetos advindo desses programas.

Conforme já mencionado, o *Relatório do Acordo ODS*, que tem por objetivo demonstrar como, efetivamente, as universidades estão colocando em prática e

transformando as ideias em ações efetivas para o alcance dos ODS, indicou que o maior desafio relatado pelas instituições de ensino superior para a integração holística dos ODS nas universidades foi, justamente, a falta de capacidade de pessoal e as compreensões limitada sobre os ODS dentro das instituições Universitárias (GLOBAL ALLIANCE, 2019).

Na Figura 9 desta dissertação, estão relacionadas uma série de recomendações de compromissos institucionais com os ODS elencadas pelo Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (2018), dentre as quais destacam-se a inclusão dos ODS na missão e prioridade das unidades acadêmicas, e a criação de linhas de investigação específicas relacionadas com a persecução dos ODS.

Portanto, uma das sugestões de ações futuras é justamente a realização de levantamentos, propostas e ações que sejam direcionadas a um comprometimento a nível institucional no contexto da UFBA, demonstrando as vantagens e dimensões no que tange à promoção e apoio a investigações que sejam socialmente relevantes. Ações a nível institucional permitem que as iniciativas não sejam somente frutos de esforços individuais cujos impactos certamente têm menor representatividade e alcance.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados nesta dissertação procuraram contextualizar a UFBA no que se refere à seu potencial contribuição no campo da pesquisa para o alcance dos ODS. Ao realizar o mapeamento geral que apontou as potenciais vinculações da produção acadêmica da UFBA aos ODS no período compreendido entre 2016 e 2020 foi atendido o objetivo geral estipulado para este trabalho.

É importante frisar que a realização deste mapeamento no contexto da UFBA converge com uma perceptível tendência de exploração do tema, que tem ganhado cada vez mais atenção à medida que são publicados guias orientadores, estimulando debates sobre como as universidades podem assumir seu protagonismo no que se refere à consecução das metas e objetivos estipulados na *Agenda*. A revisão sistemática da literatura possibilitou compreender a construção histórica dos ODS, seus principais apontamentos a partir de resumos alicerçados na leitura das adaptações das metas pelos Cadernos ODS do Ipea (2019a) e maiores desafios, orientados por um vasto referencial teórico explicativo. Reconhecendo o papel da universidade como um dos agentes de implementação e ator social de execução dos desafios propostos dos ODS, a pesquisa acadêmica foi apresentada como uma das suas ferramentas de análise, levantamento e potencial propulsora de soluções para o enfrentamento das questões da *Agenda 2030*. Nesse sentido, foram evidenciados metodologias e resultados de outras investigações que permitiram reconhecer como o ambiente no Brasil e no mundo tem se dedicado a estimular a reflexão dos pesquisadores e da comunidade no que se refere à análise do impacto e influência das pesquisas sobre os ODS. Também foi realizada uma comparação entre os resultados aqui obtidos, evidenciando as convergências com a conclusão de outras pesquisas apresentadas no decorrer do referencial teórico desta dissertação. Esses pontos atendem ao objetivo específico que vislumbrava “Analisar a conjuntura das universidades em âmbito Internacional no que se refere às contribuições para os ODS e contextualizar a pesquisa da UFBA no cenário nacional”.

Embora outras pesquisas ao redor do mundo já tenham desenvolvido materiais que relacionam os ODS a termos de buscas, no desenvolvimento da presente dissertação, optou-se pela criação de uma lista de palavras-chave própria, que refletissem a realidade social local do nosso país, ao invés da utilização de listas pré-

estabelecidas. A criação deste dicionário permitiu atingir o objetivo específico que visava “Identificar quais palavras-chave representam pesquisas potencialmente ligadas a cada um dos 17 ODS”.

Em se tratando da pesquisa da UFBA, os resultados permitiram apontar o que podem ser considerados potenciais pontos fortes (chamados de pontos de *destaque*) e pontos fracos (aqui denominados de pontos de *atenção*) na pesquisa acadêmica da UFBA considerando os critérios denominados de numéricos (por número absoluto) ou temáticos (cujo conteúdo esteja vinculado à alguma proposição da *Agenda*). Esses resultados permitiram o atingimento de dois objetivos específicos elencados para essa dissertação:

- identificar os temas de desenvolvimento mais investigados no contexto da pesquisa acadêmica da instituição;
- identificar as lacunas na produção científica da UFBA, no que tange ao cumprimento da *Agenda 2030*.

Em relação aos critérios temáticos, foi possível verificar a existência de linhas de pesquisa e programas de pós-graduação com focos que apontam diretamente ao que foi estabelecido por alguns ODS ou por suas metas. Para os critérios numéricos foram considerados os números absolutos de trabalhos selecionados, e nestes resultados foram apresentados de forma específica os destaques por grupo temático ou por ODS. Quando a análise foi realizada por programa de pós-graduação, verificou-se quais programas apresentam uma proporcionalidade entre o potencial de colaboração e o percentual de associações identificadas. Essas análises permitiram atender aos dois últimos objetivos específicos:

- analisar a potencial contribuição de cada programa de pós-graduação no auxílio das resoluções de questões levantadas pelos ODS;
- fornecer base para auxiliar o reconhecimento de grupos de interesse e líderes em potencial através da identificação de alinhamento das linhas de pesquisas de cada programa aos ODS.

Entretanto, ao longo do desenvolvimento desta dissertação, foram identificadas algumas limitações da pesquisa, sendo as principais delas a busca e as análises realizadas de forma manual. Os resultados das buscas por palavras-chave mostraram

que, inseridos termos mais amplos, a exemplo de “alimentação saudável” ou “saúde” alguns resultados apresentados fogem ao escopo do que foi preconizado nas metas dos ODS, uma vez que podem englobar assuntos diversos. Desse modo, para confecção final do mapeamento e diminuição dessas limitações de pesquisa, algumas etapas foram obedecidas, a saber:

- a) Leitura e análise dos títulos resultantes da busca e posterior exclusão dos trabalhos que tratavam de temas diversos aos elencados pelos Objetivos. Restando dúvida, realizou-se:
- b) Leitura e análise dos resumos disponíveis no resultado das buscas e posterior exclusão caso verificado que a pesquisa trate de tema alheio aos elencados pelos ODS.
- c) Seleção e inclusão da pesquisa no mapeamento conforme grupo temático.

É importante salientar que, mesmo cumpridas todas as etapas de verificação de forma individualizada e criteriosa, a não vinculação prévia da pesquisa aos ODS pelo próprio autor de cada uma delas limita a afirmação de que determinado trabalho possa, efetivamente, contribuir para a persecução das metas. Até por isso, esta dissertação se propõe a mapear as pesquisas acadêmicas com **potencial** incidência para cada um dos ODS. A sugestão para minoração dessa limitação é que essa vinculação seja realizada pelo próprio pesquisador, conforme proposto no ponto 4.4 desta dissertação.

Outra limitação inerente a esta pesquisa, detectada ao longo do desenvolvimento do trabalho, é uma consequência do ponto 3.3.3, levantado na seção anterior e que trata dos depósitos das especializações no *Repositório Institucional da UFBA*. Ao idealizar os caminhos dessa dissertação, a proposta sempre consistiu em realizar o mapeamento das contribuições das pesquisas de pós-graduação realizadas no âmbito da Universidade Federal da Bahia. Portanto, o escopo definido para essa abordagem considera englobar todas as produções advindas de programas de pós-graduação, sejam *stricto* ou *lato sensu*, o que abarca, além dos cursos de mestrado e doutorado, também o de especializações. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, não existe na UFBA uma orientação institucional para depósito desses trabalhos, de forma que a base de dados no que se refere a contribuição dessa natureza pode ser considerada defasada, o que sugere uma limitação desta pesquisa.

Considerando a amplitude da temática aqui desenvolvida, também surgiram ao longo do desenvolvimento diversas oportunidades de estudos que podem ser futuramente desenvolvidos por outros pesquisadores a partir das bases fornecidas pelo presente trabalho. Algumas sugestões estão elencadas a seguir.

5.1 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

5.1.1. Aprofundamento e análise individualizada dos resultados

Os resultados apresentados neste trabalho possibilitaram um ponto de partida para a realização da análise individualizada de cada um dos programas de pós-graduação da UFBA, destacando as contribuições, participações e lacunas no que tange ao alcance dos ODS. Pesquisadores interessados em mapear as atuações individuais de programas específicos podem se aprofundar e explorar os resultados levantados por essa pesquisa. Entender, por exemplo, por que o Programa de Pós-Graduação em Arte Visuais (PPGAV) teve somente **2%** dos seus trabalhos vinculados aos ODS. Isso indica necessariamente que as metas não são, mesmo que indiretamente, abordadas ao longo do programa? O programa está de fato desconectado das demandas globais atuais? Ou isso pode representar uma lacuna da própria *Agenda*, ao não explorar o campo das artes? Todas essas perguntas podem ser aprofundadas em estudos futuros.

Por outro lado, também foram demonstrados pontos fortes da pesquisa da UFBA: o PPGNEIM apresentou **91%** de vinculação dos seus títulos a alguma meta preconizada pelos ODS. Quem são as maiores lideranças e quais os potenciais que podem ser explorados neste sentido? A UFBA poderia se posicionar em papel de protagonismo no que se refere à atuação deste programa na persecução deste ODS. As análises também podem ser feitas com um ODS como ponto de partida. Verificou-se por exemplo que o ODS 14 (vida na água), foi o menos contemplado no mapeamento geral. Um estudo individualizado sobre estes resultados pode trazer respostas de como a UFBA ou, mais especificamente, a pesquisa dentro da UFBA pode contribuir de forma mais efetiva para a consecução deste ODS.

Outra sugestão consiste em apresentar os resultados por unidades de ensino. A apresentação dos resultados nessa dissertação se deu por programas de pós-

graduação, o que pode indicar uma “pulverização” de resultados uma vez que uma mesma unidade de ensino pode conter diversos programas diferentes. A apresentação por unidade pode vir a reforçar os pontos fortes em potencial de cada uma delas da mesma forma que pode servir de base para uma visão mais ampla dos pontos de atenção.

5.1.2. Utilização da metodologia para levantamento das ações de extensão

Conforme entendimento trazido pela SDSN (SDSN AUSTRALIA/PACIFIC, 2017) sobre a importância de realizar o dimensionamento dos processos já existentes como primeiro passo para o entendimento, contextualização, levantamento de pontos de atenção e de destaque, e considerando a visão holística do papel da universidade trazido por Vallaeys (2018) – através da qual entende-se o papel das três funções substantivas (ensino, pesquisa, extensão) na construção de uma sociedade mais sustentável – propõe-se que o mapeamento aqui realizado seja também estendido para as demais funções da universidade. A análise curricular e as ações de ensino exigem abordagens distintas, porém, entende-se que o mapeamento das ações de extensão pode utilizar a mesma metodologia de busca através de palavras-chave que foi utilizada para confecção do presente trabalho.

A partir da base de dados que pode ser fornecida pela Pró-Reitoria de Ação e Extensão (PROEXT), podem ser aplicadas as mesmas palavras-chave aqui desenvolvidas de forma a realizar um mapeamento e identificar quais os ODS que mais estão sendo contemplados através dos programas de extensão da UFBA. A partir desses resultados podem ser fomentadas ações já existentes, podem ser levantados pontos de atenção de forma a sugerir ações em pontos de necessidades específicas e até estimulado o financiamento de projetos.

5.1.3. Utilização da metodologia em outras instituições de ensino superior

Da mesma forma, conforme levantado no ponto anterior, na falta de uma vinculação prévia e/ou do desenvolvimento de uma ferramenta computacional para que essa vinculação seja feita de forma automática, a metodologia aqui apresentada

permite a sua aplicação em quaisquer instituições de ensino superior que contenham uma base de dados com as suas produções acadêmicas.

A aplicação dessa mesma metodologia em outras instituições de ensino superior pode ser feita através de estudos comparativos entre universidades e de mapeamentos de proporções maiores (municipal, regional ou federal), de forma a servir de instrumento para pleitos e comprometimentos em esferas políticas e administrativas externas à universidade.

5.1.4. Contribuição das universidades aos agentes de implementação dos ODS

Na seção 2.3.1 desta dissertação foram elencados, além das universidades, outros agentes de implementação dos ODS, a saber: as Nações Unidas, governos e parlamentos, setores privados e a sociedade civil.

Uma sugestão de estudos futuros para pesquisadores seria investigar e propor alternativas para como as universidades podem agir sinergicamente com cada um dos atores aqui mencionados, colaborando para que eles possam cumprir o seu papel na implementação dos ODS.

Destarte, considerando toda a perspectiva apresentada, constata-se o grande potencial que a pesquisa da UFBA apresenta como poderosa ferramenta propulsora de contribuições no que se refere ao cumprimento das metas preconizadas pela *Agenda*. Espera-se que essa dissertação possa subsidiar novas ações de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em instituições de ensino superior.

Referências

- ABOLADE, M. S. Peace Education And The Understanding Of Sustainable Development Goal 16. **Unilorin Biennial Peace and Strategic Studies Conference**. Nigéria: 2019.
- ALIANÇA GLOBAL. **Relatório Anual do Acordo ODS de 2019 – Progresso em direção às Metas Globais**. 2019. Disponível em https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-02/Brasil_Relatorio_Progresso_2019.pdf. Acesso em 01 jun. 2021
- ALPERSTEDT, G. D.; ANDION, C. Por uma pesquisa que faça sentido. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 57, p. 626-631, 2017.
- ALVES, E. E.; DE ALMEIDA LOPES FERNANDES, I. F. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: uma transformação no debate científico do desenvolvimento? **Meridiano 47 – Journal of Global Studies**, v. 21, 20 jul. 2020.
- ALVES, J. E.D. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quindênio (2015-2030) do século XXI. **Revista Brasileira de estudos de população**, v. 32, p. 587-598, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/MTLZnS4dmxZxq84GNkD539s/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- ALVES, J. S. **O papel da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável das nações unidas**: Uma análise dos projetos de extensão da universidade federal da paraíba. 2019. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Relações Internacionais – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- AMOS, R.; LYDGATE, E. Trade, transboundary impacts and the implementation of SDG 12. **Sustainability Science**, v. 15, p. 1699-1710, 2020.
- ARAÚJO, A. B. A. A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Estrutura de governança e o Plano de Ação 2017-2019. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 25-49, 02 dez. 2019.
- AUDIÊNCIA PÚBLICA. A pesquisa científica como um caminho possível para o desenvolvimento social e econômico. **Audiência Pública**, 12 jun. 2019. Disponível em: <http://www.posse.ueg.br/audienciapublica/?p=162>. Acesso em: 20 set. 2022.
- AYLLÓN, B. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. *Carta Internacional*, 2(2), 32-47. 2007. Recuperado de <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/416>.
- AZEITEIRO, U. M. *et al.* Education for sustainable development through e-learning in higher education: experiences from Portugal. **Journal of Cleaner Production**, v. 106, p. 308-319, nov. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.11.056>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- BAIRD, M. **Guia de ações de Advocacy para a Agenda 2030**. Rio de Janeiro: ACT Promoção da Saúde, 2021. Disponível em:

https://actbr.org.br/uploads/arquivos/PLANO-ADVOCACY_REFERENCIAS-SEPARADAS-110221.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

BAUTISTA-PUIG, Nuria. Unveiling the path towards sustainability: scientific interest at HEIs from a scientometric approach in the period 2008-2017. **International Journal of Innovation and Sustainable Development**. 2020

BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, B. K. *et al.* (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora HUCITEC; Comissão Nacional do Brasil da UGI, 1995, p. 46-64.

BERTERO, C. O. *et al.* *Produção científica brasileira em administração na década de 2000*. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902013000100002>. Acesso em: 28 set. 2021.

BOHRER, I. N. *et al.* A história das universidades: o despertar do conhecimento. In: **JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: a educação na sociedade dos meios virtuais**, 14, 2008. Santa Maria: UNIFRA, 2008. Disponível em: <http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 141, 15 abr. 2004.

BRESCIANI, L. P.; ALONSO, V. Agenda 2030: governos locais na construção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Estadão**, São Paulo, 19 mar. 2021. Blog Gestão, Política & Sociedade. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/agenda-2030-governos-locais-na-construcao-dos-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 16 set. 2022.

BREUER, A.; JANETSCHEK, H.; MALERBA, D. Translating Sustainable Development Goal (SDG) Interdependencies into Policy Advice. **Sustainability**, v. 11, n. 7, p. 2092, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su11072092>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BURALLI, R. J. *Et al.* Moving towards the sustainable development goals: the unleash innovation lab experience. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc17Ex0001vu18L1TD>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BUSH, V. **Science, the endless frontier**. United States Government Printing Office, Washington, 1945. Disponível em: <http://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BUSS, P. M. *et al.* Saúde na agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 2555-2570, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2014001202555&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2019.

BUTLER-ADAM, J. DORA: the San Francisco Declaration on Research Assessment: leader. **South African Journal of Science**, v. 109, n. 7, p. 1, jan. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0038-23532013000400001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 set. 2021.

- CALDERÓN, A. I.; PEDRO, R. F.; VARGAS, M. C. Social Responsibility of Higher Education: the metamorphosis of Unesco discourse in focus. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 39, p. 1185-1198, out./dez. 2011.
- CASTILLO-VILLAR, R. G. Identifying determinants of CSR implementation on SDG 17 partnerships for the goals. **Cogent Business & Management**, v. 7, n. 1, p. 1847989, 1 jan. 2020.
- CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021
- CHANCEL, L. *et al.* (ed.). **World Inequality Report 2022**. Cambridge: Harvard University Press, 2022.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, n. 25, p. 5-15, set./dez.2003.
- CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CNJ. Conselho Nacional de Justiça: **Qual a relação da Agenda 2030 com Direitos Humanos?** Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/agenda-2030/qual-a-relacao-da-agenda-2030-com-direitos-humanos/>>. [s.d]
- CNODS.Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Relatório de Atividades 2017-2018**. Brasília: Presidência da República, 2018. 80p. DA SILVA, R. F. *et al.* Interdependências e trade-offs entre os objetivos do desenvolvimento sustentável: avaliação de municípios brasileiros pelas três dimensões da sustentabilidade. **Interações** (Campo Grande), [S. l.], v. 22, n. 2, p. 637–652, 2021. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2720>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- DE OLIVEIRA, L. D. Os “Limites do Crescimento” 40 Anos Depois. **Continentes – Revista de Geografia**, n. 1, p. 72-96, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/8>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- DEERE, C. D. Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina. **Cadernos Pagu**, v. 52, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800520006>. Acesso em: 1 set. 2022.
- DIAS S. J. Autonomia, formação e responsabilidade social: finalidades essenciais da universidade. **Revista FORGES – Fórum da Gestão do Ensino Superior** nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, v. 4, n. 2, 2016, p. 13-30.
- DIAS, E. S. Os (des) encontros internacionais sobre meio ambiente: da conferência de Estocolmo à Rio+20 – Expectativas e contradições. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 39, p. 6-33, jan./jun. 2017.
- Dias, J. Responsabilidade social da Universidade em questão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 3, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000300001>. Acesso em: 20 set. 2022.
- EIDT, E. C.; CALGARO, R. Responsabilidade social universitária-histórico e complexidade implícitos na constituição do conceito. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 26, p. 89-111, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100006>. Acesso em: 20 set. 2022.

ESCUADERO, C. Identificação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) com os objetivos de desenvolvimento sustentável: Um estudo a partir do mapa das OSC. **Artigos GIFE**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2020.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. *In*: ESTEVA, G.; SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editoras Vozes, 2000.

FAO *et al.* **Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2021**: Transformación de los sistemas alimentarios en aras de la seguridad alimentaria, una mejor nutrición y dietas asequibles y saludables para todos. Roma: FAO, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb5409es>. Acesso em: 30 ago. 2022

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 16 - 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 14 abr. 2023.

FRANCO, I. *et al.* Higher education for sustainable development: actioning the global goals in policy, curriculum and practice. **Sustainability Science**, v. 14, n. 6, p. 1621–1642, 2019.

FRU. *Desafios da pesquisa no Brasil: uma contribuição ao debate*. São Paulo em **Perspectiva**, v. 16, n. 4, p. 15-23, jan. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000400004>. Acesso em: 28 set. 2021.

GAERTNER, E. W. *et al.* Alinhamento de Pesquisas Científicas com os ODS da Agenda 2030: um Recorte Territorial. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 10, n. 2, 2021, p. 26-45.

GASPAR, R. C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós Guerra aos desafios contemporâneos. **Caderno Metrópole**, v. 17, n 33, p. 265- 296, maio 2015.

GAUR, P. SDG-14 and Blue Economy Challenges of Sustainable use of Oceans. *In*: **Blue Economy Forum**. India: Policy Brief No. 5, 2018.

GLOBAL ALLIANCE. **The SDG Accord Report**: Progress towards the Global Goals in the University and College sector. New York: The United Nations High-level Political Forum, 2019.

GRI; PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS; WBCSD. **Guia dos ODS para as empresas**. Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios. 2016. Disponível em: <https://depositorioceds.espm.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/Guia-dos-ODS-para-as-Empresas-1.pdf> Acesso em: 19 set. de 2022

GTSC A2030. **VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – Brasil**. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (2022). Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/06/rl_2022-completoweb-30_06_01.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022

GUIMARÃES, L. V. S.; PLONSKI, G. A. Impacto da pesquisa acadêmica na sociedade: lacunas conceituais, metodológicas e contribuições para discussão. *In*:

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 8, 2019, Fortaleza. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2019. Disponível em: http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjY2Njc=. Acesso em: 16 abr. 2023.

GUNI. **Approaches to SDG 17 Partnerships for the Sustainable Development Goals (SDGs)**. Barcelona: Global University Network for Innovation, 2018.

GUTMANN, M.; GORMAN, D. **Before the U.N. Sustainable Development Goals: a Historical Companion**. Oxford: Oxford University Press, 2022.

HICKS, D. *et al.* Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. **Nature**, v. 520, n. 7548, p. 429-431, 2015

HUMPHREYS, D. *et al.* SDG 17: Partnerships for the Goals – Focus on Forest Finance and Partnerships. *In*: KATILA, C. *et al.* **Sustainable Development Goals: Their Impacts on Forests and People**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 541-576.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2021**. Brasília: Ministério da Educação. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 20 jun 2022

ILO. **ILO Monitor on the world of work**. [S.L]: ILO, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/briefingnote/wcms_845642.pdf. Acesso em: 6 set. 2022.

IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press. Cambridge, UK and New York, NY, USA. 2022. Disponível em https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_TechnicalSummary.pdf . Acesso em 01 dez. 2022

IPEA. **Agenda 2030. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Ministério da Economia. Governo Federal. 2019b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 21 jul. de 2022.

IPEA. **Cadernos ODS**. Brasília, 2019a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34776>. Acesso em: 06 jun. 2021.

IPEA. ODS 1 – Acabar com a Pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019c. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_1.pdf . Acesso em: 6 jun. 2022.

IPEA. ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019d. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190902_cadernos_ODS_objetivo_2.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

IPEA. ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019e. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190829_cadernos_ODS_objetivo_3.pdf . Acesso em: 30 jun. 2022.

IPEA. ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019f. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190711_cadernos_ODS_objetivo_4.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.

IPEA. ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019g. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190905_cadernos_ODS_objetivo_5.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

IPEA. ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019h. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_6.pdf . Acesso em: 21 jun. 2022.

IPEA. ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019i. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190502_cadernos_ODS_objetivo_7.pdf . Acesso em: 02 jun. 2022.

IPEA. ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019j. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190920_cadernos_ODS_objetivo_8.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

IPEA. ODS 9 - Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019k. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_9.pdf. Acesso em: 09 jun. 2022.

IPEA. ODS 10 - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019l. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_10.pdf. Acesso em: 09 jun. 2022.

IPEA. ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal, 2019m. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190612_cadernos_ODS_objetivo_11.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

IPEA. ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da Economia - Governo Federal,

2019n. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190612_cadernos_ODS_objetivo_13.pdf Acesso em: 14 jul. 2022.

IPEA. ODS 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. **Cadernos ODS**. Brasília:

Ministério da Economia - Governo Federal, 2019o. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190612_cadernos_ODS_objetivo_14.pdf . Acesso em: 19 jul. 2022.

IPEA. ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o Desenvolvimento Sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições

eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. **Cadernos ODS**. Brasília:

Ministério da Economia - Governo Federal, 2019p. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/191114_cadernos_ODS_objetivo_16.pdf . Acesso em: 25 jul. 2022.

IPEA. ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. **Cadernos ODS**. Brasília: Ministério da

Economia - Governo Federal, 2019q. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/200408_Cadernos_ODS_17.pdf . Acesso em: 27 jul. 2022.

IPEA; PNUD. **Plataforma Agenda 2030 - A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2016. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acesso em: 07 ago. 2021.

JANNUZZI, P. M.; CARLO, S. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 28, n. 2, p. 6-27, jul.-dez. 2018.

JØRGENSEN, T. European University Association (EUA) – Universities as Partners for Sustainable Development. *In*: GUNl. **Approaches to SDG 17 Partnerships for the Sustainable Development Goals (SDGs)**. Barcelona: Global University Network for Innovation, 2018.

KERN, V.M. *et al.* Construção da interdisciplinaridade para a inovação. *In*: PHILIPPI Jr., A.; FERNANDES, V.; PACHECO, R.C.C. **Ensino, Pesquisa e Inovação: Desenvolvendo a Interdisciplinaridade**. Barueri: Manole, 2017, cap. 26, p. 743-767

KÖRFGEN, A. *et al.* It's a Hit! Mapping Austrian Research Contributions to the Sustainable Development Goals. **Sustainability**, v. 10, n. 9, p. 3295, 14 set. 2018.

LAZARO, L. L. B.; GREMAUD, A. P. Contribuição para o desenvolvimento sustentável dos projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo na América Latina. **Organizações & Sociedade**, v. 24, p. 53-72, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9230803>. Acesso em: 13 set. 2022.

LE BLANC, D. Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. **Sustainable Development**, v. 23, n. 3, 2015. Disponível em: https://www.un.org/esa/desa/papers/2015/wp141_2015.pdf . Acesso em: 8 maio 2022.

LEAL FILHO, W. *et al.* Trends in scientific publishing on sustainability in higher education. **Journal of Cleaner Production**, v. 296, p. 126569, 2021.

LEÓN PUPO, N. I. *et al.* Investigación en la Universidad de Holguín: compromiso con la Agenda 2030 para el desarrollo sostenible. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 19, n. 1, p. 348-378, 2019.

MCDERMOTT, C. *et al.* SDG 16: Peace, Justice and Strong Institutions – A Political Ecology Perspective. *In*: KATILA, C. *et al.* **Sustainable Development Goals: Their Impacts on Forests and People**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 510-540.

MEINSHAUSEN, M. *et al.* Realization of Paris Agreement pledges may limit warming just below 2 C. **Nature**, v. 604, n. 7905, p. 304-309, 2022.

MENANDRO, P. R. M. Linha de pesquisa: possibilidades de definição e tipos de utilização do conceito. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, p. 177-182, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552003000200011>. Acesso em: 29 set. 2022.

MENEZES, H. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/581/582/3044-1?inline=1>. Acesso em: 8 set. 2022.

MENEZES, H. Z. D.; MINILLO, X. K. Pesquisa e extensão como contribuição da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil. **Meridiano 47**, v. 18, p. 1-16, 2017.

MISTRY, A. *et al.* Mapping a university's research outputs to the UN Sustainable Development Goals. **Emerald Open Research**, v. 2, p. 61, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35241/emeraldopenres.13881.1>. Acesso em: 22 ago 2021.

MISTRY, A.; SELLERS, H. **SDG Research Publication Keywords**. University of Leicester, 2020 Disponível em: https://leicester.figshare.com/articles/dataset/SDG_Research_Publication_Keywords/12839519/1. Acesso em: 29 set. 2021.

MME; EPE. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2031**. Brasília: MME; EPE, 2022.

Mohanty, S. K.; Gaur, P. SDG-14 and Blue Economy: Challenges of Sustainable use of Oceans. **Blue Economy Forum**, Policy Brief No. 4. New Delhi: Research and Information System for Developing Countries (RIS).

MOREIRA, M. R. *et al.* O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros (as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 22-35, 2019.

MORENO-ELIZALDE, M. L.; GUTIÉRREZ-RICO, D. La Responsabilidad Social Universitaria en una Escuela de Negocios. *In*: ENFOQUES Y PERSPECTIVAS DE LA RESPONSABILIDAD SOCIAL ORGANIZACIONAL, 2018, Durango. **Enfoques y Perspectivas de la Responsabilidad Social Organizacional Proceedings**. Durango: Ecorfan, 2018, p. 56.

MUFF, K. *et al.* Management education for the world: A vision for business schools serving people and the planet. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013.

MÜLLER, J. II.6 United Nations Millennium Declaration: General Assembly Resolution 55/2, 8 September 2000. *In*: MÜLLER, J. (ed.). **Reforming the United Nations**. Leiden: Brill, 2001.

MUZIO, P. A real importância da divulgação científica para a proteção das áreas naturais. **Natureza Crítica**, 2019. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/naturezacritica/2019/08/08/a-real-importancia-da-divulgacao-cientifica-para-a-protecao-das-areas-naturais/>. Acesso em: 20 set. 2019

Nações Unidas. (1945). Carta das Nações Unidas. São Francisco, junho de 1945.

NERI, M. **Mapa da Nova Pobreza**. FGV Social. Rio de Janeiro, jun. 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza> . Acesso em: 23 set. 2022.

NUB. **As Nações Unidas no Brasil**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/about/about-the-un>. Acesso em: 19 set. 2022.

NUNES, E. B. L. L. P.; PEREIRA, I. C. A.; PINHO, M. J. A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 1, p. 165-177, 2017.

OGBUIGWE, A. SDG 17 Partnerships for the Goals: A View from Inside Africa's Higher Education Institutions. *In*: GUNI. **Approaches to SDG 17 Partnerships for the Sustainable Development Goals (SDGs)**. Barcelona: Global University Network for Innovation, 2018, p. 28-35.

ONU. **10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns (10YFP)**. 2022. Disponível em <https://www.unep.org/explore-topics/resource-efficiency/what-we-do/one-planet-network/10yfp-10-year-framework-programmes>. Acesso em 05 ago. 2021

ONU. **Global Sustainable Development Report 2019: The Future is Now - Science for Achieving Sustainable Development**. New York: United Nations, 2019. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/24797GSDR_report_2019.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

ONU. **New Urban Agenda**: Habitat III (Quito - Equador). Nairobi: ONU, 2017.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 27 set. 2021.

ONU. **Secretary-General's Policy Brief**. Investing in Jobs and Social Protection for Poverty Eradication and a Sustainable Recovery. 28 Sept. 2021. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2021-09/SG-Policy-Brief-on-Jobs-and-Social-Protection-Sept%202021.pdf>. Acesso em: 8 set. 2022.

ONU. **The Technology and Innovation Report 2021**. Catching technological waves Innovation with equity. 2021. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/tir2020_en.pdf. Acesso em 20 out. 2022

ONU. **The 10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production**. The multilateral cooperation framework for Sustainable Consumption and Production. [S.I.]: 2022. Disponível em: <https://www.oneplanetnetwork.org/SDG-12/sustainable-consumption-and-production> . Acesso em: 12 set. 2022

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> . Acesso em: 27 set. 2021.

ORSIES. **Livro verde sobre responsabilidade social e instituições de ensino superior**. Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior, 2018.

OSELIERI RAEDER, S. T.; MIRANDA MENEZES, P. A relação entre interdisciplinaridade e a implementação da Agenda 2030. **Parcerias Estratégicas**, v. 24, n. 49, 2019, p. 9-28. Disponível em: https://www.redeodsbrasil.org/_files/ugd/d8839e_6abae11de915435f846e64bbb0c4f4fb.pdf?index=true . Acesso em: 25 ago. 2022

PARLAMERICAS; PNUD. **O Papel do Parlamento na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: Uma versão adaptada para as Américas e o Caribe. [S.l.]: Out. 2019. Disponível em: https://www.parlamericas.org/uploads/documents/POR_Publication_SDGs.pdf . Acesso em: 16 set. 2022.

PAULINO PEIXOTO FILHO, J. **Pós-Graduação Lato Sensu como formação continuada**: um estudo da experiência de curso na UFPE. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4618/1/arquivo5687_1.pdf. Acesso em: 29 set. 2022

PAVAN LOPES, L. As negociações sobre financiamento para o desenvolvimento nas nações unidas: histórico, interesses e perspectivas para a atuação brasileira. *Revista Tempo do Mundo*, n. 29, p. 29-56, 14 dez. 2022.

PEREIRA, F. ODS 9: Indústrias e infraestruturas inclusivas e sustentáveis para uma economia mais resiliente e justa. **A Economia B**, Curitiba, 18 mar. 2022. Disponível em <https://www.aeconomiab.com/progresso-ods-9/>. Acesso em: 09 set. 2022.

PERU. Congreso de La República. Ley N° 30.220/2014. Ley Universitaria. Establece la creación, funcionamiento, supervisión y cierre de las universidades. Promueve el mejoramiento continuo de la calidad educativa de las mismas como entes fundamentales del desarrollo nacional, la investigación y la cultura [...]. Lima: Diario Oficial El Peruano, v. 31, n. 12914, 9 jul. 2014.

PESSINA, M. E. H. et al.. Cooperação internacional para o desenvolvimento e financiamento externo para o Brasil: uma macroanálise do período entre 2000 e 2020. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 2, p. 248–274, mar. 2022. PESSINA, M. E. H. . O não governamental na cooperação internacional para o desenvolvimento após 1990: Entre as circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão. 1. ed. salvador: **EDUFBA**, 2017. v. 1. 286p .

PIELKE, R. In Retrospect: Science - The Endless Frontier. **Nature**, v. 466, p. 922–923, 18 ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/466922a> . Acesso em: 28 set. 2021.

PNUD. **2021 Global Multidimensional Poverty Index (MPI)**: Unmasking disparities by ethnicity, caste and gender. New York: PNUD, 07 Oct. 2022. Disponível em:

<https://hdr.undp.org/content/2021-global-multidimensional-poverty-index-mpi>. Acesso em: 16 abr. 2023.

PNUD. **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável.**

Brasília: PNUD, 2015. Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/acompanhando-a-agenda2030.html>. Acesso em: 28 set. 2021.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022: Tempos incertos, vidas instáveis - Construir o futuro em um mundo em transformação.** New York:

PNUD, 08 Sep. 2022. Disponível em:

https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22overviewptpdf.pdf?_gl=1*1rjem6b*_ga*MTcxMzlyNjQ4LjE2ODE2NTQyMTQ.*_ga_3W7LPK0WP1*MTY4MTY1NDUwNy4xLjEuMTY4MTY1NDUyMy40NC4wLjA.

Acesso em: 16 abr. 2023.

POGGE, T; SENGUPTA, M. The Sustainable Development Goals as Drafted: nice idea, poor execution. **Washington International Law Journal**, v. 24, n. 3, p. 1-17,

2015. Disponível em: <https://digital.law.washington.edu/dspace>

law/bitstream/handle/1773.1/1498/24WILJ0571a.pdf?sequence=4&isAllowed=y.

Acesso em: 16 abr. 2023.

Pogge, Thomas W. & Sengupta, M., Assessing the sustainable development goals from a human rights perspective. Disponível em:

http://clock.uclan.ac.uk/15557/7/Pogge_1.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022

PRADHAN, P.; *et. al.* A Systematic Study of Sustainable Development Goal (SDG) Interactions. **Earth's Future**, Washington, v. 5, p. 1169-1179, 2017.

REIS, A. R. **Gestão da responsabilidade social: estudo em universidade da região metropolitana de Salvador.** 2007. Dissertação (Mestrado Profissional Multidisciplinar em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2007.

RIBEIRO, N. C.; BERNARDES, E. J.; AMARAL, F. V. Importância dos repositórios institucionais para a divulgação institucional e a democratização do acesso aos resultados de pesquisas científicas: uma percepção internacional dos atores envolvidos em seu gerenciamento. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais SBU**. Manaus: Repositório FEBAB, 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/collections/show/31>. Acesso em: 5 dez. 2022.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan. 2019. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00096725201900010011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 set. 2021.

ROMILDO, J. “Ciência é essencial para acabar com a pobreza extrema, diz secretário geral da ONU”. **Agência Brasil**, Brasília, 20 set. 2016. Política. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-09/ciencia-e-essencial->

para-acabar-com-pobreza-extrema-diz-secretario-geral-da . Acesso em: 20 jun. 2021.

SANABRIA-SUÁREZ, A. C. *et al.* Evaluación de las capacidades académicas de las instituciones de educación superior frente a los Objetivos de Desarrollo Sostenible: una propuesta metodológica. *Desarrollo y Sociedad*, Bogotá, n. 86, p. 133-190, dez. 2020. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-35842020000300133&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2023.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra**. Coimbra: Almedina, 2008. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021

SAYER, J. *et al.* SDG 15 Life on land—the central role of forests in sustainable development. *In: KATILA, P. et al. Sustainable Development Goals: Their Impacts on Forest and People*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 482-509.

SDSN AUSTRALIA/PACIFIC. **Getting started with the SDGs in universities: A guide for universities, higher education institutions, and the academic sector**. Melbourne: SDSN, 2017.

SDSN. **Accelerating Education for the SDGs in Universities: A guide for universities, colleges, and tertiary and higher education institutions**. New York: SDSN, 2020

SERAFIM, M. P.; LEITE, J. P. A. O papel das Universidades no alcance dos ODS no cenário do "pós"-pandemia. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 26, n. 2, p. 343-346, jul. 2021.

SERAFINI, P. G. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável nas instituições de ensino superior: iniciativas e barreiras no processo de implementação**. 2022. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SERAFINI, P. G.; MOURA, J. M.; REZENDE, J. F. D. Observing sustainable development goals in Brazilian federal universities. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT*, 8, 2020, New York. **ICSD**. [S.l.]: ICSD, 2021. Disponível em: <https://ic-sd.org/wp-content/uploads/2020/11/Paula-Gonc%CC%A7alves-Serafini.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SILVA, A. C. E. P., *et al.* ODS mapeados: uma ferramenta computacional voltada à gestão acadêmica e científica para apoio e alinhamento da Agenda 2030. *In: Sustentare; Wipis*, 3; 6, 2021. **Anais do Terceiro Sustentare e Sexto Wipis**. São Carlos: PUC-Campinas, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/III_SUSTENTARE_VI_WIPIS/430788-ODS-MAPEADOS--UMA-FERRAMENTA-COMPUTACIONAL-VOLTADA-A-GESTAO-ACADEMICA-E-CIENTIFICA-PARA-APOIO-E-ALINHAMENTO-DA-AG. Acesso em: 22 set. 2022.

SILVA, E. *et al.* Análise retrospectiva das atividades relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Espírito Santo. *In: DIAS, L. (ed.). Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em*

Universidades Brasileiras: Experiências e Desafios. Bauru: Gradus Editora, 2021, p. 117–136.

SMANIOTTO, C. *et al.* Sustainable development goals and 2030 agenda: Awareness, knowledge and attitudes in nine Italian universities, 2019. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 23, 2020, p. 1–18.

STEIL, C. A.; TONIOL, R. Além dos humanos: reflexões sobre o processo de incorporação dos direitos ambientais como direitos humanos nas conferências das Nações Unidas. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 283-309, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000200011>. Acesso em: 3 set. 2021.

SZKLO, A. *et al.* **Simulador de Políticas Setoriais e Emissões: métodos, dados e resultados para o Brasil em 2050.** Nota Técnica. São Paulo: WRI Brasil, 2021, p. 1-36. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/wribrasil-nota-tecnica-eps-brasil-pt.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

UFBA. Portaria 024/2010. Define Política do Repositório Institucional da UFBA. **Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, jan. 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/files/politica_institucional.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

UNESCO. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação**, rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por. Acesso em: 16 abr. 2023.

UNESCO. **Educação para o desenvolvimento sustentável na escola: ODS 4, educação de qualidade.** Brasília: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375079>. Acesso em: 31 ago. 2022. UN – UNITED NATIONS; IATF – INTER-AGENCY TASK FORCE ON FINANCING FOR DEVELOPMENT. Addis Ababa Action Agenda: monitoring commitments and actions. New York: UN, 2016. (Inaugural Report). Disponível em: <https://developmentfinance.un.org/report>.

UN-HABITAT. **SDG 11 Synthesis Report 2018: Tracking progress towards Inclusive, Safe, Resilient and Sustainable Cities and Human Settlements.** Nairobi: United Nations, 2018.

UNITED NATIONS. **The United Nations World Water Development Report 2022: Groundwater: Making the invisible visible.** Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380721>. Acesso em: 16 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Comitê Gestor dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** Uberlândia: UFU, ago. 2022. Disponível em: <https://ufu.br/cgods#tab-0-1>. Acesso em: 26 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Portaria SEI REITO Nº 371. **Sistema Eletrônico de Informações – UFU.** Uberlândia, 9 nov. 2017. Disponível em: https://ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/portaria_sei_reito_no_371_de_09_de_novembro_de_2017.pdf.

UN-WATER. **Sustainable development goal 6 Synthesis report 2018 on water and sanitation.** New York: United Nations Publications, 2018.

VALLAEYS, F. Las diez falacias de la Responsabilidad Social Universitaria. **Revista digital de investigación en docencia universitaria**, v. 12, n. 1, p. 34-58, 2018.

VALLAEYS, F. **Responsabilidade Social Universitária: El modelo URSULA**. Estratégias ferramentas, Indicadores. União de Responsabilidade Social Universitária Latinoamericana. [S.l.]: URSULA, 2019.

VIOLA, E; FRANCHINI, M; RIBEIRO, T. L. **Sistema internacional de hegemonia conservadora: governança global e democracia na era da crise climática**. São Paulo: Annablume, 2013

VOIGT, Christina. The compliance and implementation mechanism of the Paris Agreement. **Review of European, Comparative & International Environmental Law**, v. 25, n. 2, p. 161-173, 2016.

WANG, W.; KANG, W.; MU, J. Mapping research to the Sustainable Development Goals (SDGs). 2023. No prelo. Disponível em: <https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-2544385/v2>. Acesso em: 28 set. 2021.

WHO (2022). **World health statistics 2022: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals**. Geneva: World Health Organization, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/publications/world-health-statistics>. Acesso em: 30 ago. 2022.

WOOD JR, T. *et al.* Impacto social: Estudo sobre programas brasileiros selecionados de pós-graduação em administração de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, p. 21-40, 2016

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2020**. Cologny/Geneva: World Economic Forum, 2019. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

ZANCHETTA, Maria Inês. Radar Rio + 20. **Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo. 2011

Sites de programas acadêmicos consultados

CPGG – UFBA. **Doutorado e mestrado em geofísica / Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA, 27 out. 2009. Disponível em: <http://www.cpgg.ufba.br/pgeof/pesquisa-f.html>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ESCOLA DE NUTRIÇÃO – UFBA. **Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://pgnut.ufba.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA. **Mestrado em engenharia civil – PPEC**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <http://www.eng.ufba.br/mestrado-em-engenharia-civil-ppec>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA. **Geotecnia**. Salvador: UFBA, 2022. Disponível em: <https://ppec.ufba.br/p/linhadepesquisa/22>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA. **Institucional / Objetivos**. Salvador: UFBA, [2022a]. Disponível em: <https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/objetivos>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA. **Processos urbanos**

contemporâneos. Salvador: UFBA, [2022b]. Disponível em:

<https://www.ppgau.ufba.br/processos-urbanos-contemporaneos>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FACULDADE DE DIREITO – UFBA. **Linhas e grupos de pesquisa**. Salvador:

UFBA, [2022]. Disponível em: <https://ppgd.ufba.br/pt-br/linhas-e-grupos-de-pesquisa>.

Acesso em: 25 jul. 2022.

FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA. **Programa de Pós-Graduação em Saúde,**

ambiente e trabalho / Linha de pesquisa. Salvador: UFBA, [2022a]. Disponível

em: <https://sat.ufba.br/pt-br/linha-de-pesquisa-0>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA. **Programa de Pós-Graduação em Saúde,**

ambiente e trabalho / Objetivos. Salvador: UFBA, [2022b]. Disponível em:

<https://sat.ufba.br/pt-br/objetivos-0>. Acesso em: 6 jul. 2022.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE. **RENORBIO / Áreas de concentração**.

Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em:

https://sigaa.ufba.br/sigaa/public/programa/areas.jsf?lc=pt_BR&id=2022. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – UFBA. **Sobre o programa / Áreas de**

concentração. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://pggeologia.ufba.br/pt-br/areas-de-concentracao>.

Acesso em: 21 jun. 2022.

INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA - UFBA. **Conheça o ISC/UFBA**. Salvador:

UFBA, [2022a]. Disponível em: [http://www.isc.ufba.br/conheca-o-](http://www.isc.ufba.br/conheca-o-iscufba/#1501448437308-d5fb30e2-687a)

[iscufba/#1501448437308-d5fb30e2-687a](http://www.isc.ufba.br/conheca-o-iscufba/#1501448437308-d5fb30e2-687a). Acesso em: 26 abr. 2023.

INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA – UFBA. **Conheça o PPGSC**. Salvador: UFBA,

[2022b]. Disponível em: [http://www.isc.ufba.br/programa-pos-graduacao/conheca-o-](http://www.isc.ufba.br/programa-pos-graduacao/conheca-o-ppgsc/#1501439398426-02c5cb1e-7326)

[ppgsc/#1501439398426-02c5cb1e-7326](http://www.isc.ufba.br/programa-pos-graduacao/conheca-o-ppgsc/#1501439398426-02c5cb1e-7326). Acesso em: 13 jun. 2022.

MAASA – UFBA. **Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em:

<http://www.maasa.eng.ufba.br/pt-br/linhas-de-pesquisa-0>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – UFBA. **Apresentação**. Salvador:

UFBA, [2022]. Disponível em: <https://www.mpe.faced.ufba.br/>. Acesso em: 4 jul.

2022.

NPGA/EAUFBA. **Linhas de Pesquisa**. Salvador: UFBA, 2022. Disponível em:

<https://npga.ufba.br/pesquisa/linhas/#1591200809369-33ac96cd-eb9820f9-05f9>.

Acesso em: 10 jun. 2022.

PPGNEIM – UFBA. **Sobre o programa / Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA,

[2022a]. Disponível em: <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>.

Acesso em: 13 jun. 2022.

PPGNEIM – UFBA. **Sobre o programa / Objetivos**. Salvador: UFBA, [2022b].

Disponível em: <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/objetivos>. Acesso em: 13 jun.

2022.

PROFÁGUA – UFBA. **Pesquisa / Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA, [2022].

Disponível em: <https://profagua.ufba.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 22 jun.

2022.

PROFMAT – SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA. **Apresentação**. Salvador: UFBA, [2021]. Disponível em: <https://profmatt-sbm.org.br/apresentacao/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

PROGESP – UFBA. **Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <http://www.progesp.ufba.br/linha-de-pesquisa>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA – UFBA. **Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://ecologia.ufba.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. **Pesquisa / Área de concentração**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://ppgeconomia.ufba.br/pt-br/area-de-concentracao>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. **Linha de pesquisa / Ementa: Currículo e (In)Formação**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://ppgedu.faced.ufba.br/pt-br/linha-de-pesquisa-0>. Acesso em: 1 jul. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E SAÚDE. **Sobre o programa / Linhas e grupos de pesquisa**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://pngenf.ufba.br/pt-br/linhas-e-grupos-de-pesquisa>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA INDUSTRIAL – UFBA. **Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://pei.ufba.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUÍMICA – UFBA. **Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://ppeq.ufba.br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 2 jun. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. **Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://posgeo.ufba.br/linhas-de-pesquisa-0>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOQUÍMICA: PETRÓLEO E MEIO-AMBIENTE – UFBA. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://pospetro.ufba.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 12 set. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA. **Pesquisa / Linhas de pesquisa**. Salvador: UFBA, [2022]. Disponível em: <https://ppgq.ufba.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 2 jun. 2022.

Apêndices

APÊNDICE A – Tabela de palavras chave para o ODS 1 – Erradicação Da pobreza

ODS 1			
Erradicação da Pobreza			
OBJETIVO			
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares			
POBREZA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
1.1 até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia (Brasil) – Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 3,20 <i>per capita por dia</i>	Pobreza extrema, linha de pobreza, miséria, pobres, população pobre, erradicação da pobreza, Combate a pobreza, pobreza urbana	Negros e pardos, negros e pardos norte e nordeste, Benefício de prestação continuada, Desigualdade de renda, Classe Social	Conforme Caderno ODS do IPEA, entram no conceito de população vulnerável: pretos e pardos moradores das regiões Norte e Nordeste pois esses representam 56% dos 27,5 milhões de pobres no Brasil. (p. 11). O BPC - Benefício de prestação continuada está citado como programa social que utiliza a linha de pobreza como referência legal para suas ações. (p.09). A extrema desigualdade de renda do Brasil está citada como principal fator de incidência da pobreza e da existência de classes sociais tão divergentes. (p.08)
1.2 até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais (Brasil) – Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais *			

* Embora tenha sido acrescentado o termo pobreza “monetária e não monetária” o Brasil não possui ainda uma definição nacional de cunho oficial para linhas de pobreza monetária e/ou não monetária (p 11)

VULNERABILIDADE E ACESSO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
1.4 até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis , tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças (Brasil) – Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços básicos, novas tecnologias <i>para produção</i> , tecnologias de informação e <i>comunicação</i> , serviços financeiros e <i>segurança no acesso à terra</i> e recursos naturais.	Vulnerabilidade Social, Direitos iguais, População Vulnerável, Vulnerabilidade socioambiental, Resiliência dos pobres, População de rua, Riscos urbanos, assentamentos urbanos, saneamento básico, vulnerabilidade climática, desastres econômicos, desastres sociais, desastres ambientais, eventos extremos	direito de propriedade, recursos produtivos, acesso aos recursos produtivos, VULNERÁVEIS, SERVIÇOS BÁSICOS, POSSE, DIREITO DE POSSE, CONTROLE DA TERRA, RESILIÊNCIA SOCIAL	Para estabelecer vulnerabilidade o Caderno 1 traz os critérios da proporção da população vivendo em domicílios com acesso a serviços básicos * e a proporção de adultos com direitos de propriedade garantidos por lei.(p 15). Define também que no geral a meta 1.4 trata da democratização do acesso a recursos produtivos (p.15)
1.5 até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade , e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais (Brasil) - Mantida			

* Um dos indicadores previstos é o "acesso aos serviços básicos", entretanto, falta a definição dos serviços que devem ser considerados “básicos”

APÊNDICE A.1 – Continuação da Tabela de palavras chave para o ODS 1 – Erradicação Da pobreza

MOBILIZAÇÃO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
1.3 implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis (Brasil) - Mantida	Proteção Social	Programas Sociais, Políticas Sociais, políticas de desenvolvimento, REGIMES DE PROTEÇÃO SOCIAL	Conforme o IPEA, a meta 1.3 visa a universalização do acesso ao sistema de proteção social e a adequação nacional visou compatibilizar o enunciado global e com o arcabouço institucional brasileiro (p.13) (por isso a utilização dos termos (Programas Sociais, Políticas Sociais, políticas de desenvolvimento)
1.a garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento , de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões (Brasil) – <i>Garantir recursos para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza extrema e combater pobreza, conforme perseguido nas metas 1.1 e 1.2.</i>	Cooperação para o desenvolvimento, Cooperação Internacional, investimentos Sociais, Políticas públicas contra pobreza, Leis de combate a pobreza, Políticas públicas de habitação, Fundo de Combate a Pobreza, microcrédito	Bolsa Família, Cadastro único, MARCOS POLÍTICOS, GASTOS SOCIAIS	O programa Bolsa Família é trazido como a iniciativa mais reconhecida e expressiva de programa de assistência social e transferência de renda para o combate a pobreza no Brasil. (Pgl 5 e pg 18). O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é o principal instrumento para identificar e caracterizar famílias de baixa renda.(p. 18)
1.b criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza (Brasil) <i>Fortalecer marcos políticos e institucionais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza.</i>		MICROFINANÇAS	
1.4 até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças		Acesso popular ao crédito, Banco Comunitário, Bancos Comunitários de Desenvolvimento	A meta fala em acesso popular a serviços financeiros. O IPEA traz a figura dos Bancos Comunitários cujo objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda através do fomento.*

* Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4059>

APÊNDICE B –Tabela de palavras chave para o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

ODS 2			
Fome zero e Agricultura Sustentável			
OBJETIVO			
Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável			
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>2.3 até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola</p> <p>(Brasil) Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: i) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; ii) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; iii) a linhas de crédito específicas; iv) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; v) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e vi) a oportunidades de agregação de valor e emprego não agrícola.</p>	<p>Agricultura Sustentável/Produção orgânica/ Educação Agrícola/ cooperativas agrícolas/cooperativismo/ Agricultura familiar / produtividade agrícola/pequenos produtores/ pescadores/ sistemas de produção /infraestrutura rural/ serviços agrícolas / produção agrícola / assistência técnica e extensão rural - ATER /</p>	<p>PNAE / Crédito Rural / PRONAF / Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) / Agricultura indígena / Agricultura quilombola / Programa fome zero</p>	<p>Uma das políticas adotadas pelo Brasil é o PNAE que determina o mínimo de 30% dos recursos federais recebidos pelos municípios para aquisição de alimentos nas escolas sejam destinados à compra dos produtos da agricultura familiar. (P. 13).</p> <p>Uma das principais políticas destinadas ao setor agrícola é o crédito rural. Para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (P. 16) Outra política de compra pública da produção familiar descrita é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). (p.18) e o Programa Fome Zero (p.18). Por "povos tradicionais" no Brasil o IPEA entende as comunidades indígenas e quilombolas (p. 21)</p>
<p>2.4 até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas robustas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo</p> <p>Meta 2.4 (Brasil) Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar</p>	<p>pesquisa agrícola/ Sistemas de produção/ Sistemas sustentáveis/ práticas agrícolas/ Práticas agrícolas resilientes/Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/ Práticas agrícolas resilientes / agricultura resiliente / produtividade agrícola</p>	<p>AGROECOLOGIA</p>	
COMBATE A FOME E DESNUTRIÇÃO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>2.2 até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas</p> <p>(Brasil) – Até 2030, erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.</p>	<p>Nutrição, Desnutrição, Desnutrição infantil, Desnutrição neonatal, Necessidades nutricionais, nutrição infantil, nutrição gestante, nutrição idosos, nutrição feminina, atrasos no crescimento nas crianças, obesidade adulta, combate a obesidade</p>	<p>nutrição indígena, consumo de refrigerante, consumo de frutas, consumo de hortaliças, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), alimentação escolar, alimentação nas escolas, carência alimentar, alimentação inadequada, má nutrição,</p>	<p>O IPEA incorporou ao texto original algumas alterações: foram acrescentados os povos e as comunidades tradicionais, que configuram um grupo social com recentes problemas relacionados à insegurança alimentar, sem prejuízo do caráter universal da meta, destacando o comprometimento do Brasil com três objetivos: deter o crescimento da obesidade na população adulta; ii) reduzir o consumo regular de refrigerante e suco artificial; e iii) ampliar o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente (P.10). Em relação ao combate a desnutrição infantil, o IPEA cita o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma política pública que visa garantir o acesso das crianças à alimentação nas escolas (p13). Em relação a má nutrição o IPEA diz que este conceito abrange, além da desnutrição e da carência alimentar, a questão da alimentação inadequada (p.31)</p>
<p>2.1 até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano</p> <p>(Brasil) – Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.</p>	<p>alimentação infantil, Necessidades nutricionais, nutrição infantil, obesidade infantil, sobrepeso infantil,</p>	<p>atrasos no crescimento nas crianças, atraso de crescimento infantil, excesso de peso infantil, alimentação adequada, alimentação saudável</p>	<p>O caderno 2 traz como indicadores de má nutrição os índices prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade e prevalência de má-nutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de má-nutrição (baixo peso e excesso de peso). p. 06. No processo de adaptação da meta global à realidade brasileira O Ipea inseriu os termos "alimento adequado" e "alimento saudável" (p.07)</p>
<p>2.1 até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano</p> <p>(Brasil) – Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.</p>	<p>Fome, Combate a fome, erradicação da fome, fome zero</p>	<p>Mapa da fome, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO),</p>	<p>Ipea traz como parametro de atingimento da meta os indicadores da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) que indicam países que estão no Mapa da Fome (p.08)</p>
<p>A alcançar a segurança alimentar</p>	<p>Segurança alimentar/ insegurança alimentar/ alimentos seguros/ segurança nutricional</p>	<p>agrotóxicos, contaminação de alimentos, contaminação alimentar</p>	<p>Na ideia de segurança alimentar, o IPEA destaca os crescentes índices de uso de agrotóxicos na produção agrícola brasileira. (p. 09)</p>

APÊNDICE B.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

RECURSOS GENÉTICOS E TECNOLOGIA AGRÍCOLA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>2.5 até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente</p> <p>Meta 2.5.1 (Brasil): Até 2020, garantir a conservação da diversidade genética de espécies nativas e domesticadas de plantas, animais e microrganismos importantes para a alimentação e agricultura, adotando estratégias de conservação <i>ex situ</i>, <i>in situ</i> e <i>on farm</i>, incluindo bancos de germoplasma, casas ou bancos comunitários de sementes e núcleos de criação e outras formas de conservação adequadamente geridos em nível local, regional e internacional.</p> <p>Meta 2.5.2 (Brasil): Até 2020, garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente, assegurando a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional</p>	<p>recursos genético/ bancos de sementes/ estudos genéticos/ diversidade genética/ diversidade animal/ biodiversidade/ Bancos de genes/ <i>ex situ</i>/ <i>in situ</i>/ <i>on farm</i>/ germoplasma/ casas de sementes/ criação de sementes/Semeadura/ núcleos de criação de sementes/conservação de sementes/ Diversidade genética de animais domésticos</p>	<p>Animais em extinção, espécies ameaçadas extinção de espécies, Agroecologia, biotecnologia agrícola, SOCIOBIODIVERSIDADE, SAF - SISTEMA AGRO FLORESTAL.</p>	<p>Um dos indicadores utilizados pelo Brasil para o atingimento dessa meta refere-se ao percentual de raças e cultivares locais classificadas como estando em risco ou ameaça de extinção. (p.24). Os termos “<i>in situ</i>, <i>ex situ</i> e <i>on farm</i>” são trazidos como modalidades de conservação de sementes apresentados pelos estudiosos da agricultura de base agroecológica (p.25). O IPEA traduz Recursos genéticos como sendo a variabilidade de espécies de plantas, animais e microrganismos integrantes da biodiversidade, de interesse socioeconômico atual e potencial para utilização em programas de melhoramento genético, biotecnologia e outras ciências afins (p.31)</p>
<p>2.a aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo</p> <p>Meta (Brasil): Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e assistência técnica e extensão rural, no desenvolvimento de tecnologias e no estoque e disponibilização de recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos, incluindo variedades crioulas e parentes silvestres, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, priorizando povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, pequenos e médios produtores, adaptando novas tecnologias aos sistemas de produção tradicional e considerando as diferenças regionais e socioculturais.</p>	<p>pesquisa técnica e extensão rural, infraestrutura rural, tecnologia rural, estímulo a produção agrícola/ aumento da produção agrícola/ desenvolvimento da produção agrícola / capacidade de produção agrícola</p>	<p>INOVAÇÃO AGRÍCOLA,</p>	

COMÉRCIO DE ALIMENTOS			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>2.b corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha</p> <p>Meta 2.B (Brasil): Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha e atendendo, em nível nacional, ao princípio da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.</p> <p>2.c adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos</p> <p>Meta 2.C (Brasil): Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados, facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, promover o fortalecimento de políticas públicas de estoque e abastecimento, incluindo investimento em logística e distribuição, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos e garantir, em nível nacional, a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.</p>	<p>proteccionismo/ commodities/ acesso ao alimento/ soberania alimentar/ políticas públicas de estoque e abastecimento/ logística de alimentos / distribuição de alimentos/ Abastecimento</p>	<p>subsídios/ exportações agrícolas/ setor agroexportador/ Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)/ barreiras comerciais</p> <p>COMÉRCIO DE ALIMENTOS,</p>	<p>Conforme o IPEA, alguns indicadores previstos para essa meta são os subsídios às exportações agrícolas (p.27) e variação dos preços de alimentos. Com intuito de regular oscilações extremas dos preços agropecuários, foi instituído o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), (p.28). A Rodada de Desenvolvimento de Doha diz respeito a negociações conduzidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que visam diminuir as barreiras comerciais (p.28)</p>

APÊNDICE C – Tabela de palavras chave para o ODS 3 – Saúde e Bem estar

ODS 3			
SAÚDE E BEM ESTAR			
OBJETIVO			
ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODA SE TODOS, EM TODAS AS IDADES			
MORTALIDADE			
Metas 3.1 / 3.2 / 3.4 / 3.6 e 3.9			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 3.1 (ONU) – Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de setenta mortes por 100 mil nascidos vivos. Meta 3.1 (Brasil) – Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no <i>máximo 30 mortes</i> por 100 mil nascidos vivos.	Mortalidade materna	Mortalidade na gravidez / Mortalidade no parto / Mortalidade no puerpério / Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento / pre-natal / Assistência pré natal / Saúde da gestante	Conforme Caderno IPEA, a mortalidade materna envolve a mortalidade de mulheres durante a gravidez, o parto e o puerpério (p.08) . A falta de um bom atendimento pre-natal é a principal causa para essa mortalidade, e para combater esta ausência o governo criou o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (p.09)
Meta 3.2 (ONU) – Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos , com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos doze por 1 mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 mil nascidos vivos. Meta 3.2 (Brasil) – Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo <i>cinco</i> por 1 mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no <i>máximo oito</i> por 1 mil nascidos vivos.	Mortalidade de recém nascidos / Mortalidade neonatal	Mortalidade Infantil/ Mortalidade na infância / saúde materna / saúde neonatal/ saúde do recém nascido /Programa Rede Cegonha	A mortalidade na infância engloba a faixa etária de 0 a 5 anos. A mortalidade infantil é considerada aquela ate 1 ano e a neo natal ate 28 dias de vida. (p.10). Conforme o caderno, mais de 60% dos óbitos seriam evitáveis com a melhoria da atenção à saúde materna e do recém-nascido . (p.10) . O Programa Rede cegonha visa organizar a atenção à saúde materno-infantil por meio da atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério. (p. 26)
3.4 (ONU) – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento , e promover a saúde mental e o bem-estar. 3.4 (Brasil) – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.	mortalidade por doenças não transmissíveis	DCNTs / doenças cardiovasculares / câncer / doenças respiratórias crônicas / diabetes	Conforme o caderno 3 do IPEA, as s doenças crônicas não transmissíveis DCNTs são responsáveis por mais de 70% dos óbitos globais, as principais DCNTs são: as doenças cardiovasculares, câncer, doenças respiratórias crônicas e diabetes (p.15)
Meta 3.6 (ONU) – Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas. 3.6 (Brasil) – Até 2030, reduzir pela metade as mortes e as lesões por acidentes no trânsito.	mortalidade no transito / mortes nas estradas / acidentes de transito	segurança no transito / Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS)	O aumento da segurança no trânsito é o principal fator redutor de mortalidade dessa natureza (p.17). O PNATRANS busca a redução do número de mortes pela metade nos próximos dez anos. (p.27)
Meta 3.9 (ONU) – Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água e do solo. 3.9 (Brasil) – Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água e do solo	produtos químico perigosos / contaminação do ar / poluição do ar / contaminação do solo / poluição do solo / contaminação da água/ poluição da água	água poluída / saneamento básico inadequado / higiene / poluição de ambiente doméstico / combustíveis sólidos / poluição veicular / poluição urbana / poluição industrial / poluição geradoras de energia / produtos químicos tóxicos / pesticidas	De acordo com o IPEA, Fatores ambientais são a causa principal de uma elevada carga de doenças. Eles incluem: água poluída, saneamento e higiene inadequados, poluição do ambiente doméstico por combustíveis sólidos, poluição urbana gerada por veículos, indústrias e produção de energia , intoxicação aguda por exposição excessiva e uso inapropriado de produtos químicos tóxicos e pesticidas em ambientes de trabalho e domésticos (p.20)
EPIDEMIAS e DOENÇAS			
Meta 3.3			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 3.3 (ONU) – Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis . Meta 3.3 (Brasil) – Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais , doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo Aedes aegypti e outras doenças transmissíveis	AIDS / HIV / tuberculose / malária / doenças tropicais / hepatite / hepatite viral / doenças transmitidas pela água / doenças transmissíveis / aedes aegypti	mosquito anofelino / Plasmodium vivax / P. falciparum / P. malariae / dengue / DENV1 / DENV2 / DENV3 / DENV4 / chikungunya / zika / AMEBÍASE / CÔLERA / DOENÇAS DIARRÉICAS AGUDAS / ESQUISTOSSOMOSE / FILARIOSE / FEBRE TIFÓIDE / GIARDÍASE / LEPTOSPIROSE / doenças de veiculação hídrica	A malária transmitida pela picada da fêmea do mosquito anofelino (p.13). No Brasil, as três principais espécies de protozoários causadores da malária em seres humanos são o Plasmodium vivax, P. falciparum e P. malariae (p.13) . O Aedes aegypti é o vetor para a dengue (que no Brasil é transmitida de forma pandêmica através quatro sorotipos virais: DENV1, DENV2, DENV3 e DENV4) e da chikungunya e zika (p.14) A meta fala em "doenças transmitidas pela água, conforme glossário do ministério da saúde * as principais doenças de veiculação hídrica no Brasil são: AMEBÍASE, CÔLERA, DOENÇAS DIARRÉICAS AGUDAS, ESQUISTOSSOMOSE, FILARIOSE, FEBRE TIFÓIDE, GIARDÍASE e LEPTOSPIROSE . Além da dengue e hepatite já citadas diretamente pela meta.

* Disponível em <https://www.aguabrazil.icict.fiocruz.br/index.php?pag=doe>

APÊNDICE C.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 3 – Saúde e Bem estar

SAÚDE MENTAL E DROGAS			
Meta 3.4 / 3.5 e 3a			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>3.4 (ONU) – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.</p> <p>3.4 (Brasil) – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.</p>	<p>Saúde mental / bem estar / saúde do trabalhador / suicídio / prevenção do suicídio</p>	<p>Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) / Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) / Serviços Residenciais Terapêuticos / Programa de Volta pra Casa (PVC) / transtornos mentais / qualidade de vida</p>	<p>A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) conta com componentes com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos e com o Programa de Volta pra Casa (PVC). Todos com atenção ao apoio e tratamento aos transtornos mentais e atenção à qualidade de vida. (p.27)</p>
<p>Meta 3.5 (ONU) – Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool. Meta 3.5 (Brasil) – Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.</p>	<p>abuso de substâncias / uso nocivo do álcool / drogas / entorpecentes</p>	<p>alcoolismo / VICIO</p>	<p>Alcoolismo foi utilizado como sinonimo da expressão direta: "uso nocivo do álcool"</p>
<p>Meta 3.a (ONU) – Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado. Meta 3.a (Brasil) – Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil.</p>	<p>Convenção-quadro para controle do tabaco / Controle do tabaco</p>	<p>tabagismo / tabaco / controle do tabagismo / ambiente livres de fumo / cessação de fumar / embalagens de cigarro / regulamentação (tabaco/fumo) / vigilância epidemiológica / impostos para tabaco / comercio ilegal de tabaco</p>	<p>O Brasil é internacionalmente conhecido pelo sucesso ao controle do tabagismo. As iniciativas brasileiras citadas incluem a promoção de ambientes livres de fumo, a disponibilização do tratamento para a cessação de fumar no SUS, a restrição da propaganda e a regulamentação das embalagens, a vigilância epidemiológica, a política de preços e impostos para o setor do fumo e o combate ao comércio ilegal de produtos do tabaco (p.21)</p>
SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA			
Meta 3.7			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 3.7 (ONU) – Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais. Meta 3.7 (Brasil) – Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.</p>	<p>Saúde sexual / saúde reprodutiva / planejamento familiar / educação sexual / informação sexual</p>	<p>gravidez na adolescência / métodos anticoncepcionais / métodos contraceptivos / planejamento reprodutivo / aborto / parto</p>	<p>Uma das principais consequências da falta de planejamento familiar é a gravidez na adolescência (p.18). Em relação ao planejamento reprodutivo e à informação sexual o principal instrumento citado foi o conhecimento acerca dos métodos anticoncepcionais/contraceptivos (p.18)</p>

APÊNDICE C.2 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 3 – Saúde e Bem estar

ACESSO A SAÚDE E VACINAÇÃO			
Metas 3.8 / 3.b / 3.c / 3.d			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 3.8 (ONU) – Atingir a cobertura universal de saúde , incluindo a proteção do risco financeiro , o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. Meta 3.8 (Brasil) – Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) , a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.	Saúde de qualidade / acesso a saúde / planos de saúde / vacinação / Sistema unido de saúde (SUS)	Programa Nacional de Imunizações / doenças imunopreveníveis / Estratégia Saúde da Família	O Programa Nacional de Imunizações é citado como principal responsável pelo controle de doenças imunopreveníveis . (p.25). O " Estratégia Saúde da Família " é o prgrama que visa reorientar o modelo de assistência à saúde.(P.26)
Meta 3.b (ONU) – Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis , de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos. Meta 3.b (Brasil) – Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população	Vacinas / medicamentos / acordo TRIPS / saúde pública / acesso a vacinas / acesso a medicamentos / inovações em saúde / pesquisa em saúde / apoio a pesquisa em saúde	Programa de vacinação / calendário vacinal / Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB) / Aqui tem Farmácia Popular (ATFP) / vacinação	De acordo com o IPEA, o país ainda é carente no que tange a Assistência farmacêutica básica, entretanto, se destaca no programa de vacinação e na criação de um amplo calendário vacinal (p.22) . O Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB) tem como objetivo ampliar o acesso a medicamentos disponibilizando produtos gratuitos e subsidiados. Possui a rede própria e a rede conveniada chamada Aqui tem Farmácia Popular (ATFP) (p.27)
Meta 3.c (ONU) – Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. 3.c (Brasil) – Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis	financiamento da saúde, formação em saúde / retenção do pessoal da saúde	Programa Mais Médicos	O Programa Mais Médicos busca fortalecer a atenção básica, levando médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais (p.28)
Meta 3.d (ONU) – Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde . Meta 3.d (Brasil) – Reforçar as capacidades locais para o alerta precoce, redução e gerenciamento de emergências e riscos nacionais e globais de saúde.	alerta precoce / redução de riscos de saúde / gerenciamento de riscos nacionais de saúde / riscos de saúde / gerenciamento de riscos globais de saúde / gerenciamento de emergencias	Regulamento Sanitário Internacional	Regulamento Sanitário Internacional é um acordo através do qual os países signatários são obrigados a desenvolver uma capacidade mínima de gerenciamento de riscos (p.24)

APÊNDICE D – Tabela de palavras chave para o ODS 4 – Educação de Qualidade

ODS 4
Educação de Qualidade
OBJETIVO
Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
4.5 até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade Meta 4.5 (Brasil) – Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.	Educação Inclusiva / Educação anti-racista / Educação Especial/ Inclusão escolar / Estudantes Indígenas / Educação indígena / Educação no campo/ Estudantes surdos / Diversidade das escolas/ Diversidade escolar/ Educação Equitativa / Gênero e educação / mulheres na educação / disparidade de gênero na educação/ Discriminação na educação / igualdade na educação / educação dos presos / educação carcerária / Educação rural /	Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE)/ Escola Acessível/ Transporte Escolar Acessível/ Salas de Recursos Multifuncionais/ Programa Incluir / Projeto Livro Acessível / Diretoria de Políticas de Educação do Campo Indígena e para as Relações Étnico-raciais/ Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo / Programa Educação Escolar Quilombola / territórios etnoeducacionais – TEES / EQUIDADE NA EDUCAÇÃO / INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO / educação e gênero / inclusão educacional /	O IPEA traz as figuras da - Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE) que coordena os seguintes programas: Escola Acessível, Transporte Escolar Acessível e Salas de Recursos Multifuncionais, “Programa Incluir”, “Projeto Livro Acessível - Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-raciais que coordena o Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo, o Programa Educação Escolar Quilombola e o territórios etnoeducacionais – TEES (p.18)

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
4.6 até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática Meta 4.6 (Brasil) – Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática	Alfabetização / Letramento / Alfabetização de jovens / Alfabetização de adultos / Matemática básica / Tarefas matemáticas / Matemática no ensino fundamental/ matemática no ensino básico Analfabetismo /	Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA) / Programa Brasil Alfabetizado / Medalha Paulo Freire / qualidade educacional /	Para o combate ao analfabetismo no país, o IPE cita a Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA) que desenvolve o Programa Brasil Alfabetizado , (p.16). A “ medalha paulo freire ” reconhece personalidades e instituições que se dedicam à Educação de jovens e adultos. (p.16)
4.1 até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes Meta 4.1 (Brasil) – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio , equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.	Educação de qualidade/ Ensino de qualidade/ rede pública de ensino/ educação pública / ensino gratuito /	Lei no 12.796/2003 / Universalização do ensino, universalização da educação / Prova Brasil / Programa Escola do Adolescente / Novo Ensino Médio/ Programa Novo Mais Educação / gratuidade na educação	A Lei no 12.796 , que inclui o ensino médio na escolarização obrigatória, data de 2013 (P. 09). A primeira meta do ODS 4 pressupõe a universalização do acesso ao ensino fundamental e médio (p. 09). A “ Prova Brasil ” é citada como indicador do ensino nacional que avalia alunos do ensino fundamental em língua portuguesa e matemática. (p.10). Outros programas citados que visam melhorar a qualidade do ensino nas escolas de nível fundamental e médio foram o Programa Escola do Adolescente, o Novo Ensino Médio e o Programa Novo Mais Educação
4.c até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados , inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (Brasil) – Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios , inclusive por meio de cooperação internacional.	Qualificação Docente / Práticas Docentes / Formação Docente / Formação de professores / Saberes Docentes/ Saberes dos professores / formação continuada de professores /	PROJETOS EDUCACIONAIS / APRENDIZADO AO LONGO DA VIDA	N/A
4.a construir e melhorar instalações físicas para educação , apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos (Brasil) – Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos	Ambiente de aprendizagem / instalações escolares seguras / instalações físicas na escolar / Ambiente escolar seguro / infraestrutura escolar /	FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) / internet nas escolas/ laboratórios de informática/ eletricidade / infraestrutura adaptada / abastecimento de água nas escolas / Tecnologias educacionais / informática na educação	O IPEA cita o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) como principal fonte de manutenção da infraestrutura escolar. (p.19) e como parâmetros a serem avaliados: acesso a internet / acesso a eletricidade / laboratórios de informática / infraestrutura adaptada e abastecimento de água. (p.19 e 20)

APÊNDICE D.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 4 – Educação de Qualidade

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
4.7 até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável , inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos , igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global , e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (Brasil) - Mantida	Educação para o desenvolvimento sustentável / Educação e sustentabilidade / educação para direitos humanos / Educação Ambiental / educação para cidadania	Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) / programa Com Vida	O IPEA cita o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que foi criado com o intuito de planejar, executar e avaliar políticas públicas voltadas à educação ambiental . (p 18) assim como o programa Com Vida , no qual alunos do ensino fundamental II propõem iniciativas sustentáveis e que melhorem a qualidade de vida na escola e de sua comunidade (p 19)

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
4.3 até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade	Profissionalização / Estágio Supervisionado / Educação Profissional e Técnica/ Educação Profissional e Tecnológica/ educação profissionalizante/ ensino técnico/qualificação profissional/ educação para o trabalho / Ensino Profissional /	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) / Educação e Jovens e adultos / EJA	O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) , que tem a finalidade de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, é citado como o maior responsável pelas matrículas de jovens e adultos em cursos profissionalizantes (66%) (p 15)
4.4 até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo Meta 4.4 (Brasil) – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Educação Empreendedora/ Educação e empreendedorismo	n/a	

ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
4.3 até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade. Meta 4.3 (Brasil) – Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros exemplos) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.	igualdade de acesso/ acesso a educação superior / política de assistência estudantil (acesso e instalações) / educação do campo / Evasão / Assistência Estudantil / permanência / educação quilombola / Políticas de Permanência Estudantil	Programa Universidade para Todos (Prouni) / Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) / Ações afirmativas/ políticas afirmativas / programa de ação afirmativa / cotas/ cotas universitárias/ Programas de ações afirmativas da educação/	O IPEA destaca dois programas federais, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que contribuem para o acesso e a permanência de estudantes em IES privadas (p. 13). Como parte do conjunto de incentivos lista também a "Bolsa permanência"(p. 13). As cotas e ações afirmativas também aparecem como iniciativas federais de acesso (p. 14 e p. 16)
4.b até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento. em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação TIC ; programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento (Brasil) – Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento – em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos – para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.	bolsa de estudos / tecnologia da informação e da comunicação TIC / Bolsas de pesquisa / cooperação internacional /	Intercâmbio estudantil/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) / Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) / Bolsa Permanência / estudantes estrangeiros	O intercâmbio estudantil é citado pelo IPEA como instrumento de integração e estímulo a vinda de estudantes estrangeiros para as universidades locais. (p 21). Como principais atores na concessão de bolsas e incentivos foi citada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em âmbito federal e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) , a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) em âmbitos estaduais. (p 21). Outros destaques foram dadas a a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) (p.21). O programa Bolsa permanência é citado como de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições (p 13)
4.2 até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário Meta 4.2 (Brasil) – Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância e acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental .	Acesso ao ensino/ educação pré-escolar/ educação primeira infância/ educação infantil / Escola primária / Educação de crianças	Creche/ pré-escola	Conforme o IPEA, a educação infantil no Brasil é composta por: creches (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos) (p.14)

APÊNDICE E – Tabela de palavras chave para o ODS 5 – Igualdade de Gênero

ODS 5			
IGUALDADE DE GÊNERO			
OBJETIVO			
ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS			
Igualdade de gênero			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 5.1 (ONU) – Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte. Meta 5.1 (Brasil) – Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas interseções com <i>raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade</i> , em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	Discriminação contra mulher/ Discriminação de gênero/ Identidade de gênero/ Igualdade de gênero	Licença Paternidade/ Licença Maternidade/ Creches Públicas/Direitos LGBTQI/ Pessoas Transgênero / Cirurgia de Transgenitalização / Decreto no 8.727/2016 / nome social / Processo Transsexualizador	Conforme o Ipea, o arcabouço legal do país é o principal instrumento para atingimento da igualdade. Detre os fatores citados estão a concessão de licença paternidade definida por lei e a prorrogação do prazo de licença maternidade de 120 para 180 dias (p.9) e a existência e disponibilidade de creches públicas (p.09). O documento deixa claro que o preconceito atingem não apenas mulheres, mas também pessoas transgênero e comunidade LGBTQ (p.37) . A promoção dos direitos fundamentais das pessoas transgêneros no Brasil gira em torno de dois temas fundamentais: a questão do registro do nome (nome social) e do sexo da pessoa transgênero; e os requisitos e o efetivo acesso ao processo transsexualizador e à cirurgia de transgenitalização pelo Sistema Único de
Meta 5.a (ONU) – Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais , de acordo com as leis nacionais. Meta 5.a (Brasil) – Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas .	Assistência técnica para mulheres / Capacitação para mulheres / Mulheres e propriedade / Mulheres e habitação/ Políticas de créditos para mulheres / Acesso e controle de recursos econômicos / Acesso e controle da terra	Pronaf mulher / Portaria no 981/2003 / Normativa n 38/2007	Existe uma linha específica de crédito no Pronaf para mulheres, o Pronaf Mulher . (p.24). O Incra emitiu a Portaria no 981/2003 , que determina a titulação conjunta para homens e mulheres, casados ou em união estável que também prevê que, em caso de separação, a terra ficará com a mulher, desde que tenha a guarda dos filhos. Também emitiu a Normativa no 38/2007 , que ajusta mecanismos de inscrição de candidatas no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com preferência para famílias chefiadas por mulheres.
Meta 5.b.2 Brasil – Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento , considerando as interseções com <i>raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade</i> , em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas	Mulheres na pesquisa/ Igualdade de gênero na pesquisa / Igualdade de gênero na ciência // Mulheres na ciência/ Acesso de mulheres ao conhecimento científico / Perspectiva de gênero na produção do conhecimento	Mulheres no ensino superior / Mulheres na universidade	Indicadores brasileiros do Ipea para o atingimento desta meta consideram a proporção de mulheres no ensino superior (p. 27)
Meta 5.b.3 Brasil – Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção da informação , conteúdos de comunicação e mídias, considerando as interseções com <i>raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade</i> , em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	Igualdade de gênero (acesso a informação)	Mulheres comunicação social/ Mulheres no marketing / Mulheres no jornalismo / Mulheres âncoras / Mulheres locutoras / Mulheres Radialistas / Mulheres na computação / Mulheres no design gráfico	Indicadores buscaram avaliar a proporção de mulheres na área de comunicação e informação, o que contempla sua presença na comunicação social, no jornalismo, como âncoras, locutoras, radialistas, na computação e no design gráfico (p.29)

Empoderamento			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 5.5 (ONU) – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política. Meta 5.5 (Brasil) – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública , em suas dimensões política e econômica, considerando as interseções com <i>raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade</i> , em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	Mulheres na política / Mulheres líderes / Mulheres na esfera pública	Cotas políticas para mulheres / Herança cultural sexista/ Sexismo / Divisão sexual do trabalho/ Magistério feminino/ Magistratura feminina /Mulheres no tribunal/ Mulheres na polícia / Participação feminina na polícia / Dilma Rousseff	a Lei no 9.504/1997 criou a política de cotas para mulheres e ordenou que cada partido ou coligação reservasse o mínimo de 30% das candidaturas para cada sexo (p.16). Conforme o IPEA o número de mulheres na política é ainda muito baixo pois reflete a dificuldade do país em transformar a herança cultural sexista baseada na divisão sexual do trabalho , em que à mulher compete, por excelência, a esfera doméstica. (p.17). Sobre a presença da mulher na vida pública o Ipea cita números sobre a participação feminina na polícia , na magistratura e nos tribunais superiores. (p.17). A saída da primeira presidente da república do gênero feminino, Dilma Rousseff , gerou uma diáspora e enxugamento da pauta no âmbito nacional. (p.31)
Meta 5.b (ONU) – Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres . Meta 5.b.1 (Brasil) – Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as interseções com <i>raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade</i> , em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	Empoderamento das mulheres / Empoderamento feminino / Mulheres na TI	Feminismo/ Movimentos feministas	Entendendo a importância de trazer estes termos para essa pesquisa, embora o caderno 5 não traga diretamente o termo "feminismo", o Ipea já admitiu a importância dele em se tratando da inclusão da pauta quando em 2020 afirmou que "Na Rio-92, a participação de mulheres na pressão de movimentos feministas e ONGs conseguiu incluir nos documentos oficiais do evento propostas específicas sobre as mulheres e o desenvolvimento sustentável" ¹
Meta 5.c (ONU) – Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas , em todos os níveis. Meta 5.c (Brasil) – Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas interseções com <i>raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade</i> , em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas. ⁴	Políticas públicas para mulheres	Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (Sedim)/ Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM).	Em 2001, foi instituída a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (Sedim) . Em 2003, o governo federal criou a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) . (p.31)

⁴ Neste grupo foi enfatizada o aspecto do "empoderamento" feminino, e por isso as palavras relativas à igualdade de gênero não foram grifadas, já tendo destaque no primeiro grupo.

¹ IPEA, Políticas Sociais: Acompanhamento e análise. Igualdade de gênero. v. 1, Brasília : Ipea, 2020. (p. 325)

APÊNDICE E.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 5 – Igualdade de Gênero

violência contra mulher			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 5.2 (ONU) – Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos. Meta 5.2 (Brasil) – Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios , nas suas interseções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas. Meta 5.3 (ONU) – Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas . Meta 5.3 (Brasil) – Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos e uniões precoces , forçados e de crianças e jovens , nas suas interseções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	Violência contra a mulher / Tráfico de mulheres / Exploração sexual/ Exploração infantil de meninas / Homicídio de mulheres	Lei no 11.340/2006 / Lei Maria da Penha / Lei no 13.104/2015/ Lei do Femicídio / Direito das mulheres / Femicídio	Conforme o Ipea, o país detém, no âmbito legislativo, iniciativas relevantes para o atingimento da meta, contando com leis como a Lei no 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, e a Lei no 13.104/2015, conhecida como Lei do Femicídio , sendo internacionalmente reconhecidas como dos mais avançados do mundo no que concerne à defesa dos direitos das mulheres (p.37). A taxa de femicídio é um dos fatores citados como indicador da violência contra a mulher. (p.10)
	Casamentos prematuros / Casamentos forçados/ Mutilações genitais/ Casamentos precoces / Uniões precoces / Uniões forçadas	Casamentos infantis	o Brasil tem o maior número de casamentos infantis da América Latina e o 4o mais alto do mundo. (p.37)

Trabalho feminino			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 5.4 (ONU) – Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado , por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. Meta 5.4 (Brasil) – Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado , inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas interseções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.	Donas de casa / Trabalho doméstico / Divisão sexual do trabalho	Trabalho feminino / Autonomia das mulheres / Mulheres no mercado de trabalho	A falta de valorização social ao trabalho feminino reduz a autonomia das mulheres (p.12). Em relação a divisão sexual do trabalho, um dos indicadores propostos para o Brasil é a razão da participação feminina no mercado de trabalho . (p.14)

Saúde da Mulher			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 5.6 (ONU) – Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos , como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão. Meta 5.6 (Brasil) – Promover, proteger e garantir a saúde sexual e reprodutiva, os direitos sexuais e direitos reprodutivos, em consonância com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão, considerando as interseções de gênero com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	Saúde da mulher/ Saúde feminina / Saúde sexual/ Saúde reprodutiva / Direitos sexuais / Direitos reprodutivos	Liberdade sexual/ Liberdade reprodutiva/ Autonomia sexual/ Privacidade sexual / Prazer sexual feminino / Expressão sexual feminina/ Escolhas reprodutivas / Informação sexual / Educação sexual / Cuidados maternos/ Planejamento reprodutivo / Gravidez na adolescência/ Assistência à mulher / Cuidado pré natal / Métodos contraceptivos / Anticoncepcionais / Papiloma virus humano HPV/ Papanicolaú/ Câncer de colo do útero / Mortalidade materna / Assistência ao parto / Aborto / Cesárea / Parto cesáreo	Conforme o Ipea, os direitos sexuais e reprodutivos asseguram: a liberdade sexual e a reprodutiva ; a autonomia, a integridade e a segurança do corpo sexual ; a privacidade sexual ; o prazer sexual ; a expressão sexual ; as escolhas reprodutivas livres e responsáveis ; o acesso às informações baseadas no conhecimento científico ; o acesso à educação integral em sexualidade e reprodução ; e a saúde sexual e a saúde reprodutiva (p.19), abrangendo também as as dimensões de: serviços de cuidado materno e contracepção e planejamento reprodutivo, fecundidade na adolescência; assistência à mulher e ao neonato (p20). Como forma de prevenção de lesões que afetam as meninas (a exemplo do papiloma virus humano - HPV e do câncer de colo de útero), é citada a necessidade de realização periódica dos exames preventivos de câncer, o Papanicolaú (p.21). Também é típico, o caderno demonstra o objetivo de redução da mortalidade materna através de uma boa assistência ao parto e consultas pré-natal . (p.21) Outro tema monitorado são os abortos e hospitalizações por decorrência destes e por fim, o Brasil tem uma particularidade preocupante em relação à

APÊNDICE F – Tabela de palavras chave para o ODS 6 – Água Potável e Saneamento

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO			
OBJETIVO			
ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS			
ACESSO À ÁGUA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 6.1 (ONU) – Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos.</p> <p>Meta 6.1 (Brasil) – Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.</p>	Acesso à água / Acesso universal a água / Água potável / Água segura / Água para consumo humano	Abastecimento de água/ Programa Um Milhão de Cisternas / Programa Água Doce / Poço artesiano, / Cisternas / Água canalizada / Canalização da água / universalização da água / direito à água /	Um dos indicadores utilizados pelo Brasil são os dados nacionais de acesso aos serviços de abastecimento de água fornecido pelo então Ministério das cidades. (p.17). O Percentual da população que utiliza fontes de água potável segura é um dos indicadores complementares propostos para essa meta. (p. 34). São citados programas com objetivo de levar água para as residências como o Programa Um Milhão de Cisternas e Programa Água Doce (p.17). Os poços artesanais, a canalização da água e as cisternas são citados como fonte de abastecimento de água para parte da população. (p.32)
SANEAMENTO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 6.2 (ONU e Brasil) – Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade	Saneamento	Instalações sanitárias/ Esgoto/Esgotos domésticos / Tratamento de água / Fossas / Plansab / 11.445/2007 / Plano Nacional de Saneamento Básico / Esgotamento sanitário/ Saneamento básico / Drenagem urbana / Manejo de resíduos sólidos / esgotamento sanitário / tratamento de esgoto	Um dos indicadores da ONU para esta meta é o % da população que utiliza instalações sanitárias seguras assim como o % de esgoto coletado e tratado (p.34). Destaca-se a importância das formas de destinação dos esgotos no caso de fossas e para o destino dos esgotos domésticos (p.18) A Lei no 11.445/2007 (Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab) traz a intenção da universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário , além de englobar, no conceito de saneamento básico , a drenagem urbana e o manejo dos resíduos sólidos . (p.25)
QUALIDADE E PRESERVAÇÃO DA ÁGUA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 6.3 (ONU) – Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.</p> <p>Meta 6.3 (Brasil) – Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reúso seguro localmente. *</p>	Qualidade da água/ redução da poluição da água / Tratamento dos despejos/ Redução das águas residuais / Água não tratada / Efluentes não tratados	Esgotos industriais / Esgotos agrícolas / Atividades geradoras de esgoto / Poluentes de rios/ Contaminantes de rios / Despejo de agrotóxicos / Despejo de resíduos da indústria farmacêutica / Despejo de cosméticos e nitrogenados / Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes) / Estações de tratamento de esgotos / Portaria MS no 2.914/2011 (Programa de Qualidade da Água para o Consumo Humano Seguro) / despoluir / despoluição das águas / águas residuais	A separação e a qualificação da informação sobre os esgotos industriais e agrícolas são citados como parte essencial do acompanhamento dessa meta. (p.18), assim como a necessidade de medir e transmitir os dados de todas as atividades geradoras de esgoto (p.19). É urgente também que a população saiba o que está sendo lançado de poluentes e contaminantes nos rios : Quais os níveis de agrotóxicos, resíduos da indústria farmacêutica, de cosméticos e nitrogenados? Onde e por quem são lançados? (p.19). Uma das iniciativas convergentes citadas por essa meta nos Cadernos é o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes) que visa a transferência de recursos aos prestadores de serviço que investirem em estações de tratamento de esgotos (p.26) Outro programa citado advém da portaria 2.914/2011 (Programa de Qualidade da Água para o
Meta 6.6 (ONU e Brasil) – Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos	Ecossistema aquífero / Ecossistema aquático	Preservação da água / Programa Produtor de Água / nascentes	Uma das iniciativas convergentes com a preservação da água citadas por essa meta nos Cadernos é o Programa Produtor de Água que tem como objetivo a Recuperação de nascentes e áreas de proteção. Ainda como iniciativa, (p.26)

* Reciclo e Reuso serão tratados no grupo "Uso da água"

APÊNDICE F.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 6 – Água Potável e Saneamento

USO DA ÁGUA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 6.4 (ONU) – Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.</p> <p>Meta 6.4 (Brasil) – Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez.</p>	<p>Uso da água / Eficiência do uso da água/ Escassez de água / Retirada sustentável de água / Abastecimento de água doce</p>	<p>Racionamento de água / Seca / Falta de água/ Eficiência no uso da água / Escassez hídrica / Irrigação / Estresse hídrico / Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (Lei no 13.153/2015) / Política Nacional de Convivência com o Semiárido (PNCs) / Política Nacional de Irrigação (12.787/2013) / disponibilização de água</p>	<p>O caderno cita os acontecimentos de 2016 que acarretaram em grande escassez, racionamento e falta de água nas regiões sul e sudeste. Fatos antes somente presenciados durante os período de seca no nordeste (p.20). A necessidade de aumento da eficiência no uso da água, passa a ser uma preocupação crescente no país, em razão de eventos de seca e de escassez hídrica. A adoção da irrigação com equipamentos e técnicas modernas é uma das alternativas para o bom uso da água nos setores agrícolas. (p.20). Cita-se também a Lei no 12.787/2013 que trata da Política Nacional de Irrigação (p.21) O nível de estresse hídrico é um dos indicadores dessa meta que está citado no Caderno. (p.20). Importantes instrumentos citados são a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (Lei no 13.153/2015) e a Política Nacional de Convivência com o Semiárido (PNCs) (p.20)</p>
<p>Meta 6.5 (ONU) – Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.</p> <p>Meta 6.5 (Brasil) – Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis de governo, inclusive via cooperação transfronteiriça.</p>	<p>Gestão da água / Gestão de recursos hídricos / Gestão integrada dos recursos hídricos</p>	<p>Vazão ecológica de água / Gestão por bacia hidrográfica / Governança da água</p>	<p>O estudo sobre a vazão ecológica de água no Brasil é citado como importante passo para boa gestão das águas no país (p.20). Outro fator essencial nesta meta é o fortalecimento da gestão por bacia hidrográfica como unidade de referência e planejamento (p.19). Governança da água é termo citado pelo caderno em conjunto com gestão da água. A Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Qualidade da Água (SRHQ) tem exercido atribuições de fortalecimento da governança e de implementação da gestão da água (p.25)</p>
<p>Meta 6.b (ONU) – Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.</p> <p>Meta 6.b (Brasil) – Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais e promover o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento.</p>		<p>Rompimento de barragem / Rejeitos de mineração / Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei no 12.334/2010) / Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Qualidade da Água (SRHQ)</p>	<p>Desastres ecológicos como os rompimentos e vazamentos de barragens de rejeitos de mineração – por exemplo são citados no caderno como efeitos diretos da má gestão da água para as comunidades locais (p.07). Embora ainda inconclusa, neste sentido cita-se também a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei no 12.334/2010) (p.20). São citadas também ferramentas de incentivos econômicos tais quais o ICMS Ecológico e o PSA Água - Pagamento por Serviços Ambientais da Água (p.27)</p>
<p>Meta 6.a (ONU) – Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reúso.</p> <p>Meta 6.a (Brasil) – Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo, entre outros, a gestão de recursos hídricos, a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reúso.</p>	<p>Tratamento de efluentes / Reuso da água / Reciclagem da água / Dessalinização / Coleta de água / Cooperação internacional para saneamento / Cooperação internacional para gestão da água</p>	<p>SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) / tecnologia de reúso</p>	<p>Uma das principais fontes de estabelecimento de indicadores para essa meta são os dados levantados pelo SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. (p. 07).</p>

APÊNDICE G – Tabela de palavras chave para o ODS 7 – Energia Limpa e Acessível

ODS 7			
ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL			
OBJETIVO			
ASSEGURAR O ACESSO CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL, MODERNO E A PREÇO ACESSÍVEL A ENERGIA PARA TODOS			
ACESSO A ENERGIA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 7.1 – Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.	Acesso a energia, / Energia acessível / Serviços de energia / Preço da energia / Preço acessível da energia	Universalização da energia / Serviços públicos de energia / Art.14 Lei 10.438 / Luz Para Todos / Decreto 4.873/2003 / Energia a Óleo / Gás natural / Carvão mineral / Energia nuclear / Tarifa de energia / Tarifa onerográfica / Usinas térmicas / Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) / Descontos tarifários / Energia não renovável / subsídio energético	A garantia de universalização dos serviços públicos de energia elétrica foi estabelecida no Brasil em 2002, no art. 14 da Lei no 10.438. (p.07). As solicitações dos serviços por parte de consumidores são atendidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica (p.07). Em 2003, foi criado o programa Luz para Todos (Decreto no 4.873, de 11 de novembro de 2003), com o objetivo de levar energia elétrica à parcela da população do meio rural (p.07). Além das energias renováveis, existe também as não renováveis, o Ipea cita como fontes a energia a óleo, gás natural, carvão mineral e a energia nuclear (p. 08). Em relação ao preço, o acderno cita que a tarifa de energia (tarifa energética) aplicada no Brasil é das maiores do mundo, justificada por fatores como: necessidade eventual do acionamento de usinas térmicas, subsídios por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), concessão de descontos tarifários (p. 08)
Meta 7.b (Nações Unidas) – Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio. Meta 7.b (Brasil) – Até 2030, expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos.	Infraestrutura de energia, / Fornecimento de energia	FEC/ DEC/Electricidade / Gás liquefeito de petróleo (GLP) / Lenha / Geração de eletricidade / Termelétricas / Geração distribuída / Centrais geradoras hidrelétricas (CGHs) /	Para acompanhar a qualidade do fornecimento da energia elétrica para os consumidores existem 2 indicadores coletivos: duração equivalente de interrupção por unidade consumidora (DEC), que informa quanto tempo, em média, o consumidor ficou sem energia, e frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora (FEC), que mede quantas vezes faltou luz em determinado período. (p.07). As fontes de energia predominantes nas residências brasileiras são a eletricidade, o gás liquefeito de petróleo (GLP) e a lenha (P.12) O texto fala sobre a expansão da geração de eletricidade no país através da expansão da sua estrutura. Outras fontes com grande potencial para a geração distribuída são as a termelétricas e as centrais geradoras hidrelétricas (CGHs) (p.14).
ENERGIAS RENOVÁVEIS			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 7.2 (Nações Unidas) – Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global. Meta 7.2 (Brasil) – Até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.	Energia renovável / Matriz energética / Matriz energética nacional	Energia eólica/ Energia solar/ Biocombustíveis / Agência Internacional de Energia Renovável (Ireana) / Cleans Energy Ministerial (CEM), Geração fotovoltaica / Parques eólicos / Aerogeradores/ Turbinas eólicas/ Energia dos oceanos	Embora o Brasil já apresente níveis elevados de participação de energia renovável os esforços seguem para a ampliação dos investimentos em energias renováveis, especialmente a eólica, a solar (geração fotovoltaica) e os biocombustíveis (p.06). Conforme o Caderno, o Brasil é um dos líderes mundiais em hidroeletricidade e bioenergia (p.09). Em 2018, o país tomou a decisão de ingressar na Agência Internacional de Energia Renovável (Ireana) e desde 2015, tem reforçado seu engajamento no Cleans Energy Ministerial (CEM) (p.13) O texto cita financiamentos por parte do governo para parques eólicos e para a aquisição de aerogeradores (turbinas eólicas) (p.15) A energia dos oceanos também é citada como uma fonte renovável (p.16)
Meta 7.a (Nações Unidas) – Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa , incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.	Energia limpa/ Pesquisa energética / Pesquisa em energia / Tecnologia de energia limpa / Tecnologias de combustíveis fósseis / Cooperação internacional para pesquisa em energia	Fontes alternativas / Biomassa (energia) /Centrais hidrelétricas / Etanol / Biodiesel / Hidroeletricidade / Bioenergia / Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) / Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio)	O Brasil adotou, nas últimas décadas, uma estrutura diversificada de órgãos, políticas e programas voltados à ampliação dos investimentos em energias renováveis e fontes alternativas de geração de eletricidade – como a eólica, a solar, a biomassa e as pequenas centrais hidroelétricas – e à diminuição da intensidade no uso de combustíveis fósseis, por meio da expansão dos biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel. (p. 06). O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) foi criado em 2004 para incentivar a produção e o uso do biodiesel. (p.20). Foi instituída, em 2017 a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) (P.21)
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 7.3 (Nações Unidas) – Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética Meta 7.3 (Brasil) – Até 2030, aumentar a taxa de melhoria da eficiência energética da economia brasileira.	Eficiência energética	Intensidade energética / Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) / Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) / Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) / Selo Procel / Consumo de energia / Programa Nacional da Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás Natural (Conpet)/ Comitê Gestor de Índices de Eficiência Energética (CGIEE) / Programa de Eficiência Energética da Anel / Segurança energética / Armazenamento de energia	O nível de intensidade energética da economia é um indicador utilizado como proxy de eficiência energética da economia como um todo (p. 11). O caderno cita os seguintes programas/ações de eficiência energética: Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) que por meio do Selo Procel, indica os equipamentos mais eficientes no consumo de energia, o Programa Nacional da Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás Natural (Conpet), o Comitê Gestor de Índices de Eficiência Energética (CGIEE) e o Programa de Eficiência Energética da Anel (p.12)

APÊNDICE H – Tabela de palavras chave para o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

ODS 8			
Trabalho decente e Crescimento Econômico			
OBJETIVO			
PROMOVER O CRESCIMENTO ECONOMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E TRABALHO DECENTE PARA TODOS			
CRESCIMENTO ECONÔMICO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 8.1 (ONU) – Sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do produto interno bruto nos países de menor desenvolvimento relativo. Meta 8.1 (Brasil) – Registrar um crescimento econômico per capita anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030.	Crescimento econômico / PIB / Crescimento do PIB / Crescimento econômico per capita	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) / Desenvolvimento econômico equilibrado / Desenvolvimento social equilibrado / Desenvolvimento sustentável / Economia ecológica	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) é o documento oficial que contempla o cenário do desenvolvimento nacional. (p.06) O Endes se propõe a identificar as diretrizes e as bases do desenvolvimento econômico e social equilibrado e sustentável (p.14)
Meta 8.2 (ONU) – Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra. Meta 8.2 (Brasil) – Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão e qualificação do trabalhador, com foco em setores intensivos em mão de obra	Produtividade econômica / Diversificação econômica / Modernização tecnológica da economia / Inovações da economia	Ciência e tecnologia (C&T) / Patentes / Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) / Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022 (ENCTI) / Cadeias produtivas nacionais / Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016-2019 (EGD) / Plano Nacional de Internet das Coisas (IoT) / Ecossistema de manufatura avançada / Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para Manufatura Avançada no Brasil (ProFuturo)	o Dispendio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao PIB e o número de patentes depositadas por pessoas físicas e jurídicas são apontados como dimensões desta meta. (p.07 e 08). Políticas e estratégias citadas: Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) que visa harmonizar e articular as iniciativas do Poder Executivo Federal ligadas ao ambiente digital, com o objetivo de aproveitar o potencial dessas tecnologias para a promoção do desenvolvimento econômico e social. (p.14). Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022 (ENCTI) : validada pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia em 2016, configura-se na política nacional de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) (p.14). Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016-2019 (EGD) , Plano Nacional de Internet das Coisas (IoT) : visa acelerar a implantação de aplicações baseadas em internet das coisas com impactos nos três principais setores da atividade econômica brasileira, aumentando a competitividade e fortalecendo as cadeias produtivas nacionais (p.15) Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para Manufatura Avançada no Brasil (ProFuturo) : visa propiciar condições de acesso e inserção das empresas brasileiras no ecossistema de manufatura avançada.
Meta 8.3 (ONU) – Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros. Meta 8.3 (Brasil) – Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação	Empreendedorismo, criatividade e inovação / Micro empresas / Pequenas empresas / Médias empresas / Formalização de empreendimentos / Formalização empresarial	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) / Empreendimentos formais / CNPJ / Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) / Microcrédito produtivo orientado / Microempreendedores populares / Atividades produtivas de pequeno porte	Um indicador cogitado é o percentual de empresas formais que são micro, pequenas ou médias (MPMs) de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (p.08). Outro indicador, relacionado a formalização de empreendimentos é o o percentual de empreendedores com CNPJ. (p.08). Também são considerados dos programas de financiamento explicitamente dirigidos à geração de mais e melhores postos de trabalho: o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) (p.08). O já citado PNMPO tem como objetivos gerais: i) incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; ii) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; e iii) oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado. Destinado a microempreendedores populares com atividades produtivas de pequeno porte (P.15)

APÊNDICE H.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

EMPREGO PLENO, PRODUTIVO E TRABALHO DECENTE			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 8.3 (ONU) – Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.</p> <p>Meta 8.3 (Brasil) – Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.</p>	Trabalho digno / Políticas para geração de emprego decente	Trabalhadores informais / Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) / Proger do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) / políticas públicas de emprego / trabalho seguro / direitos do trabalho / igualdade de gênero e trabalho	Um dos indicadores desta meta busca avaliar a proporção entre trabalhadores informais no mercado informal e trabalhadores formais. (pg.08). Também são considerados dois programas de financiamento explicitamente dirigidos à geração de mais e melhores postos de trabalho: o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) , o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) (0.08). O PROGER pode ser ainda mais específico no caso o Proger do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que é um conjunto de linhas de financiamento, criado com a finalidade de gerar emprego mediante financiamentos focados em empreendedores de menor porte, se enquadra como uma política pública de emprego (p.15).
<p>Meta 8.5 (ONU) – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.</p> <p>Meta 8.5 (Brasil) – Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.</p>	Emprego pleno/ Emprego produtivo / Trabalho decente / Remuneração igual / Subutilização do trabalho / Igualdade de remuneração	Salário médio / Desigualdade salarial / Subutilização da força de trabalho / Qualificação social / Qualificação profissional / Certificação profissional / Programa do Seguro-Desemprego / Sistema Nacional de Emprego (Sine) / Empregabilidade / Produtividade do trabalhador / Renda do trabalhador / Qualificação do trabalhador / Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional (Qualifica Brasil)	Um dos indicadores desta meta é o cálculo que estabelece o salário médio do trabalhador e as desigualdades salariais entre homens e mulheres. (p.09), um indicador também considerado no monitoramento dessa meta é a taxa composta de subutilização da força de trabalho (p10). Cita-se o Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional (Qualifica Brasil) como diretamente associado a esta meta. (p10). O qualifica Brasil é voltado à promoção de ações de qualificação social e profissional e de certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego (Sine), visa promover a empregabilidade , produtividade e a renda do trabalhador por meio da sua qualificação (p.16)
<p>Meta 8.6 (ONU) – Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.</p> <p>Meta 8.6 (Brasil) – Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.</p>	Desemprego / Jovem desempregado	Jovens desocupados (Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude / Lei de aprendizagem / Plano ProgreDir / Jovem Aprendiz / Inclusão produtiva / 10.097/2000, 11.180/2005/ Programa de aprendizagem profissional / EDUCAÇÃO DO JOVEM ADULTO EJA)	" jovem desocupado " é a definição adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para os jovens que não se encontram trabalhando nem estudando ou em treinamento (p.10). A Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude , a " Lei de aprendizagem " e o " Plano ProgreDir " são instrumentos políticos voltados para essa meta (p.11). O plano progreDir visa propiciar uma inclusão produtiva do jovem ao mercado de trabalho. Cita-se também o programa " Jovem Aprendiz ", instituído pela lei no 10.097/2000 e regulamentado pela lei 11.180/2005, o aprendiz precisa estar inscrito em um programa de aprendizagem profissional (p.16)
<p>Meta 8.7 (ONU) – Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.</p> <p>Meta 8.7 (Brasil) – Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas.</p>	Trabalho forçado / Escravidão moderna / Trabalho escravo / tráfico de pessoas / Trabalho infantil / Crianças-soldado / Condições análogas a escravidão	Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrac) / Detrac - Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo / Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) / Trabalho análogo ao de escravo / Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador / Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conecti) / Adolescente trabalhador / Exploração do trabalho	O Ipea cita 3 políticas ou estratégias para essa meta: 1) O Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo produzido pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrac) 2) O Detrac - Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo que atua com coordenação da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) com a missão institucional de erradicação do trabalho análogo ao de escravo 3) Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador , elaborado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conecti) que tem como um dos objetivos a eliminação do trabalho infantil e à proteção ao adolescente trabalhador evitando a exploração do trabalho de crianças e adolescentes (p17)
<p>Meta 8.8 (ONU) – Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.</p> <p>Meta 8.8 (Brasil) – Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.</p>	Direitos trabalhistas / Ambiente de trabalho seguro/ Ambiente de trabalho protegido / Trabalhadores migrantes / Empregos precários / Legislação trabalhista / Condições de trabalho / saúde no trabalho/ Saúde do trabalhador/ Segurança no trabalho/ Segurança do trabalhador/ Trabalhadores vulneráveis	Lesões ocupacionais / Liberdade de associação / Negociação coletiva / Legislação trabalhista / Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados (Plancite) / Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (Plansat) / Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Cunapt) / Formalização do trabalho / Proteção social do trabalhador / Sistema arrecadatório da seguridade social / Justiça fiscal / Acidentes de trabalho / Mortes no trabalho / Reabilitação profissional / Doenças do trabalho / trabalho precário	Um dos indicadores dessa meta sopra avaliar as taxas de frequência de lesões ocupacionais , assim como o nível de conformidade nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) (p.12) Para aumentar o cumprimento da legislação trabalhista , o Brasil emprega meios como o 1) Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados (Plancite) - cujo objetivo é incrementar a formalização do trabalho tendo como consequência a proteção social do trabalhador , a promoção da devida solidariedade do sistema arrecadatório da seguridade social e a promoção da justiça fiscal entre os empregadores 2) Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (Plansat) , com o objetivo de instituir ações para diminuir o número de acidentes e mortes no trabalho e propor o estabelecimento de fundo para reabilitação profissional e a 3) Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Cunapt) com objetivo de sensibilizar a sociedade brasileira para a importância da prevenção de acidentes e doenças do trabalho " (p17)
8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]	Emprego dos jovens / Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]	Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude	O Brasil fez a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude e se propôs a fazer um plano para pôr em prática as diretrizes da referida agenda. (p.18)

APÊNDICE H.2 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO E TURÍSTICO SUSTENTÁVEIS		
	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 8.10 (ONU) – Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos. Meta 8.10 (Brasil) – Expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos.	Instituições financeiras nacionais / Acesso a serviços bancários / Acesso a seguros bancários / Acesso a seguros financeiros / Acesso a serviços financeiros	Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS); / Canais financeiros remotos / Agências bancárias / Caixas de atendimento / ATMs – automated teller machine / Programa Cidadania Financeira / Inclusão financeira / Proteção ao consumidor de serviços financeiros / Educação financeira / Bem-estar financeiro / Vulnerabilidade financeira	O número de pessoas com acesso a serviços bancários está definido através do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) . A utilização de canais financeiros remotos vem crescendo muito pelo país. Essa meta visa também analisar a disponibilidade de agências bancárias e caixas de atendimento (ATM – automated teller machine) para população (p.13). O Programa Cidadania Financeira integra as ações do Banco Central do Brasil voltadas à inclusão financeira , à proteção ao consumidor de serviços financeiros e à educação financeira . Suas ações envolvem (...) mensuração do bem-estar financeiro e cidadania e vulnerabilidade financeira (p.17)
8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis , com os países desenvolvidos assumindo a liderança	Eficiência dos recursos globais / Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis / Produção sustentável / Consumo sustentável / O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)	Práticas produtivas sustentáveis / desenvolvimento endógeno/ economia ambientalismo	O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) visa articular as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do país [...], auxiliando no alcance de suas metas por meio de práticas produtivas sustentáveis e da adesão do consumidor a este movimento (p.15)
8.4 (Brasil) Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) .			
8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gere empregos e promover a cultura e os produtos locais	Turismo sustentável / Promoção da cultura local / Promoção dos produtos locais / Turismo responsável / Turismo acessível / Emprego no turismo	Exploração turística do meio natural / Exploração turística do patrimônio / Exploração turística de áreas protegidas	O Ipea considera como turismo sustentável aquela atividade econômica que tem como base a exploração turística do meio natural, do patrimônio cultural e histórico, em especial de Áreas protegidas (p.16)
8.9 (Brasil) Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.			

APÊNDICE I – Tabela de palavras chave para o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

ODS 9			
INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA			
OBJETIVO			
CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL, E FOMENTAR A INOVAÇÃO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	INFRAESTRUTURA E INDÚSTRIA		
	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 9.1 (ONU) – Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.</p> <p>Meta 9.1 (Brasil) – Aprimorar o sistema viário do país, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tomando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos.</p>	<p>Infraestrutura de qualidade / Infraestrutura confiável / Infraestrutura sustentável / Infraestrutura resiliente / Infraestrutura regional / Infraestrutura transfronteiriça / Desenvolvimento econômico (ligado à Infraestrutura) / Preços acessíveis / Sistema viário / Segurança no trânsito / Segurança no transporte / Integração regional / Integração transfronteiriça / Custo de transportes / Transporte de cargas / Perdas no transporte de cargas / Transporte ferroviário / Transporte aquaviário / dutoviário</p>	<p>Infraestrutura de transportes / Passageiros transportados / Rodovias federais / Rodovias estaduais transitórias / Rodovias estaduais / Rodovias municipais / Autoestradas / Cobertura viária / Malha ferroviária / Transporte aquaviário / Transporte aéreo / Voos domésticos / Voos internacionais / Infraestrutura aeroportuária</p>	<p>A adequação da meta explicitou que a infraestrutura a ser desenvolvida é a de transportes. Um dos indicadores trata de estradas transitáveis e outro sobre Passageiros e Cargas transportados por modalidade de transporte. No âmbito dos indicadores de oferta, um dos disponíveis é o de densidade das rodovias federais, estaduais transitórias, estaduais e municipais. Frisa também a importância de dimensionar a necessidade de autoestradas nas regiões (p.07). Para complementar a análise da cobertura viária, foram consideradas também as estatísticas disponíveis para a malha ferroviária, o transporte aquaviário e o aéreo (p.08). Outro indicador relativo ao sistema viário refere-se à quantidade de passageiros transportados pelo modo aéreo, tanto de passageiros de voos domésticos quanto de passageiros de voos internacionais e investimento na infraestrutura aeroportuária (p.09/10)</p>
<p>Meta 9.2 (ONU) – Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.</p> <p>Meta 9.2 (Brasil) – Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do produto interno bruto, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos.</p>	<p>Industrialização inclusiva / Industrialização sustentável / Emprego na indústria / Indústria e PIB / Complexidade tecnológica / Aumento de produtividade industrial / Elevação do emprego / Elevação do PIB / Condições de trabalho na indústria / Ganhos de produtividade</p>	<p>Aumento da produtividade / Geração de emprego / VA - Valor adicionado da Indústria / Emprego na Indústria / Condições de trabalho na Indústria / Remuneração na Indústria / Indústria sustentável / Indústria 4.0 / Emissões Zero</p>	<p>Entende-se que para o desenvolvimento a meta deve se concentrar em aumento da produtividade, geração de emprego e elevação do PIB. Uma das formas de avaliação é a partir do valor adicionado (VA) da indústria que considera fatores como o emprego na indústria, condições de trabalho na indústria, remuneração média do trabalhador nas indústrias (p.12)</p>
<p>Meta 9.3 (ONU) – Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível, e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados.</p> <p>Meta 9.3 (Brasil) – Aumentar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas, inclusive por meio da desburocratização e de soluções tecnológicas inovadoras, para propiciar sua integração em cadeias de valor e</p>	<p>Crédito para pequenas indústrias / Acesso a serviços financeiros / Integração das pequenas indústrias / Serviços financeiros MPE / Serviços financeiros para pequenas empresas / Desburocratização para pequenas empresas / Soluções tecnológicas / Integração das pequenas empresas</p>	<p>Políticas públicas para as MPEx / Inovação nas MPEx</p>	<p>O texto destaca a importância das políticas públicas para as MPEx e cita a necessidade de mecanismos de incentivo à inovação para essas (p.13)</p>
<p>Meta 9.4 (ONU) – Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados, com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.</p> <p>Meta 9.4 (Brasil) – resultado da consulta pública – Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.</p>	<p>Modernização da indústria / Reabilitação da indústria / Eficiência industrial / Processos industriais limpos / Indústria sustentável /</p>	<p>Emissão de dióxido de carbono / GEE / CCS / siderurgia / energia térmica / Processos industriais</p>	<p>Um dos indicadores globais considera a emissão de dióxido de carbono pelo país em relação ao PIB (p.13).</p>

APÊNDICE I.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

PESQUISA E TECNOLOGIA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 9.a (ONU) – Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Meta 9.a (Brasil) – Meta mantida sem alteração.	Apoio financeiro internacional / Apoio técnico internacional / Apoio tecnológico internacional	Apoio a desenvolvimento tecnológico / Apoio a pesquisa / Apoio à inovação	O indicador global diz respeito a resultados esperados a partir do apoio a desenvolvimento tecnológico, pesquisa e inovação (p.15) Um dos programas nacionais citados para o alcance da meta é a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (p.16)
Meta 9.5 (ONU) – Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento Meta 9.5 (Brasil) – resultado da consulta pública – Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socioambientalmente inclusivas, e aumentar a produtividade agregada da economia.	Pesquisa científica / Capacidade tecnológica da indústria / Pesquisa e desenvolvimento / Investimento em pesquisa / Conhecimento científico e tecnológico / Desafios socioeconômicos / Tecnologias socioambientalmente inclusivas / Produtividade agregada da economia	Trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento (P&D) / Técnico em P&D / Pesquisadores em P&D / Gastos públicos em P&D / Gastos privados em P&D / Taxa de inovação no mercado nacional / Inovação empresarial / Inovação na empresa / Inovação industrial / Inovação na indústria / Inovação setor eletricidade e gás / Processo novo / Processo novo empresarial / Processo novo na empresa / Processo novo industrial / Processo novo na indústria / Processo novo eletricidade e gás / Graduação em ciência / Graduação em tecnologia / Graduação em engenharia / Graduação em matemática	Os indicadores para essa meta pressupõe o aumento do número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento (P&D), assim como o aumento do número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D nas empresas e o aumento dos gastos público e privado em P&D (p.14) Entre os indicadores nacionais propostos cita-se também a taxa de inovação para o mercado nacional em setores como empresas, indústrias, eletricidade, e gás (p.14) Também considera a taxa de inovação de processo novo para o mercado nacional também citando empresas, indústrias, eletricidade e gás (p.14). Outro indicador busca apontar o número e crescimento de graduados em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (p.15)
Meta 9.b (ONU) – Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities. pesquisa e a inovação nacionais, por meio de políticas públicas que assegurem um ambiente institucional e normativo favorável para, entre outras coisas, promover a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities	Desenvolvimento tecnológico / Pesquisa e inovação / Diversificação industrial / Agregação de valor (commodities)	Valor adicionado - indústrias tecnológicas	O indicador 9.b.1 da ONU, calculado pelo IBGE, considera proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica (p.15)
Meta 9.c (ONU) – Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países de menor desenvolvimento relativo, até 2020. Meta 9.c (Brasil) – Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética.	Acesso à tecnologia de informação / Acesso à internet / Acesso universal / Segurança cibernética, / Proteção de dados / privacidade de dados	Qualidade de dados / Regulamento Geral de Proteção de Dados (General Data Protection Regulation – GDPR) / Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) / Cobertura por rede móvel / Telefone móvel celular / Internet banda larga / 3G / 4G / Internet fixa / Internet nas empresas / Programa Nacional de Banda Larga / Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) / Inclusão digital / Lei Geral de Telecomunicações / LGPD / Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)	O Ipea considerou a necessidade de incorporar as questões de qualidade de dados levando em conta também o Regulamento Geral de Proteção de Dados (General Data Protection Regulation – GDPR) e a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no país. (p.16) Também levou em conta a cobertura da população por rede móvel considerando a utilização de telefone móvel celular e acesso a internet banda larga, móvel (3g ou 4g) e internet fixa. Outro fator calculado foi a utilização de internet pelas empresas. (p.16) Importante salientar que o Programa Nacional de Banda Larga foi reformulado e atualizado, sendo sido publicada a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) que considera aspectos como a inclusão digital. Outras questões de impacto são: a entrada em vigor da LGPD, a implementação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e as discussões sobre a Lei Geral de Telecomunicações (p.17)

APÊNDICE J – Tabela de palavras chave para o ODS 10 – Redução das Desigualdades

ODS 10			
REDUÇÃO DAS DESIGALDADES			
OBJETIVO			
REDUZIR AS DESIGALDADES DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 10.1 (ONU) – Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.	Renda / Crescimento de renda	Desigualdade global / Desigualdade de renda / Distribuição de riqueza / Gasto doméstico / Renda per capita / Distribuição de renda / Combate a pobreza / Desigualdade distributiva	Conforme introdução do Caderno ODS 10 "A desigualdade da renda e a distribuição da riqueza dentro dos países têm crescido consideravelmente desde os anos 1980, da mesma forma que enfrenta-se uma ascensão da desigualdade global." (P.05). O indicador para essa meta avalia o crescimento do gasto doméstico e da renda per capita da população. (p.07)
Meta 10.1 (Brasil) – Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos.			
Meta 10.2 (ONU) – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	Inclusão social / Inclusão política / Inclusão econômica / Empoderamento social / Empoderamento político / Empoderamento econômico	Desigualdade por sexo / Desigualdade por raça / Desigualdade por idade / Desemprego entre mulheres / Taxa de escolaridade / Taxa de desemprego / redução da desigualdade / redução da pobreza	Para análise do cumprimento desta meta buscou-se analisar as desigualdades por sexo, raça e idade (p.10) Dentre as diferenças cita-se por exemplo a maior taxa de desemprego entre as mulheres e a menor taxa de escolaridade entre pretos pardos e indígenas e também a alta taxa de desemprego deste grupo (p.11)
Meta 10.2 (Brasil) – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.			
Meta 10.3 (ONU e Brasil) – Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.	Igualdade de oportunidades / Redução de desigualdades / Discriminação / Políticas de igualdade	Desigualdades socioeconômicas / Desigualdades políticas / Assédio / Práticas discriminatórias / Discriminação racial / Racismo / Ações afirmativas / cotas / reserva de vagas	O centro estratégico deste ODS se assenta sob o objetivo da redução das desigualdades socioeconômicas e políticas (p.05). Essa taxa é difícil de acumular no Brasil pois o indicador aponta a percepção pessoal quanto ao sofrimento de assédio e práticas discriminatórias, dentre elas a discriminação racial e o racismo (p.12). A especificação do objetivo de combater as desigualdades na adequação da meta ao Brasil baseou dar um conteúdo mais imediato à meta e facilitar o desenvolvimento de políticas públicas e ações afirmativas que visam ficar determinados grupos (p.13)
Meta 10.4 (ONU) – Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e políticas de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.	Políticas fiscais / Política fiscal / Políticas tributárias / Políticas salariais / Políticas de proteção social / políticas sociais / Política social /	proteção social / Benefício de Prestação Continuada – BPC / Políticas compensatórias / Aumento do salário mínimo / Salário mínimo / Formalização do mercado de trabalho / Informalidade / Transferências de proteção social / Aposentadorias / Renda de trabalho ativa / Bolsa Família / Mecanismos de proteção social / Índice de Gini / Previdência social / Transferências de renda / Gastos governamentais / gastos públicos	Uma das políticas compensatórias que tem como objetivo diminuir a disparidade da renda média é o Benefício de Prestação Continuada – BPC (p.12). Alguns fatores são citados como essenciais para redução das desigualdades: o aumento do salário mínimo e a diminuição da informalidade com o aumento da formalização do mercado de trabalho (p.13) Outro fator avaliado é a importância para o papel das transferências de proteção social, especialmente aposentadorias pois em muito vezes mesmo sem renda de trabalho ativa existe o recebimento dos proventos de aposentadoria. (p.14). Além do BPC e da aposentadoria, um bom percentual sem renda de trabalho recebe o Bolsa Família como mecanismo de proteção social, estes fatores contribuem para redução da desigualdade. (p.14). Cita-se também o cálculo do Índice de Gini, e que é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. (p.14). O Brasil faz parte do grupo de países em que todos os instrumentos de política fiscal analisados contribuem significativamente para a redução das desigualdades (previdência social, transferências de renda, gastos públicos e gastos governamentais). (p.15).
Meta 10.4 (Brasil) – Reduzir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social.			

APÊNDICE J.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 10 – Redução das Desigualdades

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 10.5 (ONU) – Melhorar a regulação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulações.	Regulação de mercados financeiros / Regulação Financeira / Regulação de instituições financeiras / Monitoramento de mercados financeiros / Mercados financeiros globais	Solidez financeira / Acordo da Basileia III / Regulação dos bancos / Supervisão dos bancos / Fiscalização bancária / Gerenciamento de risco dos bancos / Excesso de alavancagem / Crescimento excessivo do crédito / Risco sistêmico / Reservas de capitais / Risco de liquidez / Instabilidade financeira / Riscos financeiros / Índice de liquidez estrutural / Crise de liquidez / Risco de solvência do sistema bancário / Índice de capital / Evasão fiscal / Paraísos fiscais / Acúmulo de riqueza / reformas financeiras	Os indicadores para essa meta visam medir a solidez financeira de uma país (p.15). No processo de maior regulação dos mercados financeiros surgiu o Acordo da Basileia III, que procura fortalecer a regulação, a supervisão, fiscalização e o gerenciamento de risco dos bancos (p.15). O acordo parte de um diagnóstico segundo o qual antes da crise havia excesso de alavancagem, crescimento excessivo do crédito, alto grau de risco sistêmico, reservas de capitais inadequadas e alta exposição ao risco de liquidez. No Brasil, conforme o BC, são baixos os riscos financeiros por instabilidade financeira atualizante. (p.15). Alguns conceitos de risco são avaliados e calculados para o alcance dessa meta, incluindo: índice de liquidez estrutural, crise de liquidez, risco de solvência do sistema bancário, índice de capital. (p.16) O Caderno traz a participação da da evasão fiscal através de paraísos fiscais como um dos principais canalizadores do acúmulo de riqueza e consequentemente das desigualdades sociais, e aborda a importância da inclusão deste tema nas reformas financeiras (p.16)
Meta 10.6 (ONU) – Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.	Representação dos países / Instituições econômicas internacionais globais / Instituições financeiras internacionais globais	Direito a voto dos países / Decreto no 8.666 / Comissão Interministerial de Participação em Organizações Internacionais (Cipoi) / Multilateralismo / Cooperação internacional / Instituições multilaterais	De modo geral, países em desenvolvimento possuem direitos a voto inferiores ao seu peso relativo como membros em instituições econômicas e financeiras globais (p.18). Foi promulgado, em 2016, o Decreto no 8.666, que cria a Comissão Interministerial de Participação em Organizações Internacionais (Cipoi), "órgão com a finalidade de opinar especificamente sobre aspectos orçamentários e financeiros da participação do Brasil em organismos, entidades e fundos internacionais" (p.18). Afirma-se que o multilateralismo é a forma mais qualificada de cooperação internacional e tomada de decisão e as instituições multilaterais estão entre os poucos fóruns em que os países em desenvolvimento podem potencialmente ter uma voz mais equânime. (P19).
Meta 10.b (ONU) – Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais. Meta 10.b (Brasil) – Incentivar cooperação internacional para o desenvolvimento, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.	Assistência oficial ao desenvolvimento (AOC) / Assistência ao fluxo financeiro / Investimento externo direto / Cooperação Internacional para o desenvolvimento/ Investimento em países africanos	Agência Brasileira de Cooperação / Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi	Agência Brasileira de Cooperação coordena diversas ações no país a sustentação e o levantamento dos gastos realizados em tais ações são apresentados nos estudos da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi (p.23)
Meta 10.a (ONU) – Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio.	Tratamento especial (países em desenvolvimento)	Decreto no 5.106 / Concessões tarifárias do Mercosul / Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento / Acordo de Preferências Tarifárias Regional / Preferência tarifária regional / Linhas tarifárias / Tarifa zero	O Decreto no 5.106, dispõe uma lista de concessões tarifárias do Mercosul no âmbito do Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento. O Acordo de Preferências Tarifárias Regional no 4 estabelece a preferência tarifária regional entre diversos países da América Latina (p.21). De modo geral, a percentagem de linhas tarifárias com tarifa zero tem aumentado para os países em desenvolvimento (p.21)
MIGRAÇÃO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 10.7 (ONU) – Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas Meta 10.7 (Brasil) – Facilitar a migração e promover a integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira	Migração ordenada / Mobilidade ordenada / Migração segura / Mobilidade segura / Migração regular / Mobilidade regular / Migração responsável / Mobilidade responsável / Políticas de migração / Integração de imigrantes / Integração de refugiados	Lei no 13.445/2017 / Lei de migração / Decreto no 9.199/2017 / Estatuto do Estrangeiro / Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (Sincere) / Migrante temporário / Migrante fronteiriço / Conselho Nacional de Imigração (CNIg) / Refugiados / Acordos de residência / Autorização de residência / refugiados / imigrantes / estrangeiros	Recentemente, o Brasil aprovou a Lei no 13.445/2017, a nova lei de migração regulamentada pelo Decreto no 9.199/2017, que substitui o antigo Estatuto do Estrangeiro.(p.19) De acordo com dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (Sincere), havia no Brasil em 2017, aproximadamente 1 milhão de migrantes, dos quais cerca de um terço classificado como temporário ou fronteiriço (p.19). O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é o responsável por oferecer autorização de trabalho aos estrangeiros, reconhecimento da situação de refugiados, acordos de residência e autorização de residência (p.20)
Meta 10.c (ONU) – Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar "corredores de remessas" com custos superiores a 5%	Transação de remessas / Corredores de remessas	Custo de remessas	O indicador dessa meta prevê o cálculo que determina o custo de remessas para receber ou enviar dinheiro do Brasil. (p.22)

APÊNDICE K – Tabela de palavras chave para o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 11			
CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS			
OBJETIVO			
TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS			
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 11.1 (ONU) – Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.</p> <p>Meta 11.1 (Brasil) – Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade</p>	<p>Habitação segura / Habitação adequada / Serviços básicos / Urbanização de favelas / Moradia digna / Moradia adequada / Assentamentos precários / Plano nacional de habitação</p>	<p>Nova Agenda Urbana (NAU) / Estatuto da Cidade / Direito à cidade / Plano Nacional de Habitação / Abastecimento doméstico de água / Esgotamento sanitário / Tamanho adequado das moradias / Segurança física e estrutural das casas / Segurança da posse habitacional / Posse habitacional / Valor de aluguel / Acessibilidade à moradia / Acesso à moradia / Coleta de lixo urbano / Domicílio subnormal / Regularidade na posse / Regularização fundiária urbana / Desenho urbano / Domicílios precários / Provisão habitacional / Minha casa minha vida (MCMV) / Programa de Urbanização de Assentamentos Precários / Programa de Urbanização de Favelas / regularização fundiária urbana - reurb</p>	<p>O Brasil teve importante atuação nas discussões sobre a Nova Agenda Urbana (NAU) (p.05). O Brasil tem um histórico de contribuições às discussões internacionais sobre moradia devido ao Estatuto da Cidade (...). A participação social e o direito à cidade constituem elementos-chave da visão dos problemas urbanos na sociedade brasileira(p.05) Para essa meta, um dos indicadores aponta o acesso à habitação adequada (p.07). Em 2009 foi criado o Plano Nacional de Habitação (p.07). No contexto da ONU, o conceito de moradia adequada abarca não só a sua estrutura física, mas também outras dimensões que influenciam na manutenção da saúde dos moradores e seu acesso às oportunidades presentes nas cidades como: Abastecimento doméstico de água, Esgotamento sanitário, tamanho adequado das moradias, Segurança física e estrutural das casas, Segurança da posse habitacional, ônus excessivo de aluguel (valor), acessibilidade à moradia e coleta de lixo urbana(p.08). O IBGE classifica um domicílio como subnormal no que se refere a Regularização fundiária urbana, ou seja, se não há regularidade na posse do imóvel e se ele possui carência de serviços ou apresenta irregularidade no desenho urbano do seu entorno (p.08). O indicador 11.1.2 mede a Proporção da população urbana vivendo em domicílios precários (p.11) Em termos de programas destacam-se o programa de provisão habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários (p.33) e o Programa de Urbanização</p>
<p>Meta 11.3 (ONU) – Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.</p> <p>Meta 11.3 (Brasil) – Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as Unidades da Federação</p>	<p>Urbanização inclusiva / Urbanização sustentável / Assentamentos humanos / Controle social / Gestão participativa / Planejamento participativo</p>	<p>Desenvolvimento urbano sustentável / Ministério das Cidades (MTCidades) / Esporamento urbano / Atlas da Expansão Urbana / Planos diretores participativos / Conselhos municipais / Orçamento participativo / Planejamento das cidades / Gestão das cidades</p>	<p>Um ponto com muita ênfase na NAU é o do desenvolvimento urbano sustentável (p.05) Em 2003 foi criado o Ministério das Cidades (MTCidades) que trabalha diretamente nas questões urbanas. (p.07). Uma das questões consideradas nessa meta é o espraiamento urbano que é monitorado pelo projeto Atlas da Expansão Urbana (p.18). Os indicadores nacionais indicam a proporção de municípios que possuem planos diretores participativos, conselhos ou fóruns municipais, e que realizam orçamento participativo. Essas ferramentas atestam a existência de estruturas de participação dos cidadãos no processo do planejamento e da gestão das cidades (p.20)</p>
<p>Meta 11.a (ONU) – Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.</p> <p>Meta 11.a (Brasil) – Apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento.</p>	<p>Áreas urbanas / Áreas periurbanas / Áreas rurais / Planejamento nacional de desenvolvimento / Planejamento regional de desenvolvimento / Áreas metropolitanas / Cidades gêmeas / Cooperação interfederativa / Planejamento local de desenvolvimento</p>	<p>Planos de desenvolvimento urbano e regional / PDDU / zoneamento</p>	<p>O indicador global para acompanhamento desta meta é: proporção de população que reside em cidades que implementam planos de desenvolvimento urbano e regional (p.31)</p>
<p>Meta 11.7 (ONU) – Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.</p> <p>Meta 11.7 (Brasil) – Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Espaços públicos seguros / Acesso a espaços públicos / Espaços públicos verdes / Espaços públicos inclusivos / Espaços públicos acessíveis</p>	<p>Praças / Parques / Qualidade urbanística das ruas / Rampa de acesso nas calçadas / Arborização nas ruas / Acessibilidade dos espaços públicos</p>	<p>De acordo com o Caderno, A ideia por trás da meta é promover o melhoramento e a construção de novos espaços públicos, incluindo ruas, praças e parques. (p.28) Para mensurar a qualidade urbanística das ruas, os indicadores nacionais propõem a mensuração da quantidade de domicílios cujo entorno possui rampa de acesso nas calçadas e arborização nas ruas por exemplo. (p.28) Dados apontam que as cidades brasileiras em geral apresentam nível muito baixo de acessibilidade dos espaços públicos (p.29)</p>
<p>Meta 11.5 (ONU) – Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Meta 11.5 (Brasil) – Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Pessoas afetadas por catástrofes/ Mortes em catástrofes / Desastres naturais / Áreas de risco</p>	<p>Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) / Áreas suscetíveis à ocorrência de desastres naturais / Ocupação de encostas íngremes / Ocupação de topos de montes / Ocupação de margens de corpos d'água / Alerta de risco de desastres / Prevenção de desastres / Mitigação de desastres / Reassentamento / Remoção de população em área de risco / participação da comunidade / participação comunitária / resiliência comunitária</p>	<p>Um dos indicadores nacionais visa acompanhar a proporção da população brasileira residente em áreas de risco, isto é, áreas suscetíveis à ocorrência de desastres naturais associados à ocupação de encostas íngremes, topos de montes e margens de corpos d'água. Esse cálculo é feito pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) (p.24) Outro indicador traz o Percentual da população que recebe alerta de risco de desastres (p.25) Os indicadores buscam buscar refletir os esforços das políticas nacionais e locais para prevenção e mitigação de desastres. Destaca-se também a importância da remoção e o reassentamento da população que atualmente vivem em áreas de risco (p.25)</p>
<p>Meta 11.b (ONU) – Até 2030, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.</p> <p>Meta 11.b (Brasil) – Até 2030, aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de Sendai.</p>	<p>Políticas para inclusão nas cidades/ Assentamentos humanos / Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres / Políticas para mitigação a mudanças climáticas / Políticas para adaptação a mudanças climáticas / Gerenciamento de riscos urbanos / Políticas de resiliência</p>	<p>Inundações / Enxurradas / Deslizamentos / Contenção de encostas / alagamentos</p>	<p>O Brasil expandiu a identificação de setores de risco alto e muito alto a inundações, enxurradas e deslizamentos. No campo da prevenção, foram investidos recursos em intervenções estruturais, por exemplo, a contenção de encostas. (p.31) Em termos de programa destaca-se o Programa de Prevenção de Riscos e Desastres (p.33)</p>
<p>Meta 11.c (Brasil) – Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais</p>	<p>Construções sustentáveis / Construções robustas</p>	<p>Edifícios sustentáveis / Edifícios eficientes / Edifícios resistentes /</p>	<p>O indicador global dessa meta aborda a construção e modernização de edifícios sustentáveis, resistentes e eficientes (p.33)</p>

* O **controle social** pressupõe a efetiva participação da sociedade, não só na fiscalização da aplicação dos recursos públicos como também na formulação e no acompanhamento da implementação de políticas. (gov.br)

APÊNDICE K.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

MOBILIDADE URBANA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 11.2 (ONU) – Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos</p> <p>Meta 11.2 (Brasil) – Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.</p>	<p>Transporte seguro / Transporte acessível / Transporte sustentável / Segurança rodoviária / Expansão do transporte público / Segurança viária / Acesso à cidade / Mobilidade urbana / Mobilidade urbana sustentável / Mobilidade urbana eficiente / Transporte público de massa</p>	<p>Políticas de transporte / Corredores de transporte / Estação de transportes / Transporte público / Transporte ativo / Ciclovias / Acelerantes de trânsito / Mortes no trânsito / Metrô / Trem / VLTs / BRTs / Corredores de ônibus / Capacidade do transporte urbano / Qualidade do transporte urbano / emissões veiculares</p>	<p>A meta 11.2 ressalta o papel das políticas de transporte (p.14). Na adequação das metas para o Brasil um dos fatores estudados foram as informações sobre os corredores de transporte e estação de transportes considerando suas localizações (acessíveis ou não) (p.14). Outro indicador nacional é o: Percentual de viagens feitas por meio de transporte público ou de transporte ativo (a pé ou de bicicleta) que são ambientalmente mais sustentáveis; políticas de suporte a estes transportes devem ser prioridade a exemplo do oferecimento de ciclovias (p.15 e 16). Outro indicador nacional desta meta é a taxa de ônibus em acidentes de trânsito (p.18). De acordo com o caderno, o programa Mobilidade Urbana e Trânsito, vem canalizando seus esforços para apoiar investimentos de implantação, expansão e requalificação dos sistemas de metrô, trem, VLTs, BRTs e corredores de ônibus, de maneira a aumentar a capacidade desses sistemas e melhorar a qualidade dos serviços.</p>
PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 11.4 (ONU) – Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.</p> <p>Meta 11.4 (Brasil) – Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial</p>	<p>Proteção patrimônio cultural / Proteção patrimônio natural / patrimônio cultural / patrimônio natural / Salvaguarda do patrimônio cultural / Salvaguarda do patrimônio natural</p>	<p>Ordenamento do território urbano / Patrimônio histórico / Sítios históricos / Conselho municipal de cultura e patrimônio histórico / ordenamento territorial / tombamento / requalificação / Restaura urbano / Gestão do Patrimônio / PATRIMÔNIO URBANO / REVITALIZAÇÃO URBANA</p>	<p>Essa meta reconhece a interdependência entre a proteção ao patrimônio natural e cultural e o curso que se dá ao ordenamento do território urbano (p.21). Várias cidades brasileiras buscam preservar o patrimônio histórico dos seus centros urbanos e depende de investimentos para manter os sítios históricos em boas condições (p.21). O indicador nacional busca O indicador nacional busca captar a presença de conselho municipal de cultura e patrimônio histórico (p.21)</p>
<p>Meta 11.6 (ONU) – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.</p> <p>Meta 11.6 (Brasil) – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.</p>	<p>Impacto ambiental negativo das cidades / Impacto ambiental das cidades / Qualidade do ar / resíduos municipais /resíduos sólidos / POLUIÇÃO DO AR</p>	<p>Coleta de resíduos / Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) / Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil / Lixo / Resíduos sólidos urbanos (RSUs) / Aterro sanitário / Aterro controlado / Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no 12.305/2010) / Partículas inaláveis / Monitoramento do ar / saneamento / resíduos sólidos</p>	<p>Um dos indicadores dessa meta busca medir a proporção de coleta de resíduos sólidos. Alguns desses dados foram produzida pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) e publicada no seu Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil (p.25) Segundo a Abrelpe do resíduos sólidos urbanos (RSUs) gerados no país 91% são coletados e 75% são coletados e destinados a aterro sanitário ou aterro controlado. Ou seja, 16% dos RSUs produzidos são coletados e destinados a lixão.(p.26). Vale destacar o arcabouço da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no 12.305/2010) (p.27). Em relação a qualidade do ar, um dos aspectos mensuráveis trata do nível médio anual de partículas inaláveis nas cidades. O caderno explicita a necessidade de ampliar o sistema de monitoramento do ar (p.27)</p>

APÊNDICE E.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 5 – Igualdade de Gênero

ODS 12			
CONSUMO E PRODUÇÕES SUSTENTÁVEIS			
OBJETIVO			
Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis			
PRODUÇÃO, GESTÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 12.1 (ONU) - Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento</p> <p>Meta 12.1 (Brasil) - Implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, em articulação com entes federados.</p>	Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis / Produção sustentável / Consumo sustentável / Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)	Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável / Educação para o Consumo Sustentável / Varejo e Consumo Sustentável / Reciclagem / Compras Públicas Sustentáveis / Construções Sustentáveis / Agenda Ambiental na Administração Pública – ASP / Indústria e consumo sustentável /	De acordo com a ficha metodológica desenvolvida pelo Ipea que explica a ação do indicador dessa meta, em 2008 iniciou-se o processo de construção do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável . Este documento realça a vinculação do plano com os princípios da economia verde que é o modelo que trará maior bem-estar social. Em seu primeiro ciclo, de 2011 a 2014, o PPCS teve seus esforços focados nas seguintes áreas: Educação para o Consumo Sustentável, Varejo e Consumo Sustentável, Aumento da reciclagem, Compras Públicas Sustentáveis, Construções Sustentáveis e Agenda Ambiental na Administração Pública – ASP
Meta 12.2 - Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.	Gestão sustentável / Uso eficiente de recursos naturais	Consumo interno de materiais / Pegada material / Consumismo / consumo consciente / eficiência	Os indicadores dessa meta visam calcular a chamada " pegada material " e o consumo interno de materiais com vistas à diminuição ou controle do consumismo .
Meta 12.a - Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.	Padrão de produção sustentável / Padrão de consumo sustentável / Produção sustentável	Pesquisa e desenvolvimento sobre consumo / Tecnologias ambientalmente seguras / Tecnologias ambientalmente racionais / TECNOLOGIA LIMPA/ Tecnologia verde / Análise do ciclo de vida /	O indicador dessa meta busca medir o apoio concedido a países em desenvolvimento para a pesquisa e desenvolvimento sobre consumo e produção sustentáveis e tecnologias ambientalmente seguras e racionais .
<p>Meta 12.3 (ONU) - Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.</p> <p>Meta 12.3 (Brasil) - 12.3.1br Até 2030, reduzir o desperdício de alimentos per capita nacional, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.</p> <p>12.3.2br Estabelecer marco regulatório para a redução do desperdício de alimentos no Brasil.</p>	Desperdício de alimentos / Perda de alimentos / Perdas pós colheita / Cadeia de abastecimento / Cadeia de produção	Perdas alimentares / Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil (EIRPDABR)	Um dos indicadores dessa meta é o índice global de perdas alimentares . A Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil (EIRPDABR) tem como objetivo o combate às perdas e ao desperdício de alimentos e se orienta pela ampliação do acesso da população a uma alimentação adequada e saudável.
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 12.4 (ONU) - Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.	Manejo de produtos químicos / Manejo de resíduos / resíduos químicos / Liberação de resíduos água / Liberação de resíduos ar / Liberação de resíduos no solo / POLUIÇÃO DO AR / POLUIÇÃO DO SOLO / POLUIÇÃO DAS ÁGUAS	Resíduos perigosos / SAICM (Strategic Approach to the International Chemicals Management) / Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito / Exportação de resíduos perigosos / Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes / Redução de poluentes orgânicos persistentes - POPs / Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC) / Agrotóxicos / Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional / Comércio de substâncias químicas perigosas / Convenção de Minamata sobre o Mercúrio / Mercúrio / Protocolo de Montreal/ RESÍDUOS INDUSTRIAIS	Os indicadores para essa meta consideram sempre a quantidade de resíduos perigosos gerados. A meta incorporou o objetivo geral da SAICM (Strategic Approach to the International Chemicals Management). A ficha metodológica para alcance dessa meta cita também compromissos celebrados no âmbito das Convenções Internacionais tais como: Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (exportação de resíduos perigosos), Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (redução e eliminação dos poluentes orgânicos persistentes - POPs, Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC) Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional (comércio de substâncias químicas perigosas), Convenção de Minamata sobre o Mercúrio (redução e eliminação do mercúrio) e o Protocolo de Montreal .
<p>Meta 12.5 (ONU) - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.</p> <p>Meta 12.5 (Brasil) - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reuso de resíduos.</p>	Geração de resíduos / Prevenção a geração de resíduos / Reciclagem / Redução de resíduos / Economia circular / Reuso de resíduos	Taxa de reciclagem / Material reciclado / Princípio dos 3R's / 3R	O indicador para essa meta considera a taxa de reciclagem nacional e o volume de material reciclado . "Redução, reciclagem e reuso"; referem-se ao princípio dos 3R's , apresentado na Agenda 21
Meta 12.c - Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.	Combustíveis fósseis / Consumo exagerado / Subsídios a combustíveis fósseis / Impacto do uso combustíveis fósseis	Cargas tributárias sobre combustíveis / carvão mineral / gás natural / petróleo e seus derivados / óleo diesel / gasolina.	Na justificativa de adequação explica-se que, embora não haja grande incentivos ou subsídios aos combustíveis fósseis no Brasil, as grandes cargas tributárias sobre outros combustíveis podem, indiretamente, incentivar o uso de determinados combustíveis.

APÊNDICE L.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 12 – Consumo e Produções Sustentáveis

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS - EMPRESAS E SOCIEDADE			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 12.6 (ONU) - Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.	Práticas sustentáveis empresariais / Sustentabilidade empresarial / Relatórios de sustentabilidade	Relatórios de sustentabilidade / ISO 26000 / Diretrizes sobre responsabilidade social / Economia colaborativa / Responsabilidade socioambiental / Responsabilidade Social Corporativa / Responsabilidade Social Empresarial / certificação ambiental / NBR ISO 14.001 / NBR ISO 14.040 / auditoria ambiental /	O indicador proposto para essa meta visa apresentar o número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade.
Meta 12.6 (Brasil) - Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental e a integrar informações acerca dessas práticas em seus sistemas, bancos de dados e ciclo de relatórios.			A adequação da meta se alinha ao que já vem sendo praticado pelas empresas no Brasil, especialmente em conformidade com a Norma Técnica Brasileira ABNT NBR ISO 26000, de 2010, que estabelece "Diretrizes sobre responsabilidade social". A sugestão decorre do crescimento da economia colaborativa, que estimula a responsabilidade socioambiental
Meta 12.7 (ONU) - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.	Compras públicas sustentáveis / Gestão pública sustentável / Práticas públicas sustentáveis / Critérios de sustentabilidade	Políticas de contratação pública / Planos de ação sustentáveis / Contratações sustentáveis / Licitações Sustentáveis /	O indicador dessa meta visa enumerar países que implementam políticas de contratação pública e planos de ação sustentáveis. Na justificativa para adequação da meta adota-se o termo "contratações sustentáveis" por entender que este tem uma abrangência maior.
Meta 12.8 (ONU) - Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.	Conscientização para o desenvolvimento sustentável / Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) / Educação ambiental	Educação para a cidadania global / Educação para o desenvolvimento sustentável / Educação ambiental / Sustentabilidade ambiental / Condições ambientais / Qualidade de vida	O indicador dessa meta visa medir o grau com que são disseminadas a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável. A adequação da meta foi baseada na necessidade de explicitar que ela trata especialmente de educação ambiental. As ações do PRONEA visam assegurar, no âmbito educativo, dimensões da sustentabilidade ambiental buscando a melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida
Meta 12.8 (Brasil) - Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).			
Meta 12.b (ONU) - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.	Turismo sustentável / Desenvolvimento sustentável para o turismo / Turismo acessível / Emprego no turismo / Promoção da cultura local / Promoção dos produtos locais	ecoturismo / turismo de natureza	n/a
Meta 12.b (Brasil) - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.			

* As referências estão sem páginas pois para os ODS 12 e ODS 15 não foram elaborados Cadernos. Entretanto, as metas foram igualmente adaptadas e justificadas em:
Fonte: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods12.html>

APÊNDICE M – Tabela de palavras chave para o ODS 13 – Ação Contra Mudança Global do Clima

ODS 13			
AÇÃO CONTRA MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA			
OBJETIVO			
TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER A MUDANÇA DO CLIMA E SEUS IMPACTOS			
RESILIÊNCIA E COMBATE A MUDANÇAS CLIMÁTICAS			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 13.1 (ONU) – Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países</p> <p>Meta 13.1 (Brasil) – Ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais.</p>	<p>Catástrofes naturais / Mudança do clima / Desastres naturais / Capacidade de adaptação a riscos</p>	<p>Composição atmosférica / Variabilidade climática / Temperatura global / Elevação da temperatura / Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres, UNISDR / Pessoas afetadas por desastres / Alagamentos / Inundações / Classificação e Codificação Brasileira de Desastres / Cobrada / Excesso de chuva / Escassez de chuva / Seca / Estiagem / Movimentos de massa // DESLIZAMENTO / Deslizamento de terra / Escorregamentos de terra / Enxurradas / Urbanização desordenada / Ocupação de áreas de risco / Especulação imobiliária / Aterros / Ocupação de encostas / Desmatamento de topo de morros / Desmatamento de topos de montanhas / Escoamento das águas / Gestão ambiental urbana / Depósitos de lixo / Áreas de mananciais/ Ilha de calor urbana / Áreas densamente construídas / Preservação de áreas verdes / Áreas verdes mínimas / Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres / Marco de Ação de Hyogo / Aquecimento global</p>	<p>diante da gravidade e da urgência do problema, causado pela interferência humana na composição da atmosfera do planeta e pela própria variabilidade climática natural, a questão da mudança do clima passou a se constituir em um dos dezessete ODS (p.05) O combate à mudança global do clima, de modo a reduzir a elevação da temperatura global, é essencial à qualidade da vida na terra. (p.06) O Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres (UNISDR), na sigla em inglês) apresentou trabalho técnico com indicadores semelhantes ao dessa meta (p.08). Um dos indicadores dessa meta calcula o número de pessoas afetadas por desastres no país tais como alagamentos e inundações (p.09). A tipologia de desastres naturais e tecnológicos no Brasil é definida pela Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade), a maioria das ocorrências está relacionada a eventos hidrometeorológicos e climatológicos, principalmente o excesso ou a escassez de chuvas (seca e estiagem) (p.10). Alguns tipos de desastres tem grande potencial de letalidade a exemplo de movimentos de massa (deslizamentos ou escorregamentos de terra), inundações e enxurradas (p.11). O aumento desses desastres deriva, principalmente, da urbanização desordenada, sobretudo a ocupação de áreas de risco por populações de baixa renda. A especulação imobiliária também contribui para o aumento das ocorrências de desastres naturais, com a construção de aterros, a ocupação de encostas e o desmatamento de topos de morros e montanhas, que dificultam o adequado escoamento das águas. A má gestão ambiental urbana também é responsável pelo crescimento dos desastres naturais, a exemplo da permissividade com depósitos de lixo em locais impróprios e da ocupação de áreas de mananciais. (p.12) Vale destacar que alguns aspectos regionais também contribuem para o aumento das chuvas intensas tal qual o chamado efeito ilha de calor urbana nas áreas densamente construídas sem a preservação de áreas verdes mínimas (p.13) O Brasil é signatário do Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres e também o foi do Marco de Ação de Hyogo que o precedeu.</p>

APÊNDICE M.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 13 – Ação Contra Mudança Global do Clima

POLÍTICAS E PLANOS RELACIONADOS À MUDANÇA DO CLIMA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 13.2 (ONU) – Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.</p> <p>Meta 13.2 (Brasil) – Integrar a PNMC a políticas, estratégias e planejamentos nacionais</p>	<p>Políticas para mudança do clima / Planejamento nacional para mudanças do clima / PNMC</p>	<p>Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima / UNFCCC / Acordo de Paris / Emissões globais / Emissões de GEE / Redução das emissões / Gases de efeito estufa / Protocolo de Montreal / Programa Brasileiro de Eliminação dos HFCs / Rede Clima / Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene) / Desmatamento / Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal / PPCDAm / Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado / PPCerrado / Observatório do Clima / Programa ABC / Inventário de GEE / GHG Protocol / precificação de carbono /</p>	<p>A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) é o fórum primário para negociar a resposta mundial à mudança do clima (p.05) O que se espera de todas as nações é que adotem os compromissos assumidos no Acordo de Paris que reafirma-se às emissões globais de GEEs. (p.05) A PNMC estabelece compromisso nacional de redução das emissões de gases de efeito estufa (p.18) O Protocolo de Montreal acordou um cronograma de eliminação de substâncias químicas controladas que, no Brasil, tiveram o consumo totalmente banido por meio do Programa Brasileiro de Eliminação dos HFCs. (p.18) A Rede Clima é uma organização governamental voltada para a produção de conhecimento e informações sobre a mudança do clima (p.20) O Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene) processa e divulga os valores oficiais anuais de emissões de GEEs (p.20) As emissões de GEEs originadas do desmatamento são mensuradas pelo Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e pelo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) (p.21) O Observatório do Clima é uma organização não governamental (ONG), que reúne várias organizações da sociedade civil atuantes no debate sobre as mudanças climáticas (p.23) O Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) consiste em linha de crédito criada especificamente para este fim (P.36)</p>
<p>Meta 13.b (ONU) – Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.</p> <p>Meta 13.b (Brasil) – Estimular a ampliação da cooperação internacional em suas dimensões tecnológica e educacional, objetivando fortalecer capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizados.</p>	<p>Planejamento para mudança do clima / Cooperação internacional para mudança do clima</p>	<p>Gestão das mudanças climáticas /</p>	<p>A meta busca a promoção do planejamento e da gestão das mudanças climáticas nos países menos desenvolvidos (p.27)</p>
<p>Meta 13.a (ONU) – Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível</p>	<p>Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima / Fundo Verde para o Clima</p>	<p>PMR (Partnership for Market Readiness)</p>	<p>n/a</p>
EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA MUDANÇA DO CLIMA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 13.3 (ONU) – Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto e alerta precoce à mudança do clima.</p> <p>Meta 13.3 (Brasil) – Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce.</p>	<p>Educação para mudança do clima / Conscientização para mudança do clima / Mitigação global do clima / Alerta precoce à mudança do clima / Adaptação à mudança do clima / Redução de impacto da mudança do clima /</p>	<p>Lei nº 9.795/99 / Política Nacional de Educação Ambiental / adaptação e mitigação</p>	<p>A Lei nº 9.795/99 regulamenta a Constituição Federal, ao dispor sobre a educação ambiental e instituir a Política Nacional de Educação Ambiental. (p.26)</p>

APÊNDICE N – Tabela de palavras chave para o ODS 14 – Vida na água

ODS 14			
VIDA NA ÁGUA			
OBJETIVO			
CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS, DOS MARES E DOS RECURSOS MARINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
Proteção e combate à poluição marinha			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.	Poluição marinha / Detritos marinhos / Poluição marinha por nutrientes	Eutrofização das águas / Detritos plásticos flutuantes / poluição do mar / poluição dos oceanos / poluição do ambiente marinho / contaminação dos oceanos / resíduos plásticos / poluição plástica/ micropolítica	o indicador definido para essa meta busca calcular o índice de eutrofização das águas costeiras e índice de densidade de detritos plásticos flutuantes (p.7)
14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.	Proteção dos ecossistemas marinhos / Proteção dos ecossistemas costeiros / Restauração dos ecossistemas marinhos / Oceanos saudáveis / Oceanos produtivos	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) / Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) / Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)	A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) tem como objetivo coordenar os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) além de elaborar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) (p.13)
14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.	Acidificação dos oceanos	Acidez marinha / acidificação da água do mar	O indicador para essa meta busca calcular a acidez marinha média (p.07)
14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível. Meta 14.5 (Brasil) – Até 2020, conservar pelo menos 25% das zonas costeiras e marinhas, principalmente áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurando e respeitando a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens marinhas mais amplas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível	Conservação de zonas costeiras / Conservação de zonas marinhas / Paisagens marinhas / Demarcação marinha / Regularização marinha / Gestão marinha / Integração marinha / Interligação marinha	Unidades de Conservação Oceânicas / Plataforma continental brasileira / Comissão de Limites da Plataforma Continental / Gerenciamento costeiro / Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) / Espaços litorâneos / Ecossistemas costeiros / Uso da orla / Ocupação da orla / Processos erosivos / erosão costeira	As unidades de conservação (UCs) são áreas que criadas pelo poder público para a proteção da natureza em várias categorias como a UC Oceânicas (p.10) Ressalta-se a posição do governo em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (p.14) Com relação ao gerenciamento costeiro, o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), é uma ação focada em ordenar os espaços litorâneos que busca enfrentar o conflito entre a fragilidade dos ecossistemas costeiros e o crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular da orla, bem como o aumento dos seus processos erosivos (p.14)
14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS, que prevê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro que queremos".	Conservação dos oceanos / Uso sustentável dos oceanos / United Nations Convention on the Law of the Sea / UNCLOS	Convenção sobre Diversidade Biológica / Convention on Biological Diversity / uso responsável (dos oceanos) / conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos / desenvolvimento sustentável dos oceanos	As políticas nacionais para os mares e os recursos marinhos refletem fortemente os compromissos assumidos pelo país em convenções e tratados internacionais, com destaque para a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (United Nations Convention on the Law of the Sea – UNCLOS) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (Convention on Biological Diversity) (p.5)
Gestão sustentável da pesca			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
14.4 Até 2020, efetivamente regular a pesca, acabar com a sobrepesca, com a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e com as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, de forma a recuperar os estoques pesqueiros no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.	Pesca regulada / Regulação da pesca / sobrepesca / Pesca ilegal/ Pesca não reportada / Pesca não regulamentada / INN / Práticas de pesca destrutivas / Estoques pesqueiros	Megafauna marinha / Sistema de monitoramento de embarcações / Vessel Monitoring System– VMS / Fiscalização no litoral / Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS) / pesca industrial / sobrecapacidade da pesca / monitoramento marinho / monitoramento da pesca	O indicador dessa meta calcula o estoques pesqueiros dentro dos níveis biologicamente sustentáveis (p.07) O Programa Pesca e Aquicultura visa a proteção de espécies da megafauna marinha biologicamente vulnerável. Destaca-se, ainda, o sistema de monitoramento de embarcações por satélite (Vessel Monitoring System– VMS), que inclui mais de 2 mil embarcações rastreadas, sendo utilizado nas ações de fiscalização no litoral brasileiro de forma a combater a pesca ilegal (p.16) Um dos objetivos governamentais é atualizar o sistema do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS) para ampliar a frota monitorada e a qualidade da informação (p.17)
14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuam para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca INN, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC. Até 2020, avaliar certas formas de subsídios à pesca, que contribuam para a sobrecapacidade e a sobrepesca, considerando a eliminação dos subsídios que contribuam para a pesca INN, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.	Subsídios à pesca, / Sobrecapacidade / Sobrepesca	Combate à pesca ilegal / Pesca não declarada / pesca ilegal / pesca predatória	O indicador dessa meta busca calcular os Progressos realizados pelos países no grau de implementação dos instrumentos destinados a combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (p.8)
14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Small Island Developing States –SIDS) e os países menos desenvolvidos (Least Developed Countries – LDC), a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo. Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para todos os países, em especial os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo. +	Uso sustentável dos recursos marinhos / Gestão sustentável da pesca / Aquicultura / turismo marinho	Pesca sustentável / gestão sustentável dos recursos pesqueiros	O indicador dessa meta calcula a incidência da pesca sustentável (p.08)
14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.	Pescadores artesanais / Recursos marinhos / Mercados marinhos	Acesso à pesca / Acesso à pesca artesanal / seguro-defeso / Espécies pesqueiras / pesca artesanal/ pesca sustentável	O indicador dessa meta busca medir o progresso dos proteção dos direito de acesso à pesca artesanal (p.08) O seguro-defeso ampara os pescadores impedidos de subsistir com seu trabalho durante certo período do ano enquanto oferece alguma proteção às espécies pesqueiras (p.16)

APÊNDICE N.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 14 – Vida na água

conhecimento científico e tecnologia marinha			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e SIDS.	Pesquisa marinha, / Tecnologia marinha / Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental / Saúde dos oceanos / Biodiversidade marinha	Programa Oceanos / Zona Costeira e Antártica / Recursos do mar / Monitoramento oceanográfico / Monitoramento climatológico dos oceanos / Pesquisa em oceano profundo / Serviço Geológico do Brasil (CPRM) / Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (International Seabed Authority – ISA) / Crustas ferromanganesíferas / Ciências do mar	O Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica orienta a formação de recursos humanos, as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária ao conhecimento e ao uso sustentável dos recursos do mar (...) essa política deu continuidade ao aumento das pesquisas científicas, ao monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos (p.14) Ressalta-se a posição do governo em colocar o Brasil na vanguarda da pesquisa em oceano profundo, através da assinatura entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (International Seabed Authority – ISA) do contrato para exploração de crustas ferromanganesíferas (P.14) A baixa disponibilidade de embarcações apropriadas para a formação de alunos é considerada a maior carência na formação de recursos humanos em ciências do mar (p.16)

APÊNDICE O – Tabela de palavras chave para o ODS 15 – Vida Terrestre

ODS 15			
VIDA TERRESTRE			
OBJETIVO			
Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
<p>Meta 15.1 (ONU) - Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.</p> <p>15.1.1br Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e outras categorias de áreas oficialmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.</p> <p>15.1.2br Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas aquáticos continentais e de sua biodiversidade, e fortalecer a pesca sustentável nestes ambientes, eliminando a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e eliminando subsídios que contribuem para a pesca INN.</p>	<p>Conservação dos ecossistemas terrestres / Recuperação dos ecossistemas terrestres / Uso sustentável dos ecossistemas terrestres / Ecossistemas de água doce / Sistemas de unidades de conservação / Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) / Áreas de Preservação Permanente (APPs) / Reservas Legais (RLs) / Terras indígenas / Conservação da Amazônia / Biomas terrestres / Paisagens terrestres / Conservação dos ecossistemas aquáticos continentais / Biodiversidade dos ecossistemas aquáticos continentais / Pescas continentais / representação ecológica</p>	<p>Pesca em águas continentais / Meta Nacional de Biodiversidade nº 11 / Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) / Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB / Biodiversidade / Remanescentes de ecossistema / Biomas / Conservação dos biomas / Habitats críticos / Espécies chave / Espécies ameaçadas de extinção / Espécies cultivadas / Processos essenciais / Ciclo de vida das espécies / Ciclo evolutivo das espécies / Criadouros naturais / Áreas de desova / Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade / Áreas conservadas / Áreas demarcadas / Áreas regularizadas / Regularização fundiária / Conservação dos recursos naturais / Uso sustentável dos recursos naturais / Processos ecológicos / Manejo adaptativo / Impactos positivos na paisagem</p>	<p>A adequação da meta buscou inserir pesca em águas continentais uma vez que a pesca só está explicitada no ODS 14 (Vida ná água) que trata somente das oceânicas. A meta nacional 15.1.1br teve seu texto alterado à realidade nacional para corresponder à Meta Nacional de Biodiversidade nº 11, que foi aprovada por meio da Resolução nº 08 da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), e guarda relação com compromissos internacionais assumidos no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). São consideradas áreas de especial interesse para a biodiversidade: i) áreas com remanescentes de ecossistemas representativos dos biomas em bom estado de conservação; ii) áreas específicas com valor intrínseco a elementos e/ou processos chave para a manutenção da integridade e funcionamento dos ecossistemas (por exemplo, habitats críticos, espécies chave, ameaçadas de extinção, parentes silvestres das principais espécies cultivadas, processos essenciais, etc.); iii) áreas fundamentais para a manutenção do ciclo de vida e processos evolutivos das espécies que ocupam esse sistema (por exemplo, criadouros naturais ou áreas de desova). A utilização do instrumento Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade é extremamente oportuna, já que materializa parte dos conceitos descritos acima. Áreas conservadas, com gestão efetiva, são aquelas devidamente demarcadas e regularizadas (regularização fundiária) que garantem a conservação ou o uso sustentável dos recursos naturais e processos ecológicos. Para assegurar efetividade ao processo é muito importante viabilizar um processo de manejo adaptativo que permita a reflexão e o contínuo ajuste do modelo adotado, para garantir impactos positivos na paisagem.</p>
<p>Meta 15.a (ONU) Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.</p> <p>Meta 15.a (Brasil) - Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas, para viabilizar a implementação dos compromissos nacionais e internacionais relacionados com a biodiversidade.</p>	<p>Recursos financeiros para conservação / Recursos financeiros para uso sustentável da biodiversidade / Compromissos nacionais com a biodiversidade / Compromissos internacionais com a biodiversidade</p>	<p>Gastos públicos com conservação / uso sustentável da biodiversidade/ uso sustentável dos ecossistemas</p>	<p>O indicador dessa meta pretende calcular o total dos gastos públicos com conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.</p>
<p>Meta 15.4 - Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Conservação dos ecossistemas de montanha / Biodiversidade dos ecossistemas de montanha</p>	<p>Cobertura vegetal nas montanhas / Câmara Técnica Temporária sobre Ecossistemas de Montanhas</p>	<p>Um dos indicadores dessa meta busca calcular o índice de cobertura vegetal nas regiões de montanha. O Brasil criou uma Câmara Técnica Temporária sobre Ecossistemas de Montanhas, no âmbito da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio)</p>
<p>Meta 15.5 (ONU) - Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.</p> <p>15.5.1br Até 2020, a taxa de perda de habitats naturais será reduzida em 50% (em relação às taxas de 2009) e a degradação e fragmentação em todos os biomas será reduzida significativamente.</p> <p>15.5.2br Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas será reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.</p>	<p>Habitats naturais / Perda da biodiversidade, / Extinção de espécies / Espécies ameaçadas / Degradação de biomas / Fragmentação de biomas / Diversidade genética / Raridade silvestre / Variabilidade genética / Risco de extinção</p>	<p>Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies) / conservação da fauna / combate ao tráfico / comércio ilegal da fauna silvestre / tráfico ilícito</p>	<p>O conceito de risco de extinção é o resultado de um processo de avaliação de risco adotado pelo Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies).</p>
<p>Meta 15.c (ONU) - Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.</p> <p>Meta 15.c (Brasil) - Reforçar o apoio global e a cooperação federativa no combate à caça e pesca ilegais e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável, e proporcionar o acesso de pescadores artesanais de pequena escala aos recursos naturais.</p>	<p>Caça ilegal / Tráfico de espécies / Espécies protegidas / Subsistência sustentável / Pesca ilegal / Pescadores artesanais</p>	<p>Habitat (conservação)</p>	<p>n/a</p>
<p>Meta 15.7 (ONU) - Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.</p> <p>Meta 15.7 (Brasil) - Tomar medidas urgentes para acabar com a caça e pesca ilegais e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, incluindo recursos pesqueiros de águas continentais e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida silvestre.</p>	<p>Fauna protegida / Flora protegida / Produtos ilegais da vida selvagem / Recursos pesqueiros de águas continentais</p>	<p>Vida silvestre comercializada / Comércio de animais silvestres / Caça furtiva / animais silvestre / preservação dos animais</p>	<p>O indicador para essa meta busca calcular a proporção da vida silvestre comercializada (comércio de animais silvestres) que foi objeto de caça furtiva ou de tráfico ilícito.</p>
<p>Meta 15.8 - Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.</p>	<p>Espécies exóticas invasoras / Espécies invasoras / Espécies prioritárias</p>	<p>Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras / Planos Nacionais de Prevenção, Controle e Monitoramento de Espécies Exóticas Invasoras / animais exóticos</p>	<p>O Brasil vem desenvolvendo medidas voltadas ao atingimento da meta global, entre as quais a implementação da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras e da elaboração dos Planos Nacionais de Prevenção, Controle e Monitoramento de Espécies Exóticas Invasoras.</p>

APÊNDICE O.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 15 – Vida Terrestre

RESTAURAÇÃO DE FLORESTAS E COMBATE A DESERTIFICAÇÃO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 15.2 ONU - Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente. Meta 15.2 Brasil - Até 2030, zerar o desmatamento legal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas, em todos os biomas e preferencialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) e, em áreas de uso alternativo do solo, ampliar em 1,4 milhão de hectares a área de florestas plantadas.	Gestão sustentável das florestas / Desmatamento / Restauração de florestas / Florestas degradadas / Florestamento / Biomas brasileiros / Manejo ambiental sustentável / Recuperação de florestas / Vegetação nativa / florestas plantadas	Gestão florestal / Produtos florestais / Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg) / Concessão florestal / Manejo florestal / Florestas públicas / Florestas naturais / Florestas plantadas /uso sustentável da biodiversidade	O indicador dessa meta busca medir o progresso na gestão florestal sustentável. Um dos fatores a serem observados para atendimento dessa meta é são os mmiemos relativos ao fornecimento de produtos florestais . Uma das políticas abordadas na adaptação da meta para realidade nacional foi a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg) . Alguns termos são importantes para avaliar a meta: Concessão florestal : delegação onerosa do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo ⁶ Florestas públicas : florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio público;
Meta 15.3 (ONU) - Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo. Meta 15.b (ONU) Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento. Meta 15.b (Brasil) - Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar e proporcionar incentivos adequados ao manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.	Desertificação / Restauração da terra / Solo degradado / Degradação do solo / Terrenos afetados / Seca / Inundações	LDN (Land Degradation Neutrality) / Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD)/ Neutralidade da Degradação da Terra (LDN) / Terra saudável / Terra produtiva	A meta é explícita quando se refere ao combate à desertificação e ao LDN (Land Degradation Neutrality) . Durante a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) o Brasil aderiu oficialmente ao programa Neutralidade da Degradação da Terra (LDN) que deriva do objetivo 15.3 da Agenda 2030, este termo trata-se de um estado que considera montante de recursos de terra saudável e produtiva .
	Manejo florestal / Financiamento do manejo florestal / Manejo florestal sustentável	incentivos para conservação /reflorestamento	n/a

RECURSOS GENÉTICOS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 15.6 (ONU) - Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos. 15.6.1br Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. 15.6.2br Até 2030, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes.	Recursos genéticos / Conhecimentos tradicionais / Inovações de povos indígenas / práticas de povos indígenas / práticas de agricultores familiares / Práticas de comunidades tradicionais / Uso sustentável da biodiversidade / Recursos biológicos	Convenção sobre Diversidade Biológica / Protocolo de Nagoya / Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais - CGEN / Saberes e práticas / Saberes e práticas indígenas / Saberes e práticas agrícolas / Comunidades tradicionais	A meta busca implementar os dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica . Além disso, a meta está intimamente relacionada ao Protocolo de Nagoya , que trata da importância de se proteger o conhecimento tradicional associado ao uso de recursos genéticos. O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais - CGEN trata do o direito de povos e comunidades a participar do processo de tomada de decisão sobre os assuntos afetos ao conhecimento tradicional (que abraça saberes e práticas de Povos Indígenas, agricultores familiares e Comunidades Tradicionais)

VALORES PARA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 15.9 (ONU) - Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas. Meta 15.9 (Brasil) - Até 2020, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria. 33	Valores dos ecossistemas / Valores da biodiversidade / Valores da geodiversidade / Valores da sociodiversidade	Serviços ecossistêmicos	valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade são benefícios oferecidos pela biodiversidade, geodiversidade, sociodiversidade, suas interações e processos, incluindo serviços ecossistêmicos

* As referências estão sem páginas pois para os ODS 12 e ODS 15 não foram elaborados Cadernos. Entretanto, as metas foram igualmente adaptadas e justificadas em:
Fonte: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods12.html>

APÊNDICE P – Tabela de palavras chave para o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ODS 16			
PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES			
OBJETIVO			
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis			
REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA E CORRUPÇÃO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 16.1 (ONU) - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.	Violência / Redução da violência / Redução das taxas de mortalidade / Feminicídio / Homicídio de crianças / Homicídio de jovens / Homicídios de negros / homicídio de mulheres / Homicídio de LGBT	Mortes violentas / Homicídios intencionais / Suicídios / Violência complexa / Gangues / Conflitos interpessoais / Milícias / Fações criminosas / Violência policial / racismo / Conflitos armados / Grupos armados / Confronto permanente / Violência física / Violência psicológica / Violência sexual / Segurança urbana / Segurança rural / Agressão física / Estupro / Infrações penais / Crimes / Contravenções penais / Polícia militar/ Polícia federal / Polícia civil / Programa Federal de Assistência e Proteção a Vítimas e Testemunhas (Lei nº 9.807/1999)	A meta destacou entre as violências as mortes violentas , que podem ser sintetizadas em homicídios intencionais e suicídios (p.08) Um quadro de violência complexa envolve também aspectos como a existência de gangues, conflitos interpessoais, milícias, facções criminosas, violência policial e etc. (p.10) A linha da violência é maior para os homicídios de negros (...) que podem ser também associados ao fenômeno do racismo (p.10) Um dos indicadores globais também calcula o número de mortes por conflitos armados entre grupos armados que possam ser caracterizados como confronto permanente (p.11) O terceiro indicador global calcula a proporção da população sujeita a violência física, psicológica ou sexual (p.11) Um dos indicadores trata da segurança urbana e da segurança rural sob a perspectiva da população. (p.11) Os indicadores propostos pelo Ipea para estupro (...) depende de pesquisa específica (p.16) Nos indicadores propostos pelo Ipea calcula-se a proporção de pessoas que foram vítimas de agressão física no período de referência (p.19) Pode-se indicar os órgãos do sistema a partir do fluxo do processo criminal . Assim, atuando na prevenção às infrações penais (crimes e contravenções penais) há polícia militar, polícia federal, polícia civil (...) (p.57) Foi instituído o Programa Federal de Assistência e Proteção a Vítimas e
Meta 16.1 (Brasil) - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, inclusive com a redução de 1/3 das taxas de feminicídio e de homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBT.			
Meta 16.2 (ONU) - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.	Abuso infantil / Exploração infantil / Tráfico de crianças / Tortura contra crianças / Proteção da criança e do adolescente	Direitos da infância / Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) / Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF) / Negligência parental / Abandono parental / Violência física contra crianças / Violência psicológica contra crianças / Alienação parental / Trabalho infantil / Crianças e adolescentes desaparecidos / Prostituição infantil / Pornografia infantil / suicídio de crianças / suicídio infantil / suicídio de adolescente / Convivência familiar / Família acolhedora / Família extensa / Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária / Responsabilização socioeducativa / Medidas socioeducativas / Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (Decreto nº 6.231/2007) / Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)	A meta está em consonância com as normas nacionais e internacionais dos direitos da infância , tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (UNICEF) (p.20) O processo de nacionalização das metas globais também incluiu-se as violações mais comumente praticadas contra crianças e adolescentes no país, tais como: negligência e abandono parentais; violência física contra crianças; violência psicológica contra crianças; abuso infantil; tráfico de crianças, alienação parental e trabalho infantil (p.21) A situação de crianças e adolescentes desaparecidos foi incluída no acompanhamento dessa meta (p.21) O abuso infantil engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros, como é o caso da prostituição infantil e da pornografia infantil . (p.25) Destaca-se também as lesões autoprovocadas, que incluem os suicídios entre crianças e adolescentes (p.28) Considera-se que crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional não estão exercendo o direito de convivência familiar (...) modalidades de acolhimento, como a família acolhedora ou a família extensa , o acolhimento em instituições ainda é a principal modalidade estabelecida pelo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (p.29). Quanto à violação de direitos dos adolescentes autores de ato infracional, o ECA prevê que o menor é capaz de cometer ato infracional e contempla um sistema de controle judicial baseado na responsabilização socioeducativa . Estabelece sanções, sob a forma de medidas socioeducativas (P.30) Foi instituído o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (Decreto nº 6.231/2007) (p.58) Merece destaque o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) (p.59)
Meta 16.2 (Brasil) - Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.			
Meta 16.a (ONU) - Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.	Prevenção da violência / Combate ao crime/ Combate ao terrorismo / Violação aos direitos humanos	Instituições nacionais de direitos humanos (INDHs) / Comitê de Coordenação Internacional das Instituições Nacionais / Aliança Global de Instituições Nacionais de Direitos Humanos – GANHRI / Conselho Nacional de Direitos Humanos / Lei nº 12.986/2014	A necessidade de fortalecimento institucional prevista na meta fica representada de forma mais concreta pela atuação das instituições nacionais de direitos humanos (INDHs) . Em 2008 reconheceu-se o papel do Comitê de Coordenação Internacional das Instituições Nacionais (atualmente denominada Aliança Global de Instituições Nacionais de Direitos Humanos – GANHRI) no procedimento de acreditação de instituições. (P.48) No Poder Executivo, uma das mais atuantes instituições é o Conselho Nacional de Direitos Humanos , criado pela Lei nº 12.986/2014 (p.48)
Meta 16.a (Brasil) - Fortalecer as instituições relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos.			
Meta 16.4 - Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.	Fluxos financeiros ilegais/ Armas ilegais /Crimes organizados / recursos roubados	Armas de fogo ilícitas / Armas apreendidas	Para calcular um dos aspectos dessa meta existidos disponíveis sobre armas de fogo ilícitas apreendidas (p.37)
Meta 16.5 (ONU) - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.	Corrupção/ Suborno / Sonegação fiscal	Sistema anticorrupção / Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCLCA) / Lavagem de Dinheiro / Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) / Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) / Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD)	Na área de enfrentamento à corrupção, aponta-se a existência de um sistema anticorrupção brasileiro (p.59) Em termos de ações, destaca-se a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCLCA) , o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) , o Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) , os Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) (p.60)
Meta 16.5 (Brasil) - Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas.			
INSTITUIÇÕES TRANSPARENTES, EFICAZES E ACESSO À JUSTIÇA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 16.3 (ONU) - Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.	Estado de direito / Acesso à justiça	Defensoria pública / Justiça gratuita / Assistência judiciária gratuita / Advogado dativo / Emenda Constitucional nº 45/2004 / organização judiciária / JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL	Um dos indicadores dessa meta propõe calcular a proporção de contatos dotados de defensoria pública e com acesso à justiça gratuita (p.36) No Brasil o principal meio de prover assistência judiciária gratuita aos pobres era a nomeação de advogados dativos (p.56) A Emenda Constitucional nº 45/2004 foi um marco importante, ao tornar absolutamente clara a obrigatoriedade estatal de instituir e manter defensorias públicas (p.56)
Meta 16.3 (Brasil) - Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.			
Meta 16.6 (ONU) - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.	Instituições eficazes / Instituições responsáveis / Instituições transparentes / Accountability	Responsabilidade institucional / Controle institucional / Transparência institucional / Prestação de contas institucionais / Despesas públicas primárias / Escala Brasil Transparente – EBT / Transparência pública / Ouvidorias públicas	O conceito de accountability envolve elementos complexos, tais como responsabilidade institucional, controle institucional, transparência institucional e prestação de contas institucionais (p.38) Um dos indicadores dessa meta calcula as despesas públicas primárias em relação ao orçamento total (p.39) A Escala Brasil Transparente – EBT é uma metodologia para medir a transparência pública (P.39) O Ipea propôs como indicador também a proporção de órgãos públicos que tenham ouvidorias públicas (p.41)
Meta 16.6 (Brasil) - Ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis.			
Meta 16.7 (ONU) - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.	Tomada de decisão responsiva / Tomada de decisão inclusiva / Tomada de decisão representativa	Distribuição equitativa de cargos	Um dos indicadores dessa meta busca calcular a proporção de cargos em instituições públicas ou seja, a distribuição equitativa de cargos conforme aspectos como sexo, idade, pessoas com deficiência. (p.41)
Meta 16.8 (ONU) - Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.	Instituições de governança global	Votos nas instituições/ ONU/ Banco Mundial	Para medir a participação do país, analisou-se o peso dos seus votos nas instituições na governança global como a ONU e o Banco Mundial (p.44)
Meta 16.8 (Brasil) - Ampliar e fortalecer a participação brasileira nas instituições de governança global.			

APÊNDICE P.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

INCLUSÃO E DIREITOS			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 16.9 (ONU) - Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento. Meta 16.9 (Brasil) - Até 2030, fornecer identidade civil para todos, incluindo o registro de nascimento, em especial para os povos ciganos, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, as populações ribeirinhas e extrativistas, além de grupos populacionais como mulheres trabalhadoras rurais, a população em situação de rua, a população em situação de privação de liberdade e a população LGBT.	Identidade legal / Registro de nascimento / Identidade civil / Registro dos povos ciganos / Registro dos povos indígenas / Registro dos povos de matriz africana / Registro de terreiros / Registro de populações ribeirinhas / Registro de mulheres trabalhadoras rurais / Registro de população em situação de rua / Registro da população em situação de privação de liberdade / registro da população LGBT.	Registro civil	Registro civil é o ato do nascimentos registrado por uma autoridade civil (p.46)
Meta 16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.	Acesso público a informação / Liberdades fundamentais	Liberdade de opinião / Liberdade de expressão / Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) / Transparência pública	O acesso à informação é considerado parte integrante dos direitos à liberdade de opinião e expressão (...). No entanto, foi com a edição da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) que o assunto passou a ser tratado sob uma perspectiva de transparência pública (p.46)
Meta 16.b (ONU) - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável. Meta 16.b (Brasil) - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.	Leis não discriminatórias / Políticas não discriminatórias / Leis para o desenvolvimento sustentável / Políticas para o desenvolvimento sustentável / Leis afirmativas / Políticas afirmativas	Projeto sustentável de desenvolvimento / Lei nº 12.990/2014 / Reserva aos negros / Distribuição racial de poder/ Decreto nº 6.040/2007 / Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) / Decreto nº 8.727/2016 / Nome social / Identidade de gênero / Autodeterminação / Lei nº 12.711/2012 / Lei de cotas / Cotas no ensino superior / PESSOAS TRANS / ações afirmativas	A meta global destaca a necessidade de inserir dispositivos não discriminatórios como componente de um projeto sustentável de desenvolvimento (p.49). Construir instrumentos para monitorar a execução da Lei nº 12.990/2014 , que determina a reserva aos negros em concursos públicos, é relevante e desejável, sobretudo por explicitar a distribuição racial de poder nas instâncias decisórias. (p.50). Mediante o Decreto nº 6.040/2007 , o Estado brasileiro lançou as bases de um novoprocessos de reconhecimento, editando a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (p.55). O Decreto nº 8.727/2016 , dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública (...). Em 2018, o STF reconheceu o direito de autodeterminação de pessoas trans sem prévia autorização judicial (p. 55). A Lei nº 12.711/2012 (lei de cotas) estabeleceu cotas para ingresso nas instituições federais de ensino superior (p.62).

APÊNDICE Q – Tabela de palavras chave para o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

ODS 17			
PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO			
OBJETIVO			
Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável			
POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 17.14 (ONU) Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.	Políticas para o desenvolvimento sustentável	ODS / Desenvolvimento dos ODS / Decreto nº 8.892 / Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS)	O Brasil desenvolveu uma base legal inicial para o desenvolvimento dos ODS. Por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) (p.20)
Meta 17.15 - Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.	Espaços político / Liderança de países / Políticas de erradicação de pobreza	Country ownership / Países fornecedores de cooperação / Country results frameworks – CRFs	Para o acompanhamento da meta, é estabelecida no indicador a "extensão do recurso a quadros de resultados e instrumentos de planejamento delineados pelos beneficiários (country ownership), por parte dos países fornecedores de cooperação para o desenvolvimento" (p.20) Esse indicador pretende medir até que ponto, e de que maneira, todos os parceiros de desenvolvimento envolvidos usam estruturas de resultados lideradas por países (country results frameworks – CRFs) para planejar os esforços de cooperação para o desenvolvimento e avaliar seu desempenho (p.20)
Meta 17.17 (ONU) - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias. Meta 17.17 (Brasil) - Incentivar e promover parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.	Capacidades em estatística / Parcerias com a sociedade civil / Parcerias públicas / Parcerias público-privadas	n/A	As parcerias públicas são aquelas praticadas entre instituições públicas federais, estaduais ou municipais, com o objetivo de implementar ou gerenciar as políticas públicas. As parcerias público-privadas (PPPs) são uma das possibilidades disponíveis aos governos para a oferta de infraestruturas econômicas e sociais à população (p.21) *

APÊNDICE Q.1 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

PROMOÇÃO E USO DA TECNOLOGIA			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 17.6 - Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.	Cooperação Norte-Sul / Cooperação sul-sul / Cooperação triangular / cooperação regional / Cooperação internacional / acesso a ciência / Acesso à tecnologia / Acesso à inovação / inovação / Compartilhamento de conhecimentos / Tecnologia global	Internet por banda larga / Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) / Decreto nº 7.175/2010 / Acesso à internet / Políticas públicas de telecomunicações / Decreto nº 9.612/2018 / Redes de telecomunicações / Inclusão digital	Um dos indicadores dessa meta propõe calcular as Subscrições de internet por banda larga de rede fixa por velocidade de ligação. (p.13) O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), criado pelo Decreto nº 7.175/2010 define as metas brasileiras para a disponibilização do acesso à internet. Foi substituído pelas políticas públicas de telecomunicações, por meio do Decreto nº 9.612/2018. A nova legislação prevê o compartilhamento de dados das redes de transportes e metropolitanas para facilitar a ampliação das redes de telecomunicações. (p.14) Entre os objetivos dessa política estão: i) a expansão do acesso à internet e a inclusão digital (p.14)
Meta 17.7 - Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.	Tecnologias ambientalmente corretas	Tecnologia segura / Tecnologia racional / Cooperação científica e tecnológica / Tecnologia verde / Tecnologias limpas / base de pesquisa e inovação	No indicador preparado para esta meta, tecnologia ambientalmente correta (verdes ou limpas) também é tratada como tecnologia segura ou tecnologia racional, mas não existe consenso sobre o conceito exato (p.15) No Brasil, para análise destes números, foram observados os montantes relativos a cooperação científica e tecnológica nos últimos anos. (p.16)
Meta 17.8 (ONU) - Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação. Meta 17.8 (Brasil) - Até 2030, operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação.	Banco de Tecnologia / Capacitação em ciência tecnologia e inovação / Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs)	Conexão entre instituições de pesquisa	O Banco de Tecnologia é uma instituição que visa melhorar a base de pesquisa e inovação científica dos países de menor desenvolvimento relativo, promovendo a criação de redes de conexão entre instituições de pesquisa (p.16)
FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 17.12 (ONU) - Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado. Meta 17.12 (Brasil) - Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países de menor desenvolvimento relativo, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países de menor desenvolvimento relativo sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.	Mercados livres de cotas / Mercados livres de taxas / Origem preferencial / Importações (países menos desenvolvidos)	Tarifa sobre indústria têxtil / Tarifa sobre agricultura / Tarifa sobre vestuários / Tarifa sobre setores-chave / política macroeconômica	A meta visa à redução da tarifa média sobre os setores-chave, ou seja, agricultura, têxtil e vestuário (p.19)
Meta 17.10 - Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.	Comércio universal / Comércio equitativo / Comércio não discriminatório / Organização mundial do comércio / OMC / Agenda de Desenvolvimento de Doha	Rodada Doha / Barreiras comerciais / Livre comércio / Tarifas aduaneiras	A Agenda de Desenvolvimento de Doha, também conhecida como Rodada Doha, consiste em negociações da OMC que visam diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo, com foco no livre comércio (p.17) Para o acompanhamento da meta global, foi estabelecido no respectivo indicador a média das tarifas aduaneiras à escala mundial (p.19)
Meta 17.13 - Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.	Estabilidade macroeconômica global	Coordenação econômica / Painel macroeconômico / Monitoramento macroeconômico	A meta estabelece a necessidade de coordenação econômica. Para o acompanhamento do indicador o Banco Mundial projetou um painel macroeconômico que inclui, pelo menos, 25 importantes indicadores (...). A seleção de indicadores baseou-se nas estruturas de monitoramento macroeconômico existentes (p.19)
Meta 17.11 (ONU) - Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020. Meta 17.11 (Brasil) - Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020.	Exportações (países em desenvolvimento) / Exportações globais	Exportações mundiais / Comércio global	O aumento da participação de países em desenvolvimento nas exportações mundiais depende de uma redução da participação relativa das exportações dos países desenvolvidos. O Brasil teve o pico de exportações em 2011, mas desde 2012 vem reduzindo sua capacidade, apesar da queda das exportações brasileiras, em termos absolutos, também tem havido uma grande redução do comércio global (p.18)
Capacitação e Alcance dos ODS			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 17.16 - Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multisetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.	Parceria global para o desenvolvimento sustentável / Parcerias multisetoriais / Objetivos dos desenvolvimentos sustentáveis / ODS	Organizações da sociedade civil (OSCs)	As parcerias, no Brasil, ocorrem principalmente por meio das organizações da sociedade civil (OSCs). (p.21) *
Meta 17.18 (ONU) - Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais. Meta 17.11 (Brasil) - Reforçar o apoio à desagregação de dados, a integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas e mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação quanto à segurança da informação.	Capacitação para países em desenvolvimento / Disponibilidade de dados / Desagregação de dados / Disponibilização de registros administrativos / Bases de dados estatísticos / Base de dados geocientíficos	Produção de dados / Plano estatístico nacional / Sistema estatístico nacional / Lei nº 5.878/73 / Lei nº 6.183/74	A redação da meta foi adaptada para refletir a necessidade de apoiar o desenvolvimento da capacidade de produção de dados brasileiros. Um dos indicadores dessa meta considera o número de países com um plano estatístico nacional. (p.23) No Brasil o sistema estatístico nacional é regulamentado pela Lei nº 5.878/73 e pela Lei nº 6.183/74 (p.23)
Meta 17.19 (ONU) - Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto (PIB) e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento. Meta 17.19 (Brasil) - Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver métricas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiem o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento.	Medidas do progresso do desenvolvimento sustentável / Capacidade estatística / Progresso do desenvolvimento sustentável	Métricas para os ODS / Recenseamento da população / Registros de nascimento / registros de óbitos / censo / REGISTRO CIVIL / REGISTRO DE MORTALIDADE	A meta 17.19 é complementar à meta 17.18. Ambas visam ao suporte ao desenvolvimento de métricas para os ODS. Um dos indicadores propõe calcular a Proporção de países que: a) realizaram pelo menos um recenseamento da população e da habitação nos últimos dez anos; e b) atingiram 100% de registros de nascimento e 80% de registros de óbitos. O censo no Brasil é previsto a cada 10 anos (p.25)
Meta 17.9 - Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.	Planos nacionais para os ODS	Cooperação educacional / Bolsas de estudo para alunos estrangeiros	O Brasil é um ator importante na cooperação educacional, principalmente na disponibilização de bolsas de estudo para alunos estrangeiros nas instituições acadêmicas brasileiras. (p.16)

APÊNDICE Q.2 – Continuação da tabela de palavras chave para o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO			
METAS GLOBAIS E METAS BRASIL	TERMOS DIRETOS	TERMOS INDIRETOS	JUSTIFICATIVA PARA TERMOS INDIRETOS
Meta 17.1 - Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.	Recursos internos / Arrecadação de impostos / Arrecadação de receitas / Capacidade nacional para arrecadação	Sistema tributário / Sistema tributário efetivo / Sistema tributário equitativo / Reforma tributária / Política tributária / Justiça distributiva	As melhorias de arrecadação implicam em um sistema tributário mais simples, efetivo e equitativo, devendo ser reforçadas por meio de reformas nas legislações tributárias e nas políticas públicas para o setor. (p.07)
Meta 17.2 - Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta (RNB) em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,35% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos.	Assistência oficial ao desenvolvimento [AOD]	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC – Development Assistance Committee) / Suporte Total Oficial ao Desenvolvimento Sustentável (TOSSD – Total Official Support for Sustainable Development)	A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) foi estabelecida pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC – Development Assistance Committee) (p.07) Uma promovida é o desenvolvimento metodológico de cálculo das métricas do Suporte Total Oficial ao Desenvolvimento Sustentável (TOSSD – Total Official Support for Sustainable Development) (p.09)
Meta 17.3 (ONU) - Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.	Recursos financeiros para os países (em desenvolvimento)	Cooperação não financeira / Cooperação técnica / Investimento direto estrangeiro (IDE) / Investimento Direto no País (IDP) / Assistência oficial ao desenvolvimento / Cooperação Sul-Sul / Relatório cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradl) / Plataforma Brasileira de Cooperação Internacional	O Brasil não prevê recursos financeiros na cooperação internacional. Porém, a mobilização de cooperação não financeira é uma contribuição importante da cooperação técnica brasileira. (p.09) Um dos indicadores para essa meta calcula valores referente ao Investimento direto estrangeiro (IDE) que abrange o Investimento Direto no País (IDP), assistência oficial ao desenvolvimento e cooperação Sul-Sul. (p.09) Em relação a cooperação sul-sul o cálculo poderá ter como fonte o Relatório cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradl) além da adoção da Plataforma Brasileira de Cooperação Internacional (p.10)
Meta 17.3 (Brasil) - Mobilizar recursos adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.			
Meta 17.4 - Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.	Dívida de longo prazo (países) / Dívida externa / Superendividamento	Financiamento da dívida / Redução da dívida / Reestruturação da dívida	O financiamento, a redução e a reestruturação da dívida são fatores importantes para romper o ciclo de superendividamento dos países pobres. (P.12)
Meta 17.5 (ONU) - Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos	Promoção de investimentos (para os países menos desenvolvidos)	Comex nº 30/2012 / Grupo Técnico de Estudos Estratégicos de Comércio Exterior (GTEN) / Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) / Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCE)	A Resolução Comex nº 30/2012 criou o Grupo Técnico de Estudos Estratégicos de Comércio Exterior (GTEN), cuja responsabilidade é realizar estudos e elaborar propostas sobre políticas de comércio exterior com países e regiões específicas para dinamizar o fluxo de comércio e de investimentos. Assim foi criado o primeiro modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). (p.13)
Meta 17.5 (Brasil) - Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo.			